

UNIVERSIDADE SALGADO DE OLIVEIRA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
MESTRADO EM HISTÓRIA DO BRASIL

Maria de Lourdes Gomide

**A POLITIZAÇÃO DOS SETORES POPULARES:
REPRESENTAÇÕES DOS LIBERTOS SOBRE O
MOVIMENTO REPUBLICANO NA CIDADE DO RIO DE
JANEIRO - 1888 - 1889**

NITERÓI

2017

Maria de Lourdes Gomide

**A POLITIZAÇÃO DOS SETORES POPULARES:
REPRESENTAÇÕES DOS LIBERTOS SOBRE O MOVIMENTO
REPUBLICANO NA CIDADE DO RIO DE JANEIRO - 1888 - 1889**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Mestrado em História do Brasil da Universidade Salgado de Oliveira, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre em História do Brasil.

Orientador: Prof. Dr. Jorge Prata de Sousa

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Universo
Campus Niterói

G633p Gomide, Maria de Lourdes.

A politização dos setores populares: representações dos libertos sobre o movimento republicano, Rio de Janeiro (1888-1889) / Maria de Lourdes Gomide - Niterói, 2017.

200 p. : il

Bibliografia: p. 172-189

Dissertação apresentada para obtenção do Grau de Mestre em História - Universidade Salgado de Oliveira, 2017.

Orientador: Dsc. Jorge Luiz Prata de Souza.

1. Brasil - História. 2. Brasil - História - Abolição da escravidão, 1888. 3. Escravos libertos - Brasil - História. 4. Negros - Brasil - Condições sociais. 5. Brasil - Política e governo - 1822-1889. 6. Brasil - História - Proclamação da República, 1889. I. Título. II. Subtítulo: representações dos libertos sobre o movimento republicano, Rio de Janeiro (1888-1889).

CDD 981

Bibliotecária: Elizabeth Franco Martins CRB 7/4990

**A POLITIZAÇÃO DOS SETORES POPULARES:
REPRESENTAÇÕES DOS LIBERTOS SOBRE O MOVIMENTO
REPUBLICANO NA CIDADE DO RIO DE JANEIRO - 1888 - 1889**

Maria de Lourdes Gomide

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Mestrado em História do Brasil da Universidade Salgado de Oliveira, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre em História do Brasil.

Aprovada por:

Prof. Dr. Jorge Prata de Sousa – Orientador
Universidade Salgado de Oliveira

Prof^a. Dr^a. Vitória Fernanda Schettini
Universidade Salgado de Oliveira

Prof. Dr. Jonis Freire
Universidade Federal Fluminense

NITERÓI
2017

Ao professor Dr. Carlos Engemann, (em memória), exemplo de extrema competência, carinho e acolhimento.

Querido professor, sua delicadeza e disponibilidade já fazem parte de minhas boas lembranças.

AGRADECIMENTOS

Ao meu orientador, professor, Dr. Jorge Prata de Sousa, pela exigência dos fichamentos semanais a serem apresentados em suas aulas. Eles funcionaram como um exercício no sentido mesmo de treinamento para construção da pesquisa.

À banca de qualificação composta pela Prof^a. Dra. Vitória Fernanda Schettini e pelo Prof. Dr. Jonis Freire, pelas abalizadas observações que ensejaram uma mudança de rumos para o texto.

À Prof^a. Dr^a Marcia Amantino, que sob a aparência de uma linda menina exerce com firmeza o cargo de coordenadora do curso de Mestrado, sendo contudo, extremamente amável, acolhedora e disponível para com os mestrandos.

Aos colegas do Mestrado com quem tive maior contato: Fernando, você, com paciência fraterna percebeu a minha insegurança em conduzir uma pesquisa sem a certeza de encontrar as fontes primárias em arquivos, das quais precisaria. Inteligente e rápido me ajudou a seguir um novo caminho em que pude contar com os jornais da época.

À Sonia, por juntas dividirmos as angústias inerentes à pesquisa.

A Luiz e Alex, pelas conversas intermináveis regadas à cerveja no “escritório” próximo à Universidade. Foram momentos de alegria e descontração que ajudavam a aliviar as tensões.

Aos que me acompanharam fora da Universidade:

À Marina, por ser minha “secretária” não remunerada resolvendo os aspectos práticos da vida como imposto de renda, banco e outras coisinhas mais que meu pouco tempo e absoluta falta de paciência não dão conta.

À Jane, pelas correções de texto cujo preço foi somente a amizade; à Valéria pela versão do resumo, também somente em troca da amizade: à Luciana pela troca intelectual e pelos socorros dados em momentos de pânico no computador.

À Érica, que se responsabilizou pela diagramação do trabalho mas também pelas sugestões valiosas para o texto, com sua experiência e conhecimento da vida acadêmica. É com orgulho que conto com a ajuda de quem já foi minha aluna no ensino médio e hoje é Doutora em História Social pela UFRJ.

Aos amigos e família, que entenderam as minhas ausências em comemorações e momentos de lazer.

Agora chego para agradecer a três pessoas que estiveram comigo em todos os momentos desta pesquisa e, tenho certeza, foram a maior fonte de inspiração. Elas não estão mais aqui, mas certamente habitam a doce dimensão do afeto e da lembrança.

À Gioconda, querida amiga, que me levou ao interesse intelectual sobre as questões da negritude no Brasil.

Ao meu pai Mario Gomide, filho de um certo Augusto Gonçalves Gomide, tenente coronel do exército imperial que, segundo uma lenda familiar teria pertencido à Guarda Negra. Ao meu paizinho, obrigada por eu sentir sua mão no meu ombro sempre. Amparo que não acaba nunca.

Ao meu querido tio Clemente, homem inteligente, de finas maneiras, que teve a ousadia de gostar e casar escondido com uma corajosa moça branca de nome Lígia. Bem posto na vida, o mulato Clemente, com o tempo, foi aceito pela família branca e preconceituosa, dando em troca acolhida e amor às sobrinhas brancas. Eu fui uma delas. Porém, o desdém bilioso atravessava algumas falas que o viam como um “mulato seboso.” Sou grata, meu tio, por você ter me dado a oportunidade de lutar contra o preconceito racial e muito mais pelo amor que sempre nos uniu, hoje consubstanciado na lembrança das torradas com manteiga que comíamos vendo televisão

A caminhada nunca termina. Para quem quer aprender, o ponto de chegada é apenas um ponto de repouso.

Ilmar Rohloff de Mattos

RESUMO

Situar as representações dos libertos na cidade do Rio de Janeiro sobre o movimento republicano significa revisitar a política parlamentar do império face às duas grandes batalhas políticas que foram travadas no final do século XIX: a abolição da escravatura e o advento da república. O desfecho dessas batalhas teve repercussões sobre a população em geral, mas de maneira muito significativa para os libertos que viviam na incerteza de que uma possível mudança de regime político poderia significar de melhor ou de pior em suas vidas. Essas pessoas, além das estratégias individuais para viverem de maneira digna sob o estatuto da liberdade, mas que lhes negava direitos de cidadania como a participação política e o acesso à educação, organizavam-se em associações enfrentando dificuldades impostas pelo governo imperial. Alguns grupos, como os capoeiras, participavam das disputas político partidárias, porém estando, de alguma forma, ligados às agremiações políticas. No imediato, pós-abolição dois grupos de libertos posicionaram-se de maneira clara frente ao movimento republicano: O Clube Republicano dos Homens de Cor, favorável à implantação da república, e a Guarda Negra lutando para que a monarquia prosseguisse em um possível terceiro reinado guiado pelas mãos da princesa Isabel.

Palavras – chave: escravidão, libertos, monarquia, república, participação popular

ABSTRACT

Situating the representations of the freedmen in the city of Rio de Janeiro on the republican movement means revisiting the parliamentary policy of the empire in the face of the two great political battles that were fought in the late nineteenth century: the abolition of slavery and the advent of the republic. The outcome of these battles had repercussions on the population at large, but very significantly for the freedmen who lived in the uncertainty that a possible change of political regime could mean better or worse in their lives. These individuals, in addition to individual strategies for living in dignity under the status of liberty but denying them citizenship rights such as political participation and access to education, were organized into associations facing difficulties imposed by the imperial government. Some groups, such as *capoeiras*, participated in political party disputes, but were in some way linked to political associations. In the immediate post-abolition two groups of freedmen stood in a clear way before the republican movement: The Republican Club of Men of Color (Clube Republicano dos Homens de Cor), favorable to the implantation of the republic, and the Black Guard (Guarda Negra) fighting for the monarchy to continue in a possible third reign guided by the hands of Princess Isabel.

keywords: slavery, freedmen, monarchy, republic, popular participation

SUMÁRIO

Introdução	1
Capítulo 1 – A Arena Política da Década de Oitenta	5
1.1 - O embrião das grandes batalhas: abolicionismo e república	6
1.2 - Revisitando os dois grandes eventos	11
1.3 - Emancipacionismo e abolicionismo	20
1.4 - O caminho para a abolição do trabalho escravo	26
1.5 - Entra em cena o exército	36
Capítulo 2 – O Rio de Janeiro vive o pós-abolição e as vésperas da República	48
2.1 – O povo que a imprensa não viu	48
2.2 – A felicidade geral da nação: As festas da abolição	51
2.3 – A cidade do povo	59
2.4 – Os libertos movem-se pela cidade.	64
2.5 – A cidade das realezas	78
Capítulo 3 – Presença Negra	83
3.1- Uma época de incertezas	83
3.2- A política das ruas	90
3.3 - O Rio de Janeiro vive uma febre associativa - Sociedades Benéficas de negros, Sociedades Abolicionistas	97
3.4 – Entre esconderijos e valentias	107
3.5 – Um poder paralelo	114
3.6 – Vozes negras: republicanas e monarquistas	120
Considerações Finais	159
Referências Bibliográficas	164
Fontes	172

LISTA DE IMAGENS

- Figura 1 Foto da família imperial às vésperas da proclamação da República. p. 78
- Figura 2 D. Pedro II em traje de gala na abertura da Assembleia Geral,
Quadro de Pedro Américo de Figueiredo e Melo. p. 80
- Figura 3 Retrato oficial do príncipe D. Obá II, “o príncipe do povo”. p. 81
- Figura 4 Charge da *Revista Illustrada* sobre a revolta do vintém. p. 93

INTRODUÇÃO

A iniciativa de empreender uma pesquisa para entender as representações dos libertos sobre o movimento republicano nasceu do desejo de estudar uma controversa organização formada por negros, que teve seu principal núcleo de atuação na cidade do Rio de Janeiro entre 1888-1889, conhecida como Guarda Negra. As origens e significados dessa organização até hoje não encontraram pleno consenso em nossa historiografia. O que se tem como consensual é que era formada em sua maioria por negros que tentavam obstaculizar a propaganda republicana e viam a possibilidade de um terceiro reinado guiado pelas mãos da princesa Isabel. O objetivo inicial dessa pesquisa era rastrear as ligações da Guarda Negra com instâncias do poder ligadas à monarquia. Porém, tendo conhecimento de que as fontes disponíveis sobre a organização encontram-se exclusivamente em jornais que circularam entre 1888 e 1889, visto que, a Guarda não teve reconhecimento de caráter oficial passou-se a duvidar de que a investigação pudesse acrescentar dados significativos aos já apresentados por outros trabalhos.

Não querendo abandonar o tema sobre as significações políticas da Guarda Negra resolveu-se ampliar o arco de observação pesquisando a percepção dos libertos sobre o movimento republicano onde certamente a referida organização está incluída.

Percebe-se que os movimentos de resistência à ordem escravista, as estratégias usadas por cativos e libertos para alcançarem melhores condições de vida são objeto de adensados estudos. Pouco foi visto, entretanto, sobre como os que livres dos grilhões da escravidão entendiam a mudança do regime monárquico para o republicano. A respeito dessa percepção, tinha-se apenas o indicativo de que a Guarda Negra era manifestamente contrária aos republicanos. Essa aparente limitação foi dando margem a uma série de perguntas, tais como: além da luta diária pela sobrevivência, os egressos da escravidão procuravam reunir-se em associações de grupo? Qual o caráter dessas associações? Nelas, havia um pensar político que abarcasse os destinos políticos do país? Com essas indagações percebeu-se ter um material de pesquisa pronto para ser explorado.

Ao se delinear o objeto da pesquisa com suas inevitáveis indagações far-se-á

necessário um capítulo introdutório relatando as batalhas parlamentares que versavam sobre as duas grandes questões que estremeciam o país: a abolição e a república. Esse primeiro capítulo, de conteúdo essencialmente político, terá como objetos privilegiados de análise: o abolicionismo de via parlamentar; o encaminhamento das leis abolicionistas; a campanha republicana com suas posições, muitas vezes conflitantes, em relação à abolição da escravidão, e as chamadas “questões militares” que desembocaram na proclamação da república. Esse debate será usado como comprovação da influência e ação dos setores militares no desmoronamento das bases de apoio ao império.

Ainda neste capítulo, será feita uma breve análise da década de setenta do século XIX, que trouxe uma nova inflexão à vida política do país com o fim da Guerra do Paraguai, tendo como um de seus desdobramentos a entrada em cena de novos atores políticos, a jovem oficialidade e combatentes negros que se tornaram libertos. No quadro de mudanças dessa época, encontra-se uma geração mais intelectualizada e afinada com as ideias que vinham da Europa, e assim, pleiteava mudanças para o Brasil. A criação do partido republicano altera o quadro de forças políticas no país onde só existiam dois partidos: o Liberal e o Conservador.

A categoria que vai balizar os movimentos políticos do parlamento brasileiro é a “dialética da ambiguidade”, usada por José Murilo de Carvalho que a pede emprestada ao sociólogo Guerreiro Ramos. Os jornais de época serão usados, ao longo de toda pesquisa, como fonte primária pois como eram o principal meio de comunicação e propaganda daquele tempo, davam conta da vida social econômica e política do país, ainda que fosse para uma minoria da população com alcance e poder de interpretação do que era veiculado pela imprensa.

A hipótese inicial desta análise sobre o cenário político dos anos oitenta, acredita que o abolicionismo de via parlamentar obedeceu aos ditames da “razão nacional” que via a escravidão como um anacronismo a ser superado, levando o Brasil rumo aos ideais de civilização e de que a grande transformação social deveria vir pelo “reformismo” para que não houvesse abalos significativos à ordem pública. Já a república viria como uma nova ordem política que iria elevar o país rumo a um novo patamar de civilização obstaculizado pela monarquia, vista como arcaica pelos setores que encontravam na mudança de regime político o caminho rumo ao progresso do país.

O segundo capítulo será de cunho essencialmente social, abarcando como viviam na cidade do Rio de Janeiro os chamados setores subalternos que compreendiam os escravos, libertos e imigrantes pobres da cidade da capital da corte no final do século XIX. Para dimensionar o cenário social da capital do império será feita uma retrospectiva das festas da abolição e o papel reservado ao povo, buscando entender como os jornais percebiam o lugar destinado à “arraia-miúda” durante os festejos da abolição. Pretende-se adentrar pelo cotidiano da cidade, por suas ruas, pelos locais de moradia, pelas diversas atividades exercidas pelos setores populares e de maneira mais adensada pelo modo de vida dos libertos que formam o principal objeto dessa investigação, mostrando suas estratégias de sobrevivência frente a esse quadro de profunda insegurança. Como libertos serão referenciados: os “treze de maio”, como uma minoria, dado o grande número dos que já tinham alcançado a liberdade, seja pelas fugas em massa, cada vez mais frequentes, seja pelas leis abolicionistas, ou por terem ganho algum tipo de disputa judicial, ou mesmo, por negociação com proprietários ou alforrias dadas por senhores que diante da avalanche abolicionista tinham medo de possíveis vinganças.

A doação de alforrias pelos senhores, bem como o encaminhamento do abolicionismo por uma elite ilustrada, ensejaram o paternalismo que por via de consequência levava à gratidão. Sentimento muito bem explorado por D. Pedro II e pela princesa Isabel com atitudes de benevolência e mesmo de tolerância entre a monarquia institucionalizada e as “realezas negras”, como no caso emblemático de D. Obá, o “príncipe negro do povo”, um ex-combatente da Guerra do Paraguai.

Um olhar mais adensado será dado para a difícil e ambígua condição do ser liberto na cidade do Rio de Janeiro em fins do século XIX, que implicava na luta diária pela sobrevivência – na disputa com imigrantes pela possibilidade de trabalho, na convivência em espaços de sociabilidade e na procura de preservação de identidade étnica e, sobretudo, no medo de uma possível reescravização sob a suspeita de ser escravo fujão.

Os dois capítulos iniciais darão suporte ao terceiro, que abordará, mais especificamente, o olhar dos libertos sobre o movimento republicano e como reagiam concretamente aos acontecimentos que se precipitaram entre 1888 e 1889. A busca dos ex-cativos pelo exercício dos direitos de cidadania marcou intensamente o período pós-abolição e será analisada principalmente sob o ponto de vista deste

segmento da população. Mas o comportamento e atitudes das elites tanto republicanas quanto monarquistas serão também consideradas. Sendo assim, algumas questões discutidas no primeiro capítulo como a abolição e o advento da república serão retomadas, mas privilegiando o que será chamado de “política das ruas”. Será adotada como fio condutor, a Revolta do Vintém, no início da década de oitenta, que sacudiu as ruas da capital do império contra o aumento das passagens de bonde indicando um fazer político próprio dos setores populares.

A procura de representação definida pelos libertos marcou a segunda metade do século XIX, representada pelas tentativas de formação de sociedades beneficentes e de ajuda mútua que procuravam unir negros, principalmente, por traços de identidade étnico-racial, apesar das dificuldades impostas pelo Estado brasileiro. As vozes negras teimavam em se fazer ouvidas: uma dessas vozes foi representada pelas maltas de capoeiras que atuavam na época das eleições estando a serviço dos partidos políticos. As nuances dessa participação serão exploradas tomando-se em conta que havia um pensar político dos capoeiras que os destacavam e impediam que se tornassem meras marionetes nas mãos dos políticos.

Por último, será abordado, o associativismo negro a favor da república representado pelo Clube Republicano dos Homens de Cor que deu apoio à campanha republicana no Rio de Janeiro e aprovou o novo regime político, embora tendo uma existência relativamente curta. Lutando pelo prolongamento da monarquia estava a Guarda Negra. Nesta análise será explorado o debate estabelecido entre José do Patrocínio, que defendia ardentemente a organização, mas com objetivo maior de defender um terceiro reinado com a princesa Isabel, e Rui Barbosa, que via as ações da Guarda como fruto do fanatismo de negros manipulados pelo governo imperial.

CAPÍTULO 1

A ARENA POLÍTICA DA DÉCADA DE OITENTA

O objetivo desta pesquisa é analisar como os libertos da cidade do Rio de Janeiro, no final do século XIX, percebiam os movimentos políticos dos republicanos divididos, grosso modo, em abolicionistas e escravistas com o partido republicano priorizando a reforma política, que viria com a república em detrimento da grande reforma social preconizada pelos abolicionistas, e levada adiante em um movimento suprapartidário, mas que recebia inevitáveis pressões da política partidária. Em um ambiente político pleno de ataques virulentos entre abolicionistas, monarquistas, republicanos e escravistas, os libertos tentavam posicionar-se de acordo com o que julgavam ser de seu maior interesse para uma nova vida, em que, além da liberdade, deveria estar o exercício da cidadania.

Neste contexto, surge a Guarda Negra, formada por ex-cativos dispostos a pegar em armas para defender a monarquia em um possível 3º reinado, sendo essa uma forte expressão do pensamento político do grupo. A atuação da Guarda fez-se presente no Rio de Janeiro, de meados de 1888 até a proclamação da república e faz parte de uma das conjunturas mais complexas vividas no Brasil imperial. Entretanto, a experiência política dos libertos não ficou limitada ao apoio à monarquia, e uma parte deles formou o Clube Republicano dos Homens de Cor, que participou de atividades de apoio à causa republicana. As duas associações citadas demonstram que os libertos não constituíam um bloco coeso, participavam dos debates políticos, dentro do que lhes era possível, de maneira plural e multifacetada.

Para melhor compreensão das experiências políticas dos libertos, nesse primeiro capítulo, será revisto um pouco do confuso e ambíguo cenário político da capital do império nas últimas décadas do século XIX. Nele, duas importantes questões de mais alta relevância para os destinos do país estavam em discussão: a abolição da escravatura e o advento da república. Essas questões se complexificavam na medida em que o parlamento brasileiro encetava as discussões necessárias não nos objetivos finais a serem atingidos, mas nos caminhos a serem tomados para que as reformas políticas e sociais fossem feitas. A principal intenção dessa manobra

visava não ferir profundamente os interesses das camadas sociais representadas nas mais altas esferas do Legislativo, do Executivo e do Judiciário, cujos cargos eram ocupados por pessoas oriundas de “famílias tradicionais” e portadoras de um diploma superior em um país com um grande número de analfabetos. A essa elite política conjugava-se uma burocracia que fazia a “política de gabinete” funcionar desvinculada dos interesses da parcela da população sem poder econômico e prestígio social e político.

1.1 – O embrião das grandes batalhas: abolicionismo e república

A década de setenta do séc. XIX será referência para a reflexão inicial, pois, nela, deram-se acontecimentos importantes, que repercutiriam de maneira significativa no decênio seguinte, quando tanto a mudança de regime de trabalho quanto a de forma de governo continuariam a ser objeto de intensas batalhas parlamentares e jurídicas, porém com mais força e visibilidade, chegando não só à imprensa como também às ruas de maneira consistente e agressiva.

O fim da guerra da Paraguai trouxe um redirecionamento na postura política de parte do exército brasileiro, como lembra Francisco Doratioto, analisando as consequências do final desse embate para o império do Brasil:

No plano interno o conflito foi o ponto de inflexão que deu início à marcha descendente da monarquia brasileira. Os gastos com cinco anos de guerra exauriram o Tesouro brasileiro e o equilíbrio orçamentário do Império não foi recuperado. O exército por sua vez, saiu do conflito com um sentimento de identidade desconhecido anteriormente, forjado com sangue nos campos de batalha. Após o final da Guerra, foi crescente a dissociação entre o Exército e a Monarquia a ponto de, em 1889, ele ser o instrumento dos republicanos para o golpe de Estado que depôs Pedro II e criou a República brasileira.¹

É pertinente lembrar que o exército brasileiro não se constituía em um todo monolítico em relação à causa republicana. Entre o alto oficialato havia uma fidelidade à monarquia, que nos últimos momentos que antecederam ao golpe republicano esvaneceu-se para os até então monarquistas como Deodoro da Fonseca e Floriano Peixoto. Nos baixos e médios escalões, a mudança de regime político apresentava-

¹ DORATIOTO, Francisco. **Maldita Guerra - Nova história da Guerra do Paraguai**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002, p.484.

se como uma causa a ser defendida. No jargão militar, os chamados “tarimbeiros” – aqueles que chegavam ao oficialato por força de serviços prestados ou atos de bravura, não tendo, assim, adquirido promoções por sua formação nas academias militares – eram olhados, via de regra, com um certo desdém pela chamada “mocidade militar”².

Com formação superior e impregnados por um cientificismo trazido muito mais por uma aprendizagem de espírito teórico do que pelo gosto do manejo das armas, esses oficiais, tinham como horizonte uma ascensão social compatível com sua preparação intelectual. Esses militares viam também uma possibilidade de intervenção política no sentido de superação da monarquia como uma forma de governo anacrônica, que sustentava um regime de trabalho a ser extinto, como o da escravidão. Mais afeitos aos estudos teóricos científicos, essa “mocidade militar” bem como uma jovem intelectualidade civil bebiam nas ideias positivistas no seu aspecto científico e metodológico. A respeito dos oficiais, vale lembrar que se enxergavam como uma elite intelectual, porém desprestigiada socialmente pelo trato que lhe era dado pelo governo imperial, com baixos soldos e dificuldades para escalar a hierarquia militar. Heitor Lyra, em tom de “conversa na hora do cafezinho”, refere-se a esses militares em tom depreciativo:

Se não foi Benjamim Constant quem inventou, foi ele, em todo caso, quem introduziu entre nós esse tipo exótico de “cidadão de farda” [...] militar pelo ofício, diz Oliveira Lima, porém paisano pela ambição de classe: ou “bacharel de farda”, como se intitulava o próprio Benjamim, mais interessado em ostentar a carta de bacharel em Ciências Matemáticas do que o seu uniforme de oficial do Exército.³

José Murilo de Carvalho argumenta: “o problema do Exército no final do Império era o oposto: tratava-se de criar não o cidadão soldado, mas o soldado cidadão”.⁴

A expressão denota que os militares queriam o mesmo direito dos “casacas” – expressão pejorativa associada aos civis – de se manifestarem politicamente e terem reconhecimento social. Em estudo mais recente, Maria Tereza Chaves de Mello altera

² MELLO, Maria Teresa Chaves de. **A república consentida: cultura democrática e científica do final do Império**. Rio de Janeiro: Editora FGV: Editora da Universidade Federal do Rio de Janeiro (Edur), 2007. p.39.

³ LYRA, Heitor. **História da Queda do Império**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, vol. 1, 1964.p. 420 Cf. SANTOS, José Maria dos Bernardino de Campos e o Partido Republicano Paulista. Nota de rodapé, p.420.

⁴ CARVALHO, José Murilo de. **Os Bestializados- O Rio de Janeiro e a república que não foi**. São Paulo: Companhia das letras, 1987. p. 49.

o tom irônico usado por Lyra ao afirmar: “Os militares viam-se como homens de ação patriotas e honestos, ascendendo socialmente pelo mérito: soldados-cidadãos”.⁵ Porém, o sentido de ascensão social reclamado, principalmente pela jovem oficialidade impregnada por um espírito cientificista adquirido por formação de cunho superior, é o mesmo que lhe empresta José Murilo, acima citado.

A falta de unidade dentro dessa corporação militar tinha também uma relação direta com a guerra do Paraguai. A presença do negro nas fileiras do exército e da marinha imperiais durante esse conflito foi altamente significativa, como demonstra Jorge Prata de Sousa em minucioso estudo:

O dispositivo da substituição dos guardas nacionais por libertos teve como objetivo atender a duas demandas. Primeiramente à necessidade de enviar novos contingentes à guerra. Em segundo lugar, possibilitava a determinadas classes ou segmentos sociais ausentarem-se da convocação para o cumprimento dos deveres pátrios. Como desdobramento, a substituição direcionou a ação do recrutamento ao plantel de escravos disponível. Se, num primeiro momento, o escravo aparecia esporadicamente como substituto do guarda nacional convocado, depois passou a fazer parte do contingente necessário ao Exército e à Marinha. Cabia ao Império, então, comprar escravos a preço de mercado para atender às necessidades da guerra.⁶

Sem dúvida, a convocação dos “voluntários da pátria” a serviço do império foi matizada com um grande número de soldados negros, até mesmo pelas dificuldades de recrutamento entre brancos, dos quais muitos pertenciam à guarda nacional. O exército brasileiro, apesar das glórias amealhadas nos campos de batalha, possuía um “defeito de cor”⁷, o que era motivo de vergonha e de preocupação. Caxias, refletindo sobre a conduta dos nossos soldados na guerra, em missiva, assim se expressou:

[...] a introdução do elemento servil nas suas fileiras esteja já produzindo seus maléficos resultados por meio dos exemplos imorais, de todo contrários à disciplina, e subordinação dados constantemente por homens, que não compreendem o que é pátria, sociedade e família, e que se consideram ainda escravos, que apenas mudaram de senhor.⁸

⁵ MELLO, A. **A república consentida: cultura democrática e científica do final do Império**. Rio de Janeiro: Editora FGV: Editora da Universidade Federal do Rio de Janeiro (Edu), 2007. p.37.

⁶ SOUSA, Jorge Prata de. **Escravidão ou morte: os escravos brasileiros na Guerra do Paraguai**. Rio de Janeiro: Mauad: ADESA, 1996. p.63.

⁷ GONÇALVES, Ana Maria. **Um defeito de cor**. Rio de Janeiro: Record, 2006. O Título da obra da autora que descreve a trajetória da história brasileira comparável, em sua síntese, a obra de João Ubaldo – Viva o povo brasileiro, 1984.

⁸ SALLES, Ricardo. **Guerra do Paraguai: escravidão e cidadania na formação do exército**. Carta confidencial e reservada de Caxias dirigida ao ministro dos negócios da guerra de 13 dez. 1868. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990. p.135.

O exército brasileiro tornou-se um espaço de reivindicação de direitos, pois muitos dos negros que serviram à pátria esperavam voltar livres ao Brasil, reconhecidos como cidadãos, o que não aconteceu, continuando a serem vistos, como afirma Jorge Prata de Sousa, “escória da sociedade considerada incorrigível”⁹ O autor também nomeia um jornal paraguaio, *El Centinela*, que chegou mesmo a publicar, certa feita, charge de cunho depreciativo, em que o nosso exército era retratado como formado de ‘*macaquitos brasileños*.’¹⁰

Entretanto, nada era mais como antes! O perfil e as aspirações da soldadesca tinham mudado. Começava a ser formar um “espírito de corpo” envolvendo negros, brancos e mestiços, os quais vislumbravam novas opções políticas, cujo enunciado estava em uma possível ordem republicana. Com a guerra e o recrutamento de escravos, a classe proprietária, sentindo-se ferida “naquilo que lhe era mais caro”, que lhe dava prestígio social e capacidade de mando político – a posse de escravos – reagiu com desconforto em relação ao poder imperial, que sentindo o perigo de perder sua base de sustentação resolveu: “[...] salomonicamente tornar legal o recrutamento de escravos [...] Quando a propriedade privada colidiu com interesses do Estado, restou a este a desapropriação”¹¹. Apesar da medida tomada, aconteceram inúmeras questiúnculas da classe senhorial, no tocante aos critérios de recrutamento, que respingavam negativamente no governo do país.

Referindo-se à adesão do exército ao abolicionismo, Mello desfaz uma visão mais tradicional que a vincula, quase como causa e efeito, à guerra do Paraguai: “Tem-se dado como fator decisivo de adesão do exército ao abolicionismo sua participação na Guerra do Paraguai ao lado de escravos. Entretanto foram os jovens militares [...] que não estiveram no palco da guerra que se engajaram na campanha.”¹²

Contudo, pode-se refletir que se desenvolvia um novo modo de pensar, trazido pelo positivismo, regado por influência francesa, que chegava ao jovem oficialato mais culto. A soldadesca oriunda dos extratos mais baixos da população viu-se fazendo parte de uma corporação importante para o país e, como tal, almejava ser

⁹ SOUSA, op. cit., p.76.

¹⁰ Ibid., p.17.

¹¹ Ibid., p.68.

¹² MELLO. **A república consentida**: cultura democrática e científica do final do Império. Rio de Janeiro: Editora FGV, Editora da Universidade Federal do Rio de Janeiro (Edur) 2007. p.39.

reconhecida. Então, nada mais natural que a primeira geração tivesse plantado o espírito de classe e de renovação social e política para o país e que a geração seguinte pudesse ter condições de encetar, de maneira mais concreta, as aspirações que começaram a delinear-se no pós-guerra, abrindo uma fenda no edifício monárquico, a qual só viria aumentar, juntando-se a outras.

O ano de 1868 marca, talvez, uma nova inflexão na vida partidária do país com a queda do gabinete chefiado por Zacarias de Góis, liderança do partido Progressista, que unia conservadores progressistas e liberais moderados. A substituição do referido gabinete veio na conjuntura do conflito com o Paraguai, objetivando fortalecer os conservadores, colocando-os em consonância ao novo governo do visconde de Itaboraí e do também conservador Caxias. Assim, a política interna ficava alinhada com o então comandante das forças brasileiras na guerra do Paraguai, que mobilizava todos os esforços do governo brasileiro. O episódio foi criticado como ato de força do imperador e visto como golpe. Em consequência, houve a reorganização das forças políticas, e, sob a tutela dos elementos mais radicais do partido Liberal, surge, em 1870, o partido Republicano. A respeito da nova agremiação política, foi dito:

Bastava-lhe uma ampla e geral declaração de princípios, com a qual ninguém viesse a se sentir incompatibilizado, uma vez que aceita a ideia inicial do combate direto à monarquia. [...] a ninguém quis excluir ou fechar a porta. Radicais, liberais históricos, progressistas, conservadores, de qualquer nuance todos poderiam vir.¹³

A citação faz-se pertinente na medida em que aponta a matreirice do partido Republicano, que tinha como compromisso maior, a queda da monarquia. Para isso, entretanto, precisava, em primeiro lugar, engrossar suas fileiras e angariar simpatia dos mais variados setores da sociedade, entre eles, os fazendeiros escravocratas. Para tal, deixavam a questão nevrálgica do término da escravidão em segundo plano. Ficava claro que o novo partido, embora muitos de seus membros fossem declarados abolicionistas, não tinha como principal bandeira de luta o abolicionismo.

O tempo no parlamento esquentava. O partido Liberal lançou várias propostas, entre elas, a abolição gradual da escravatura, que poderia ter início com a lei que considerasse livres os filhos de escravos nascidos após a sua promulgação. Contemporizando o “fervor abolicionista”, logo foi aprovada a Lei do Ventre Livre, de 1871, embora não tenha conseguido detê-lo por muito tempo. A lei de 1871 provocou

¹³ GUERRA, Lauryston. Origem e Desenvolvimento dos Partidos Políticos. **Revista do IHGB**, Rio de Janeiro: **Anais do Congresso de História do Segundo Reinado em Brasília**, 1984. v. 1, p. 43.

um ponto de atrito entre o imperador e a aristocracia agrária, que se viu seriamente ameaçada. O partido republicano, ainda com muita pouca expressão política e com fraco reconhecimento da sociedade, passava a ser uma nova possibilidade político partidária. Assim, começavam a se abrir as portas das reformas julgadas necessárias ao país. Portanto, os anos de 1870 e a década seguinte contemplam as duas grandes batalhas históricas: a abolição da escravatura e o advento da república que são de vital importância para que se possa compreender a percepção dos libertos em relação ao movimento republicano.

Segue-se, rastreando avanços e recuos e toda sorte de artifícios políticos e legais empregados pelas “elites políticas”¹⁴:

1.2 - Revisitando os dois grandes eventos

Ao retroceder ao pano de fundo que desemboca na abolição da escravatura e na proclamação da república e privilegiando o olhar dos libertos frente a esses dois eventos, pode-se revê-los como uma peça cujo palco era a corte imperial. Enquanto para a abolição da escravatura houve ruidosos aplausos de uma plateia emocionada e feliz, que acompanhou as três últimas cenas de maneira atenta e participativa, para a proclamação da república a plateia foi minguada, e tudo se passou em um ambiente de quase indiferença, com ralos aplausos.

José Murilo de Carvalho faz referência à bem conhecida observação do republicano apaixonado pela causa, Aristides Lobo, de que “o povo, que pelo ideário republicano deveria ter sido protagonista dos acontecimentos, assistira a tudo bestializado, sem compreender o que se passava, julgando ver talvez uma parada militar.”¹⁵ José Murilo é cuidadoso ao lembrar que as palavras melancólicas do republicano Aristides Lobo podem ser objeto de discussão em relação ao seu conteúdo. Porém, o título do seu livro – Os Bestializados – o Rio de Janeiro e a

¹⁴ CARVALHO, José Murilo. **A Construção da ordem a elite política imperial**. Rio de Janeiro: Campus, 1980. p.178: O autor afirma em que essa elite formada e treinada para a construção do Estado brasileiro, por sua “educação, pela ocupação, pelo treinamento[...] era totalmente não representativa da população do país”.

¹⁵ CARVALHO, José Murilo de. **Os Bestializados - O Rio de Janeiro e a república que não foi**. São Paulo: Companhia das letras, 1987. p. 9. José Murilo diz que essa afirmação é trecho de uma carta de Aristides Lobo ao Diário Popular de São Paulo, Cf. BASBAUN, Leôncio. História sincera da República de 1889 a 1930. São Paulo Fulgor, 1968. p.18.

República que não foi, sugere concordância com a quase nula participação popular em episódio tão relevante para a vida do país. Ernesto Sena ratifica as palavras do historiador acrescentando que “Saldanha Marinho pouco tempo depois afirmou que essa não era a “república dos seus sonhos”¹⁶. Aristides Lobo em seu artigo *Acontecimento Único* ao escrever sobre a proclamação da república, diz: “Como trabalho de saneamento a obra é edificante. Por ora, a cor do governo é puramente militar, e deverá ser assim. O fato foi deles, deles só, porque a colaboração do elemento civil foi quase nula.”¹⁷

Aristides Lobo referia-se a pouca participação de civis no desenrolar do golpe, que, embora tivesse Quintino Bocayuva como articulador, era envolvida, indubitavelmente, em sua grande maioria, por militares. Porém, a campanha republicana, em diversas ocasiões, procurou apoio popular por meio dos discursos desabridos de Lopes Trovão e de Silva Jardim, entre outros. Pode-se tomar a famosa carta de Silva Jardim como exemplo. Dirigida ao país e a seu partido, publicada no jornal *O Paiz* e, portanto, de domínio público, faz crítica pesadíssima ao conde D’Eu e à princesa herdeira do trono:

[...] hei de continuar a tarefa que me impus: a de não aceitar o terceiro reinado, o reinado de Gastão, o Assassino e o Dilapidador da nossa Pátria, se reinar, e o de Isabel, a Cúmplice e Demente, que há de tripudiar em festas diante dos nossos cadáveres, e ao lado da terra nacional saqueada em leilão!¹⁸

A essa altura, tudo podia ser visto, dito e contado a respeito do governo imperial, com exceção do exercício de censura à imprensa. Silva Jardim atacava a família imperial sem dó nem piedade e reagia a tudo que pudesse trazer algum prestígio à monarquia. Todos os movimentos da princesa eram criticados de maneira a desqualificá-la. O sucesso da “batalha de flores” de fevereiro de 1888 empreendida sob os auspícios de Isabel, quando esta já declarava-se abertamente abolicionista estando acompanhada dos filhos e do marido, o conde D’Eu, foi ocasião para que o republicano reagisse com pesadas críticas.

¹⁶ SARNEY, José. *Prefácio*. In: SENA Ernesto, **Deodoro: Subsídios para a História**. Coleção Biblioteca Básica Brasileira – Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 1999. p.9.

¹⁷ LOBO, Aristide. *Acontecimento Único*. In: **Franklin Martins - Conexão Política**. Disponível em <http://www.franklinmartins.com.br/estacao_historia_artigo.php?titulo=o-povo-assistiu-aquilo-bestializado-artigo-de-aristides-lobo-1889>. Acesso em: 12 jan. 2016.

¹⁸ JARDIM, Silva. Carta Política ao Paiz e ao Partido Republicano. Publicada no **Jornal O Paiz**, p. 17, 6 jan. 1889. Disponível em: <www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/185607>. Acesso em: 12 jan. 2016.

. Tal como hoje são usados adesivos e congêneres na propaganda de alguma causa de cunho político ou social no período de maior intensidade da campanha pelo fim da escravidão, os que nela estavam engajados exibiam uma camélia em seu vestuário. "Como a princesa e as damas mais importantes da corte enfeitassem o colo com camélias abolicionistas os inimigos do regime logo afetaram grande escândalo moral"¹⁹

Ao contrário dos acontecimentos relacionados à abolição da escravatura, com campanha que saindo do parlamento atravessava o país por meio da imprensa e chegava às ruas; com a proclamação da república parece ter sido diferente. Medeiros e Albuquerque, em seu livro de memórias "Quando eu era vivo", narra, com a informalidade de quem vivenciou uma determinada situação e, portanto, com uma visão extremamente pessoal, os preparativos para o dia em que setores militares e civis, em conluio, mandaram o imperador e sua família "descansarem" em definitivo na Europa. Diz Medeiros, que até o dia 7 de novembro, apesar de conviver com vários dos republicanos mais ativos, não tinha nenhum conhecimento de um possível golpe: "Nesse dia, porém, fizeram de mim pura e simplesmente um moço de recados, que foi a São Paulo levar uma comunicação aos chefes republicanos, comunicação que não devia ser escrita".²⁰ Na afirmação fica claro o clima conspiratório entre os que desejavam a queda da monarquia.

Ainda lembrando Aristides Lobo, que lamentou a falta de participação popular como já foi assinalado, Medeiros e Albuquerque diz que não assistiu à proclamação da república, mesmo estando no Rio de Janeiro, pois não o encontraram para avisá-lo dos últimos acontecimentos: "Às 2 horas de 15 de novembro, eu almoçava com Aristides Lobo e outros amigos, no hotel do Globo, à rua 1º de Março."²¹ O autor ainda desfaz a imagem de glória do famoso quadro em que Deodoro com a espada desembainhada proclama a república, acompanhado de Quintino Bocayuva e de Benjamim Constant, todos a cavalo e com pessoas do povo, estando entre elas, Aristides Lobo e, logo atrás, um batalhão militar. Prossegue dizendo: "As coisas não se passaram assim tão heroicamente"²². Diz também, que a mocidade militar foi quem

¹⁹ SILVA, Eduardo. **As camélias do Leblon e a abolição da escravatura: uma investigação da história cultural**. São Paulo. Companhia das letras, 2003.p.38

²⁰ ALBUQUERQUE, Medeiros E. **Quando eu era vivo... Memórias - 1867 a 1934**. Porto Alegre: Edição da livraria do Globo, 1945. p.80.

²¹ Ibid., p.82.

²² Ibid., p.82.

começou a dar vivas à república, e Deodoro tentou impedi-los, porém sem êxito. Conta também do embarque, realizado à noite, da família imperial rumo ao exílio, por receio de manifestações de apoio à monarquia.

A narração dos episódios é de cunho estritamente pessoal, porém corrobora a ideia conspiratória que perpassou o golpe de 15 de novembro de 1889, que parece ter sido muito mais militar do que civil apesar do necessário apoio de republicanos civis como o intrépido Silva Jardim, que agitava as massas, vendo a propaganda como a grande mola propulsora da campanha republicana. Para isso, percorreu várias províncias, tomando-se como o tribuno da república em conferências e *meetings*.²³

Em uma análise mais minuciosa sobre o golpe que derrubou a monarquia e a falta de participação popular, havia até os últimos momentos uma dúvida que atormentava e dividia as opiniões dos conspiradores: vamos derrubar o gabinete Ouro Preto ou vamos derrubar a monarquia? Floriano Peixoto, na qualidade de ajudante-general do exército, negava-se a participar de um movimento somente contrário ao gabinete, no entanto admitia uma nova forma de governo. Segundo Celso Castro, instado por Deodoro a tomar uma posição diante do clima de hostilidade existente entre militares em relação ao chefe do gabinete de ministros, Floriano teria se oferecido para tentar apaziguar a relação entre as partes. Ao fim da conversa, entretanto, já admitia aderir a um movimento contra os civis.²⁴

Um outro exemplo vem de Rui Barbosa, que até os últimos momentos integrava o partido Liberal, embora já estivesse fazendo pesadas críticas ao governo, advogando o federalismo até mesmo como uma forma de salvar a própria monarquia e admitisse, também, a forma republicana. Em 30 de abril de 1888, em uma conferência abolicionista, o renomado político vaticinava:

A grande transformação aproxima-se do seu termo. A cordilheira negra esboroa-se [...] os velhos partidos cooperadores irregeneráveis do passado, rolam, desagregados para o abismo, entre os destroços de uma era que acabou [...] os ventos do norte e do sul trazem [...] as ideias vivificadoras, da nossa reabilitação: a liberdade religiosa, a democratização do voto, a desenfusão da propriedade, a desoligarquização do Senado, a federação do Estados Unidos brasileiros com a Coroa, se esta lhe for propícia, contra e sem a Coroa, se ela lhe tomar o caminho.²⁵

²³ Reunião pública importante, organizada, p. ex., por um partido, um sindicato, a fim de debater e informar sobre um assunto político ou social. Dicionário Online de Português. Disponível em: <<https://www.dicio.com.br/meeting/>> . Acesso em 10 nov. 2016.

²⁴ CASTRO, Celso. **A Proclamação da República**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2000. p.69.

²⁵ BARBOSA, Rui apud LACERDA, V. C. de. (Org.). **Rui Barbosa: Escritos e discursos seletos**. Rio de Janeiro: Editora José Aguilar Ltda, 1960. p. 176.

As palavras do eminente orador revelam sua posição pessoal de que, apesar de ainda pertencer a um partido monarquista, declarava publicamente que o império estava a ruir e, para salvá-lo reformas urgentes se faziam necessárias ou elas viriam pela república. Além da federação, pela qual Rui se bateu incansavelmente, as outras reformas incluíam o fim do padroado, uma nova reforma eleitoral, que ampliasse o arco dos votantes, o que não aconteceu em 1881, e ainda, o fim do mandato vitalício de senador. Segundo Medeiros e Albuquerque: “Rui Barbosa [...] ainda não se declarara republicano, mas praticamente era como se o fosse. Seus artigos ajudavam terrivelmente a demolição da monarquia”²⁶

As indefinições e tomadas de atitudes de última hora por parte dos envolvidos mais diretamente na trama republicana serão retomadas na análise dos últimos dias que antecederam ao golpe.

Para o entendimento do ambiente político dos últimos anos do regime monárquico no Brasil, é importante situar a figura do “bacharel”, como representante da teia de relações que passava pelos bastidores da política, fornecendo a seus portadores, geralmente formados em direito e mesmo em outras carreiras de caráter liberal, as benesses do Estado imperial, configuradas na obtenção de emprego público, muitas das vezes, desdobrando-se em carreira política. Nesse sentido, pode-se dizer que a máquina administrativa do império se manteve até o final organizando a parcela mais intelectualizada da população, colocando-a, via de regra, em empregos e cargos públicos.

A respeito dessa política de favorecimentos, Medeiros e Albuquerque como memorialista dá impressões que embora possam nem sempre primar pela fidedignidade tem, porém, em seus relatos carregados da emoção de quem vivenciou determinados episódios, uma espécie de moldura histórica que ajuda a ultrapassar a frieza da análise documental *a posteriori*, ainda que, esta última seja imprescindível. Sendo assim, há de se considerar a versão de Medeiros sobre os acontecimentos que envolveram o 15 de novembro de 1889, pois, sendo seu pai um político ligado ao partido Conservador, teve contato, de alguma forma, com a intimidade do poder político, como descreve em episódio ligado a seu interesse particular, por volta de 1884, em seu delicioso livro de memórias. O acontecimento apresenta uma ideia das

²⁶ ALBUQUERQUE, Medeiros E. **Quando eu era vivo... Memórias - 1867 a 1934**. Porto Alegre: Edição da livraria do Globo, 1945. p.78

prebendas ofertadas àqueles que, ontem e ainda hoje, têm o “quem indica”, ou seja, o apadrinhamento por pessoas de prestígio político, de triste existência, ressaltando-se, obviamente, as diferenças de contexto relativas a épocas com distanciamento de tempo. Assim relata Medeiros:

[...] Resolvi entrar em um concurso aberto na secretaria do Império para o lugar de amanuense. [...] alguém me preveniu que estava perdendo tempo: os lugares já haviam sido prometidos. Disse ao meu pai que perguntasse isso ao Ministro, com quem ele tinha intimidade. Meu pai objetou que, sendo do partido conservador e o ministro do liberal, não lhe ficava bem fazer-lhe qualquer pedido. E a pergunta era, por si só, um meio pedido.²⁷

Prosseguindo, afirma que, com a negativa do pai, procurou pessoalmente o ministro e perguntou-lhe diretamente se a reserva de vagas era fato, pois, se assim o fosse, não perderia seu tempo estudando. Segue-se, então, o diálogo esclarecedor:

[...] – É parente do dr. Campos de Medeiros?
 – Sou filho dele.
 – Dize a teu pai que não seja tolo. Ele é conservador e eu liberal, mas somos dois velhos amigos de mais de trinta anos [...].
 – Isso que te disseram (ele tinha passado imediatamente ao tuteamento) é verdade. Há aí dois rapazes que já servem na secretaria, há muito tempo. Servem bem. Se forem classificados em qualquer lugar, serão nomeados.
 “Mas ali mesmo me prometeu um lugar – e uma semana depois eu era professor primário adjunto.”²⁸

Do relato pode-se refletir sobre algumas questões: Medeiros queria o cargo de amanuense na administração pública do império, cargo que não parece ser de alta relevância, pois, grosseiramente, significava ser quase um copista, transcrevendo documentos de algum órgão público, o que se encaixa perfeitamente em um Estado que, na sua formação, contou com um forte corpo burocrático e ainda, na época estudada, dele dependia.

Pensou ele, inicialmente, na possibilidade de seu ingresso por meio de um concurso público, porém descobriu que este já estava viciado pela sinecura e pelo clientelismo, de conhecimento do ministro de Estado, que, além de admitir a existência de dois candidatos “marcados”, dos quais não podia abrir mão, deu ao postulante o cargo de professor adjunto sem nenhum tipo de concurso. Medeiros relata o episódio de maneira bastante natural, dizendo do seu empenho como professor. Essas

²⁷ ALBUQUERQUE, Medeiros e. **Quando eu era vivo... Memórias - 1867 a 1934**. Rio de Janeiro: Edição da livraria do Globo, 1945. p. 53.

²⁸ Ibid., p. 54. (A palavra *tuteamento* que faz parte da citação indica que foi usado o tratamento “tu” indicando informalidade).

conversas de bastidores, em tom de confidências ou mesmo de inconfidências, podem fornecer pequenos dados que ajudam na compreensão de uma determinada época.

Sobre o uso da imprensa como fonte para o trabalho do historiador, a professora Lucia Maria Paschoal Guimarães diz que durante um tempo a historiografia foi influenciada pela visão de Fernand Braudel e sua advertência quanto às diferenças temporais entre história e imprensa, assim dizendo: "Para Braudel a primeira rastreia as regularidades no tempo longo, buscando as causas mais profundas dos fatos históricos. Já a segunda, voltada para o tempo breve, limita-se ao fato e ao indivíduo"²⁹. Essa ideia descreditava o trabalho com a imprensa para uma análise de cunho estrutural. A professora prossegue dizendo que essa não é mais a tendência dominante ao afirmar: "[...] com a introdução do conceito de cultura política, o olhar sobre o tempo curto do acontecimento pode ser cruzado com uma análise mais estrutural. A imprensa tornou-se uma espécie de espaço privilegiado dessa interseção."³⁰

No turbilhão político do final dos oitocentos, a imprensa exercia um papel de fundamental importância para a difusão dos debates políticos. Mergulhando na mentalidade de época, pode-se notar que as palavras e expressões dos jornalistas eram usadas tanto para o bem como para o mal, de maneira que poder-se-ia considerá-las como "vulcânicas". Muitos escritores, inclusive, eram também articulistas em jornais, e por meio deles eram travados verdadeiros duelos verbais.

Devido à grandiosidade do palco, dos atores e dos expectadores da abolição da escravatura, algumas cenas são aqui remontadas e nos oferecem pistas sobre o olhar dos libertos da corte imperial sobre a propaganda republicana, como ratifica este trecho, que relata um dos últimos atos da abolição:

A 03 de maio abriam-se com toda solenidade as câmaras do Império sob o entusiasmo de uma multidão interessada e ansiosa, a Princesa Imperial Regente deixava a Quinta da Boa Vista em direção ao Senado, onde se reunia o Parlamento que devia realizar a abolição [...]. Quando a princesa pronunciou as palavras "Confio que não hesitareis em apagar do direito pátrio a única exceção que nele figura em antagonismo com o espírito cristão e liberal de nossas instituições" ouviu-se um murmúrio geral de assentimento.³¹

²⁹ NEVES, Lucia Maria P. Bastos; MOREL Marco; FERREIRA Tania Maria Bessoni C. (Orgs.). **História e Imprensa. Representações Culturais e Práticas de Poder Rio de Janeiro**, DP&A: FAPERJ. 2006 (aba do livro).

³⁰ Ibid., (aba do livro)

³¹ ORICO, Osvaldo. **O Tigre da Abolição**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977. p.152-153.

A *Revista Ilustrada*, órgão da imprensa simpático à causa abolicionista e ácido crítico da monarquia, assim se referia às manifestações populares do mesmo dia três de maio: “Ao subir a princesa acompanhada de seu esposo, o povo fez-lhe uma estrondosa ovação. O carro seguiu, literalmente sob uma chuva de flores desfolhadas e, de todos os lados os lenços e os chapéus acenavam”.³²

Ainda segundo Osvaldo Orico, no dia 7 de maio, deu-se o 2º ato da peça que vinha sendo escrita com avanços e recuos há tanto tempo: “Cumprindo a pragmática, no dia 7 do mesmo mês apresentava-se ao Senado o ministro João Alfredo, anunciando para o dia imediato o projeto que era a base do seu programa”³³. Em edição comemorativa aos 120 anos da Lei Áurea, o *Jornal do Senado* de 13 de maio de 2009, faz uma remontagem dos acontecimentos que envolveram a abolição da escravidão. Referindo-se à aprovação do projeto de lei enviado pelo governo imperial, sobre a questão, assim diz:

Câmara dos deputados votou o projeto em dois dias

O Projeto de Lei nº 1, de iniciativa do governo imperial, foi aprovado em apenas dois dias pela Câmara. A decisão em tempo recorde só foi possível graças ao esforço da bancada antiescravagista – liderada pelo pernambucano Joaquim Nabuco – e à ajuda do presidente da Casa, deputado Barão de Lucena. Precisamos apressar a passagem do projeto, de modo que a libertação seja imediata conclamou Nabuco ³⁴.

Osvaldo Orico descreve cenas comoventes em que o povo se confraternizava com as autoridades, com aplausos, lágrimas e abraços. Todos irmanados pela mesma alegria. “Ferreira Viana, beijando a face de um negro que se ajoelhou diante dele para oscular-lhe os pés”³⁵. A descrição, ainda que se pense, imaginada por Osvaldo Orico, pois a obra “O Tigre da Abolição”, aqui referenciada, foi editada em 1931, já mostra uma pista de como o ato do dia 13 de maio foi lembrado posteriormente. Cabe no presente não os relegar como inúteis, mas fazer o necessário cotejamento entre as visões da época, e o que se entendia como memória, e os dados alcançados por uma nova historiografia. Ainda olhando para uma encenação de época, tem-se o último e derradeiro ato:

³² REVISTA ILLUSTRADA. Rio de Janeiro, 5 maio 1888, p.2. Arquivo Hemeroteca digital da Biblioteca Nacional. Disponível em: < <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>>. Acesso em: 27 jan. 2016.

³³ ORICO, op. cit., p. 153.

³⁴ JORNAL DO SENADO, edição especial de 13 maio 2009. Em homenagem aos 120 anos da Lei Áurea, Ano XI, Nº 2.801/172. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/noticias/jornal/arquivos_jornal/arquivosPdf/emca_rte_abolicao.pdf>. Acesso em: 5 de jul. 2015.

³⁵ ORICO. **O Tigre da Abolição**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977. p.155.

Assinada a Lei Áurea. No Paço da Cidade, senadores e outras autoridades observam D. Isabel assinar a Lei Áurea [...]. Na tarde de ontem, domingo, a Princesa Isabel sancionou a lei que pôs fim a mais de 300 anos de escravidão. [...] A Lei João Alfredo, já chamada de Lei Áurea, foi aprovada em tempo recorde na Câmara dos Deputados e no Senado. Calcula-se que cerca de 5 mil pessoas se concentraram diante do Paço da Cidade. O povo irrompeu em aplausos quando Joaquim Nabuco, de uma sacada, comunicou que não havia mais escravos no Brasil. Ao surgir em uma janela, Dona Isabel foi aclamada pelos manifestantes. A Lei Áurea (nº 3.353) tem apenas dois artigos: “Art. 1º É declarada extinta desde a data desta lei a escravidão no Brasil. “Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário”.³⁶

O texto assinado pela princesa foi curto e simples, mas o cenário, o Paço Imperial, onde estavam os principais atores, e todo o caminho que a ele levava estava repleto de expectadores, que se acomodavam como podiam, chegando até mesmo a ocupar as copas das árvores. Enfim, toda a população festejava o “grande final” da saga abolicionista. Aplausos e mais aplausos. Uma cena das mais comoventes é assim descrita ainda por Osvaldo Orico:

Nisso, na sala do trono, em meio da massa que se acotovela, forma-se uma ala a exigir que todos se afastem. O povo comprime-se num grande esforço, eis que atravessa o recinto, asfixiado e rouco, carregado de braço em braço como um ídolo a quem tivessem dado vida, o herói popular de toda a campanha, José do Patrocínio. Vem aos trancos e safanões. Atira-se aos pés da princesa, procurando beijá-los e soluça um discurso molhado de lágrimas... É ao mesmo tempo comovedor e épico esse instante em que, pela voz do mais autorizado dos seus paladinos, a raça negra oferece à Redentora o testemunho de sua iluminada gratidão.³⁷

Os episódios descritos formaram o epílogo da campanha abolicionista e refletem o clima emocional que foi dado ao ato da assinatura da Lei Áurea, que, certamente, influenciou, dentre outros fatores, o posicionamento político dos libertos: “A manipulação do imaginário social é particularmente importante em momentos de mudança política e social...”.³⁸

Libertos, por alforria ou pela força da Lei de 13 de maio de 1888, de maneira geral, tinham simpatia por D. Pedro II, que soube muito bem explorar sua imagem do imperador pai do povo, que, com sua barba branca e olhos azuis compassivos, a todos protegia. Com a guerra do Paraguai, vestiu-se de soldado, declarando-se como o voluntário da pátria, número 1. Até hoje há um toque de emoção ao se observar, em

³⁶JORNAL DO SENADO, edição especial de 13 maio 2009. Em homenagem aos 120 anos da Lei Áurea, Ano XI, Nº 2.801/172. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/noticias/jornal/arquivos_jornal/arquivosPdf/emca_rte_abolicao.pdf>. Acesso em 13 de set. 2015.

³⁷ ORICO, Osvaldo **O Tigre da Abolição**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977. p.158.

³⁸ CARVALHO, José Murilo de. **A formação das almas**. São Paulo Companhia das Letras. 1990. p.11.

fotos da época, sua figura altaneira usando como agasalho um poncho e levando à cabeça um chapéu de abas largas.

1.3 - Emancipacionismo e abolicionismo

No parlamento brasileiro e na imprensa, a escravidão era debatida por diferentes vozes:

Para compreendermos com mais clareza essa questão, devemos atentar para a existência de três grupos que na época a debateram: os emancipacionistas, partidários da extinção lenta e gradual da escravidão; os abolicionistas, que propunham a libertação imediata dos escravizados; e, por fim, como seria de esperar, os escravistas, defensores do sistema ou, pelo menos, da indenização dos proprietários caso a abolição fosse sancionada. Os conflitos entre essas três correntes definiram o ritmo da extinção da escravidão.³⁹

Essas posições, aparentemente inconciliáveis em suas diferenças, foram defendidas ao longo de décadas, muitas vezes procurando – e com concessões mútuas – fazer avançar o debate. Os setores contrários à escravidão – emancipacionistas e abolicionistas – bem como os escravistas, tinham em mente o exemplo do Haiti, que, por meio de uma revolta negra, acabou com a escravidão, já em 1794, e para todos “O Haiti poderia ser aqui”. O exemplo da abolição nos EUA, conseguida por meio do decreto presidencial de 1863, mas em meio a uma sangrenta guerra civil, também era um referencial para os que pensavam no fim do trabalho compulsório.

As principais dúvidas e questionamentos giravam em torno dos efeitos da adoção sistemática do trabalho livre para as classes proprietárias, assim como para a economia do país, que delas dependia, além do temor de uma possível revolta escrava de proporções da haitiana. A ideia de “dormir com o inimigo” andava em cabeças e vozes de proprietários de escravos. O medo não era totalmente infundado, pois fugas em massa e atos de violência contra senhores eram anunciados em jornais e eram tema de conversas entre os mais diversos setores da população.

³⁹ DEL PRIORE, Mary; VENÂNCIO, Renato. **Uma breve história do Brasil**. São Paulo: Planeta do Brasil, 2010. p. 203.

Embora essa reflexão remonte aos anos de 1870, a década de 80 é privilegiada, porquanto, nesse período, o abolicionismo e o movimento republicano alcançaram o seu ápice, mas não é demais lembrar que o emancipacionismo teve como um dos seus mais precoces porta-vozes, José Bonifácio, quando de sua representação à assembleia nacional constituinte e legislativa do império do Brasil, pela província de São Paulo. Essa representação, entretanto, não chegou a ser efetivada, pois a assembleia, que deveria elaborar a primeira constituição da nação independente, foi dissolvida, e Bonifácio foi preso e exilado assim como outros deputados. Logo no início do texto, destacam-se, segundo ele, dois importantes argumentos para o desenvolvimento do país:

O primeiro é um novo regulamento para promover a civilização geral dos índios do Brasil, que farão com o andar do tempo inúteis os escravos, cujo esboço já comuniquei a esta Assembleia. Segundo, uma nova lei sobre o comércio da escravatura, e tratamento dos miseráveis cativos. Este assunto faz o objeto da atual representação. Nela me proponho mostrar a necessidade de abolir o tráfico da escravatura, de melhorar a sorte dos atuais cativos, e de promover a sua progressiva emancipação.⁴⁰

Parece ser esse o tom do debate sobre o fim da escravidão que se estabeleceu décadas depois e que acompanhou as diversas leis elaboradas pelo parlamento e sancionadas pelo governo imperial. Nota-se, que José Bonifácio olha para o índio, totalmente esquecido no decorrer dos anos, e prevê seu destino, ou seja, o de estar integrado ao “mundo civilizado” como substituto do trabalhador escravo, sendo que este último deveria ter a sua vida melhorada. A liberdade, porém, deveria vir de maneira lenta, gradual e segura. Tudo era uma questão de tempo e este deveria dar um bom termo à tão importante questão.

Assim, enquanto cativos eram obrigados a trabalhar em ritmo rápido e totalmente inseguros, seja pelas precárias condições que envolviam várias de suas tarefas, seja por não lhes pertencer o destino da própria vida, a libertação deveria vir de maneira gradual, segundo Bonifácio e tantos outros. A extinção do trabalho escravo deveria vir de modo a não causar grandes traumas econômicos e sociais. Essa posição era respaldada pelo chefe de Estado brasileiro, em sua “Fala do Trono” de 1867,

⁴⁰ SILVA, José Bonifácio de Andrada e. **Representação de José de Bonifácio à Assembleia Geral Constituinte de 1823**. Paris: Typhografia de Firmim Didot, 1825 Acervo Biblioteca Brasilliana Guita e José Mindlin - USP. Disponível em <www.brasilliana.usp.br/bbd/handle/1918/01688900>. Acesso em: 27 set. 2015.

O elemento servil no Império não pode deixar de merecer oportunamente a vossa consideração, provendo-se de modo que, respeitada a propriedade atual, e sem abalo profundo em nossa primeira indústria – a agricultura –, sejam atendidos os altos interesses que se ligam à emancipação. Promover a colonização deve ser objeto de vossa particular solicitude.⁴¹

Entre os abolicionistas existiam diferenças de opinião quanto à condução da luta. Havia aqueles considerados como mais radicais, que advogavam o fim da escravidão, ou seja, o trabalho no Brasil deveria ser livre sem mais delongas, desconsiderando os interesses dos proprietários de escravos. Essa tendência era tida, portanto, como de cunho mais radical, sendo a mais temida e combatida tanto pelos escravagistas quanto pelos emancipacionistas.

Outro grupo de abolicionistas considerava medidas indenizatórias para ressarcir os proprietários de seus prejuízos com a perda da mão de obra escrava. Já os escravocratas declarados não abriam mão do uso do trabalho escravo sob os mais diferentes argumentos, sendo o mais forte e usual o de que a economia do país, essencialmente agrária, entraria em colapso sem o braço escravo. Esse era um forte argumento, que amedrontava não só a elite fundiária, mas todos aqueles que receavam uma possível crise econômica que viesse afetar vários setores da população.

É importante considerar que uma linha tênue separava os emancipacionistas dos abolicionistas, sendo que estes muitas vezes aprovaram medidas de caráter emancipacionista julgando que, naquele momento, era o possível a ser feito dentro da correlação de forças políticas e sociais envolvidas no término da escravidão. A partir da percepção dessas três posições, pode-se estabelecer as lutas parlamentares que se agudizaram na década de 1880, mas que de alguma maneira foram gestadas na década de 1870.

Para as elites políticas que atuavam no parlamento brasileiro, décadas mais tarde, a voz do regente Feijó parecia ainda se fazer ouvir com muita atenção quando as revoltas que abalaram o país especialmente durante o período regencial, tinham sido derrotadas. Assim disse Feijó: “ O brasileiro não foi feito para a desordem, que o

⁴¹ **Abolição no Parlamento:** 65 anos de luta (1823 – 1888). Biblioteca Digital Senado Federal, Secretaria especial de Editoração e Publicação, Brasília 2012, v. 2, p.269. Disponível em <<http://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/243294>.> Acesso em 24 fev. 2016.

seu natural é o da tranquilidade e que ele não aspira a outra coisa além da constituição jurada, do gozo de seus direitos e de sua liberdade. ”⁴²

Além do parlamento brasileiro dividido sobre a questão da escravidão, o Instituto da Ordem dos Advogados Brasileiros (IAB), fundado em 1843, que reunia os juristas e advogados dentro da ordem imperial, teve papel importante para a formulação de leis de caráter emancipacionista. Eduardo Spiller Penna, em livro sobre a atuação do IAB, define de maneira precisa como os seus membros viam a condução do processo para o término da escravidão no Brasil “Imbuídos, certamente, de ideais, eles estavam preocupados acima de tudo com razões de Estado: a necessidade de conter e conduzir um processo social ameaçador, a fim de preservar as hierarquias sociais existentes.”⁴³ Enfim, controle e condução do processo visando a manutenção da ordem e o respeito à propriedade privada balizaram os discursos e ações das elites políticas.

Apesar das atitudes cautelosas vindas dos poderes constituídos, os tambores negros tocavam cada vez mais fortes e as notícias de fugas em massa das fazendas e boatos de conspirações, para uma grande revolta escrava, tornavam-se cada vez mais comuns, como exemplifica a carta anônima recebida pelo chefe de polícia da corte em 1885:

Incógnitos. Sociedade Secreta Abolicionista, cujo centro é a Corte, organizada com intuito de revolucionar a arraia-miúda e com ela apoiar a insurreição geral dos escravos para esse fim preparada na Corte, Província do Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná e Rio Grande do Sul, nestes três ou quatro meses, por esta foram mandados 50 agentes pelas cinco províncias do Império [...]. Procuram no seu itinerário os filiados a quem dão instruções verbais e animam mostrando a proclamação que trazem com os dizeres: Viva o Imperador, Viva a Família Imperial, abaixo o Ministério e viva a liberdade Geral dos Escravos: assinaturas entre outras de Dantas, Joaquim Nabuco e muitos outros [...]. Dizem que são apoiados pelo Conde D’Eu e que já contam com 400 subscritos...⁴⁴

Este trecho da carta, além de evidenciar o pânico diante de uma possível sublevação escrava que estaria sendo urdida, é revelador na sua intenção de

⁴² COSTA, Emília Viotti da. **Da Monarquia à República: momentos decisivos**. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999. p.153.

⁴³ PENA, Eduardo Spiller. **Pajens da casa imperial: jurisconsultos, escravidão e a Lei de 1871**. Campinas, São Paulo: Editora da Unicamp, Centro de Pesquisa em História Social da Cultura, 2001. p. 22- 23.

⁴⁴ MACHADO, Maria Helena Pereira Toledo. *Teremos Grandes Desastres, se Não Houver Providências Enérgicas e Imediatas: A Rebelião dos Escravos e a Abolição da Escravidão* In: Grinberg Keila e Salles Ricardo (Orgs.). **O Brasil Imperial. Volume III- 1870-1890**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014. p.393.

aproximar políticos monarquistas, como Nabuco e o conde D’Eu, marido da princesa Isabel, de uma possível conspiração pelo fim do trabalho escravo, o que poderia levar o país ao caos. O boato pode ter sido espalhado por setores abertamente escravocratas ou por republicanos que desejavam ligar a monarquia a uma situação de insegurança social. Note-se que Joaquim Nabuco fazia parte de um grupo de abolicionistas que viam o parlamento como o *locus* privilegiado para a condução do processo, alertando sempre para o perigo de uma convulsão social. E foi esse abolicionismo de caráter mais moderado que deu o tom predominante à campanha. Tanto ele como outros abolicionistas aventaram a hipótese da formação de um partido abolicionista, porém tal não se configurou, e a luta prosseguiu sob forma de “movimento”, do qual fizeram parte várias correntes, nem sempre coesas entre si.

Em relação às contradições e às ambiguidades do cenário político no qual se desenvolvia a campanha abolicionista, e também a respeito do que poderia ser um “partido abolicionista”, as palavras de Nabuco mostram as cisões e indefinições dos partidos políticos em relação ao fim do cativeiro:

O sentido em que é geralmente empregada a expressão partido abolicionista não corresponde ao que, de ordinário, se entende pela palavra partido. A esse respeito algumas explicações são necessárias. Não há dúvida de que já existe um núcleo de pessoas identificadas com o movimento abolicionista, que sente dificuldade em continuar filiadas nos partidos existentes, por causa das suas ideias. Sob a bandeira da abolição, combatem hoje liberais, conservadores, republicanos,[...] sem outro compromisso – e este tácito e por assim dizer de honra política – senão o de subordinarem a rejeição partidária a outra maior, à consciência humana. Assim como, na passada legislatura, diversos liberais julgaram dever votar pela ideia abolicionista de preferência a votar pelo seu partido, também nas seguintes encontrar-se-ão conservadores prontos a fazer outro tanto e republicanos que preferiram combater pela causa da liberdade pessoal dos escravos a combater pela forma de governo da sua aspiração.⁴⁵

Nabuco ao comentar o ideário abolicionista, o coloca acima de qualquer injunção partidária, o que em alguns episódios realmente aconteceu como será visto mais adiante em atuações, como a de José do Patrocínio. Porém, o discurso abolicionista reverberava muitas vezes de acordo com os interesses dos partidos políticos como foi o caso do partido Republicano. Em sua digressão Nabuco avança:

A simples subordinação do interesse de qualquer dos atuais partidos ao interesse da emancipação basta para mostrar que o partido abolicionista, quando surgir, há de satisfazer um ideal de pátria mais elevado, compreensivo e humano, do que o de qualquer dos outros partidos já formados, os quais são todos mais ou menos sustentados e bafejados pela escravidão. Não se pode todavia, por enquanto, chamar partido à corrente de

⁴⁵ NABUCO, Joaquim. **O abolicionismo**. 4^a ed. Petrópolis/Brasília: Vozes/INL, 1977. p. 62-63.

opinião, ainda não encaminhada para seu destino, a cuja expansão assistimos. Entende-se por partido não uma opinião somente, mas uma opinião organizada para chegar aos seus fins: o abolicionismo é por hora, uma agitação, e é cedo ainda para se dizer se será algum dia um partido. Nós o vemos desagregando fortemente os partidos existentes, e até certo ponto constituindo uma igreja à parte composta dos cismáticos de todas as outras. No Partido Liberal, a corrente conseguiu, pelo menos, pôr a descoberto os alicerces mentirosos do liberalismo entre nós. Quanto ao Partido Conservador, devemos esperar a prova da passagem pelo poder que desmoralizou os seus adversários, para sabermos que ação o abolicionismo exercerá sobre ele. Uma nova dissidência, com a mesma bandeira de 1871, valeria um exército para a nossa causa. Restam os republicanos. O abolicionismo afetou esse partido de um modo profundo, e a nenhum fez tanto bem. Foi a lei de 28 de setembro e a ideia, adrede espalhada entre os fazendeiros, de que o Imperador era o chefe do movimento contra a escravidão, que de repente engrossou as fileiras republicanas com uma leva de voluntários saídos de onde menos se imaginava [...] Como era natural, por outro lado, o abolicionismo, depois de muitas hesitações, impôs-se ao espírito de grande número de republicanos como uma obrigação maior, mais urgente, mais justa, e a todos os respeitos mais considerável, do que a de mudar a forma do governo com o auxílio de proprietários de homens⁴⁶.

A análise de Joaquim Nabuco faz ver que o parlamento brasileiro, em relação ao abolicionismo e mesmo no tocante à mudança da forma de governo, foi regida pela “dialética da ambiguidade”⁴⁷, expressão usada por José Murilo de Carvalho, que a pede emprestada ao sociólogo Guerreiro Ramos, como referência para as relações de dependência entre a aristocracia agrária e o Estado brasileiro resultando em atitudes nem sempre claras dos partidos políticos no encaminhamento do processo abolicionista.

O Estado e a elite que o dirigia não podiam de um lado, prescindir do apoio político e das rendas propiciadas pela grande agricultura de exportação, mas, de outro se viam relativamente livres para contrariar os interesses dessa mesma agricultura quando se tornasse possível alguma coalizão com outros setores agrários.⁴⁸

Aqui, estende-se a expressão usada pelos autores citados como uma categoria que vai balizar este capítulo, pois pode ser aplicada com pertinência às instâncias políticas da corte imperial e às tomadas de posição frente aos dois grandes temas que poderiam abalar as nossas instituições monárquicas. O parlamento brasileiro era cambiante, oscilando de acordo com os interesses políticos mais imediatos:

Longe de não se distinguirem em termos de composição e ideologia, os partidos se revelaram instrumentos úteis para entender as fissuras da elite,

⁴⁶ibid. p.62, 63.

⁴⁷ CARVALHO, José Murilo de. **A construção da ordem: a elite política imperial**. Rio de Janeiro: Ed. Campus, 1980. p.177.

⁴⁸ Ibid., p.180.

mesmo que essas fissuras fossem de natureza a provocar apenas reajustes no sistema. Mais do que isto, no entanto, seria irrealista esperar ⁴⁹.

Os partidos políticos certamente abrigavam uma elite política pragmática na defesa de seus interesses, muito mais preocupada na manutenção de um poderio político do que em transformações profundas, que por ventura viessem abalar uma ordem baseada na exclusão social.

1.4 - O caminho para a abolição do trabalho escravo.

A Lei nº 2.040, de 28 de setembro de 1871, que veio sob a égide do ministério conservador de Rio Branco, conhecida como a “Lei do Ventre Livre”, declarava livres os filhos de escravas nascidos a partir da data de sua publicação, sendo que, até os oito anos de idade, essas crianças deveriam ficar sob a proteção de seus senhores, que poderiam receber uma indenização por gastos ou usufruir do trabalho do então infante até os 21 anos de idade. Dessa maneira, fechavam-se as comportas de reprodução do elemento servil, continuando o avanço obtido em 1850 com a efetiva proibição do tráfico negreiro. De imediato, o impacto para os senhores de escravos não foi muito grande, ao se entender que ganhavam um tempo bastante significativo para dispor do trabalho dos menores.

A referida lei, bastante detalhada e com inúmeros artigos, criava o Fundo de Emancipação de Escravos, que, segundo Dauwe: “atendeu a objetivos muito definidos, que não eram o de libertar escravos em grande escala, mas o de fazê-lo dentro de critérios definidos, que previam justamente uma pequena quantidade de libertações”⁵⁰. Assim, o escravo podia usar suas economias, um pecúlio, formado por doações ou fruto de trabalho concedido pelos senhores. A formação desse pecúlio tornava-se mais viável para os escravos de ganho que viviam nos perímetros urbanos. Fica claro, que o Estado imperial promoveu o processo de libertação como queriam as nossas elites, e, como dito anteriormente, de maneira lenta, gradual e segura.

⁴⁹ Ibid., p.226.

⁵⁰ DAUWE, Fabiano. **Liberdade inconveniente: os múltiplos sentidos da liberdade pelo fundo de emancipação de escravos**. X ENCONTRO ESTADUAL DE HISTÓRIA, 2010. p. 3. **ANAIS do X Encontro Estadual de História da ANPUH-RS**. Disponível em: < [http://www.eeh2010.Anpuh-rs.org.br/resources/anais/9/1279495113_ARQUIVO_Artigo para o Simposio-FabianoDauwe.pdf](http://www.eeh2010.Anpuh-rs.org.br/resources/anais/9/1279495113_ARQUIVO_Artigo%20para%20o%20Simposio-FabianoDauwe.pdf) >. Acesso em: 18 jan. 2016.

A criação do Fundo era extremamente detalhada, descendo a minúcias, com muitos critérios de exclusão para se ter direito ao pecúlio como o que estabelecia: “os escravos que estivessem buscando judicialmente a liberdade”⁵¹. A lei estabelecia o registro de escravos, no qual deveria constar nome, idade, estado civil e alguns outros dados. Os escravos que não fossem registrados dentro de um ano seriam considerados livres. Imagina-se as dificuldades dos candidatos à emancipação para serem beneficiados pela lei complexa e, algumas vezes, artilosa. Os arbitramentos judiciais podiam ser uma possibilidade de o escravo ver seu direito ao pecúlio reconhecido, dependendo de uma conjunção de fatores, entre eles, a necessidade de um bom e empenhado advogado que o representasse. De qualquer maneira, mesmo sendo os resultados práticos da lei ralos e minguados como era esperado pelos conservadores, foi aberta uma porta que seria usada como estratégia a favor dos escravos por advogados de formação, ou por rábulas, como Luiz Gama e outros.

Mesmo assim, a gritaria de muitos senhores de escravos não se fez esperar. No parlamento, as críticas à lei levantavam aspectos legais, como o direito à propriedade expresso na constituição, como também os falsamente humanitários, que viam uma total inadequação de se manter um jovem em cativeiro até os 21 anos e depois largá-lo no mundo totalmente despreparado. Outros argumentavam que as crianças escravas seriam cada vez mais indesejadas e, portanto, sujeitas a um verdadeiro infanticídio. Os defensores da lei subiam o tom nos debates, tomando como argumento, entre outros, o da imagem do país que já se encontrava comprometida pela manutenção de uma tão arcaica instituição, enquanto em países vizinhos, como Argentina, Uruguai e Paraguai, a escravidão já havia sido banida. Argumentavam também, que o trabalho livre era mais lucrativo do que o trabalho do escravo.

Para os mais interessados, os escravos, não houve benefícios perceptíveis, e, na confusão de informações desencontradas aos ouvidos de uma massa de analfabetos, considerando-se aqui, principalmente, a população rural, composta em grande parte por escravos, o clima de insegurança e revolta cresceu. Muitos cativos viam a lei como o fim do cativeiro e, como tal não acontecesse, sentiam-se traídos, aumentando, assim, o número de rebeliões.

⁵¹SANTOS, Lucimar Felisberto dos. Os bastidores da lei: estratégias escravas e o Fundo de Emancipação. **Revista História**. Salvador, v.1, n.2, 2009. p.21. Disponível em: <<http://www.Revistahistoria.ufba.br>>. Acesso em: 18 jan. 2016.

Certamente, a maneira lenta e gradual do processo abolicionista foi a saída vista como mais viável dentro da vocação parlamentar dos acordos e das concessões tão comum à trajetória político-partidária do país. Ao contrário do que se poderia pensar, a lei de 1871 foi aprovada com o apoio dos conservadores do Norte e do Nordeste e não dos liberais dos centros econômicos do Sudeste. E aqui, retorna-se à fala de José Murilo de Carvalho: “Frequentemente, os liberais reformistas propunham as reformas e os conservadores as implementavam”⁵². No avanço das reformas, a máxima continua ratificada pelos fatos, como será visto adiante.

O partido Conservador foi capaz de implementar um pragmatismo, interessado que era em uma conciliação capaz de incorporar um ideário progressista de maneira gradual, que assim, estabelecia na prática a “dialética da ambiguidade”, já referida. A lei de 1871 foi objeto de diferentes interpretações tanto à época de sua aprovação quanto hoje, quando seus significados são vistos sob ângulos diferentes. Luiz Carlos Soares comenta as polêmicas geradas na ocasião da aprovação da Lei.

Embora para os grandes proprietários de escravos a Lei Rio Branco passasse a ser considerada como a “última palavra” na questão da libertação do “elemento cativo”, para muitos setores da opinião pública, localizada sobretudo nos centros urbanos ela era extremamente insuficiente para a resolução da questão como um todo.⁵³

Sidney Challoub entende a lei como reconhecimento legal de situações já consagradas na prática, entre as quais a do direito ao pecúlio e afirma: “Na verdade a lei de 28 de setembro pode ser interpretada como exemplo de uma lei cujas disposições mais importantes foram ‘arrancadas’ pelos escravos às classes proprietárias.”⁵⁴ A respeito da lei pode-se dizer que mesmo tendo sido fruto de ardis e acordos dos parlamentares, esses, mesmo que não estivessem ouvindo ecos retumbantes da escravaria, certamente, ouviam comentários e sussurros que amedrontavam a classe proprietária.

O mesmo gabinete conservador de Rio Branco que ao aprovar a Lei do Ventre Livre, mexeu com interesses dos escravistas ao reconhecer legalmente “direitos para escravos” também encetou a reforma do ensino, que deu oportunidade para que um

⁵² CARVALHO. **A Construção da Ordem: a elite política imperial**. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1980. p.175.

⁵³ SOARES, Luiz Carlos. **O “ Povo de Cam” na Capital do Brasil: A Escravidão Urbana no Rio de Janeiro do Século XIX**. Rio de Janeiro: FAPERJ /7Letras, 2007. p. 298.

⁵⁴ CHALHOUB, Sidney. **Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na corte**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. p.160.

maior número de jovens tivesse acesso ao ensino superior, anteriormente, quase que um privilégio reservado aos oriundos de “famílias importantes”. Aos poucos uma mocidade, carente de uma profissão que lhe desse recursos econômicos e prestígio social, foi-se formando. Trata-se da “geração de 1870”, expressão dada por Angela Alonso ao se referir a ela em:

O epíteto “geração 1870” circunscreve os indivíduos chegando à idade adulta e ao “mercado de trabalho” ao longo dos anos 1870 e início dos anos 1880[...] as instituições imperiais prejudicavam suas carreiras ou bloqueavam seu acesso às posições de proeminência.⁵⁵

Geração essa que queria mudanças e, se um pouco mais tarde aderiu ao republicanismo, naquele momento abraçou com força o abolicionismo. A escravidão era pauta de discussões acaloradas por estudantes que retornavam da Europa e não se conformavam em ver esse “atraso social”, enquanto o resto do mundo civilizado e culto já tinha dado adeus à escravidão. Era a gestação de uma nova mentalidade, que, em muitos casos, ia de encontro ao que pensavam e queriam suas famílias aristocráticas. Em suma, jovens de diferentes origens sociais clamavam por mudanças, e a abolição do trabalho escravo certamente era a mais urgente.

Na movimentação dos partidos políticos, o compasso era outro, com avanços e recuos, e, naquele momento, houve por parte dos liberais, com poucos representantes na câmara, um certo esvaziamento da agenda abolicionista no pós-71, que se deslocou mais para a imprensa. De qualquer maneira, a década de 1870 parece ter marcado um lento e sempre crescente declínio do império brasileiro.

Não só a agenda abolicionista era tratada pelo parlamento de maneira a parecer que as reformas necessárias ao país estavam sendo feitas, quando na realidade o jogo era de protelações e artimanhas a fim de que as estruturas de um Estado elitista e excludente não sofressem mudanças significativas. Como já se fez referência anteriormente, a queda do Gabinete Zacarias de Góes trouxe de volta o predomínio dos conservadores e os liberais passaram a reclamar por uma reforma eleitoral que diminuísse a influência do governo nesse quesito. Pretendia-se que as eleições fossem diretas, o que em primeira mão, parecia um avanço, porém o projeto só voltou para a pauta do parlamento dez anos depois com a volta dos liberais. Mais

⁵⁵ ALONSO, Angela. **Ideias em movimento: a geração 1870 na crise do Brasil Império**. São Paulo: Paz e Terra, 2002. p.43.

uma vez, repetia-se a prática das elites políticas ao pregarem por mudanças sem que seus interesses fossem contrariados

As discussões versavam sobre a maneira como seria feita a reforma. Em suma, os senadores regidos pelo medo da perda de certas vantagens não concordavam que a nova lei viesse por meio de uma reforma constitucional. Temiam com isso perder privilégios como o da vitaliciedade de mandato. A reforma foi aprovada por lei ordinária, mitigando os riscos da perda de regalias. O novo chefe do gabinete de ministros, o liberal José Antonio Saraiva definiu bem o espírito das tratativas parlamentares ao dizer que “[...] Não tinha escrúpulos constitucionais.”⁵⁶ Sob o manto de um liberalismo elitista foram introduzidos mecanismos, tais como: exclusão dos analfabetos ao direito de voto e maior rigor na comprovação de renda para ser eleitor, já que o critério censitário não foi excluído. Essas duas disposições tiveram o efeito de diminuir drasticamente a participação eleitoral. A matreirice era tal, que introduziram o direito de voto para os libertos e a redução da idade mínima do eleitor para 21 anos. Cabe lembrar o que diz José Murilo de Carvalho: “Em um país com 81% da população livre analfabeta.”⁵⁷ e perguntar: Qual o número de libertos alfabetizados? Quantos eleitores podiam cumprir as exigências para a comprovação de renda? Quantas pessoas entendiam que as mudanças muitas vezes significavam um retrocesso?

Na eleição seguinte, Nabuco que defendia o abolicionismo por meio da via parlamentar, teve uma minguada votação, não conseguindo se eleger. Patrocínio, que, em 1884, pleiteava uma cadeira no parlamento como forma de inserir a luta abolicionista dentro da mais alta corte política brasileira, vista, segundo ele, como o mais importante canal para obter a principal e mais urgente reforma no país, a abolição do trabalho servil, foi derrotado.

O que se pode notar é que reinava a maximização tão cara às instituições políticas de do país: “Se queremos que tudo continue como está, é preciso que tudo mude.”⁵⁸ Os abolicionistas tiveram que encarar uma mudança de estratégia,

⁵⁶ CARVALHO, José Murilo de; CAMPOS, Adriana Pereira (orgs.). **Perspectivas da cidadania no Brasil Império**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011. p. 44.

⁵⁷ CARVALHO, José Murilo de; CAMPOS, Adriana Pereira (orgs.). **Perspectivas da cidadania no Brasil Império**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011. P. 44.

⁵⁸ LAMPEDUSA, Tomasi Di. **O Gattopardo**. Rio de Janeiro: Best Bolso, 2007, p.69. O romance fala das lutas políticas no processo da unificação italiana, retratando a decadência da nobreza e a ascensão econômica de uma burguesia, com os acordos de conveniência feitos em face de uma nova realidade social e política.

ocupando teatros, clubes e todos os outros espaços onde pudessem veicular sua campanha. Naquele momento, o parlamento estava sob o controle dos defensores da escravidão, que alcançaram uma expressiva representação. Decididamente, as eleições diretas em nada contribuíram para que houvesse a mais importante mudança na estrutura social do país.

A chefia do gabinete de ministros volta aos liberais, na figura de Sinimbu, pertencente à ala mais retrógada do partido, muito mais sensível às razões escravocratas que às abolicionistas. Nesse momento, a questão da abolição retorna à pauta do parlamento, pela proximidade do fim do prazo para a efetivação da lei de 1871, na qual os nascidos após a sua publicação, ao completarem oito anos ou ficariam com seu ex-senhor até os 21 anos, ou sob a tutela do Estado mediante indenização. Mas, o presidente do gabinete de ministros fez ouvidos moucos para as vozes que pediam a verdadeira implantação da lei e começou a tratar da vinda de imigrantes como forma de solucionar uma possível crise de mão de obra na lavoura.

Proprietários de terras, em um movimento antecipatório a qualquer medida de caráter abolicionista, organizaram congressos agrícolas com o apoio do ministério⁵⁹. Apesar do governo tentar impedir o avanço de medidas mais radicais, a agitação abolicionista crescia. Era vivido o momento no qual a velha ordem estava sendo contestada e uma nova ordem começava a ser gestada – o embate de forças era inevitável. Os escravocratas protegiam-se dentro de suas muralhas, ou seja, o direito de propriedade, as razões econômicas e a estabilidade social. Os abolicionistas investiam contra as muralhas escravistas, bradando em favor da liberdade, contra a iniquidade da escravidão e contra o atraso social e econômico que elas representavam.

Em julho de 1884, o ministro liberal Souza Dantas apresentou um projeto que, em linhas gerais, propunha a libertação dos escravos sexagenários, sem indenização a seus proprietários, e aumento de impostos para reforçar o Fundo de Emancipação. Para os proprietários de escravos, nas capitais e em outras cidades, a taxação seria mais elevada, o que denotava a intenção de manter ainda no campo os que continuavam escravos. Os escravocratas declarados, de pronto, manifestaram-se contra o projeto, pois, se mais não fora, havia uma circunstância que lhes era

⁵⁹ ALONSO Angela. **Flores, votos e balas: o movimento abolicionista brasileiro (1868 – 1888)**. São Paulo: Companhia das letras, 2015. p.121.

altamente preocupante, porquanto, quando da sanção da Lei do Ventre Livre, muitos senhores adulteraram as idades das crianças, filhas de cativos, fazendo parecer que tinham nascido antes da mencionada lei. Assim, traídos por suas próprias artimanhas, viram que muitos de seus escravos, sem que na realidade tivessem alcançado a idade de 60 anos, seriam libertados, caso o projeto fosse aprovado.

Seguiram-se as manobras parlamentares para evitar a aprovação do projeto, nas quais os liberais tiveram um papel destacado. O resultado final foi a negação pela câmara de um voto de confiança ao ministério Dantas, fazendo ruir o seu projeto e o próprio ministério. Seguiu-se o gabinete de José Antônio Saraiva, também liberal, porém considerado mais palatável aos opositores do que seu antecessor. O novo ministério conseguiu a proeza, segundo os abolicionistas, de mutilar irreparavelmente o projeto Dantas, pois, embora mantivesse a cláusula de liberdade para os sexagenários, estabelecia que esses deveriam trabalhar para os seus senhores até a idade de 65 anos; aumentava as cotas do Fundo de Emancipação para além dos preços de mercado; e estabelecia multa ou prisão por até dois anos aos possíveis acoitadores de escravos. Em suma, o projeto Saraiva, além de forçar os sexagenários a trabalhar por mais cinco anos, estabelecia que os ex-escravos não poderiam sair do município onde estavam estabelecidos, e aqueles que o fizessem podiam ser presos e encaminhados para trabalho compulsório em obras públicas.

O projeto, que previa também a cessação do tráfico interprovincial – ao contrário do que se podia esperar – foi aprovado com a ajuda dos conservadores, pois os liberais, divididos no apoio e na oposição ao gabinete, não puderam garantir a aprovação da nova lei. Não contando com maioria no parlamento, Saraiva pediu demissão, tendo ficado na chefia do governo no período de maio de 1885 a agosto do ano vigente. Na dança quase que vertiginosa da troca de ministérios, pois, “entre 1840 e 1889, revezaram-se 37 gabinetes, constatando-se permanência média no poder de pouco mais de um ano para cada ministério”⁶⁰, o imperador pediu que o escravocrata e conservador Cotegipe, formasse um novo gabinete embora tendo consciência de que o mesmo representava uma minoria parlamentar. Parte dos liberais amargou essa

⁶⁰ FERRAZ, Sergio. A Dinâmica Política do Parlamentarismo do Império: Gabinetes, Câmara dos Deputados e Poder Moderador (1840-1889). In: III SEMINÁRIO DISCENTE DA PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA DA USP, p.5. abr. 2013. São Paulo. **Revista Almanack – Unifesp**. Disponível em: <www.almanack.unifesp.br/files/journals/.../1056-1082-1-RV.docx>. Acesso em: 11 de jun. 2016.

nomeação sob protestos, indignados, como foi o caso de Joaquim Nabuco, que a via como um retrocesso para a aprovação do fim definitivo do cativo no país.

Nos debates que se seguiram, emergiu a figura de Antonio Prado, que iria fazer toda a diferença: o conservador e abertamente escravocrata, representante da província de São Paulo, que de início fez oposição ao projeto Saraiva, alegando que este feria o direito de propriedade, em pouco tempo passou a apoiá-lo sob condições. Uma delas seria que o governo desse incentivo pecuniário aos fazendeiros para a vinda de imigrantes como mão de obra substituta. A apelidada da Lei dos Sexagenários foi aprovada em 28 de setembro de 1885. Em junho de 1886, quando da regulamentação da Lei Saraiva-Cotegipe, Antonio Prado, na qualidade de ministro da agricultura, comércio e obras públicas, acrescentou-lhe uma série de disposições que foram classificadas pelos abolicionistas como o “Regulamento Negro”. Entre os itens, estava a proibição do comércio interprovincial de escravos, com exceção ao município neutro da cidade do Rio de Janeiro, considerado como parte da província fluminense. Essa cláusula permitia a venda de cativos para as zonas rurais de maneira absolutamente legal, sem contar que se abria a possibilidade para o tráfico ilegal com outras províncias mais próximas. Uma das consequências mais imediatas foi a diminuição de escravos na capital do império, que iriam abastecer as áreas de lavoura cafeeira carentes de mão de obra⁶¹.

Os anos de 1885 a 1888 foram extremamente conturbados dentro e fora do parlamento. Os abolicionistas acusavam Cotegipe de usar a Lei dos Sexagenários como uma vil manobra para adiar a abolição total do trabalho escravo. O presidente do conselho de ministros reagia às críticas, por vezes violentas, com uma dura repressão, proibindo, inclusive, reuniões de caráter público. A capital do país vivia um clima de extrema radicalidade entre abolicionistas e escravocratas, uma verdadeira caldeira fervilhante, onde o partido Republicano movia-se com toda cautela, tentando não se queimar. Esquivando-se no trato da questão abolicionista, sem, no entanto, negá-la.

Muitos republicanos eram declaradamente abolicionistas, porém o partido não tomava a causa como principal bandeira de luta. Afinal, o apoio dos fazendeiros escravocratas era de grande importância para o sucesso da campanha republicana,

⁶¹ CONRAD, Robert. **Os últimos anos da escravidão no Brasil: 1880- 1888**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 1978. p 284.

e naquele momento com muito menos adesão do que o abolicionismo. A esse respeito disse Aristides Lobo em 1888: “É triste ver a atitude indiferente, quase nula em que se acha o Partido Republicano da corte, perante os fatos eloquentíssimos que se desdobram aos olhos do país”⁶². No entanto, eram várias as dissensões internas entre os republicanos, o que tornava o quadro político mais confuso.

Desde a sua fundação, o partido Republicano foi organizado em seções provinciais com grande autonomia de ação e de pensamento, não havendo, assim, uma diretriz partidária única. Unidos pela adesão incontestada ao ideal federativo, viam a questão abolicionista a ser conduzida de acordo com os interesses e necessidades das várias províncias e, mais ainda, pregavam a condução da atividade econômica por meio da iniciativa privada. Sendo assim, muitos dos republicanos abolicionistas recomendavam aos seus pares que, por iniciativa própria, libertassem seus escravos, incentivando, dentro de suas possibilidades, que outros também assim o fizessem. Um republicano poderia defender medidas puramente emancipacionistas, como também o fim imediato da escravidão, ou colocar acima de tudo a necessidade da federação e conseqüentemente a descentralização do poder político com a queda da monarquia. De alguma maneira, fica a impressão de que o partido, percebendo claramente a fragilidade da monarquia, esperava receber como herança, um país sem escravos. Republicanos como Luiz Gama e José do Patrocínio, que assumiram o abolicionismo de maneira bastante radical, tiveram problemas com o partido. Ilustrativo de como era visto o partido Republicano pelos abolicionistas é o editorial do *Jornal Cidade do Rio*, em 1888, de propriedade de José do Patrocínio, que sobrepunha sua fé abolicionista a qualquer tipo de fidelidade partidária, apoiando um candidato monarquista:

A ELEIÇÃO

As nossas aspirações abolicionistas comparecem amanhã perante as urnas nos dois candidatos à representação do 1º distrito eleitoral da cidade – o Sr. Conselheiro Antonio Ferreira Vianna e o imortal jornalista republicano, o Sr. Quintino Bocayuva. Sendo certo que o partido republicano não pode ser indiferente a uma questão altamente social, cuja solução affecta dos os interesses, é mister, entretanto, ponderar que ele não tem e nem terá a responsabilidade de tal solução, pois que antes de ser governo estará ela definida por um dos partidos monárquicos[...]. Qual, pois, a utilidade de deputado republicano no parlamento atualmente? Qual das questões preferiria ele servir primeiro? – a republicana ou a abolicionista–? [...]. Os nossos sufrágios são pelo Sr. Conselheiro Ferreira Vianna. Quintino

⁶² BASBAUM, Leôncio. **História Sincera da República– Das origens a 1889**. São Paulo: Alfa Omega. 1975. p.209.

Bocayuva, no momento presente, não é senão um voto. O senhor Ferreira Vianna é uma lei.⁶³

Não se pode esquecer, entretanto, a presença de republicanos no movimento abolicionista. Maria Tereza Chaves de Mello observa que “A iniciativa real pela Abolição obscureceu o fato difundido de que a libertação dos escravos era uma bandeira do republicanismo”⁶⁴. Oferece vários exemplos de confluência entre abolicionismo e republicanismo: “Muitos republicanos exigiam que a abolição antecederse à república”⁶⁵ e cita Lúcio de Mendonça, que, em 1882, assim se pronunciara: “se o Partido Liberal fizesse a reforma do elemento servil como prometia, teria feito obra maior que a de todos os governos que tem havido nessa terra”⁶⁶. A autora, quando defende o abolicionismo como bandeira de luta, o faz como próprio dos republicanos e não, do partido Republicano. O que, certamente não deixa de ser verdade, mas escamoteia a posição do partido, que não assumiu abertamente a necessidade imediata da abolição, sem indenização para os proprietários, e sim, aproveitou-se dessa insatisfação no período pós-abolição para conseguir adesões para os seus quadros.

A ideia federativa também podia ser defendida por um monarquista liberal como Rui Barbosa a fim de tornar-se uma possibilidade de salvação do próprio regime monárquico. Enfim, as forças políticas formavam um verdadeiro caleidoscópio de posições envolvendo as mais diversas nuances. Um fato, porém, era certo: o abolicionismo era uma torrente que não poderia ser mais contida. O máximo a ser feito era tentar embarrear a rapidez de seu fluxo, ou, então, por não poder contê-lo, se curvar a algumas medidas conciliatórias, como o fim da pena de açoites para os escravos, aprovada em outubro de 1886, na vigência de um ministério chefiado por Cotegipe, que, como já foi dito, era um ferrenho escravocrata.

Fiel aos seus princípios, Cotegipe, foi o único senador do império a votar contrariamente à aprovação da Lei Áurea e, logo após a sua assinatura, cumprimentou a princesa Isabel, com um aviso altamente pertinaz: “disse francamente

⁶³ JORNAL CIDADE DO RIO. A eleição. Rio de Janeiro, quarta feira, 18 abr. 1888, p. 2. Arquivo: Hemeroteca digital da Biblioteca Nacional. Disponível em: <<http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>>. Acesso em: 27 jan. 2016.

⁶⁴ MELO, Maria Tereza Chaves de. **A república consentida: cultura democrática e científica do final do Império**. Rio de Janeiro. Editora FGV: Editora da Universidade Rural do Rio de Janeiro, 2007. p.195.

⁶⁵ Id., 2007, p.195.

⁶⁶ Id., 2007, p.195.

a Isabel que ela redimira uma raça mas perdera o trono.”⁶⁷ O fim da pena de açoites, também pode ser visto pelo prisma de acontecimentos como o fim da escravidão em Cuba naquele mesmo ano de 1886, forçando o parlamento do império brasileiro a tomar mais uma medida em direção à derrocada do cativo no Brasil, ou ainda tentar dar ao país uma configuração mais “civilizada” perante as grandes nações do mundo. Em verdade, esses dois aspectos se conjugaram com a disposição do poder Judiciário, que, àquela altura, em muitos casos, era sensível ao fim da escravidão, sendo cada vez mais acionado para garantir “direitos” dos cativos.

Ao longo do século XIX, o escravo conquistou alguns direitos de vida civil reconhecidos pelo Judiciário em um movimento que seguia as marchas e contramarchas de um ideário que imaginava o fim do trabalho escravo sem grandes rupturas. Algumas práticas e costumes foram sendo transformados em lei: a não separação da família escrava, o direito ao casamento e o resguardo de economias para a compra de alforria. Esses novos direitos, mesmo que de maneira sub-reptícia, iam construindo a simpatia dos cativos pela figura do imperador e de sua filha Isabel, a qual, durante três vezes, assumiu a regência do país. A decretação do fim dos açoites, além de resguardar os ainda escravos de terríveis sofrimentos físicos, aconteceu em um ambiente político que lhes era francamente favorável. Enquanto Cotejipe batia o pé tentando frear a roda do abolicionismo, mais ela se movimentava. Parte da magistratura dava ganho de causa a escravos, e, como assinala Evaristo de Moraes, fazendo “prevalecer o princípio segundo o qual o escravo nascido no Brasil, matriculado como sendo de filiação desconhecida, deveria ser judicialmente libertado. Só este princípio alforriou milhares de escravos”.⁶⁸

As ações abolicionistas, os próprios interesses governamentais, as iniciativas dos então ainda escravos e também de libertos certamente provocaram a incorporação de suas reivindicações por parte dos legisladores. Porém, o grande influxo motivador partia dos setores subalternos, que, muitas vezes, viram direitos se transformarem em letra morta, conforme o caso da lei de 7 de novembro 1831, em verdade, a primeira lei que proibia o tráfico de escravos para o Brasil. Não é à toa que o descumprimento sistemático dessa lei por parte da camada senhorial, com a conivência do governo imperial, amalgamou, no imaginário popular, a expressão, até

⁶⁷ CARVALHO José Murilo de. **D. Pedro II**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007. p.191.

⁶⁸ MORAES, Evaristo. **A escravidão africana no Brasil - Das origens à extinção**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998. p.120.

hoje bastante usada, “lei para inglês ver”, pois foi fruto de acordos com o governo da Inglaterra. Hoje seria a “lei que não pegou”. Porém essa lei, na época, transformou-se em um fortíssimo argumento para provar a ilegalidade da escravidão, o que foi feito por Joaquim Nabuco e outros abolicionistas.

1.5 - Entra em cena o exército

Caso não bastassem a fúria abolicionista e a insidiosa propaganda republicana, que desqualificavam a monarquia sob qualquer pretexto, o governo teve que se haver também em áreas de atrito com os militares. Assuntos internos da corporação militar chegaram aos anais do Legislativo, passearam pela imprensa que analisou os fatos de diferentes formas, e foram absorvidos por leitores com as mais variadas interpretações.

Durante a sucessão de ministérios liberais, iniciada em 1878, com Sinimbu, houve um refluxo na campanha republicana, que dava a impressão de certa solidez da monarquia brasileira. Porém, com a chegada ao poder do conservador Cotegeipe e com a aprovação da lei que permitia, mas não dava liberdade aos sexagenários, os ânimos inflamaram-se com o já assinalado recrudescimento do movimento abolicionista e a entrada em cena pública dos militares.

O coronel Ernesto Augusto da Cunha Matos que, já em 1882, tinha desrespeitado a disciplina militar ao usar a imprensa para veicular questões da caserna, voltou a fazê-lo em 1886. Um simples episódio interno transformou-se em questão política. Quando da inspeção a uma companhia de infantaria do Piauí, Cunha Matos notou desvios de fardamentos e notificou o fato ao ministro da guerra, pedindo para que o capitão-comandante daquela unidade fosse afastado, sugerindo a instalação de um inquérito a respeito do caso. O capitão implicado foi mandado a conselho de guerra.

Entra em cena, então, um deputado conservador, que levou o caso para a tribuna da câmara, maculando a imagem de Cunha Matos. A partir desse fato, iniciou-se uma verdadeira contenda pela imprensa, a qual culminou com a ordem de prisão para Cunha Matos por 48 horas. A justificativa para tal ordem era de que “segundo o

aviso de 1859, oficiais não podiam discutir questões políticas ou militares pela imprensa sem o consentimento prévio do ministro da guerra”.⁶⁹

No jornal *A Federação*, órgão do partido Republicano da província do Rio Grande do Sul, em 14 de agosto de 1886, apresentava-se, em primeira página, a correspondência vinda do Rio de Janeiro:

No dia 4 houve a reunião dos oficiais do exército e armada, tratando-se do procedimento irregular do ministro da Guerra relativamente à advertência e prisão do coronel Cunha Mattos. [...] oraram ainda diversos oficiais, tratando-se principalmente da crítica e infamante posição a que ficam expostos os militares, caso seja declarada perfeita a interpretação dada pelo senhor ministro da guerra ao aviso que proíbe aos oficiais do exército e armada as discussões pela imprensa.⁷⁰

A escolha do citado jornal do Rio Grande do Sul deu-se para corroborar como os acontecimentos envolvendo militares repercutiam em todo o país e também pelo fato do jornal autodeclarar-se, em letras garrafais na primeira página, órgão do partido republicano. Em período muito próximo, sobreveio o caso de outro oficial do exército, Sena Madureira, que, junto com o caso Cunha Matos, transformou-se em cabo de guerra entre o governo imperial e o exército brasileiro.

Em 1883, o tenente-coronel Antônio de Sena Madureira manifestou-se publicamente contra o projeto que obrigava os militares a contribuir para o seu montepio. Apesar da punição ao militar, o caso não extravasou os limites da caserna. No entanto, Sena Madureira continuou a tomar atitudes de caráter político, quando, então, convidou, em 1884, o jangadeiro cearense José Francisco do Nascimento, que se negara a transportar escravos em sua jangada, para visitar a Escola de Tiro do Rio de Janeiro, em que era comandante. Em represália foi transferido para o Rio Grande do Sul.

O ministro da guerra Alfredo Chaves, que também esteve envolvido com o caso de Cunha Mattos, levantou a proibição de militares se pronunciarem pela imprensa. Também nesse caso, as atitudes do governo passaram a ser repelidas publicamente e com atos de desagravo ao militar punido, considerando-se toda a tropa ofendida em seus brios. Estava, assim, configurado o “espírito de corpo”, que, por muito tempo, faltara ao exército brasileiro. Jovens oficiais da Academia Militar da Praia Vermelha

⁶⁹ SCHULZ John. **O Exército na Política – Origens da intervenção militar 1850 – 1894**. São Paulo: Edusp, 1994. p.105.

⁷⁰ A FEDERAÇÃO, JORNAL, Rio Grande do Sul, sábado, 14 ago. 1886, p. 1. Arquivo: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Disponível em: <<http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>> Acesso em: 27 jan. 2016.

lançaram um manifesto contra o deputado e o senador que os tinham censurado, no parlamento. Deodoro da Fonseca, um general conservador e visto como um homem que merecia a confiança do governo ocupando a vice-presidência da província do Rio Grande do Sul, apesar de apoiar as atitudes dos militares, serviu muitas vezes de intermediário entre o governo e o exército, tentando uma contemporização entre as partes atritadas, acabou voltando para o Rio de Janeiro. Sena Madureira pediu exoneração do cargo que ocupava no Sul do país, como ato de solidariedade a Deodoro. Os dois viajaram juntos de volta ao Rio de Janeiro e, como era de se esperar, foram recepcionados pelos alunos da Escola Militar da Praia Vermelha, apesar dos apelos de Cotegipe ao comandante da escola para que tal fato não ocorresse.

A essa altura, a todo e qualquer movimento feito pelo governo contrário a qualquer atitude dos militares, novos atritos eram reacendidos, e, pode-se concluir, que o ministério de Cotegipe perdeu feio na contenda. De início, foi revogada a proibição de militares se pronunciarem pela imprensa, porém com o pedido não atendido de que novas manifestações não ocorressem seguiram-se vários *rounds* e, a cada um, os oficiais davam mais demonstrações de força, exigindo que as punições a Cunha Matos e a Sena Madureira fossem excluídas de suas fichas de serviço. Deodoro, até pelo respeito que o imperador lhe tinha, foi indicado para tratar da questão junto ao governo. O ministro da guerra, Alfredo Chaves, não aceitando o tom do marechal no trato da questão, quis pedir a reforma de Deodoro, o que não foi aceito pelo imperador. Quem saiu de cena foi o ministro, que pediu demissão.⁷¹

A contenda agora envolvia a saída de um membro do mais alto escalão do Executivo e continuou com o novo ministro da guerra, que aceitava retirar as punições desde que os interessados fizessem uma solicitação de caráter formal para que as acusações que lhes eram impostas fossem retiradas de suas folhas de serviço. Deodoro, ainda na qualidade de negociador, aderiu à condição, porém os dois oficiais implicados no caso negaram-se a fazer o pedido, no que foram apoiados por outros colegas de farda. A partir desse fato, a jovem oficialidade e civis como Aristides Lobo e Campos Sales já faziam coro pela mudança de regime político. Por fim, no início de 1887, foram retiradas as punições das fichas dos oficiais. O governo imperial, de alguma forma, ficava de joelhos diante dos “cidadãos de farda”, aliançados, naquele

⁷¹ SCHULZ. **O Exército na Política – Origens da intervenção militar 1850 – 1894**. São Paulo: Edusp, 1994. p. 101-108.

momento, com os “casacas positivistas” em um coro de críticas ao ministério presidido por Cotegipe. Cumpre lembrar, porém, que não se havia delineado a efetivação de ações políticas concretas que pudessem levar à derrubada da monarquia.

O poder civil do país e setores do exército estavam em rota de colisão. Um incidente militar, que poderia ser classificado de pequena monta, transformou-se em uma contenda política, que teve início na caserna, chegou ao Legislativo, reverberou na imprensa e espalhou os seus ecos pela corte.⁷²

Em fins de junho de 1887, D. Pedro foi para a Europa em busca de tratamento para os seus problemas de saúde, assumindo a princesa Isabel, pela terceira vez, a regência do país. Na ocasião, em meio à crise política, Cotegipe pediu demissão, o que não foi aceito pela regente.

Em meados de 1887, o governo imperial recrutou tropas para intervir contra revoltas escravas em São Paulo. Então, por meio do Clube Militar, foi feita uma petição para que a missão de sufocar revoltas ou capturar escravos fugidos não fosse dada aos militares, considerando-a como aviltante, a petição foi negada pelo governo. O episódio mostrava mais uma vez posições conflitantes entre o exército e o governo.

Em discurso proferido por Rui Barbosa, no *meeting* convocado pela Confederação Abolicionista, realizado no Theatro Poltyheana – que serviu de palco tanto aos abolicionistas quanto também à campanha republicana – em 28 de agosto de 1887, e mandado publicar pelos alunos da recém-criada Escola Militar da corte, o eminente conselheiro do império foi apresentado como “invicto defensor da causa dos escravizados”, sendo a publicação um “preito e homenagem” ao insigne orador. Recebido por uma “longa e estrepitosa ovação”, Rui, em seu estilo laudatório, em que as palavras brotavam de maneira veemente em seu propósito de convencimento, fez ferozes críticas tanto ao imperador quanto às atitudes de Cotegipe e uma entusiástica defesa da causa abolicionista e do exército brasileiro:

No exército e no abolicionismo está condensada e intensificada a vitalidade nacional: eles representam o que resta da honra e da integridade da pátria [...] “e, referindo-se à moção do Exército para que o governo o dispensasse da função de “capitão do mato”, Rui prossegue: “O voto unânime do Clube Militar, publicado há dias confunde-se com o voto unânime do abolicionismo brasileiro.”⁷³

⁷² LYRA, Heitor. **História da Queda do Império**. São Paulo: Companhia Editora Nacional vol.1, 1964. p.51.

⁷³ BARBOSA, Rui. **Discurso sobre a Abolição no Brasil**. Acervo Biblioteca Acadêmico Luiz Viana Filho Serviço de Biblioteca Digital – SEBID, Senado Federal. Disponível em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/174478/0002_10679.pdf?sequence=1biblioteca>. Acesso em: 27 fev.2016.

No gabinete Cotegipe, que durou de agosto de 1885 aos primeiros dias de 1888, ocorreu o epicentro da crise do regime imperial. Abolicionismo e propaganda republicana misturavam-se, aproveitando as vantagens que cada um desses movimentos poderia representar. Era impossível alinhar as causas dentro dos partidos políticos. No Senado, os ultraconservadores perdiam força com a indicação de senadores da ala moderada do mesmo partido. A província de São Paulo, onde ocorriam fugas em massa de escravos, enfraquecia a política escravista. É emblemática a atitude do conservador Antônio Prado, ex-ministro da agricultura do gabinete Cotegipe, que liderou um movimento junto a políticos monarquistas para libertarem seus escravos.

O conservador Cotegipe tinha como sua principal base de apoio a província fluminense, e não é à toa que os fazendeiros do Vale do Paraíba foram os últimos porta-vozes da manutenção da escravidão. O navio do império começava a afundar, e até os ratos tentavam abandoná-lo, mas os seus principais comandantes pareciam não perceber. Cotegipe administrava a crise entre avanços e recuos, priorizando a questão econômica em detrimento da política. Diante da crise do escravismo, apelou para a velha fórmula de “entregar os anéis para não perder os dedos”, apresentando um projeto de emancipação, que previa o trabalho obrigatório como pagamento ao senhor, sendo que a liberdade viria em um prazo de cinco anos. O chefe de polícia da corte, Coelho Bastos, conhecido como “rapa-coco” por mandar raspar os cabelos e a barba de escravos fugitivos, comandava a política repressiva e na corte estavam proibidas manifestações abolicionistas em lugares públicos. Os fazendeiros escravistas da província fluminense eram apoiados por Cotegipe, que se negava a anular o “Regulamento Negro”. Assim, agentes policiais enviavam escravos aprisionados no então município neutro para as fazendas do interior, o que lhes era permitido legalmente pelo dito regulamento:

Em agosto de 1887, o Ministro da Agricultura, Rodrigo da Silva, sucessor de Antônio Prado, chegara a uma decisão sobre os registros de escravos, que alegadamente reescravizaram 13 mil pessoas na região de Campos, na província do Rio de Janeiro, provocando uma onda de protestos que causou a proibição ilegal de reuniões públicas e violências nas ruas e praças do Rio⁷⁴.

⁷⁴ CONRAD, Robert. **Os últimos anos da escravatura no Brasil 1850 - 1888**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978. p.320.

Em fevereiro de 1888, mais um incidente, que mereceu pequena nota no *Diário de Notícias*, e que poderia ficar restrito à área policial, foi transformado no “caso Leite Lobo”. Note-se que a notícia sequer fazia referência ao fato do agressor ser um oficial reformado da marinha:

TENTATIVA DE ASSASSINATO

Anteontem, à 1 ½ horas da tarde, foi preso Antonio José Leite Lobo, por ter entrado na casa 240 da rua do Hospício, onde é moradora Maria de Magalhães e aí promovido grande desordem, tentando assassinar Maria e seu filho Gastão. Na ocasião de ser preso ofereceu grande resistência.⁷⁵

Já no dia seguinte, o mesmo jornal pedia desculpas aos seus leitores pela omissão ao fato de o preso ser um ilustre militar, que já havia prestado grandes serviços à nação. Justificava-se dizendo que tinha reproduzido o texto mandado pelo posto policial, que não fazia jus à verdade. Sob o título de “Grave Occurrencia”, o periódico pede licença para reproduzir literalmente a notícia dada pelos colegas de jornalismo dos periódicos *O Paiz* e *Gazeta de Notícias*. Nesses dois jornais, houve grande destaque para o episódio, ressaltando-se que um oficial da armada, não fazendo uso de suas perfeitas faculdades mentais, e seu tio, tenente-coronel do exército, informado do ocorrido, tinha ido ao posto policial na tentativa de libertar o sobrinho, e que os dois tinham sido alvos da brutalidade de um certo alferes Batista.

O Paiz, jornal francamente republicano, noticiou também uma reunião no Clube Naval com o objetivo de “resolver o melhor meio de desafrontar a armada nacional, desrespeitada pelo insólito procedimento do alferes Batista”.⁷⁶ Foi, então, formada uma comissão de oficiais do exército e da marinha para tratar do caso, considerado ofensivo às duas forças. Tudo adquiria vultosas proporções, sendo o governo atacado duramente pelas esferas a ele contrárias. A imprensa e os setores oposicionistas imputavam a Coelho Bastos, chefe de polícia da capital da corte, a responsabilidade das arbitrariedades cometidas. Marinheiros tiveram refregas com policiais, trazendo um clima de agitação e insegurança pública nas ruas do Rio de Janeiro.

Uma exigência era feita ao governo: a demissão do chefe de polícia, com o que não concordou Cotegipe, demitindo somente o alferes responsável direto pelos atos

⁷⁵ DIÁRIO DE NOTÍCIAS. Tentativa de assassinato. Rio de Janeiro, quarta feira, 29 de fevereiro de 1888, p.1. Arquivo Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Disponível em: <<http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>> Acesso em: 12 fev. 2016.

⁷⁶ DIÁRIO DE NOTÍCIAS. Rio de Janeiro, quinta feira, 1 de março de 1888, p. 2. Arquivo Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Disponível em: <<http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>> Acesso em: 13 fev. 2016.

de brutalidade relacionados ao oficial da imperial armada brasileira. Cotegipe, já bastante fragilizado e não mais contando com o apoio da regente, cujas atitudes eram, então, francamente pró-abolição, pediu demissão.

Evaristo de Moraes a respeito do novo comportamento da regente conta: “prestou-se, no carnaval de 1888, a vender numa quermesse de Petrópolis, em benefício da libertação dos escravos, flores colhidas no Rio, no quilombo do Leblon”.⁷⁷ Se foi uma quermesse ou uma “batalha de flores”, como é mais conhecida a atitude de D. Isabel, é certo que Cotegipe, um escravocrata da mais alta cepa, não tinha mais ambiente para governar, sendo qual fosse o motivo imediato de sua demissão.

Enquanto isso, o ambiente fervia em torno da questão escravista, e os republicanos batiam impiedosamente contra a centralização monárquica, embora com frágeis bases eleitorais, sendo acompanhados também por setores monarquistas liberais.

Serenados aparentemente os ânimos em relação à “questão militar”, responsável por reforçar no seio da tropa, e mais especificamente no jovem oficialato, um “espírito de classe”, que poderia unir os seus membros no alcance dos ideais “cientificistas”, era preciso manter a chama acesa. Para isso era necessário procurar motivos para que a flama não se apagasse, criar ambientes de discussão e de organização da classe militar, além de uma forte liderança.

A organização veio com a criação do Clube Militar, em meados de 1887, tendo como presidente o general Deodoro da Fonseca, figura proeminente na defesa dos companheiros de farda punidos pelo ministro da guerra e dos brios de toda a corporação. O jovem oficialato desejava que o clube fosse espaço de transformação política, o que, nem de longe, passava pela cabeça de oficiais como Deodoro, monarquista assumido. Porém, sua presença na corte incomodava o governo, que numa manobra astuta “resolveu colocar a raposa longe do galinheiro”. Deodoro foi despachado para ficar à frente do comando da província de Mato Grosso, e prudentemente, o experiente marechal engoliu em seco a transferência, evitando uma nova área de atrito com o governo.

⁷⁷ MORAES, Evaristo de. **A escravidão africana no Brasil (das origens à extinção)**. Brasília: Editora Universidade de Brasília. 1998. p.123.

Os chamados “oficiais científicos”⁷⁸, entretanto, impacientavam-se e queriam, a todo custo, encontrar pretextos políticos para confrontarem-se contra a ordem imperial. Porém, em meados de 1888, as circunstâncias não eram favoráveis a uma radicalização política. Para os republicanos a morte do imperador parecia ser a saída mais confortável, contudo, enquanto ela não viesse obstaculizar um terceiro reinado em nome da princesa herdeira, seria mais viável e menos traumático do que a deposição do honorável governante.⁷⁹

O odiado gabinete Cotegipe havia sido substituído, em 10 de março de 1888, pelo também conservador João Alfredo Correia da Oliveira, sob o qual a princesa regente efetivou, em decreto, a abolição total do cativeiro. Em decorrência, a aprovação e a popularidade da monarquia aumentaram, principalmente entre os setores abolicionistas e as parcelas menos favorecidas da população. No entanto, a insatisfação dos ainda escravocratas e de muitos fazendeiros que, ao contrário do que esperavam não receberam nenhum tipo de indenização em função do fim do trabalho escravo, reverberava no parlamento. Os republicanos não davam trégua a João Alfredo, também bombardeado por críticas disparadas por setores das hostes monarquistas.

A pena de Rui Barbosa movimentava-se implacavelmente por meio do *Diário de Notícias*, ressoando as batalhas parlamentares para um público mais amplo. Segundo Schulz, “acusou o governo de uma infinidade de defeitos, inclusive de desonestidade citando nominalmente o ministro interino da agricultura, Rodrigo da Silva, por outorgar concessões de usinas de açúcar a parentes de João Alfredo”.⁸⁰

A academia militar era um barril de pólvora procurando um motivo e um protagonista que efetivamente acendesse o rastilho da revolta contra o regime vigente. O procurado líder para guiar a mocidade militar em suas ações veio na figura de Benjamin Constant. Apesar de até então ser um positivista que não tinha, em seu horizonte político, amadurecida uma opção de caráter revolucionário para o advento da república, encarnava, pela sua trajetória, o desprestígio do qual os militares formados por aquela instituição tanto se queixavam. Benjamim era muito mais um

⁷⁸ CASTRO Celso. **A Proclamação da República**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2000. p. 42. A expressão é usada pelo autor referindo-se aos “ que compunham a quase totalidade da porção republicana do Exército”.

⁷⁹ Ibid., p.41- 42.

⁸⁰ BARBOSA, Rui. *A Queda do Império*. Rio de Janeiro, 1921, vol. II, p.280. In. SCHULZ, John. **O Exército na Política: Origens da Intervenção Militar, (1850- 1894)**. São Paulo: Editora Universidade de São Paulo, 1994. p.131.

“professor militar” do que um “militar professor”. Não tinha apreço ao uso da farda, restringindo-a ao ambiente militar e andando à paisana em lugares públicos. Certamente, o motivo está relacionado ao fato de ter amargado longos anos como major sem uma única promoção e como professor de matemática não ter sido alçado à condição de catedrático. Havia um ressentimento suportado com dignidade.

Habilmente, essa questão foi bem explorada quando Benjamin Constant, que havia participado da questão militar, alcançou a patente de tenente-coronel, recebendo por parte dos alunos, homenagens as mais variadas, claramente desproporcionais à sua tardia promoção. O objetivo, porém, era o de transformá-lo em símbolo da insatisfação de parte dos militares.

A essa altura, o governo tentava esfriar a caldeira, colocando em dia, promoções atrasadas e criando a Escola Superior de Guerra, numa tentativa de dividir a mocidade militar adepta do cientificismo positivista, antes, toda concentrada na Praia Vermelha. No entanto, a nova escola militar, em São Cristóvão, em pouco tempo, também se tornou um centro difusor de insatisfação contra a ordem monárquica. Sentindo o perigo no ar, o governo tentou neutralizar Benjamin Constant oferecendo-lhe o cargo de vice-diretor da nova Escola, e também o soldo como lente, ou seja, estabelecendo as diretrizes teóricas do ensino, mais o título de conselheiro. A oferta era tentadora para um homem que até então vivia obscuramente como professor de matemática. O já então tenente-coronel recusou as honrosas ofertas governamentais, percebendo que, caso acedesse, ficaria totalmente desacreditado por aqueles que o queriam como líder.⁸¹

Em julho de 1889, depois de intensas negociações e de convites recusados, tomou posse o gabinete liberal chefiado por Afonso Celso de Assis Figueiredo, o visconde de Ouro Preto, o último sob a égide imperial. Daí em diante, tudo aconteceu como em um *thriller* de suspense, dado o clima de conspiração e da extrapolação de pequenos incidentes em graves questões nacionais. Mais um caso sem grande importância embasa essa nossa linha de raciocínio; o comandante da guarda do Tesouro Nacional, Pedro Carolino, não foi encontrado em seu posto quando da visita do chefe do gabinete de ministros e, como punição, teve decretada a sua prisão. Era tudo que a mocidade militar queria para reeditar a questão militar. Benjamin Constant era o elo com Deodoro, que, de início, não queria atitudes precipitadas, como a

⁸¹ CASTRO, Celso. **A Proclamação da República**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2000. p. 43 - 48.

convocação de uma reunião do clube militar para tratar do caso, tido como uma afronta aos “direitos e garantias da classe”.

Afirma Celso Castro, “a questão militar de 1886-1887 foi fundamentalmente corporativa, apesar do desejo da ‘mocidade militar’ de radicalizá-la politicamente; a questão de 1889 é essencialmente republicana e envolve uma parcela ainda menor do exército”.⁸² Para que se possa melhor entender esse processo, até certo ponto conflitante no alcance de objetivos, deve-se lembrar a origem dos mais importantes atores militares. Os principais artífices do movimento estavam entre a mocidade militar caudatária do cientificismo positivista e cheia de disposição para colocar em prática a teoria que os impregnava ideologicamente, além de impor a mudança da velha ordem monárquica para a nova ordem republicana. No alcance de seu objetivo maior, como já foi dito, usavam as questões corporativas, politizando-as.

Mas um outro grupo se fazia necessário para que qualquer movimento de sedição lograsse êxito. Eram os militares como Deodoro e outros, que tinham participado do conflito com o Paraguai e gozavam de certa respeitabilidade até mesmo na casa imperial. Para eles, as questões que envolviam a honra militar eram as mais importantes e, portanto, poderiam ser tratadas no âmbito da política de governo, sem envolvimento maiores com o ideário republicano.

Celso Castro faz cuidadosa ressalva de que no meio desses veteranos, principalmente, entre o grupo de oficiais vindos do Rio Grande do Sul para o Rio de Janeiro, o major Frederico Sólton de Melo “parece ser o único definido como republicano”.⁸³ Esse grupo procurou Deodoro para que ele aderisse ao movimento contra o governo de Ouro Preto. O marechal, ainda assim, resistiu à ideia.

No mês de outubro de 1889, chegou ao Brasil um grupo de oficiais chilenos em missão oficial. A eles foi oferecido um banquete na academia militar, com toda pompa e circunstância, com a presença de autoridades e com discursos protocolares. No decorrer da festividade, uma surpresa: um aluno, inopinadamente, levantou-se e fez um discurso em homenagem a Benjamin Constant. O oficial estava presente, pois, estrategicamente, havia sido convidado pelos alunos da academia. Em agradecimento, Benjamim discursou com ataques ao governo e em defesa dos brios militares, levando a mocidade militar ao delírio. O ministro da guerra retirou-se em

⁸²Ibid., p. 53.

⁸³ CASTRO, Celso. **A Proclamação da República**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2000. p. 54.

sinal de protesto e, ainda segundo Castro, “Os alunos e jovens oficiais ‘científicos’, exultantes improvisaram um baile que varou a noite”.⁸⁴

Desse episódio em diante e de boato em boato, os acontecimentos vazavam para a imprensa como a notícia de que Benjamin Constant poderia ser preso. Tudo era motivo para manifestações de desagravo, e cada vez esse republicano era alçado à condição de guia dos militares que queriam mudanças da ordem política do país.

Com acordos e desacordos, os acontecimentos precipitaram-se. Entre militares e civis republicanos, e mesmo muitos monarquistas, a insatisfação com os últimos gabinetes ministeriais era grande, tendo como quase consenso a ideia federativa.

Como em um jogo de xadrez, as manobras sucediam-se, e a aproximação com os civis foi cautelosa. As ideias discrepantes ficavam por conta do objetivo último de uma sedição: derrubar o governo Ouro Preto ou a monarquia? As atitudes de Floriano Peixoto como já foram assinaladas, na época ocupando o cargo de ajudante de general, posto importante no ministério da guerra, são emblemáticas, evidenciando esta falta de definição. Conversava com Deodoro sobre a insatisfação crescente dentro das forças militares e oferecia-se como mediador junto ao governo, mas, diante de argumentações, também aceitava a ideia de uma mudança radical na forma de governo. Não queria era fazer parte de um movimento que visasse somente derrubar o gabinete Ouro Preto. Ao mesmo tempo que alertava o ministro da Justiça de que havia um clima de conspiração contra o governo, ponderava que a lealdade dos chefes militares seria mais forte e que não havia motivo para alarme.

Era preciso, então, vencer a resistência de Deodoro a um encontro com republicanos civis, como Aristides Lobo, Quintino Bocaiúva e, o recém-assumido à causa republicana, Rui Barbosa para que o movimento não ficasse visto como uma simples quartelada militar.⁸⁵ Tobias Monteiro em tom de reminiscência assim descreve a delicada situação em que se procurava um líder forte em um corpo fragilizado:

Atirado num sofá, envolto num “chambre”, sem poder vestir-se, o peito arfava nas ânsias de uma dispneia horrível, que às vezes o privava de falar [...] enquanto luzisse aquele olhar e aquele perfil dominador passasse ante os soldados, correria nas fileiras o frêmito de uma sedução irresistível e ninguém deixaria de segui-lo.⁸⁶

⁸⁴ Ibid., p.56.

⁸⁵ CASTRO, Celso. **A Proclamação da República**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2000. p.67.

⁸⁶ MONTEIRO, Tobias. **Pesquisas e depoimentos para a história**. Rio de Janeiro: Francisco Alves & Cia, 1913. p. 205.

A força e prestígio do marechal, segundo os articuladores, poderiam garantir o sucesso do movimento que veio no dia 15 de novembro, quando, provavelmente, a família imperial e a alta sociedade da corte ainda podiam ouvir de memória os acordes do famoso baile da Ilha Fiscal, oferecido, dias antes, aos oficiais da marinha chilena.

Será que os não convidados para o grande evento e que correram ao cais para, “de olhos compridos”, assistirem ao embarque das damas e cavalheiros em trajes de gala tinham ideia de que aquela era a última festa dada pela “Velha Senhora”?

CAPÍTULO 2

O RIO DE JANEIRO VIVE O PÓS-ABOLIÇÃO E AS VÉSPERAS DA REPÚBLICA

2.1 – O povo que a imprensa não viu

Este capítulo busca entender como o povo do Rio de Janeiro, e em especial os libertos, viam a abolição da escravatura consumada por meio de decreto imperial e a possível implantação de um novo regime político. Estes dois acontecimentos estão de tal forma imbricados, que a percepção sobre eles, e particularmente dos libertos, nesse momento, não se dissociava, e nem podia fazê-lo, um do outro. Entre 1888 e 1889, uma pergunta pairava entre os libertos: o que virá além da liberdade? Para entender os múltiplos sentidos dessa indagação busca-se alguns aspectos da vida na capital da corte, olhando de maneira mais cuidadosa para os ainda escravos e os libertos.

Para a abordagem da vida na corte no final dos oitocentos, tem-se como opção metodológica o uso de periódicos que circulavam na cidade. Os jornais abrem janelas para o estudo de uma determinada época, pois os seus articulistas refletem as versões dos acontecimentos no calor da hora em que os mesmos se dão. As colunas e artigos constituem fonte preciosa de diálogo com o passado, onde o espaço para uma reelaboração a posteriori é feito pelo historiador. Geneton Moraes Neto, jornalista da rede Globo de comunicação, morto em agosto de 2016, deixou uma frase que sintetiza o valor do uso do trabalho jornalístico como fonte histórica: “O papel do jornalista é produzir informação a curto prazo e memória a longo prazo”⁸⁷. Porém, vale lembrar do cuidado exigido para o manuseio desse tipo de fonte e Humberto Fernandes Machado alerta: “O historiador que utiliza os jornais como fonte básica para as suas pesquisas, tem, portanto, a responsabilidade de exercer uma reflexão constante sobre os escritos veiculados para desvelar, inclusive os silêncios e os aspectos ocultos nas entrelinhas.”⁸⁸

⁸⁷ MORAES NETO, Geneton. **Dossiê História**. Porto Alegre: Editora GLOBO, 2007. p.313.

⁸⁸ MACHADO, Humberto Fernandes. **Palavras e Brados – José do Patrocínio e a Imprensa Abolicionista do Rio de Janeiro**. Niterói: EDUFF, 2014. p.119.

A imprensa, sem dúvida, foi a grande propulsora tanto da campanha abolicionista, quanto da republicana. Por meio dela, buscou-se registros destes dois grandes acontecimentos. Também foram rastreadas pistas da representação que era dada aos libertos e de seu autorreconhecimento.

Os jornais davam conta, nos meses de outubro e novembro de 1889, do clima de agitação e expectativa que envolvia a “boa sociedade” da capital da corte. Não, como seria de se esperar, tão somente pela propaganda republicana que estava nos jornais, teatros e praças, mas também por um motivo aparentemente bem mais prosaico, ou seja, a visita dos oficiais chilenos do *navio* de guerra Almirante Cockrane.

A esse respeito, o jornal *Gazeta de Notícias*, no dia 11 de novembro 1889, segunda-feira, reservou em sua primeira página, uma extensa matéria relatando os preparativos para o baile que o governo brasileiro ofereceu ao grupo de oficiais chilenos no dia nove do mesmo mês.

A festa de sábado

Chile-Brasil

É melhor incluir na epígrafe todo o dia, do que dizer – *a festa da noite de sábado* [...] Às duas da tarde, à hora em que começa o movimento dos bairros nobres, principiou a marcha das carruagens para a cidade e a enchente nos bondes [...] Crescia na rua do Ouvidor a onda multicolor dos vestidos e dos chapéus [...] Acabou mais cedo que de costume o movimento no centro: era preciso voltar para casa, esperar pela modista e pelo cabelereiro [...] Houve gente que para tê-lo fez penteado de baile às 9 horas da manhã [...] ⁸⁹

O restante da matéria descreve, além das expectativas do baile, detalhes do evento, nomeando os convidados da alta sociedade e a descrição de seus trajes de gala. Em contraste, pequenos espaços noticiavam acontecimentos envolvendo pessoas que não foram convidadas, ou seja, aquelas de menos posses e prestígio social. Nesse dia, já não era possível anunciar fuga de escravos. Legalmente eles não existiam mais.

O subdelegado da freguesia de Santo Antonio remeteu anteontem para o hospital de Misericórdia os enfermos: Maria Joanna da Trindade, moradora à rua do Visconde do Rio Branco nº 35, Ignacio, morador à rua do Aqueduto e um indivíduo cujo nome se ignora, que foi encontrado sem fala na rua do Riachuelo.⁹⁰

⁸⁹ GAZETA DE NOTÍCIAS. A festa de sábado. 11 nov.1889, Ed 315, p.1. Arquivo Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=103730_02&pasta=ano%20188&pesq=>. Acesso em:12 out. 2016.

⁹⁰ GAZETA DE NOTÍCIAS. 11 nov.1889, Ed 315, p.1. Arquivo Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=103730_02&pasta=ano%20188&pesq=>. Acesso em: 12 out. 2016.

Esse tipo de nota povoava as páginas dos periódicos, destacando-se pela sua quantidade, mas não merecendo especial atenção pela relevância do tema. Eram e são até hoje, notícias comuns de pessoas comuns, as chamadas pessoas do povo. A palavra povo tem adquirido diferentes sentidos ao longo do tempo. Aqui, será referenciada como as pessoas não pertencentes à elite. Como elite designa-se aqueles que tinham algum tipo de poder, fosse político, econômico ou intelectual.⁹¹

Ao levantar-se aspectos da vida de homens livres e pobres, escravos e libertos fala-se de uma categoria multifacetada e por isso muitas vezes de difícil referência. Eduardo Silva problematiza a questão da “participação popular” nos trabalhos acadêmicos e assim se expressa:

[...] Os setores populares como um todo, massa pacífica e despolitizada [...] permanecem no quarto escuro da história, onde os poucos papéis se perdem por falta de luz, os discursos são inaudíveis[...] A grande maioria dos trabalhos fala da participação popular, apenas nos momentos de explosões periódicas (as revoltas populares) ou por meio do movimentos organizados (associações políticas, de trabalhadores, de moradores etc).⁹²

Mesmo que a nossa historiografia, cada vez mais volte-se para o estudo das camadas populares, ainda tem razão o historiador na sua reflexão. Essa categoria chamada povo só aparece como massa anônima e, quando muito, pertencente a grupos específicos da sociedade, mas geralmente a reboque de algum grande acontecimento, como é o caso de pequena nota da Gazeta de Notícias, no dia seguinte ao da abolição: “Reuniu-se ante ontem, a convite da Sociedade Cooperativa da Raça Negra, os delegados de diversas corporações de descendentes da mesma raça, a fim de deliberarem sobre os meios de agradecer àqueles que trabalharam para o acontecimento glorioso”⁹³. Lendo nas entrelinhas, pode-se perceber que a associação discutia maneiras de agradecer aos que envidaram esforços para conseguir a abolição. Eles próprios também não eram colocados como protagonistas da luta. O texto prossegue assim: “[...] resolveram nomear uma comissão executiva dos festejos, a qual de acordo com a quantia angariada, apresentará o programa[...]”.⁹⁴ Entretanto, como será visto adiante, não foram os representantes negros que

⁹¹ CARVALHO. **A Construção da ordem a elite política imperial**. Rio de Janeiro: Campus, 1980. p.177. O autor coloca pontos de fusão entre a alta burocracia e a elite política e da unidade ideológica dessas elites.

⁹² SILVA, Eduardo. **As queixas do povo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. p.27.

⁹³ GAZETA DE NOTÍCIAS, 14 maio 1888, p.2, edição 135. Arquivo Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Disponível em: < http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=103730_02&pasta=ano%201888&pesq=>. Acesso em 12 out.2016.

⁹⁴ Ibid.

organizaram os festejos oficiais. Tudo nos faz pensar que o tom dominante das comemorações foi dado muito mais pelas elites do que pelo povo. Esse comemorou à larga, mas não exatamente como organizador ou protagonista.

2.2 – A felicidade geral da nação: As festas da abolição

O jornal *Diário de Notícias* de 15 de maio deu um enorme destaque à abolição, anunciando com letras garrafais o ato da princesa regente em sua primeira página.: “Senhora – No meio da onda do povo[...] Vi a senhora [...] agradecer as justas ovações que recebia de um povo livre.[...]Vossa Alteza viu curvarem-se diante da grande ideia os partidos contrários[...] que auxiliaram até a juncar de flores o caminho da liberdade”⁹⁵.O que faz a diferença no comentário é a palavra “até” indicando que até os escravagistas se renderam à Isabel. Em verdade, as coisas não ocorreram bem assim. Mas naqueles primeiros dias só eram percebidas as flores, os aplausos, as lágrimas de agradecimento. A insatisfação dos grandes proprietários viria com a adesão cada vez maior à ideia republicana.

O mesmo jornal, na segunda página, sob o título: Imprensa Fluminense destaca a formação da Comissão Central da Imprensa Fluminense, indicando seus respectivos membros, vindo em seguida a programação com a seguinte entrada: “Os festejos começarão quinta feira, 17 de maio, e terminarão domingo 20.”⁹⁶ Em seguida, vem o detalhamento das festividades em cada respectivo dia. Ainda no dia 20, o *Diário* dá destaque a um agradecimento da regente imperial: “A Sua Alteza Imperial Regente agradece à comissão central da imprensa o ter permitido que seus augustos filhos tomassem ontem parte nos préstito das escolas”⁹⁷. Assim, a princesa mais uma vez procurava demonstrar humildade e espírito igualitário ao agradecer a permissão para que seus filhos participassem pessoalmente dos festejos como qualquer outro jovem. É curioso notar que no programa montado, o espaço para o povo é somente a rua, mas na qualidade de expectador e mesmo assim, no baile popular a ser realizado no

⁹⁵ DIÁRIO DE NOTÍCIAS, Rio de Janeiro, 15 maio 1888, p.1, edição 1069. Arquivo Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Disponível em: < <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=369365&pasta=ano%20188&pesq=>>. Acesso em: 15 out.2016

⁹⁶ DIÁRIO DE NOTÍCIAS, Rio de Janeiro, 15 maio 1888. p.1-2, edição 1069.Arquivo Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Disponível em:<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=369365&pasta=ano%20188&pesq=>. Acesso em: 15 out. 2016

⁹⁷ Ibid., 20 maio 1888 p.1. Disponível em:< <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=369365&pasta=ano%20188&pesq=>>. Acesso em:15 out. 2016.

sábado dia 19, no Largo do Paço, seriam executadas “quadrilhas, polcas e valsas”⁹⁸ ou seja, os mesmos ritmos que ao som das orquestras embalariam a elite presente ao baile, isto é, o famoso baile da ilha Fiscal em novembro de 1889. Onde estavam os ritmos daqueles principais interessados em cantar e dançar pelo fim da escravidão? Por que os lundus e o jongo não faziam parte do repertório oficial?

Segundo Renata Figueiredo Moraes, diversas categorias profissionais queriam e se fizeram representar de diversas maneiras:

O desejo de participar efetivamente do ato de redenção revelou-se antes mesmo do 13 de maio com as doações individuais para comprar a pena de ouro a ser usada pela princesa para assinar a lei da abolição. Fizeram questão de contribuir representantes de associações abolicionistas, de representações profissionais e individualmente literatos, jornalistas e pessoas mais simples muitas delas que mal e mal escreviam, tendo junto a sua contribuição bilhetes como este: ” para acignar (sic) a lei de bulição (sic).⁹⁹

Naquele momento, o importante era festejar! O fardo da escravidão incomodava e pesava sobre as nossas elites, cada vez mais em consonância com os pressupostos de civilização e de modernidade totalmente incompatíveis com a ordem escravocrata. Todo o destaque dado à abolição por parte de jornais francamente antimonarquistas parece ser bem ao gosto de parte dos republicanos, que apesar de abolicionistas, sustentavam que acabar com o trabalho escravo era tarefa da monarquia. Apesar da popularidade que inegavelmente era dada à princesa regente, sucessora ao trono, os republicanos queriam herdar um país sem escravos. Naquele momento, o parlamento e a casa imperial tinham feito a difícil tarefa, impelidos que foram por uma campanha como nunca antes vista no país e, pela rebeldia e organização escrava, que atuava muitas vezes nas sombras, porém com resultados práticos e visíveis. Os grandes descontentes encontravam-se nos setores ligados à lavoura cafeeira do Sudeste, que habilmente foram cooptados pelos republicanos.

No *Jornal Cidade do Rio*, Patrocínio empreendia luta contra os setores republicanos que defendiam indenização para os ex-proprietários de escravos e assim dizia: “[...]. Esta república baseada na indenização[...] deve ser combatida por todos

⁹⁸ Ibid., 15 maio 1888 p.2. Disponível em:< <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=369365&pasta=ano%20188&pesq=>>. Acesso em: 16 out. 2016.

⁹⁹ MORAES, Renata, Figueiredo. *As festas da abolição na Corte – Diversidade e polifonia nos festejos de maio de 1888*. In: 5º ENCONTRO ESCRAVIDÃO E LIBERDADE NO BRASIL MERIDIONAL. **Anais da UFRGS**, p. 8. Disponível em:<<http://www.escravidaoeliberdade.com.br/site/images/Textos5/moraes%20renata%20figueiredo.pdf>>. Acesso em: 15 out. 2016.

os que entendem que a política não é uma especulação miserável. ”¹⁰⁰ Entretanto, entre perdas e ganhos o saldo foi positivo para os republicanos. Os proprietários não levaram as pretendidas indenizações, mas a monarquia foi derrubada.

Segundo Robert Daibert Júnior, o processo de encaminhamento da abolição aconteceu como dádiva das instituições monárquicas, e referencia como exemplo, o desfile carnavalesco de fevereiro de 1888, durante o qual foi exibido um carro que mostrava o magnânimo papel dos abolicionistas em defesa da liberdade dos pobres e maltratados escravos. Assim foi descrito o episódio pela *Revista Ilustrada*.

[...] a questão abolicionista e que o público recebia com palmas e bravos, testemunhando assim, a sua simpatia pela grandiosa ideia ali exibida. Representava ele um grupo de escravos, maltratados pelo senhor [...] Surgia a figura de um grande parlamentar abolicionista e aplica-lhe um vigoroso pontapé, no lugar em que as costas mudam de nome. Acompanhavam esse carro 17 pretos montados em burricos, e fazendo discursos às massas sobre a escravidão e a almejada liberdade. Seguiam-se os clarins e uma banda de música antecedendo o carro que representava o batismo dos congressistas [...]¹⁰¹

No relato do jornal republicano e abolicionista, pode-se perceber a dimensão dada a cada um dos atores do drama da escravidão: O Senhor era o grande vilão que oprimia os escravos. As grandes vítimas que imploravam por liberdade eram os escravos. O congressista era o herói que dava ao malfeitor o tratamento merecido: pontapés. Fica assim, evidente a visão paternalista do órgão da imprensa na condução do processo abolicionista.

Esse mesmo tom paternalista era dado pela imprensa no imediato período pós-abolição. O *Diário de Notícias*, dirigido por Rui Barbosa, entre várias notícias sobre o clima de festa que imperava na cidade, descreve a alegria de uma liberta.

Em plena rua do Ouvidor, uma mulher de cor preta, entusiasmada dava vivas à liberdade, à Princesa Redentora, a João Alfredo e a José do Patrocínio. E declarava que ficaria sem salário, com seus antigos senhores, que sempre a trataram bem! E o povo acompanhava os comovidos vivas da pobre e grata liberta!¹⁰²

¹⁰⁰ PATROCÍNIO, José do. 31 de julho de 1888, nº 166, p.1. **Cidade do Rio**. Arquivo Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/085669/2085>>. Acesso em: 12 nov. 2016.

¹⁰¹REVISTA ILLUSTRADA, Rio de Janeiro, 18 fev.1888, p. 3, edição 485. Arquivo Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=332747&pasta=ano%20188&pesq=>>. Acesso em: 15 out. 2016, apud, DAIBERT JUNIOR, Robert. **Isabel, a "Redentora" dos Escravos. Uma história da Princesa entre olhares negros e brancos (1846-1988)**. São Paulo: Edusc/Fapesp, 2004. p.127.

¹⁰² DIÁRIO DE NOTÍCIAS, Rio de Janeiro, 16 maio 1888, p.1. Arquivo Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional, disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=369365&pasta=ano%20188&pesq=>>. Acesso em: 15 out. 2016.

Os libertos que deveriam ser os principais personagens dos festejos da abolição tiveram pouco espaço na imprensa, e quando isso acontecia era para ressaltar a gratidão à regente do trono e aos abolicionistas mais notórios como Patrocínio. O jornalista que teve papel proeminente em todo o processo abolicionista, quando foi assinada a Lei Aurea, viveu os seus momentos de glória que foram lembrados por Coelho Neto. Embora tivesse sido bastante prestigiado e popular na sua geração, Coelho Neto, com o tempo foi sendo considerado como um escritor menor que usava de uma linguagem exagerada e sem preocupação com a realidade social.¹⁰³ Na ocasião, essas foram as considerações do escritor à Patrocínio em seu livro “A Conquista”,

Patrocínio vinha carregado e arquejante e, ao chegar à frente do seu jornal, aclamado por todos os seus companheiros de trabalho, não pode conter as lágrimas [...]Um velho negro ajoelhou-se e, de mãos postas, com o pranto nos olhos, dirigiu-se ao libertador, e parecia que rezava diante de um santo.¹⁰⁴

Sendo os acontecimentos verdadeiros ou fruto da imaginação exagerada do escritor que viveu aqueles tumultuados dias, é certo que, sua narrativa, em tom de memória, respalda o clima de emoção e a gratidão dos negros. O autor também relembra da exaustão do líder abolicionista, com todas as homenagens que lhe eram prestadas. “[...] quando viu os companheiros no patamar da escada pediu que o deixassem em paz: - Pelo amor de Deus, meus amigos, já não tenho costelas, estou macerado. Deixem-me!¹⁰⁵”. Tudo era festa, gratidão, alegria e homenagens, mas dirigida apenas aos abolicionistas. Os libertos não constavam como partícipes da luta e merecedores de admiração.

O paternalismo, que levava à gratidão, unia os abolicionistas sendo monarquistas ou republicanos. A abolição deveria parecer ter sido concedida pela classe política, pelos intelectuais, e não conquistada pelos negros. Letrados e políticos tentavam ignorar a realidade cada vez mais palpável representada nas diversas formas de manifestação dos ainda escravos e de libertos pelo fim da escravidão. O parlamento brasileiro tentava responder às demandas da população negra que, desde a década de setenta, movimentava-se cada vez mais para a conquista da liberdade.

¹⁰³ PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda. *Literatura em movimento. Coelho Netto e o público das ruas*. In: CHALHOUB, S.; NEVES, M; PEREIRA, L.A.M. (Org.). **História em cousas miúdas**. Campinas: Ed. da UNICAMP, 2005. p. 200.

¹⁰⁴ COELHO NETO, Henrique Maximiano. **A Conquista**. Coleção Vera Cruz, v.354. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 1985. p. 266.

¹⁰⁵ *Ibid.*, p.266.

Celia Marinho de Azevedo indica que nos anos setenta, as ações de negros contra a escravidão foram de cunho mais individual ou de grupos pequenos, sendo que, na década de oitenta, as revoltas de grandes grupos cresceram.¹⁰⁶ A autora avança na ideia de que mesmo com toda ação dos negros na luta pela liberdade, os abolicionistas tentavam delegar um papel passivo a eles. No debate sobre a incorporação do negro ao mercado de trabalho, no pós- abolição, havia, sobretudo, o medo da desordem que poderia ser provocada por pessoas sem qualificação necessária para formar uma classe trabalhadora que levasse o país rumo ao progresso. Para isso, a autora recorre à análise de artigos do jornal *A Redempção*, em que, segundo ela, abolição e exclusão conjugam-se. Assim comenta:

Ao longo desses três artigos podemos visualizar um projeto abolicionista que [...] Em primeiro lugar a escravidão não tem razão de ser porque não se enquadra na fase atual de progresso e civilização [...] Em segundo lugar, é necessário garantir a ordem, sem a qual não há progresso; por entender-se a abolição acompanhada de medidas capazes de impedir a desordem, isto é a ação desgovernada dos negros; a abolição com ordem será complementada com os elementos do progresso, os imigrantes [...]¹⁰⁷

A preocupação com a manutenção da ordem refletia-se também na matéria do *Diário de Notícias* sob o título: *Interrogações da lei de 13 de maio de 1888*, “[...] na hipótese provável de querer abandonar as fazendas ou as casas dos ex senhores, virão, para os centros de população – a corte, as cidades – figurarem como novos e avultados membros de perturbação? [...]”¹⁰⁸. A preocupação do articulista refletia bem o pensamento de boa parte da população. Se escravo era visto como um elemento potencialmente perigoso, o liberto continuava a sê-lo.

Em meio ao clima de euforia potencializado pela imprensa, havia também o medo que se espraiava de diferentes maneiras. A elite receava esse novo tipo de convivência tanto no plano econômico como no social com os “novos cidadãos”. Brancos bem posicionados e negros ainda que libertos conviviam, mas ainda dentro dos pressupostos “senhor e escravo”. Como diz Celia Marinho, o 13 de maio veio “sancionar uma situação já existente de fato.”¹⁰⁹ Porém, para as elites, um

¹⁰⁶ AZEVEDO, Celia Maria Marinho de. **Onda Negra, Medo Branco - O Negro no Imaginário das Elites Século XIX**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. p.199.

¹⁰⁷ *Ibid.*, p. 223 - 224.

¹⁰⁸ DIÁRIO DE NOTÍCIAS, Rio de Janeiro, 16 maio 1888, p.1. Arquivo Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional, disponível em < <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=332747&PagFis=3454&Pesq=>> Acesso em: 12 out. 2016.

¹⁰⁹AZEVEDO. op. cit., p.205.

pensamento pairava no ar: os negros, empoderados pela lei não passariam a fazer exigências absurdas em termos de trabalho e se achariam no direito de usar os mesmos talheres e a mesma xícara de chá?

Em abril de 1888, já se tinha como certo o fim definitivo da escravidão e as notícias dos jornais davam conta do clima de tentativa de cooptação dos negros por meio das “ações dadivosas” dos senhores. O jornal O Fluminense, de 29 de abril de 1888, editado em Niterói, tem uma coluna, sob o título Movimento Libertador, com sete pequenas notas das quais destaca-se: “O Sr. Comendador Henrique Soares de Freitas, proprietário nesta cidade, deu ante ontem plena liberdade a 15 escravos, únicos que possuía”¹¹⁰. A iniciativa dos proprietários de concederem “espontaneamente” a liberdade obedecia à estratégia do favorecimento – por parte do senhor – e gratidão – por parte do escravo –, o que dava margem à negociação, para que o agora cidadão livre não abandonasse a sua lida.

Havia também o medo por parte das elites, traduzido pelas tentativas de disciplinar as novas relações de trabalho. Também em primeira página, O Fluminense traz uma matéria bastante extensa sob o título:

A ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO

[...] Dentro em pouco, saberá o país inteiro da contextura da lei a cerca do elemento servil.[...] dentre as medidas complementares, a mais importante é, sem dúvida, a da obrigatoriedade do trabalho. Para nós é o ponto capital. Pois que do seu estabelecimento resultará menor desequilíbrio na organização do serviço rural e se garantirá melhor a ordem social. Há duas opiniões correntes –julgam uns que se faz mister estatuir disposições especiais para os libertos., outros que a lei deve ser geral, reprimindo a vadiagem de quem quer que seja. Estamos com os segundos.¹¹¹

O trecho acima espelha o medo do prejuízo econômico dos proprietários causado pelo abandono dos libertos das propriedades rurais, e da incômoda e perigosa convivência social com desocupados, ou melhor, vadios e vagabundos. Havia também a tentativa de evidenciar que a obrigatoriedade do trabalho, significava o estabelecimento de uma regra justa para todos os cidadãos. Aderindo aos princípios liberais, os setores mais privilegiados da sociedade defendiam que o trabalho “verdadeiramente eleva o homem”. Na naturalização da desigualdade, tão cara ao pensamento liberal da época, imagina-se que uma pergunta pudesse ser feita ao

¹¹⁰ JORNAL O FLUMINESNE. Niterói, 29 abr. 1888, p.1. Arquivo Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Disponível em: <<http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>> . Acesso em 30 out. 2016.

¹¹¹ JORNAL O FLUMINESNE. A organização do trabalho. Niterói, 29 abr. 1888, p.1. Arquivo Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Disponível em: <<http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>> . Acesso em: 30 out. 2016.

articulista do jornal: Havendo a obrigação de todos trabalharem, seriam considerados vadios, os rapazes elegantes com suas bengalas, chapéus, relógios de bolso e ternos bem talhados que passeavam nos cafés da rua do Ouvidor?

Mesmo depois do 13 de maio, os antigos escravos viviam, apesar de legalmente livres, no plano das incertezas em meio a boatos de reescravização, caso uma velha e benquista senhora chamada monarquia tivesse de ceder seu lugar para uma jovem e desconhecida, que atendia pelo nome de república. Somado ao medo de uma ordem nova política, muitos deles nem de longe desejavam reviver experiências bastante traumáticas na busca pela liberdade. Segundo Mary Karasch no período da escravidão: “enquanto esperavam a liberdade final, os escravos sempre tinham diante de si a possibilidade de revogação. Os donos quase sempre tinham o direito de revogar a liberdade”¹¹². Muitos libertos reviviam o medo que a nova ordem jurídica não lhes tirava, até mesmo porque totalmente abandonados pelo poder público, estavam muito mais vulneráveis a qualquer tipo de discurso que pudesse lhes remeter à condição de cativos. Mais adiante, a questão da liberdade condicional será detalhada.

A respeito de boatos, próprios desse período conturbado por profundas mudanças econômicas, políticas e sociais, Eduardo Silva faz uma interessante reflexão:reescravização

Mal entendidos terão existido, evidentemente por toda parte, e não nos interessa aqui, levantar razões objetivas de nenhum lado, mas apenas investigar o quadro mental, a compreensão popular dominante, com ou sem razões objetivas, no momento de implantação e consolidação do novo regime. O tempo mudará substancialmente essas questões, próprias aliás, do confuso quadro de mudanças e vazios que antecedeu e se seguiu ao 13 de maio de 1888.¹¹³

É nesse espaço de tempo em que terminava a ordem escravocrata, sem definições e regulamentações para a implantação de um novo regime de trabalho que nas conversas de rua e nos jornais alguns nomes e expressões se faziam ouvir: D. Pedro, Princesa Isabel, monarquia, exército, guarda nacional. Os significados nem sempre eram iguais.

As análises de jornalistas e escritores, tomados pelo entusiasmo da abolição e a perspectiva da república, tinham características próprias. Suas conversas

¹¹² KARASCH, Mary C. **A vida dos escravos no Rio de Janeiro 1808 – 1850**. São Paulo: Companhia Das Letras, 2000. p.468.

¹¹³ SILVA, Eduardo. **As queixas do povo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. p.75.

geralmente se davam nos elegantes cafés ou nos mais modestos, dependendo do dinheiro que tivessem no bolso. Neste período, as mais acaloradas discussões versavam sobre as consequências da abolição e a possível queda da monarquia. As argumentações estavam embasadas na leitura diária dos jornais, mas traziam no bojo o conhecimento adquirido nos livros e nos anos de bacharelado, dentro ou fora do país. Alguns eram autodidatas, mas, não lhes faltava uma erudição livresca.

No entanto, para a maioria iletrada, o tipo de informação e análise da realidade vinha de outra maneira. Como nos lembra Humberto Machado, em seu adensado estudo sobre a atuação da imprensa no Rio de Janeiro e sua importância para a divulgação de novas ideias em fins do século XIX, apesar, do ainda alto grau de analfabetismo na cidade, a década de 1880 trouxe melhorias nos índices de alfabetização. Entretanto, para a “arraia-miúda” as notícias sobre os últimos acontecimentos vinham mesmo por meio da “leitura de ouvido”¹¹⁴. Rapazotes e mesmo meninos ganhavam a vida apregoando as manchetes dos jornais aos gritos, chamando os possíveis leitores para a compra dos periódicos. Ainda segundo Humberto Machado, em vários pontos da cidade, existiam quiosques onde eram vendidos produtos variados, e entre eles estavam os jornais. “Nesses locais, por onde circulavam as notícias e as últimas novidades, era comum a leitura dos textos em voz alta”¹¹⁵. Assim, os libertos e pessoas do povo em geral procuravam entender o que estava acontecendo, pelos relatos apregoados em alta voz nas ruas. Análise, sem dúvida, superficial, mas isso não os isentava, necessariamente, de um pensar político.

Eduardo Silva aponta que os republicanos menosprezavam as manifestações populares, que eram vistas como fruto da ignorância e que não dava a essas pessoas a possibilidade de serem conscientemente monarquistas ou republicanas. No jogo político, seriam sempre marionetes¹¹⁶. Ricardo Salles, também corrobora a ideia de como as camadas populares eram vistas na época, ao dizer: “O papel da elite como elemento civilizador e, eventualmente, protetor dos incapazes para levar a vida por conta própria era enfatizado”¹¹⁷. Assim, as nossas elites no final do século XIX, viam-

¹¹⁴ MACHADO. **Palavras e brados: José do Patrocínio e a imprensa abolicionista do Rio de Janeiro**. Niterói: EDUFF, 2014. p.130.

¹¹⁵ Ibid., p. 130.

¹¹⁶SILVA. **As queixas do povo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.p 64.

¹¹⁷ SALLES, Ricardo. **Nostalgia imperial: escravidão e formação da identidade nacional no Brasil do Segundo Reinado**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora Ponteio, 2013. p. 77.

se como condutoras do povo e dos destinos da nação. Humberto Machado ao referir-se à nossa elite intelectual, lembra que:

A sua atuação refletia as próprias contradições inerentes à sociedade brasileira, no final do século XIX, ou seja, o receio de uma maior participação do “povo”, entendendo-se como tal a grande massa de escravos, libertos, e brancos pobres. Patrocínio denominava de uma forma genérica, “povo”, ou “Zé povinho” as pessoas marginalizadas pela estrutura social vigente – os despossuídos.¹¹⁸

Esse paternalismo que relegava ao negro o papel de “conduzido” marcou o abolicionismo de cunho liberal implementado por uma elite que se julgava intelectualmente portadora das vozes do progresso e da civilização. Porém, não eram somente os republicanos que ignoravam o pensar político dos negros. Nos relatos de época a eles ficou reservado o papel de expectador agradecido.

2.3 – A cidade do povo

Ao longo dessa exposição, tem-se englobado sob o manto da palavra “negro” as várias gradações de cor existentes entre escravos e libertos. No entanto, Ivana Stolze Lima nos diz que no império do Brasil havia uma “intensa polissemia da mestiçagem [...] Cabras, fuscros, caboclos, brancos, mulatos, pretos, crioulos, pardos, caiados, fulos [...]”¹¹⁹. Dentro dos limites dessa pesquisa, atende-se a duas clivagens: negro na condição de escravo ou liberto e branco na condição de livre. Apesar de reconhecer que na diversidade da população de matriz negra, a capital da corte adquiria uma dinâmica que permite se pensar hoje as relações raciais e sociais distanciadas da visão binária entre branco e negro ou senhor e escravo. A população mestiça fazia-se notar no espaço urbano com suas diferenças culturais.

No espaço urbano e principalmente na capital do país, houve, como lembra Salles:

[...]uma complexificação nas relações sociais escravistas. Nela, o escravo gozava necessariamente de maior liberdade de ação[...] que no eito e na senzala do campo[...]O contato com setores não escravos e não proprietários da população era maior, assim como o contato com uma massa de libertos e negros e mestiços livres.¹²⁰

Dentro dessa perspectiva de diversidade, Ivana Stolze Lima também lembra: “a formação da população da cidade[...] estava em estreita ligação com suas

¹¹⁸ MACHADO. op. cit., p.76.

¹¹⁹ LIMA, Ivana Stolze. **Cores, marcas e falas: sentidos da mestiçagem no Império do Brasil**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003. p.17

¹²⁰ SALLES. **Nostalgia imperial: escravidão e formação da identidade nacional no Brasil do Segundo Reinado**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora Ponteiro, 2013. p.124.

diferentes funções”¹²¹. Dessas assertivas, pode-se depreender que na cidade do Rio de Janeiro existiam os mais diferentes matizes de cores e um sem-número de distinções ligadas aos ofícios exercidos.

Mary Del Priore, em artigo sobre o baile da Ilha Fiscal que aconteceu nos estertores da monarquia lembra que: “A cidade era conhecida por sua insalubridade e sujeira. Tinha entranhas feitas de ruas estreitas e sinuosas [...]. As questões de higiene e salubridade eram ignoradas pelas autoridades, assim como os problemas ligados a transportes, abastecimento e esgoto.”¹²²

Portanto, falar dessa cidade, em fins do século XIX, é tentar entrar pelas suas ruas, ruelas, becos e praças do centro e das freguesias próximas. É imaginar os cortiços, os zungus, as casas de sobrados o vaivém de vendedores, carregadores, aguadeiros, operários, estivadores, funcionários de repartições públicas, de escritórios, de tipografias, tantos e tantos outros tipos. Essas pessoas movimentavam-se a pé, em carroças, bondes, podendo, mesmo com algum esforço, chegar a pagar um tálburi que dirigido por um cocheiro levava as pessoas a preço módico de um canto a outro da cidade. Ao falar desse tipo de transporte, João do Rio em seu estilo jocoso, evoca as lembranças de um condutor, saudoso dos tempos da monarquia,

Um dia ao saltar de um tálburi no antigo Largo do Paço, vi na boleia[...] a ventripotência colossal de um velho cocheiro[...] – Tinha vontade de saber sua opinião[...] – a respeito da Monarquia e da República. Ele sorriu, pensou. – A Monarquia tinha as suas vantagens. Era mais bonito, era mais solene. Não vá talvez pensar que eu sou inimigo da República. Mas recorde por exemplo um dia de audiência pública do imperador. Que bonito! Até era um garbo levar os fregueses lá.¹²³

As palavras do velho cocheiro fazem-se pensar na visão da monarquia, plasmada no imaginário de pessoas mais humildes. Embora demonstrando todo o seu apreço pela pompa majestática, o homem esquivou-se de se colocar contrário à república, demonstrando certa cautela em pronunciar-se contra a nova ordem vigente. Para os setores populares não era conveniente se colocar abertamente contra os novos “poderosos”.

¹²¹ LIMA. op. cit. p.21.

¹²²PRIORE, Mary Del. Entre "doidos" e "bestializados": o baile da Ilha Fiscal. **Revista USP**, São Paulo, n.58, p. 30-47, junho/agosto 2003. Disponível em: <https://www.google.com.br/?gfe_rd=cr&ei=7KopWJK4MdSm8weXgILoDQ#q>. Acesso em: 30 out. 2016.

¹²³ RIO, João do. **A alma encantadora das ruas: crônicas**. São Paulo: Martin Claret, 2013. p.107. João do Rio, pseudônimo de João Paulo Emílio Cristóvão dos Santos Coelho Barreto foi um jornalista, cronista, tradutor e teatrólogo brasileiro.

Vicente Reis, em tom memorialístico, ressalta aspectos da vida na capital da corte no final do século XIX, deixando isso bem claro logo no início de seu texto: “Essa reconstituição, tentada aqui e ali[...] são páginas que recordam o Rio onde nasci e de cuja vida inteira participei ativamente como jornalista e como teatrólogo.”¹²⁴ A narrativa do autor é riquíssima em detalhes tanto na abordagem de ilustres senhores e senhoras da alta sociedade imperial quanto na descrição dos chamados “tipos de rua”, que são os protagonistas desta análise. Ao descrever o comércio popular, Vicente Reis faz referências aos chamados “[...] 'teco-tecos’, mascates italianos que suportavam às costas uma caixa de flandres, onde conduziam objetos manufaturados em panos, óleos, travessas, rendas e outras quinquilharias”¹²⁵. Continuando, o autor fala de um italiano que diferenciava-se dos outros em sua forma de vender: “À prestação só existia um italiano chamado Vignoli, que visitava as casas de famílias, acompanhado de um gordo preto que trazia à cabeça uma larga caixa de madeira, atopetada de fazendas brancas de ótima qualidade”.¹²⁶ Certamente, pode-se inferir que o ajudante do mascate imigrante era um liberto ou escravo ao ganho. Ou seja, o negro já era subalterno de um comerciante de rua. Outros aspectos da vida dos despossuídos de sorte e fortuna são relatados como na descrição de utensílios domésticos. “De cabo de madeira, às vezes de osso, eram as facas e os garfos dos pobres, que comiam em pratos de latão, tomavam café em caneca de folha de flandres, usando colheres de chumbo para caldos ou açúcar.”¹²⁷ Continua o autor marcando a distinção entre brancos, pobres e negros. “Mas os pretos comiam de cuia, trincando a carne com os dentes.”¹²⁸ O autor permite o questionamento: será que a maioria dos pretos ainda tinha dentes para trincar a carne? Pretos também vendiam sorvetes que, nem de longe, podiam ser comparados em sabor aos vendidos nas boas confeitarias da cidade como: Pascoal, Castelões e outras.

Os pretos compravam gelo em um lugar improvisado, [...] em Mataporcos, na parte de Campo de Marte que olha para a caixa d’água potável, nem sempre livre de impurezas[...] preparavam um mau sorvete, que apregoavam, não tendo mãos a medir, todas as noites, pelas ruas[...] onde gritavam:
Sorvete, Yaya!
Sorvetinho de ilusão!
Quem não tem duzentos réis

¹²⁴ REIS, Vicente, O Rio de Janeiro no crepúsculo da Monarquia – Aspectos de sua vida social e comercial. **Revista do IHGB**, nº 345, p.7.

¹²⁵ Ibid., p.9.

¹²⁶ Ibid., p.9.

¹²⁷ Ibid., p.16.

¹²⁸ Ibid., p.16.

Não toma sorvete, não!¹²⁹

Bem dizia o negro ao anunciar a sua mistura de quase água com açúcar, como “sorvetinho de ilusão”. No geladinho doce, o pobre podia pensar em outras guloseimas mais saborosas e em dias melhores. Mas a ilusão não era só vendida por quem precisava ganhar a vida. Era também vendida pelas nossas elites que viam a capital da corte como a Paris tropical, que estava nos elegantes cafés, nos teatros, nas lojas de moda, e nos salões das famílias abastadas onde eram realizados saraus. Ao lado dessa cidade que existia para uma pequena parcela da população, estava a cidade do povo: suja, barulhenta, cheia de calor, com as doenças advindas da própria insalubridade, de uma agitação constante e nervosa, com cheiro de suor e muitas vezes com o gosto das lágrimas causadas pelas dificuldades do ser pobre.

A capital do país vivia um período de transformações aceleradas, e o espaço urbano ia sendo ocupado sem nenhum planejamento. As necessidades mais imediatas iam determinando as mudanças e uma delas foi a questão da moradia. Os comerciantes mais abastados iam abandonando os antigos sobrados, acima de seus comércios no centro da cidade e construíam palacetes em áreas mais afastadas da zona sul. Já não queriam que suas esposas e filhas tivessem que conviver com os gritos dos carregadores e vendedores, com o cheiro de certas mercadorias que empestevam o ar, enfim, com o mundo do trabalho. Esse trabalho mais bruto era feito por escravos, por libertos e por imigrantes pobres.

Carlos Eugênio Líbano lembra que o comércio de rua da cidade do Rio de Janeiro no final do século XIX, já acusava uma existência menor de escravos, pela acentuada presença de imigrantes a exercer essa atividade.¹³⁰ Juliana Paes Barreto faz menção aos “ganhadores livres” referindo-se aos imigrantes e também aos “pretos livres” que disputavam espaços nas ruas do Rio de Janeiro para a venda dos mais variados produtos com os “escravos de ganho” que tradicionalmente dominavam esse comércio de rua. “Carregando cestos na cabeça ou sobre os ombros, e algumas vezes andando descalços (uma marca registrada da escravidão) esses estrangeiros perambulavam pela Corte, vendendo peixes, legumes, vassouras e outros objetos[...]

¹²⁹ Ibid., p.16.

¹³⁰ SOARES Carlos Eugênio Líbano, *A capoeira escrava no Rio de Janeiro*. In SOUSA, Jorge Prata de (org.). **Escravidão: ofícios e liberdade**. Rio de Janeiro: Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro – APERJ, 1998. p.149.

¹³¹. Dentro dessa indistinção cada vez mais frequente dos papéis sociais é que viviam na corte: os ainda escravos, escravos de ganho, libertos e imigrantes. Esses últimos, muitas vezes vindos para o Brasil sem qualificação profissional, definida ou adequada aos padrões do mercado de emprego no país, trabalhavam lado a lado com cativos, em tarefas antes delegadas somente à população escrava. A esse respeito Karasch afirma: “Depois de 1850 imigrantes italianos pediram e ganharam licenças para trabalhar como negros de ganho”.¹³² Apresenta-se aí uma situação em que os negros cativos ou libertos vivenciavam mais uma dificuldade em seu “ganha-pão” causada por um elemento novo, o branco que vinha “das Oropa”¹³³ para tomar o seu lugar. Na capital do país, a entrada de imigrantes configurava novas relações de trabalho em que coexistiam o trabalho escravo, o trabalho assalariado e o trabalho informal pago ao “jornal”. Nessa última modalidade, antes exclusiva dos negros, começavam a disputar espaço os imigrantes.

Estes trabalhadores livres e pobres precisavam de lugares onde morar. Assim foram surgindo as chamadas “casas de aluguel” ou casa de cômodos, que deram origem aos cortiços. Diferentemente dos cortiços, que se caracterizavam como moradia de caráter permanente para famílias pobres, havia um outro tipo de casa que congregava a comunidade escrava. Eram os zungús. Assim definidos por Carlos Eugênio Líbano Soares, “Estas casas eram normalmente conhecidas como pontos de encontro para cativos, africanos e crioulos, onde eles encontravam músicas, comida, prostituição, além da companhia de seus iguais ,buscando fugir da interferência senhorial ou policial.”¹³⁴ Assim pode-se notar os zungús como espaços de sociabilidade e interação entre os negros, sendo por isso mesmo, considerados como potencialmente perigosos como Carlos Eugênio completa: “Mas além destas finalidades “inocentes”, o zungú era também temido pelas autoridades como foco de rebeliões, levantes, ou mesmo para acobertamento de fugas de escravos.”¹³⁵ Acredita-se que os libertos também faziam parte desses espaços, reencontrando laços

¹³¹ FARIAS, Barreto Juliana. Ganhando as ruas. **Revista Nossa História**, Ano 2, nº 24, p.23, 01 set. 2005.

¹³² KARASCH. **A vida dos escravos no Rio de Janeiro 1808 – 1850**. São Paulo: Companhia Das Letras, 2000. p.477.

¹³³ “Oropa” refere-se à Europa, fora do uso linguístico da gramática normativa.

¹³⁴ SOARES, Carlos E. Líbano. **Zungú: Rumor de muitas vozes**. Rio de Janeiro: Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, 1998, p.16.

¹³⁵ SOARES. **Zungú: Rumor de muitas vozes**. Rio de Janeiro: Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, 1998, p.16.

identitários e local de moradia, ainda que temporário. Sobre esses locais as “incertas da polícia” eram constantes e o clima de insegurança era permanente. Do Palácio de São Cristóvão, aos cortiços e zungús todos enfrentavam dias incertos.

A dinâmica da cidade que se abria para novos empreendimentos econômicos, reestruturava também as relações sociais. Um tipo geralmente temido pela elite era o “capoeira” visto como o esperto, o ladino e sempre pronto a provocar confusão. Suas armas eram os braços e pernas e geralmente uma indefectível navalha pronta para ser usada em situação de ataque ou defesa. Agrupados em maltas foram personagens importantes na capital da corte. Carlos Eugênio Líbano assim refere-se a eles:

A malta de capoeira é a unidade fundamental da atuação dos praticantes da capoeiragem. Formada por três, vinte e até mesmo cem indivíduos, a malta era a forma associativa de resistência mais comum entre escravos e homens livres pobres no Rio de Janeiro da segunda metade do século XIX.¹³⁶

Na conturbada época de transição da monarquia para a república, as duas grandes maltas que disputavam o controle de várias regiões da cidade eram os Nagoas e Guaiamus.¹³⁷ Mais do que tipos meramente sociais, os capoeiras, tiveram importante participação nas disputas políticas que aconteciam na cidade. Enquanto a cidade ia adquirindo novos contornos, os libertos conviviam com o que pode ser chamado de uma distinção de marca. Eram negros. É desse modo que Flavio Gomes e Marcelo Paixão referem-se ao negro no contexto do pós-abolição. “A não existência de uma desigualdade jurídica com o fim da escravidão e os estigmas associados provocaram novas narrativas sobre distinção e identidade: o negro. É cor, é raça e é também um lugar. Um lugar social. Da subordinação, da não igualdade.”¹³⁸ Este perverso lugar social vem lentamente, sendo desconstruído, porém o edifício erigido por séculos de preconceito ainda teima em deixar suas marcas.

2. 4 – Os libertos movem-se pela cidade

¹³⁶ SOARES, Carlos Eugênio Líbano. **A negregada instituição. Os capoeiras no Rio de Janeiro, 1850-1890**. Rio de Janeiro, Secretaria Municipal de Cultura, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, Divisão de Editoração, 1994. p.40.

¹³⁷ Ibid., p. 40.

¹³⁸GOMES, Flávio; PAIXÃO, Marcelo. Raça, pós-emancipação, cidadania e modernidade no Brasil: questões e debates. **Revista Maracanã**, Rio de Janeiro, n. 4, 2008. p.177.

Ser liberto na capital do país, se não era a mais difícil e penosa situação de vida, certamente era a mais ambígua. Aqui a referência não relaciona-se somente aos libertos de 14 de maio, mas a todas as outras pessoas que do cativo passaram à liberdade dentro das mais diversas circunstâncias.

Mary Karasch faz um alentado estudo sobre a vida dos escravos no Rio de Janeiro, e do empenho envidado por eles para conseguir a liberdade. Eram anos de muito trabalho e esforços para conseguir, muitas vezes, uma alforria condicional que poderia deixar de existir caso o liberto infringisse algumas das condições para manter-se como tal. Ser “íngrato” para com o seu ex-senhor era motivo suficiente para revogar a alforria.¹³⁹

Antonio Carlos Jucá Sampaio corrobora a informação de Karasch quando considera “a manumissão como resultado de um longo processo de negociação entre o senhor e seu escravo [...] não só porque muitas alforrias eram condicionais, mas também porque o liberto era obrigado a demonstrar respeito e gratidão a seu antigo senhor sob a ameaça de ser reescravizado.”¹⁴⁰ Com a Lei de 1871” em tese, só a certidão de matrícula [...] tornava-se evidência legal do cativo de alguém”¹⁴¹ No entanto, o antigo costume ainda instigava ex-senhores a práticas que levavam o liberto à dependência, submissão e medo.

Sidney Chalhoub levanta um outro tipo de situação que trazia grande insegurança para o liberto – a possibilidade concreta de ser preso “por suspeito de cativo.”¹⁴² Caso um negro fosse encontrado pelas autoridades policiais sem ter em mãos a carta de alforria, poderia ser preso e tido como cativo novamente na condição de “bens do evento”. O autor ancorado em sólida documentação diz que “pelo decreto de maio de 1842 [...] são bens de evento, os escravos, gado ou bestas, achados sem se saber do senhor ou dono a quem pertençam”¹⁴³ Ainda, segundo Chalhoub, tanto escravos como forros estavam sempre sob a suspeição de vadiagem para as autoridades policiais. Ser tido como vadio significava a possibilidade do tão temido

¹³⁹ KARASCH. **A vida dos escravos no Rio de Janeiro 1808 – 1850**. São Paulo: Companhia Das Letras, 2000. p.468.

¹⁴⁰ SAMPAIO, Antônio Carlos Jucá. *A produção da liberdade: padrões gerais das manumissões no Rio de Janeiro colonial, 1650-1750*. p. 290. In FLORENTINO, Manolo. (Org.) **Tráfico, cativo e liberdade (Rio de Janeiro, séculos XVII – XIX)**, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2005, p. 290.

¹⁴¹ CHALHOUB, Sidney. **A força da escravidão: desigualdade e costume no Brasil oitocentista**.

1ª Ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2012. p.233

¹⁴² *ibid.* p.243.

¹⁴³ *Ibid.*, p.241.

recrutamento forçado para o exército ou marinha. Houve casos em que libertos, não tendo como provar sua condição, preferiam passar-se por cativos a ter que assentar praça.¹⁴⁴

Nessas difíceis condições, as mais variadas exigências eram feitas pelos senhores, para que o escravo alcançasse, ainda que precariamente, a condição de livre. Essa conjuntura gerava o uso das mais diferentes estratégias e organização de redes de solidariedade entre eles. Dentre os estratagemas mais empregados, estava a promessa de permanecer trabalhando para o antigo senhor como forma de baratear o preço ou pagá-lo em prestações. Havia também o caso da compra de alforria para entes queridos, como de mães comprando a liberdade de seus filhos, e mesmo dando os filhos para serem batizados por seus senhores ou por alguém próximo a eles.¹⁴⁵

Como escravos ou como libertos, os negros estabeleciam inteligentes estratégias de sobrevivência e preservação de sua identidade étnica, que começava a ser desconstruída sob o ritual imposto do batismo católico quando recebiam um novo nome. Juliana Barreto Farias aborda essa questão ao dizer: “O nome de um indivíduo é um forte signo de identificação social ou étnica. Para os africanos especialmente, o nome pessoal tinha uma grande força simbólica”¹⁴⁶. Aqui, os africanos, muitas vezes apartados dos parentes de sangue, reinventavam uma parentela baseada na nação africana de origem. Eram os chamados “parentes de nação”¹⁴⁷. Geralmente, a solidariedade entre esse tipo de parentes era estendida para a compra de uma alforria ou mesmo para o auxílio de um liberto que por circunstâncias diversas poderia estar sem abrigo ou trabalho. Enfim, uma enorme e complexa variedade de posições envolvia o grupo dos libertos, chegando mesmo a haver o que aqui denomina-se de “quase libertos” – ou seja – formalmente eram considerados livres, mas ficavam presos aos senhores até que cumprissem uma série de obrigações a serem pagas até a liberdade total. Muitos morriam antes de alcançar a liberdade

¹⁴⁴ CHALHOUB. **A força da escravidão: desigualdade e costume no Brasil oitocentista**. 1ª Ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2012. p. 238.

¹⁴⁵ KARASCH. **A vida dos escravos no Rio de Janeiro 1808 – 1850**. São Paulo: Companhia Das Letras, 2000. p.456.

¹⁴⁶ FARIAS, Juliana Barreto; GOMES, Flávio dos Santos; SOARES, Carlos Eugênio Líbano. **No labirinto das nações: africanos e identidades no Rio de Janeiro, século XIX**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional. 2005. p.109.

¹⁴⁷ Ibid., p.110.

plena e outros viviam em condições muito ruins chegando até a pedir abrigo e trabalho a seus antigos senhores.¹⁴⁸

Sem dúvida, as situações de liberdade prometida, mas não alcançada e de imensas dificuldades para manter a sobrevivência foram vividas tanto por negros da cidade do Rio de Janeiro, como de outras partes do país. Juliana Barreto Farias, no entanto, lembra que houve casos de africanos que conseguiram amealhar posses. Para isso, recorre a João do Rio, no *Gazeta de Notícias*, em 13 de maio de 1905¹⁴⁹. A coluna descreve o diálogo entre João do Rio e um africano, em que este faz algumas considerações em relação aos “irmãos de raça”.

NEGROS RICOS

[...]_Nem todos estão agora na indigência, Treze de Maio não foi nada para os negros africanos. Africanos já se tinham libertado quando a princesa assinou o decreto libertando todos os escravos.

– Então os africanos já estavam livres?

– Quase todos os africanos já tinham morrido, ou já tinham comprado a sua carta, quando chegou a lei. Africano tem resistência, menino, africano pagou seu corpo. Eu juntei vintém a vintém, um conto e oitocentos para me comprar e houve escravas, como a mãe de Henriqueta, que juntaram dinheiro a vida toda para comprar o próprio corpo e mais os das filhas.

– Mas como homem de Deus?

– Ora como! Trabalhando, nos aluguéis, no café, vendendo santos ou doces na rua e com o auxílio do feitiço. Não ria! Africano sempre vendeu feitiço aos brancos, porque os brancos sempre acreditam em feitiços.... Hoje os africanos daquele tempo estão ricos.

– Ricos?

– Com muito dinheiro.¹⁵⁰

O diálogo entre o cronista branco e seu amigo, um ex-cativo, que comprou sua liberdade ou seu corpo, como assim se referia à compra de uma carta de alforria, é extremamente revelador de uma face menos conhecida da escravidão, que vem sendo abordada e valorizada por uma nova historiografia. O primeiro aspecto é o de que o 13 de maio veio transformar em lei algo que na prática já atingia a maioria da população negra na cidade do Rio de Janeiro. O segundo, são as múltiplas formas de estratégias de que escravos e libertos lançavam mão para conseguirem uma inserção no mundo dos brancos. As tradições religiosas africanas, geralmente tidas como

¹⁴⁸ SOARES, Luiz Carlos. **O “ Povo de Cam” na Capital do Brasil: A Escravidão Urbana no Rio de Janeiro do Século XIX**. Rio de Janeiro: FAPERJ /7Letras, 2007. p.301.

¹⁴⁹ RIO, João do. GAZETA DE NOTÍCIAS, Negros Ricos, 13 maio 1905, ed.133, p.3. Arquivo Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=103730_04&pasta=ano%20190&pesq>. Acesso em: 23 out. 2016 apud BARRETO, Juliana; GOMES, Flávio dos Santos; SOARES, Carlos Eugênio Líbano. **No labirinto das nações: africanos e identidades no Rio de Janeiro, século XIX**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional. 2005.p.112.

¹⁵⁰ Ibid., p. 3.

objeto de perseguição, eram usadas por “debaixo dos panos” para que brancos, e portanto, católicos, se rendessem aos mistérios das crenças africanas.

Carlos Eugênio Líbano Soares lembra que: “os feiticeiros e suas casas de dar fortuna” apareciam aqui e ali, sem causar muito rebuliço em uma época de plena hegemonia do “saber científico”.¹⁵¹ Aqui o autor refere-se ao avanço do positivismo, tendo como bandeira um cientificismo tão ao agrado de setores republicanos. As elites da época, republicanas ou monarquistas, viam com desdém quaisquer manifestações de origem africana colocando-as como fruto da ignorância e da barbárie. No entanto, Líbano, ao referir-se a um africano acusado de feitiçaria, diz: “Mas ele não exerceria o seu ofício se não houvessem ‘clientes’ dispostos a ouvir suas receitas”¹⁵². E pode-se acrescentar que entre esses “clientes” estavam também brancos que pagavam pelos serviços prestados.

Eduardo Silva, abordando o mundo do trabalho e a concorrência entre o trabalho livre e escravo, também faz referência aos “feitiços”: “Até 1888, homens e mulheres têm que concorrer com o trabalho escravo. Alguns poucos conseguem boa reputação por seus feitiços e são capazes de fazer disso um meio de vida.”¹⁵³ Assim, é observado mais uma demonstração de inteligente estratégia de negros que conseguiam compatibilizar suas tradições africanas em um país de tradição católica e ainda fazer disso uma forma de ganhar dinheiro.

Ser liberto, na cidade do Rio de Janeiro, no final do século XIX, era viver na sempre perigosa fronteira da liberdade, era ter um pé em suas origens e outro no mundo dos brancos. Era estar em uma aflitiva condição de “não ser”. Não eram senhores, não eram escravos, não eram assalariados.

O Conselheiro Rebouças, em discurso de 1832, quando se debatia o direito de um liberto ser oficial da guarda nacional, trouxe à baila a questão do exercício da cidadania para os libertos. Imbuído dos princípios liberais, defendia segundo Hebe Maria Mattos que: “Uma vez liberto, o escravo nascido no Brasil automaticamente tornava-se cidadão brasileiro, com todas as suas prerrogativas civis e políticas. E

¹⁵¹ SOARES, Carlos E. Líbano. **Zungú: Rumor de muitas vozes**. Rio de Janeiro: Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, 1998. p. 96.

¹⁵² Ibid., p.96.

¹⁵³ SILVA, Eduardo. **Dom Obá II D'África, O Príncipe do Povo. Vida, tempo e pensamento de um homem livre de cor**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. p.82.

assim afirmava porque considerava que apenas o direito de propriedade legitimava a escravidão. ”¹⁵⁴

No entanto, já chegando o ano de 1888, o abolicionismo brasileiro mantinha a marca do pensamento liberal em que a questão da cidadania ainda se encontrava ligada ao direito de propriedade. Cessando a propriedade a cidadania estaria garantida. José Murilo de Carvalho baseando-se na distinção que Thomas Humphrey Marshall faz para as várias dimensões da cidadania diz ¹⁵⁵: “Tornou-se costume desdobrar a cidadania em direitos civis, políticos e sociais. O cidadão pleno seria aquele que fosse titular dos três direitos. Cidadãos incompletos seriam os que possuísem apenas alguns dos direitos. ”¹⁵⁶ Admite-se aqui, que o liberto de 13 de maio era um “cidadão incompleto” pois de direito só conquistou, efetivamente, a liberdade.

A poesia do abolicionista e republicano Luís Gama, morto em 1882, ainda era atual no final dos oitocentos:

QUEM SOU EU?
 (A Bodarrada)
 Amo o pobre, deixo o rico.[...]
 Vivo só no meu cantinho[.]
 Fujo sempre à hipocrisia.
 À sandice, à fidalguia[.]
 Os birbantes mais lapuzes
 Compram negros e comendas
 E com jeito e proteções.
 Galgam altas posições[...]¹⁵⁷

Nessa poesia, Luís Gama denuncia, sem piedade, a hipocrisia dos potentados, muitos deles vivendo dos favores e benesses do Estado imperial, incluindo a compra de títulos nobiliárquicos. O autor continua a poesia, prevendo como haveria de ser chamado por aqueles a quem atacava.

[...] Hão de chamar-me tarelo,[...]
 Bode, negro,[...]
 Porém eu que não me abalo,

¹⁵⁴MATTOS, Hebe Maria. **Escravidão e cidadania no Brasil Monárquico**. Coleção descobrindo o Brasil. Rio de Janeiro: Ed. Jorge Zahar, 2000. p.43.

¹⁵⁵ MARSHALL, T. H. **Cidadania, classe social e status**. Rio de Janeiro: Ed. Zahar.1967 apud CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil. O longo Caminho**. 21ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016. p. 17-18. Marshall analisou o desenvolvimento da cidadania baseando-se nos direitos civis, seguidos dos direitos políticos e dos direitos sociais, nos séculos XVIII, XIX e XX, respectivamente. Introduziu o conceito de direitos sociais, sustentando que a cidadania só é plena se for dotada de todos os três tipos de direito e esta condição está ligada à classe social.

¹⁵⁶ CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil. O longo Caminho**. 21ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016. p.15.

¹⁵⁷ GAMA Luís. **Primeiras Trovas Burlescas de Getulino**. 1861. Acervo Quilombo hoje. Disponível em: <<http://www.quilombohoje2.com.br/trovasluisgama.pdf>>. Acesso: 1 nov. 2016. p.55.

Vou tangendo o meu badalo
 Com repique impertinente[...]
 Bodes há de toda casta[...]
 Bodes negros, bodes brancos[...]
 Aqui nesta boa terra.
 Marram todos, tudo berra[...]
 Nobres Condes e Duquesas[...]
 Deputados , senadores[...]¹⁵⁸

Como o termo bode era usado de maneira pejorativa em referência a homens livres, mas com ascendência africana, Luís Gama coloca a todos no “mesmo saco” com a definição de bodarrada. Em suma, em todos os grupos sociais havia negros e seus descendentes por mais que as elites buscassem uma europeização em suas origens e no seu modo de vida. Daí conclui de maneira mordaz: “somos todos bodes”. Efetivamente, entre todos os “bodes”, Luís Gama foi o mais altaneiro e não tergiversou em nenhum momento sobre as condições da abolição que para ele deveria vir sem indenização aos proprietários e com medidas de integração dos libertos à propriedade da terra. A defesa da não indenização causou a Gama sérios problemas dentro do Partido Republicano.

Enquanto Luís Gama, Patrocínio, Rebouças foram homens que criaram condições de projeção política e força de voz para defenderem suas posições a respeito da abolição e da república, certamente, negros egressos da escravidão também pensavam, a sua maneira e dentro de suas possibilidades, sobre as mesmas questões. O que oferece a possibilidade de entrar no plano da construção de imagens. Nesse sentido de acordo com Roger Chartier: “As representações do mundo social[...] embora aspirem à universalidade de um diagnóstico fundado na razão, são sempre determinadas pelos interesses do grupo que as forjam. Daí para cada caso, o necessário relacionamento dos discursos proferidos com a posição de quem os utiliza”¹⁵⁹. A observação de Chartier adequa-se perfeitamente a tentativa de se responder como cada um dos grupos sociais, que viveram as últimas décadas do final dos oitocentos, tentavam lidar com as grandes mudanças que se projetavam – abolicionismo e república – de acordo com seus interesses.

O pensamento de Joaquim Nabuco traduzido na introdução de sua obra “ O Abolicionismo”, parece sintetizar a imagem que se construiu dos cativos e dos libertos.

¹⁵⁸ Ibid., p.55.

¹⁵⁹ CHARTIER, Roger. **A história cultural entre práticas e representações**. Trad. Maria Manuela Galhardo. Lisboa: Difusão Editora, 1988. p.17.

“A propaganda abolicionista, com efeito, não se dirige aos escravos. Seria uma covardia, inepta e criminosa, e, além disso, um suicídio político para o partido abolicionista, incitar à insurreição, ou ao crime, homens sem defesa[...]”¹⁶⁰. No último parágrafo, o autor reforça o argumento de que a sua obra era dirigida aos livres e deles seria a tarefa da propaganda abolicionista. “[...] Não é aos escravos que falamos, é aos livres”. E em relação àqueles, faz-se divisa das palavras de sir Walter Scott: “Não acordeis o escravo que dorme, ele sonha talvez que é livre.”¹⁶¹ Esse foi o tom predominante do movimento abolicionista que via o escravo como incapaz para dirigir uma luta em seu próprio favor, sendo a ele reservado um papel de passividade – não acordeis o escravo que dorme – ou seja, a paz social deveria ser mantida a qualquer custo, dentro do até hoje apregoado e mantido “reformismo social” sem atribuições e sob o primado da lei.

Até mesmo Patrocínio, tido em sua época como “radical” pela contundência e estilo virulento nas suas críticas à escravidão, sendo chamado por Osvaldo Orico de “O Tigre da Abolição”¹⁶² batia na tecla da paz social e na “obrigação moral” de uma elite intelectualizada em conduzir a luta pelo fim do trabalho cativo no país. O jornalista que em 1877 tornou-se redator da *Gazeta de Notícias* tendo uma coluna assinada sob o pseudônimo de “Proudhomme”, ao que tudo indica como referência a “Proudhon”¹⁶³, também alardeava as ações humanitárias de senhores. A esse respeito, Humberto Machado mostra que, nos anos subsequentes ao avanço da campanha abolicionista, os jornais de Patrocínio como *Gazeta da Tarde e Cidade do Rio*, que apesar de levantarem a bandeira do fim do cativeiro de maneira bastante forte e com palavras duras

sempre noticiavam as alforrias como se fossem concessões dos senhores. Quase todos os números destacavam as manumissões, inclusive aquelas que continham cláusulas de prestação de serviços durante certo período. O *Cidade do Rio*, informava na primeira página de 9 de novembro de 1887, que o Barão de Cunha Bueno declarara setenta escravos livres, após três colheitas consecutivas de café.¹⁶⁴

¹⁶⁰ NABUCO, Joaquim. **O abolicionismo**. Introdução. p.12. Disponível em: <<http://www.culturabrasil.org/zip/oabolicionismo.pdf>>. Acesso em: 2 nov. 2016.

¹⁶¹ Ibid., p.116. Sir Walter Scott foi escritor escocês e autor de romances históricos no início do séc. XIX.

¹⁶² A expressão “Tigre Da Abolição” é o título do livro de Osvaldo Orico, editado em 1931 sobre a vida e obra do escritor, jornalista e líder abolicionista brasileiro José do Patrocínio.

¹⁶³ PROUDHON, Pierre Joseph. Filósofo político e econômico francês. Considerado um dos mais influentes teóricos e escritores do anarquismo. Acreditava que o direito à propriedade era um tipo de roubo.

¹⁶⁴ MACHADO, Humberto Fernandes. A Imprensa Abolicionista In Negros brasileiros. **Revista Ciência Hoje**. vol. 8, nº 48 - suplemento, 1988. p.25.

Em suma, a notícia passa a impressão de que os senhores que “doavam” a liberdade espontaneamente, ainda que sob a absurda condição de trabalho não remunerado durante três colheitas, mereciam ser notícia notadamente positiva nos jornais abolicionistas. Seguindo a trilha da pesquisa de Machado, encontra-se o episódio ilustrativo da posição de Patrocínio como propugnador da ordem.

O *Jornal Cidade do Rio* deu destaque à prisão de um fazendeiro fluminense que tinha causado a morte de quatro cativos depois que lhes foram aplicados bárbaros castigos. Dias mais tarde, foi publicada a prisão do fazendeiro que tinha acontecido sob ameaças de seus capangas, inclusive contra a população revoltada com o assassinato dos cativos ¹⁶⁵. “Após a narração dos turbulentos acontecimentos, o jornal advertiu o governo – e, especificamente, a regente imperial princesa Isabel – sobre as ‘alterações da ordem’ que advinham dessas situações.”¹⁶⁶ Assim, o “Tigre” rosnava contra a regente, exigindo o fim da escravidão em um ambiente de ordem. Logo após o 13 de maio, o jornalista era pura mansidão e afagos em relação à “redentora”.

Pondera-se um pouco mais sobre as posições de Patrocínio pois, tirando alguns dos seus destemperos verbais, suas posições mais gerais sobre o papel reservado ao negro no encaminhamento da campanha abolicionista não diferiram substancialmente dos abolicionistas vistos como mais moderados como Nabuco.

Em prefácio do livro “Palavras e Brados”, Eduardo Silva assim refere-se a Humberto Machado: “O autor dá ênfase a dois referenciais que, sem dúvida, balizam a luta e o tempo de Patrocínio, paternalismo e reformismo”¹⁶⁷ e José Murilo de Carvalho também comenta: “Humberto Machado constrói um panorama complexo em que idealismos são contidos por pragmatismos, generosidades são limitadas por interesses e, sobretudo, radicalismos são bloqueados por paternalismos”¹⁶⁸. Esses dois comentários são cruciais para o encaminhamento da linha de raciocínio dessa pesquisa. Ao tocarem nas duas pedras angulares, da campanha abolicionista e aqui repete-se: “ paternalismo e reformismo” – concorda-se plenamente com Machado – também fica evidenciado o papel de coadjuvante agradecido dado aos negros. A

¹⁶⁵ Ibid., p. 26.

¹⁶⁶ Ibid., p. 26.

¹⁶⁷SILVA, Eduardo. Introdução. In: MACHADO, H. F. **Palavras e Brados. José do Patrocínio e a imprensa abolicionista do Rio de Janeiro**. Niterói: Eduff, 2014. p.10.

¹⁶⁸CARVALHO José Murilo. Contracapa. In: MACHADO, H. F. **Palavras e Brados. José do Patrocínio e a imprensa abolicionista do Rio de Janeiro**. Niterói: Eduff, 2014. p.10.

pergunta que se faz é: Como eles estavam vendo o movimento republicano e suas investidas contra a monarquia?

A princesa Isabel era peça fundamental no jogo que a classe política e a imprensa jogavam naquele momento, tendo que conciliar interesses diversos na sempre desejada e apregoada paz social. Começava assim um jogo pesado em que os movimentos políticos se davam como em uma partida de xadrez. Em 1887, estando Isabel como regente, sofria constantes ataques de Patrocínio no tocante à manutenção de Cotegipe, o ferrenho defensor da escravidão, que impunha medidas repressivas em relação ao movimento abolicionista, na chefia do gabinete de ministros. No entanto, o tom do jornalista foi mudando sutilmente, cada vez mais apelando para a bondade da sereníssima princesa. Em novembro de 1887, reportando-se a conflitos na cidade de Campos entre membros do Clube da Lavoura – escravocratas – e abolicionistas, assim Patrocínio dirigia-se à princesa:

A SUA ALTEZA, A REGENTE

Senhora – Quando começou a luta desigual entre os mercenários da pirataria e o povo campista[...] os abolicionistas recorreram a Vossa Alteza Imperial pedindo que justiça fosse feita e que Vossa Alteza Imperial ordenasse ao Governo a vigência das garantias constitucionais devidas ao cidadão.[...] A noite todos esses fatos eram já conhecidos nesta capital, e, não obstante, Vossa Alteza Imperial era vista num teatro, muito tranquila, a divertir-se[...]Vossa Alteza, para firmar a autoridade regencial e consolidar o trono que vos deve pertencer, sanciona os crimes que o Governo manda praticar[...] Na ingênua simplicidade feminina, Vossa Alteza pensa que para reinar basta dispor de dinheiro, de tropa, de ministros, de câmaras e de magistratura[...]¹⁶⁹

Do artigo de Patrocínio pode-se depreender que, no final de 1887, ele ainda acusa a regente imperial de ser conivente com a repressão aos abolicionistas comandada pelo governo Cotegipe, qualificado pelo articulista como mandante de “crimes”. A princesa era vista como portadora de uma natural “ingenuidade feminina” que não conseguia discernir as suas reais responsabilidades e divertia-se à larga, achando que para governar bastava ter os seus apoiadores palacianos. A pecha da ingenuidade feminina pensa-se ser uma opinião corrente na época, e não um preconceito de gênero que distinguisse particularmente o jornalista.

Em 12 de março de 1888, dois dias depois do início do governo de João Alfredo, o tom dado à matéria de Patrocínio é totalmente diferente.

¹⁶⁹ PATROCÍNIO José do. Jornal Cidade do Rio. A Sua Alteza, a regente. 21 nov. 1887. In: **Campanha Abolicionista: coletânea de artigos**. p.114. Disponível em: <http://objdigital.bn.br/Acervo_Digital/livros_eletronicos/campanha_abolicionista.pdf>. Acesso em: 05 nov. 2016.

SENHORA

Vossa Alteza deve estar contentíssima com a brusca mudança que se operou no espírito público. A tempestade que se abobadava sobre o vosso futuro, sinistra e ameaçadora, desfez-se como por encanto[...]. Vistes, Senhora, qual a eficácia do Governo de acordo com a vontade nacional[...]. O Ministério Cotegeipe foi violentamente combatido, porque ele representava uma instituição degradante: — a escravidão[...]¹⁷⁰

Daí para frente, o paladino da causa abolicionista torna-se praticamente um laçao da excelsa princesa. O que até então Patrocínio e outros abolicionistas exigiam da regente era a demissão de Cotegeipe e a nomeação de uma chefia do gabinete de ministros disposta a realizar a abolição. Os trechos dos artigos podem dar uma ideia da pressão exercida sobre a princesa. Os abolicionistas colocavam nas mãos de Isabel a responsabilidade de livrar o país da escravidão e ela cada vez mais adotava atitudes nessa direção.

Havia na tomada de decisões da princesa um jogo de cálculo até então bastante factível: diante de uma opinião pública francamente favorável à abolição, de um movimento abolicionista capitaneado por figuras importantes, e da insubordinação escrava cada vez mais presente, como pode se considerar, julgava ela, que conseguiria neutralizar a oposição dos escravagistas e dos republicanos, e a eliminação total do trabalho escravo lhe abriria as portas do 3º reinado, protegida pela aprovação de seu gesto.

A *Revista Illustrada*, periódico de tom satírico e que cerrava fileiras pela abolição em uma coluna, intitulada “Belas Artes”, elogiava um quadro de autoria do Sr. Pedro Peres que estava exposto no paço municipal da capital da corte. Segundo palavras do jornalista: “Representa ele uma das sessões festivas da nossa municipalidade, em que os ilustres edis remetem à sereníssima princesa imperial um certo número de cartas de liberdade, para a mesma augusta princesa entrega-las aos escravos, que desse momento em diante passariam a ser livres.”¹⁷¹ Estava claro que a princesa era cada vez mais vista como a responsável pela abolição do cativo.

Eduardo Silva comprova que a princesa protegia escravos fugidos mostrando o seu grau de comprometimento com a causa abolicionista:

[...] o próprio Palácio Imperial, transformara-se numa espécie de quilombo abolicionista. André Rebouças, o intelectual negro de maior prestígio na época, fazia uma ponte entre o esquema de fugas montado pela princesa,

¹⁷⁰ Ibid., p.118.

¹⁷¹ REVISTA ILLUSTRADA. Rio de Janeiro, 8 jan. 1887, edição 447. p.3. Arquivo Hemeroteca digital da Biblioteca. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/Dhttp://memoria.bn.br/DocReader/332747/3181>>. Acesso em: 8 nov. 2016.

em Petrópolis, e o alto-comando do movimento abolicionista, no Rio de Janeiro: o pessoal da Confederação Abolicionista, João Clapp, e José do Patrocínio à frente¹⁷².

A campanha pelo fim da escravidão trouxe a novidade dos quilombos abolicionistas que serviam de refúgio para negros fugidos que ficavam sob a proteção de líderes abolicionistas. Eduardo Silva se debruça sobre o Quilombo do Leblon em uma chácara isolada pertencente ao português José Seixas dono de uma fábrica de malas. O aspecto curioso levantado pelo historiador é que ali eram cultivadas camélias, que se tornaram um símbolo do movimento abolicionista. Tal como hoje são usados adesivos e congêneres em propaganda de causas de cunho político ou social, no período de maior intensidade da campanha pelo fim da escravidão, os engajados exibiam uma camélia em seu vestuário. “Como a princesa e as damas mais importantes da corte enfeitassem o colo com camélias abolicionistas os inimigos do regime logo afetaram grande escândalo moral”¹⁷³[...]

Silva Jardim reagia a tudo que pudesse trazer algum prestígio à monarquia. Todos os movimentos da princesa eram criticados de maneira a desqualificá-la. O sucesso da “batalha de flores” de fevereiro de 1888 empreendida sob os auspícios de Isabel, acompanhada dos filhos e do marido o conde D’Eu fez com que o republicano reagisse com pesadas críticas à regente.

Em janeiro de 1889, dias depois de um sério atrito, quando negros monarquistas interromperam com violência uma conferência em que discursava, o enraivecido republicano publicou no jornal *O Paiz* a sua famosa “Carta Política ao País e ao Partido Republicano” onde, entre outras coisas, tentava minar o simbolismo das flores que de certa maneira dava à regente uma aura de bondade, tornando-a mais popular. Assim, Jardim vaticinava: “[...] Que Isabel e seu esposo subam ao trono, mas que no momento eles vacilem nos seus degraus inundados pelo sangue dos patriotas [...] Já há mortos, Senhora! Aquelas flores que vos mancharam os seios já se tornaram vermelhas[...].”¹⁷⁴ Enquanto Silva Jardim destilava veneno, Patrocínio carregava nos mais pungentes elogios àquela a quem haveria de estar reservado o trono brasileiro e assim se referia às atitudes de Isabel:

¹⁷² SILVA, Eduardo. **As camélias do Leblon e a abolição da escravatura: uma investigação da história cultural**. São Paulo: Companhia das letras, 2003. p.28-29.

¹⁷³ Ibid., p 38.

¹⁷⁴ JARDIM Silva, Carta Política ao Paiz e ao Partido Republicano. **Jornal O Paiz**, 6 de janeiro de 1889. p.28. Disponível em: < <http://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/185607/000059467.pdf?sequence=1> >. Acesso em: 06 nov.2016.

A maior revolução social de nossa terra está sendo feita entre bênçãos e flores. Nada mais extraordinário: bastaram o atrito da imprensa e o calor da palavra para limar e fundir os grilhões de três séculos de cativeiro. A alma nacional mostrou-se preparada, em todas as camadas sociais, para praticar e receber a liberdade. Em nenhuma história do mundo se encontram páginas como as que se têm escrito ultimamente em nossa terra.¹⁷⁵

Em sua 3ª regência, Isabel viveu em situação pendular ora de aplausos e elogios ora suportando as mais duras e às vezes desabusadas críticas por ser mulher, por ter como esposo o conde D'Eu, e por ser uma beata ultramontana não admitindo a separação entre a Igreja Católica e o Estado brasileiro. No entanto, o cerne da saraivada de críticas estava naqueles que queriam a mudança do regime político para o país. A Lei de 13 de maio veio resolver um impasse para os republicanos. Para eles restava agora cuidar da mudança do regime político, fazendo as devidas críticas pela falta de indenização aos proprietários e de medidas de proteção aos ex-cativos.

Mesmo sendo o alvo preferido dos republicanos, a imagem da princesa, que foi sendo construída ao longo dos anos, resistia, pois nos períodos em que D. Pedro II exercia plenamente o poder moderador, Isabel não ficava apartada dos negócios e da política de Estado, aprendendo mesmo a conseguir apoio político por meio da prática de concessões e favores. A esse respeito, Salles observa que: “O patriarcalismo, o patrimonialismo, o elitismo compuseram uma ética que uniu a prática política institucional à prática social cotidiana; que ligava os mecanismos de influência e poder local aos corredores dos palácios do governo central.”¹⁷⁶ É justamente na prática social cotidiana que o halo imperial, materializado nas figuras do imperador e da princesa Isabel, deixava suas marcas mais sutis, porém suficientemente fortes para influenciar ideias e comportamentos.

A família imperial serviu-se à larga do uso da fotografia, inclusive, pode-se imaginar, também como forma de promoção política. Retratos de Pedro II com suas longas barbas brancas, um olhar de extrema complacência e comumente a mão pousada sobre um livro ou sobre o peito à altura do coração, em que pese a opinião de que o nosso imperador estivesse a querer imitar Napoleão, transmitiam mesmo era a imagem de “pai da nação”.

¹⁷⁵ PATROCÍNIO José do. Jornal Cidade do Rio. 30 abr. 1888. In: **Campanha Abolicionista: coletânea de artigos**. p.129 Disponível em:< http://objdigital.bn.br/Acervo_Digital/livros_eletronicos/Campanha_abolicionista.pdf >. Acesso em: 05 nov. 2016.

¹⁷⁶ SALLES. **Nostalgia imperial: escravidão e formação da identidade nacional no Brasil do Segundo Reinado**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora Ponteio, 2013. p. 58 p.59.

A princesa Isabel também foi muito fotografada junto ao soberano, como que a exercer com ele o mesmo bondoso poder, veiculando a imagem da natural sucessora do seu augusto pai, que é assim também referenciada por Ana Maria Mauad: “Otto Hees tirou a última foto da família imperial às vésperas da proclamação da República e do exílio[...]”. Em um comentário caloroso, Alexandre Eulálio considera que esta foto representa o fim do “ciclo do patriarcalismo caboclo”,¹⁷⁷ essa observação pode ser



Figura 1 - Foto da família imperial às vésperas da proclamação da República. Apud MAUAD, Ana Maria. *Imagem e autoimagem do Segundo Reinado* In: ALENCASTRO, Luiz Felipe de. (Org.). **História da Vida Privada no Brasil: Império: a corte e a modernidade nacional**. São Paulo: Companhia das Letras, vol.2, 1997. p.231.

¹⁷⁷ Apud MAUAD, Ana Maria. *Imagem e autoimagem do Segundo Reinado* In: ALENCASTRO, Luiz Felipe de. (Org.). **História da Vida Privada no Brasil: Império: a corte e a modernidade nacional**. São Paulo: Companhia das Letras, vol.2, 1997. p.231.

acrescentado, que a família imperial continuava a fazer o que hoje chama-se “marketing político”¹⁷⁸, com a princesa tendo uma das mãos pousada no braço do pai, como a formar uma imagem única da realeza, projetando o halo imperial e, mais ainda, que não estavam a perceber que o império desabava. A imperatriz Teresa Cristina aparece sentada longe do marido e sem destaque.

Há de se notar que os trajés da família imperial são bastante simples e discretos sem nenhum adereço próprio da realeza. Como essa, tantas outras fotos marcadas pela discricção representaram a família imperial. Nada mais conveniente para um momento em que a monarquia encontrava-se fragilizada, restando a ela, a esperança da lealdade e força dos círculos monárquicos e apoio popular à princesa que tinha elevado o Brasil à condição de um país civilizado ao abolir a escravidão. Essas premissas não se concretizaram.

2.5 – A cidade das realezas

Segundo Schwarcz, D. Pedro II, no decorrer do seu longo reinado, se fez representar das mais diferentes maneiras, desde a simplicidade do jaquetão escuro usado no dia a dia até as imagens oficiais, em que procurou como representação, em algumas ocasiões, os símbolos da terra com exaltação da nossa exuberante natureza e do índio, elemento que mais dela se aproximava da imagem de pureza e força, certamente, sob inspiração rousseuniana do “bom selvagem”. “[...] nas indumentárias da realeza[...]estavam presentes os símbolos da terra; cacau, café, tabaco e o céu do Brasil[...] a murça de penas de galo da serra e depois de papo de tucano[...] tudo colaborava para a construção de uma identidade feita de muitos empréstimos e várias incorporações”¹⁷⁹

¹⁷⁸ Marketing político é um conjunto de técnicas e procedimentos que tem como objetivos adequar um candidato/candidata ao seu eleitorado potencial. Disponível em:< <http://www.dicionarioinformal.com.br>. Acesso em: 10 nov. 2016.

¹⁷⁹ SCHWARCZ, L. M. **As barbas do imperador: D, Pedro II, um monarca nos trópicos**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p.141.



Figura 2 - D. Pedro II em traje de gala na abertura da Assembleia Geral. Quadro de Pedro Américo de Figueiredo e Melo retratando o imperador em cerimônia realizada em 03 de maio de 1872, apud: SCHWARCZ, L. M. **As barbas do imperador: D, Pedro II, um monarca nos trópicos**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 126.

Realmente o império brasileiro teve a marca do amálgama de culturas diversas e assim foi representado com toda pompa e dignidade majestáticas. Assim como D. Pedro misturava os símbolos de raiz indígena com os tradicionais das casas reinantes europeias, também uma outra majestade a seu modo fazia o mesmo.

Em 1882, D. Obá II, escreveu uma carta ao imperador comunicando o nascimento de seu filho, Vicente Abiodun da Fonseca Galvão. A carta ia acompanhada do seu “retrato oficial” em que se misturavam símbolos ocidentais e iorubas. De tal modo, o descreve Eduardo Silva:

Ao centro, o Príncipe em uniforme militar; em torno simetricamente distribuídos, em pares significantes ocidentais (a pomba do Espírito Santo, a coroa real) e iorubas (os fetiches de Ogun e Oxóssi)[...] Aqui[...] não parecem existir resquícios africanos de uma lado, e influência ocidental, de outro, mas um complexo cultural próprio, fruto do processo histórico brasileiro.¹⁸⁰

¹⁸⁰ SILVA, Eduardo. **Dom Obá II D'África, O Príncipe do Povo. Vida, tempo e pensamento de um homem livre de cor**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, p.171.



Figura 3 - Retrato oficial do príncipe D. Obá II, “o príncipe do povo”, Apud: SILVA, Eduardo. **Dom Obá II D’África, O Príncipe do Povo. Vida, tempo e pensamento de um homem livre de cor.** São Paulo: Companhia das Letras, 1997, p. 172.

Assim como D. Pedro fazia-se representar para o país, D. Obá também era representado usando toda uma simbologia. O uniforme, praticamente seu manto real, significava o orgulho de ter defendido a pátria na Guerra do Paraguai e recebido, por meio de decreto, por seus relevantes serviços prestados à pátria, o posto de alferes pertencente à 3ª companhia de zuavos baianos.¹⁸¹ Os símbolos continuavam no elemento católico (a pomba do espírito santo) e na (coroa da monarquia brasileira), seguindo-se às crenças africanas representativas (Ogum e Oxóssi).¹⁸²

Eduardo Silva mostra os contatos entre D. Pedro II, imperador do Brasil e D. Obá, príncipe D’África, que aconteciam aos sábados na sala de audiências do palácio de São Cristóvão. A essas audiências, o príncipe africano comparecia religiosamente tomando assento junto com figurões da corte e era recebido cordialmente pelo imperador. Havia então o encontro das duas majestades, cada uma portadora de sua dignidade. Pode-se imaginar que, as “audiências” de D. Obá aconteciam mesmo nas ruas da “África Pequena”, onde era reconhecido por escravos e libertos como um príncipe a quem deviam respeito e honras, havendo aqueles que se ajoelhavam a seus pés para beijar suas mãos enluvadas, tal como ele fazia com D. Pedro II. Assim,

¹⁸¹Ibid., p.58.

¹⁸²Ibid., p. 172. Eduardo Silva faz uma interpretação bastante elaborada dos símbolos que estão no retrato de D. Obá. Optou-se por uma interpretação mais simplificada, que dá conta, porém, do amalgama cultural presente no império brasileiro.

o príncipe negro, misto de “suserano e vassalo” era símbolo de respeito e veneração à monarquia de origem europeia e afirmação do orgulho e reconhecimento da ancestralidade africana.¹⁸³

Como entender a convivência pacífica e até mesmo harmoniosa entre duas tão distintas realidades em plena capital da corte? A respeito da sensação de estranhamento e admiração de pessoas de fora que chegavam ao Brasil ao observarem realidades tão distintas, Lília Schwarcz reflete: “Estranho mundo, o que os viajantes conheceram. Imperadores tropicais em palácios, quase europeus, ao lado de reis africanos escravizados mas que reinavam entre os cativos”.¹⁸⁴

Esse “estranho mundo” começou a ser criado com as levas de africanos que aqui chegavam por força do tráfico negreiro. Nesse comércio de humanos, a mercadoria tinha várias procedências de origem étnica e de posição social dentro do Continente Africano. Aqui chegados “buscaram reconstruir estruturas políticas e religiosas de suas terras distantes”¹⁸⁵. Lília Schwarcz também fala que além de uma nobreza africana que veio em pessoa para o Brasil: “habitaram no Brasil os reis alegóricos, das congadas, das cavalhadas e batuques, que no curto espaço das festas, representavam a autoridade máxima então constituída”¹⁸⁶. Nas festas de rua e nas procissões as tradições católicas e as africanas misturavam-se e eram exibidas com toda a pompa possível. Os reis coroados aqui no Brasil e a lembrança dos reis africanos misturavam-se, sendo todos devidamente homenageados. Dentre as realidades africanas, Schwarcz não esqueceu da “Rainha Ginga e de sua Corte, que se fizeram presentes em procissões de Nossa Senhora do Rosário e de São Benedito.”¹⁸⁷

Seja como estratégia de dominação e ao mesmo tempo de defesa por parte da elite branca dirigente desde os tempos do império luso brasileiro, seja como forma de melhor sobreviver às agruras da escravidão por parte dos cativos, é que essas distintas culturas interagiram e de forma quase simbiótica foram construindo esse

¹⁸³Ibid., p. 96-126.

¹⁸⁴SCHWARCZ. **As barbas do imperador: D, Pedro II, um monarca nos trópicos**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p.287.

¹⁸⁵Ibid., p.14.

¹⁸⁶Ibid., p.15.

¹⁸⁷ Ibid., p.283.

estranho e exótico “sincretismo cultural”¹⁸⁸. Dessa maneira, pode-se refletir sobre o que nos diz João José Reis: “Enfim, havia uma mentalidade monarquista, por assim dizer, circulando entre os negros, que parece ter sido recriação de concepções africanas de liderança, reforçadas em uma colônia, e depois em um país, governado por cabeças coroadas.”¹⁸⁹ E de uma forma mais localizada ele chega até D. Pedro II e de como o monarca era visto por cativos e libertos na capital da corte: “É aliás conhecida a popularidade de d. Pedro II entre os negros cariocas, inclusive por sua simpatia pelo abolicionismo.”¹⁹⁰

Aproxima-se, então, da resposta à pergunta lançada de diferentes maneiras ao longo do texto: Como escravos e libertos viam a continuação da monarquia com um 3º reinado comandado pela princesa Isabel? Fica evidente, pelo que foi relatado, que, em sua maioria, com bastante simpatia e mesmo respeito de acordo com as suas tradições africanas.

Retorna-se a D. Obá, pois ele era o símbolo vivo na cidade do Rio de Janeiro, palco principal deste relato, da reverência dada pelos negros à monarquia. Porém como lembra Eduardo Silva, já pelos idos de 1887, com a abolição tida como inevitável e um ambiente político agitado pelas pressões republicanas “o príncipe percebeu o perigo no ar, tanto para as instituições como para o próprio monarca e [...] lembrava que trair o rei é pecado.”¹⁹¹ Segundo D. Obá, muitos pecaram.

Consumada a abolição, era tempo de um novo debate tomar conta do país agora com mais exclusividade. A velha e amada monarquia continuaria a reger os rumos do país ou seria varrida pela jovem e desconhecida república? Os libertos posicionaram-se quanto a essa questão, e disso será tratado no próximo capítulo.

¹⁸⁸ REIS, João José. Quilombos e revoltas escravas no Brasil, **Revista da USP**, São Paulo, nº 28 p.19. 1996. disponível em: <<http://www.journals.usp.br/revusp/article/viewFile/28362/30220>>. Acesso em 12 nov. 2016.

¹⁸⁹ Ibid., p.32.

¹⁹⁰ Ibid., p.32.

¹⁹¹ SILVA. **Dom Obá II D'África, O Príncipe do Povo. Vida, tempo e pensamento de um homem livre de cor**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. p.170.

CAPÍTULO 3

PRESENÇA NEGRA

3.1 - Uma época de incertezas

A escravidão foi abolida em 1888, deixando um lastro de pessoas desamparadas para uma inserção digna dentro da nova ordem social que a princípio implicava liberdade e cidadania para todos. Para essas pessoas não havia nada mais além, visto que, a liberdade não trazia com ela condições de vida necessárias à sobrevivência; emprego regulamentado, condições de sustento, instrução, saúde, moradia, acesso a serviços médicos e, principalmente, ainda viviam com a constante suspeição de vadiagem.

Entender no momento de transição do regime monárquico para o republicano, as expectativas políticas dos libertos e suas conseqüentes ações, é a proposta deste capítulo.

Algumas questões já abordadas anteriormente, são aqui retomadas, para que se possa analisar, na velocidade dos acontecimentos de maio de 1888 para o 15 de novembro de 1889, todas as nuances de posições tomadas pelos libertos naquele período. Sendo assim, volta-se à questão dos direitos de cidadania para os libertos, em um cenário de profundas mudanças políticas e sociais.

Seguindo a lógica de Thomas Humphrey Marshall, referenciada por José Murilo de Carvalho, uma cidadania completa engloba três níveis a saber: direitos civis (garantias de liberdade, propriedade e igualdade perante a lei) direitos políticos (possibilidade de participação na vida política através do voto, por manifestações, inserção em partidos políticos) e direitos sociais (direito à educação, saúde e ao trabalho remunerado etc.)¹⁹². A esse respeito Carvalho lembra que: “Há, no entanto, uma exceção na sequência de direitos, anotada pelo próprio Marshall. Trata-se da

¹⁹² MARSHALL, T. H. **Cidadania, classe social e status**. Rio de Janeiro: Ed. Zahar.1967 apud CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil. O longo Caminho**. 21^a ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016. p. 16. José Murilo esclarece que foi Thomas Humphrey Marshall que desenvolveu a distinção entre as várias dimensões da cidadania. Cidadania, classe social e status. Rio de Janeiro, Zahar, 1967.

educação popular. Ela é definida como direito social mas tem sido historicamente um pré-requisito para a expansão de outros direitos”¹⁹³. No caso do Brasil, a luta pelos direitos à cidadania era e ainda é obstaculizada pela dificuldade do acesso à educação escolar. No final do século XIX, não era somente o acesso à educação, o obstáculo ao exercício da cidadania plena, como mostra Fernanda Bicalho: “Somente com a abolição da escravidão e a proclamação da república a distinção entre súdito e cidadão far-se-ia acabada”. No entanto, a república, apesar de introduzir a noção de “voto universal”, excluiu, na lei e na prática das eleições, a grande maioria da população.¹⁹⁴

No final dos oitocentos, o número de analfabetos no país era muito grande e mais acentuadamente entre os libertos, que reconheciam que para serem cidadãos não lhes bastava a liberdade de ir e vir. Clamavam por acesso à educação como fica demonstrado na primeira página do *Diário de Notícias* de 24 de abril de 1889, que transcreve a carta de uma comissão de libertos sob o título:

“Manifestação de libertos” Ao grande cidadão Rui Barbosa –
Comissionados pelos nossos companheiros, libertos de várias fazendas,
próximas à estação de Paty, município de Vassouras, para obtermos do
governo imperial educação e instrução para os nossos filhos.¹⁹⁵

Esses homens livres do jugo do cativo tinham clara percepção de que seus filhos, no futuro próximo, privados do acesso às letras, continuariam subjugados como eles às condições de trabalho que mais se aproximavam da escravidão do que do trabalho livre. Em tom de denúncia continuavam [...] “nossos filhos jazem imersos em profundas trevas. É preciso esclarecê-los e guiá-los por meio da instrução”[...]¹⁹⁶.

Questiona-se aqui, o que fazia a solicitação dos libertos ser dirigida a Rui Barbosa e não a Patrocínio que compartilhava com eles um vínculo de união forte – o liame da cor e da origem escrava –? Pode-se aventar duas possibilidades: a primeira, o fato de que o redator chefe do *Diário de Notícias* apesar de pertencer ao partido Liberal usava sua pena com a força de uma bigorna, batendo pesadamente no

¹⁹³ CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil. O longo Caminho**. 21ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016. p.19.

¹⁹⁴ BICALHO, Maria Fernanda Baptista. *O que significava ser cidadão nos tempos coloniais*. In: ABREU, Martha e SOHET, Raquel. (Orgs). **Ensino de História: conceitos, temáticas e metodologias**. Rio de Janeiro: FAPERJ. 2003, p.149.

¹⁹⁵ JORNAL DIÁRIO DE NOTÍCIAS, “Manifestação de libertos” Ao grande cidadão Rui Barbosa. Rio de Janeiro, 24 abr. 1889, p.1, edição 1410. Arquivo Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=811793&pasta=ano%20188&pesq>>. Acesso em: 3 jan. 2017.

¹⁹⁶ *Ibid.*, 1.

governo monárquico exigindo um pacto federativo, até mesmo como forma de salvar a monarquia. Assim, Rui Barbosa poderia ser visto como um possível aliado pelos negros descontentes com o abandono a que a monarquia os tinha relegados. A segunda possibilidade, seria uma crítica a Patrocínio que, outrora republicano, tornou-se, após a abolição, o guardião número 1 do esperado terceiro reinado comandado pela princesa Isabel que, no entanto, após o 13 de maio nada mais fez por eles.

Para esse grupo de libertos, era a monarquia que lhes negava o direito à educação. Então, faziam os seus reclamos e reivindicações ao governo imperial por meio do órgão de imprensa no qual colaboravam vários republicanos, a falar dos mais conhecidos, como: Aristides Lobo, Lopes Trovão, Medeiros e Albuquerque¹⁹⁷. Pode-se então inferir que este grupo estava francamente descontente com o governo monárquico, mesmo após a lei de 13 de maio. Em outro trecho, os libertos assumem um tom claramente acusatório ao dizerem: “[...]a escravidão foi sempre o sustentáculo do trono[...] agora que a lei de 13 de maio de 1888 aboliu-a, querem os ministros da rainha fazerem dos libertos nossos inconscientes companheiros, base para o levantamento do alicerce do 3º reinado.”¹⁹⁸

Flavio Gomes e Marcelo Paixão, logo após a transcrição do texto acusatório dos libertos em artigo de suas autorias, afirmam: “não havia nada aqui de dádiva para com a princesa Isabel que uma memória da abolição consagrou na historiografia”¹⁹⁹. Realmente, a carta não tinha nenhuma expressão de gratidão e colocava-se claramente contra a possibilidade de um possível 3º reinado.

Nota-se, porém, o uso da palavra “inconscientes” podendo caber a dúvida. Os libertos se autoproclamavam “inconscientes”? Essa pergunta abre espaço para se aventar algumas hipóteses: da carta ter sido escrita por outra pessoa a pedido, já que vinha em um português escorreito o que por força das circunstâncias não era usual entre os libertos; da carta ter sido forjada para açular os ânimos contra o trono ou mesmo ser de autoria do grupo de libertos e habilmente tornado pública por Rui Barbosa, transformando-a em arma contra o governo. Esse plano de perguntas e

¹⁹⁷ GOMES Flavio, DOMINGUES, Petrônio. (Orgs) **Experiências Da Emancipação- biografias, instituições e movimentos sociais no pós- abolição**. São Paulo: Selo Negro, 2011. p.39.

¹⁹⁸ JORNAL DIÁRIO DE NOTÍCIAS, Rio de Janeiro, 24 abr.1889, p.1, edição 1410. Arquivo Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Disponível em:<<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=811793&pasta=ano%20188&pesq>>. Acesso em: 3 jan. 2017.

¹⁹⁹ GOMES, Flávio; PAIXÃO, Marcelo. Raça, pós-emancipação, cidadania e modernidade no Brasil: questões e debates. **Revista Maracanan**, Rio de Janeiro, n. 4, 2008. p.175. Disponível em:<<http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/maracanan/article/view/13231>>. Acesso em: 5 jan. 2017.

possibilidades abre-se em um leque de investigações ou tudo fica encerrado em um passado que não quer mais falar.

Rui Barbosa, apesar de reconhecer o grande feito da abolição, tinha um discurso bastante ambíguo e contraditório, em que ora dizia: “[...] quando a abolição, imposta extorquida ao trono pelos escravos[...]²⁰⁰, ora afirmava que a abolição tinha sido feita por força da luta dos cativos, assim o autor procurava tirar o foco de atenção para a iniciativa governamental. Em outras ocasiões, os libertos eram vistos como despreparadas para a vida em liberdade. O *Diário de Notícias* de 22 de março de 1889 vinha com um extenso artigo do jurista no qual ele colocava-se como um protetor do ex-cativos contra boatos de que os filhos dos libertos estariam sujeitos a prestar serviços a seus ex-senhores como tutelados.

Já o dissemos[.] que o nosso intuito[...] não é o de censurar e muito menos guerrear os criados vindos do regime da escravidão, porque eles são apenas as vítimas da ganancia dos que os exploraram por tanto tempo matando-lhes todos os bons sentimentos, e fazendo com eles crescer este horror pelo trabalho[...] Queremos um regime vasado nos moldes de uma sociedade civilizada e humana que possa guiar esses pobres cegos da escravidão no caminho do bem e do trabalho honesto. Do grande número de vítimas da maldita instituição, ainda se pode aproveitar muitas que não vieram de todo perdidas[...]²⁰¹

Segundo as palavras do eminente jornalista, o cativo matara toda sorte de bons sentimentos para a maioria dos libertos, tornando-os potencialmente malandros pelos anos de trabalho forçado. O encaminhamento da matéria vai nesse tom paternalista:

Com a ansiedade geral que se nota no seio das famílias, por um serviço regular de criados (as) e pelas boas disposições dessas mesmas famílias em dispensar-lhes um bom tratamento e bons salários, é bem de presumir que a ação dos poderes públicos neste sentido será coroada de êxito. São essas providências que reclamamos em benefício dessa numerosa classe, e do sossego e segurança das senhoras donas de casa, que tanto lutam com o serviço doméstico, devem vir já e já. O mal é grande e ameaça crescer.²⁰²

Essas palavras esclarecem o pensamento da época. Era difícil imaginar senhoras da alta sociedade lavando e passando roupas ou mesmo carregando baldes

²⁰⁰ JORNAL DIÁRIO DE NOTÍCIAS, Rio de Janeiro, 21 mar. 1889, p.1 edição 1376. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=369365&PagFis=5576&Pesq>>. Acesso em: 5 jan. 2017.

²⁰¹ JORNAL DIÁRIO DE NOTÍCIAS, Rio de Janeiro, 22 mar.1889, p.2, edição 1377. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=369365&PagFis=5576&Pesq>>. Acesso em: 5 jan. 2017.

²⁰² Ibid., p.2. A palavra criada ou criado está com a última letra ilegível impossibilitando a distinção do gênero.

de água. A negros e negras já havia um lugar destinado que era a cozinha. E assim tinha-se uma sociedade onde a paz e a justiça poderiam reinar. Ainda que hoje, essas palavras estejam carregadas de ironia no contexto pós-abolição tudo ocorria de maneira muitíssimo natural. Há de se notar o pedido de intervenção do poder público para que libertos voltassem a servir a brancos, porém não mais como escravos.

Nesta e em outras passagens, está-se atento à observação de Humberto Machado:

Ao analisarmos um determinado período histórico, procuramos, de uma forma ou de outra, assuntos que nos ajudem a entender mais claramente a nossa existência ou pelos quais tenhamos maior empatia[...] Essa tendência pode causar riscos para o historiador, pois ele estuda de acordo com seus valores o passado cujas repercussões se mantêm vivas²⁰³.

Da observação acima, traz-se lembrança de Marc Block quando diz: “Por infelicidade à força de julgar, acaba-se quase fatalmente, por perder até o gosto de explicar[...]Uma palavra, para resumir, domina e ilumina nossos estudos: “compreender”²⁰⁴. A todo momento tropeça-se nas repercussões do passado que teimam em se manter vivas quando estuda-se o pós-abolição no Brasil e a construção de categorias como “vadiagem” e “malandragem” e tantas outras que caem pesadamente sobre as costas dos descendentes de escravos. Não cabe aqui o julgamento daqueles que as erigiram, mas a análise dessas ações como próprias de um determinado momento histórico.

Flavio Gomes e Marcelo Paixão explicitam bem o contexto pós-abolição no Brasil e a expectativa de uma cidadania plena por parte dos libertos ao afirmarem:

[...] recuperando o contexto pós- abolição, a contradição entre um país que se entendia como tendo praticado um modelo de escravidão benigna, mas em constante tensão sobre a reação dos antigos escravizados colocados em uma nova condição de homens livres, entretanto portadores de uma cidadania parcial e, muito provavelmente, ansiosos por uma profunda distribuição de ativos econômicos, políticos e sociais.²⁰⁵

Os autores acima mencionados valem-se do romance “Vencidos e Degenerados” do autor maranhense Nascimento de Moraes que demonstra uma

²⁰³ MACHADO. **Palavras e Brados – José do Patrocínio e a Imprensa Abolicionista do Rio de Janeiro**. Niterói: EDUFF, 2014. p.13.

²⁰⁴ BLOCH, Marc. **Apologia da História ou o ofício do historiador**. Trad. André Telles. Rio de Janeiro: Zahar, 1997. p. 126.

²⁰⁵ GOMES, Flavio Santos dos; DOMINGUES, Petrônio Marcelo. *Raça, pós-emancipação, cidadania e modernidade no Brasil: questões e debates*. In: **Da nitidez e invisibilidade: legados do pós-emancipação no Brasil**. Belo Horizonte: Editora Fino Trato, 2013. p.305.

perfeita síntese dos sentimentos, expectativas e atitudes dos libertos face à alvissareira notícia da assinatura da Lei Aurea que chegou à distante província do Maranhão por telegrama como a seguir:

Na casa de um mulato livre e abolicionista reuniam-se pessoas de vários matizes sociais, desde intelectuais e trabalhadores até “vagabundos e desclassificados”. Todos comemoravam o futuro de liberdade, progresso e civilização que seria trazido com a benfazeja lei da libertação! Abraços eram trocados e os discursos puxavam vivas à princesa Isabel e José do Patrocínio. Alegria e gratidão pairavam no ar! Na rua, porém, passavam grupos de embriagados e entre a alegria da liberdade espumavam palavras obscenas dirigidas àqueles que não eram mais seus senhores, denotando um claro desejo de vingança. Correu a notícia de que uma senhora teria recebido uma bofetada de uma recém-liberta que a considerava cruel com seus escravos. Outros ex-senhores temendo revanche aceitavam manter os libertos em suas propriedades. Os acertos de pagamento ficariam para depois..., no entanto todos estavam felizes e cada qual a sua maneira acreditava em um futuro promissor.²⁰⁶

Entre a liberdade como certeza e a esperança em desfrutá-la dignamente havia um mar de incertezas refletidas em diferentes tomadas de posições. Enquanto muitos dos que comemoraram à larga o dia 13 de maio continuaram enaltecendo a princesa como a “libertadora da raça”, outros entusiasmavam-se com a possibilidade de uma grande mudança que seria a chegada da república. Essa sim lhes traria a tão almejada cidadania.

Nas províncias do país multiplicaram-se os festejos pela abolição e uma outra discussão tomava conta dos quartéis, chegava aos jornais e às ruas: a possibilidade da instauração da república. Dos quartéis às ruas do Rio de Janeiro em um desfile que contava com militares, propagandistas republicanos e alguns populares, que entre surpresos e entusiasmados davam vivas à a nova ordem política – a república – que chegou em 15 de novembro de 1889. Agora, muitos dos libertos que ainda não tinham sentido o gostinho da tal cidadania renovavam suas esperanças. Porém, tudo tinha acontecido de tal maneira que a população, mesmo a livre, ainda não entendia bem o que estava acontecendo.

²⁰⁶ GOMES, Flavio Santos dos; DOMINGUES, Petrônio Marcelo. **Da nitidez e invisibilidade: legados do pós-emancipação no Brasil**. Belo Horizonte: Editora Fino Trato, 2013. p. 13-15.

O conto de Artur Azevedo “O Velho Lima” ilustra a surpresa pelo fim da monarquia e o advento da cidadania prometida pela república que no final ficou mais como propaganda do que como prática.

O conto fala de um velho funcionário do ministério do interior na capital da corte que estava doente no dia 15 de novembro, como ele e a família não mantinham o hábito de ler jornais, ao retornar ao trabalho, dias depois, pensou que as pessoas estavam enlouquecendo. Ao cumprimentar Vidal, o comendador, obteve como resposta que a república tinha posto fim a seu título. Ao chegar à repartição pública onde trabalhava pergunta ao contínuo sobre o quadro de D. Pedro de Alcântara, que o responde num tom lentamente desdenhoso: “- Ora, cidadão, que fazia ali a figura do Pedro Banana? E, sentando-se pensou com tristeza: Não dou três anos para que isso seja república!”²⁰⁷

Uma leitura fina dos fragmentos do conto mostra que o velho Lima, evidentemente com um exagero ficcional do autor, representava uma parte da população carioca que Aristides Lobo, um entusiasta da causa republicana, chamou de “bestializados”. Concordando ou não com o autor da expressão e com José Murilo de Carvalho que a colocou à disposição da historiografia em seu livro “Os Bestializados – O Rio de Janeiro e a República que não foi”²⁰⁸, é certo que o tempo estreito entre abolição e república somado a uma gritante falta de informação política da população pobre e trabalhadora, trazia grande dificuldade de percepção da nova ordem, sem escravidão, sem imperador. A cidadania era a esperança expressa na fala do comendador e do contínuo assinalado como “preto”, sentindo-se cidadão já podia debochar de sua majestade, D. Pedro, que àquelas alturas já estava bem longe para lhe ouvir. A postura do contínuo nos faz lembrar das dificuldades de pensar o país sem escravidão no final do século XIX e das expectativas de cidadania. Muitos ambicionando alcançá-la e uma pequena parcela não querendo distribuí-la.

Entre maio de 1888 e novembro de 1889, havia uma palavra que poderia caber em todas as bocas: incerteza. A conhecida carta de Dona Pequetita, esposa de um proprietário de terras em Valença, Vale do Paraíba fluminense, e um dos últimos bastiões da escravidão, a sua irmã Lelé, expressa o clima de alarme diante de um

²⁰⁷ AZEVEDO, Artur. **O Velho Lima** - Contos Escolhidos Coleção Livros O Globo. São Paulo: Klick editora, 1997. p. 11-14.

²⁰⁸ CARVALHO, José Murilo de. **Os Bestializados- O Rio de Janeiro e a república que não foi**. São Paulo: Companhia das letras, 1987. p.9.

possível revanchismo por parte dos libertos. A senhora estava aterrada de medo em relação aos festejos do aniversário da abolição e assim o expressa: “espero o dia 13, como um condenado que sobe ao cadafalso”²⁰⁹. Conta ainda que seu marido tinha contratado capangas para agirem em caso de necessidade, e comenta que libertos estavam se armando para atacar republicanos. A pérola da missiva é assim expressa: “Os libertos, Lelé, estão altaneiros”²¹⁰. Algumas deduções podem ser feitas dos pequenos trechos aqui reproduzidos.

Havia por parte de muitos libertos o medo da reescravização, visto que, fazendeiros descontentes com a abolição da escravidão que veio sem a pretendida indenização pela perda da propriedade, bandearam-se para as hostes republicanas da qual faziam parte ferozes opositores da princesa Isabel. Em suma, aquela que lhes dera liberdade era alvo dos republicanos e a conquista da liberdade poderia estar ameaçada. Todos os libertos pensavam assim? Certamente que não. Um outro aspecto a ser levantado é a dificuldade dos antigos proprietários em verem os libertos dentro de uma nova ordem de direitos civis, quando a senhora diz que eles estão “altaneiros”, ou seja, arrogantes. Na visão da elite proprietária quando os negros posicionavam-se politicamente estavam ultrapassando seu lugar na sociedade “querendo voar muito alto.” Não se pode ignorar, entretanto, que naquele conturbado momento a violência física por parte dos libertos fosse uma possibilidade. Porém a palavra “altaneiro” ia além do medo. Nela, estava inscrito que naquela nova sociedade de livres, o negro tinha que saber o seu lugar – nunca ao lado do branco, sempre um passo atrás.

3.2 - A política das ruas

Chegavam às ruas da cidade do Rio de Janeiro, os meetings e conferências tanto republicanas como abolicionistas de que faziam parte lideranças geralmente formadas por jornalistas, políticos, advogados que, abraçados às suas causas, falavam ao povo em um esforço de convencimento sendo que algumas dessas lideranças priorizavam a abolição, enquanto outras colocavam a república em primeiro plano e um menor número conjugava as duas questões como prioritárias. O ambiente

²⁰⁹ GOMES, Flavio Santos dos; DOMINGUES, Petrônio Marcelo. **Da nitidez e invisibilidade: legados do pós-emancipação no Brasil**. Belo Horizonte: Editora Fino Trato, 2013. p. 307-308.

²¹⁰ Ibid., p. 307-308.

político era confuso e ambíguo. Não é à toa que a categoria “dialética da ambiguidade” balizou esta pesquisa sobre a “arena política da década de oitenta do século XIX” em todo o primeiro capítulo.

No entanto, havia um outro tipo de manifestação política que era própria do que aqui se denomina “chão social”. É nos desvãos desse chão que essa análise procura se fundamentar. Na busca de pistas, aqui e ali, que levasse às ações políticas de libertos no ambiente urbano em fins do século XIX. Lembra-se aqui de E. P. Thompson e sua concepção de história vista a partir “de baixo”, ao dizer: “Os donos do poder representam seu teatro de majestade, superstição, poder e justiça sublime. Os pobres encenam seu contrateatro, ocupando o cenário das ruas dos mercados e empregando o simbolismo do protesto e do ridículo”²¹¹. Embora em formação social diferente, a afirmativa não perde o seu valor se aplicada ao contexto das lutas populares no Brasil do final do século XIX, e muito especialmente, quando se fala de escravos e libertos que sabiam valer-se de estratégias próprias para interferir em um modelo de dominação representado pelo poder institucionalizado na forma do Estado. Um eloquente exemplo foi o exercício da capoeiragem que mais adiante será analisado.

Maria Tereza Chaves de Mello, em seu livro “A República Consentida”, intitula um dos seus capítulos como: “A política na rua”, ao referir-se a conflitos entre monarquistas e republicanos no último dia de dezembro de 1888, nas ruas da capital da corte, e também à “revolta do vintém”, em 1880. Prefere-se nomear esse tipo de manifestação popular como “política das ruas”, ou seja, não é aquela que transborda das esferas do poder e chega às ruas. A política das ruas tem uma dinâmica própria em que o povo não fica só a ouvir, mas se expressa, se faz ouvir de maneira pacífica ou violenta.

O Motim do Vintém foi comentado pela *Revista Ilustrada* com a charge em que um ancião explodia pelos ares e uma criança assustada recebia os salpicos da explosão e assim anunciava o ano de 1880: “Pobre ano novo fluminense! Logo no seu primeiro dia, ficou com a sua camisinha salpicada de sangue! Foi a herança do velho e ruim ano de 1879”.²¹²

²¹¹ THOMPSON, E. P. **As peculiaridades dos ingleses e outros artigos**. (Orgs.). NEGRO, Antonio Luigi; SILVA, Sergio. São Paulo: Editora da Unicamp, 2012. p.239.

²¹² REVISTA ILLUSTRADA, Rio de Janeiro, 7 jan. 1880. p. 1 suplemento ed. 189. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=33274478&pasta=ano%20188&pesq=>>. Acesso em: 9 jan. 2016.



Figura 4 - Charge da *Revista Illustrada* sobre a revolta do vintém. REVISTA ILLUSTRADA, Rio de Janeiro, 7 jan. 1880. p. 1 suplemento ed. 189. Disponível em: < <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=33274478&pasta=ano%20188&pesq=>>. Acesso em: 9 jan. 2016.

Na página 2, há um extenso relato intitulado “**A verdade dos fatos.** [...] Todos sabem, e muitos por sentimento próprio o quanto se tornou odioso o imposto chamado do vintém votado por uma câmara de parentes solidários com o ministério até a impudência[...]” A matéria segue falando de mortos e feridos e da atuação policial assim relatando “[...] A polícia provocava desordens, a tropa de linha, para apaziguar atropelava o povo, acutilava, matava-o, de modo que o Sr, chefe pudesse explicar o seu aparato bélico e as prisões vingativas que deixou a cargo dos capoeiras policiais”²¹³. Sempre lembrando de Humberto Machado, que recomenda a percepção

²¹³ Ibid., p. 2.

do que está nas entrelinhas, é que se chama atenção para a expressão “capoeiras policiais” sugerindo uma ligação entre a polícia e os capoeiras que marcaram época no Rio de Janeiro.

Não é relevante aqui fazer um relato dos protestos contra o imposto de um vintém sobre as passagens de bonde que se iniciaram nos últimos dias de 1879 e culminaram no dia 1º de janeiro de 1880 com mortos, feridos e um grande quebra-quebra no centro do Rio de Janeiro. Mas cabe lembrar que essa revolta trouxe uma nova inflexão para a vida política da capital da corte. A esse respeito Sandra Graham afirma:

O Motim do Vintém marcou uma mudança decisiva não só na maneira pela qual a ação política podia ser, pública e diretamente realizada e compreendida, mas também quanto aos atores envolvidos. Ela significa a transformação da cultura política. Pela primeira vez em mais de quarenta anos respeitáveis habitantes da cidade, mesmo que sem posições ou conexões políticas formais, participaram de demonstrações populares de protesto. Trabalhadores pobres dos cortiços da cidade, igualmente juntaram-se às demonstrações pela primeira vez.²¹⁴

Carlos Eugênio Líbano Soares não dá a mesma dimensão que Graham para a revolta. Para ele esse tipo de participação já acontecia de alguma maneira e assim diz: “pelo menos desde 1872[...] a massa popular urbana tem um papel decisivo nos conflitos partidários da corte”²¹⁵. Essa atuação nas disputas eleitorais será vista mais adiante quando da participação política dos capoeiras na capital da corte. Aqui deve ser lembrado que a atuação do povo se dava muito mais e abertamente em épocas eleitorais enquanto em 1880 a população insurge-se por uma questão que afetava diretamente aos usuários de bondes.

É sabido que as parcelas mais humildes da população não podiam se dar ao luxo de pagar uma passagem de bonde e entre eles, indubitavelmente, estavam os libertos. Longe das motivações de cada grupo ou pessoa, quer fosse pela injusta cobrança de um imposto, quer fosse pela insatisfação com a monarquia ou mais diretamente com o presidente do gabinete de ministros, o certo é que muita gente percebeu que não precisava só ouvir, podia também gritar.

²¹⁴ GRAHAM, Sandra Lauderdale. O motim do vintém e a cultura política do Rio de Janeiro em 1880. **Revista Brasileira de História**, vol. 10, nº 20, agosto de 1992. p 3. Disponível em: < www.anpuh.org/arquivo/downloadID_ARQUIVO=3899>. Acesso em: 8 jan. 2016.

²¹⁵ SOARES, Carlos Eugênio Líbano. **A Negregada Instituição: os capoeiras na Corte imperial**. Rio de Janeiro: editora Access, 1999. p.242.

Em meados de 1889, quando o visconde de Ouro Preto, então presidente do gabinete de ministros, conduzindo os destinos de uma monarquia já bastante desgastada, seguia para o Paço Imperial, ouviu gritos que partiam de um grupo de estudantes de medicina que davam “vivas à república”. O ministro desviou do seu trajeto e imediatamente procurou o diretor da escola de medicina. Para surpresa dos estudantes, uma preta vendedora de frutas que se postava ao lado do portão da escola, e que se relacionava muito bem com os jovens, no dia seguinte não estava em seu ponto. Apurou-se que a preta recebera ordens de um soldado de polícia para que abandonasse o seu local de vendas. Porém, todos sabiam que o absurdo tinha sido perpetrado por Ouro Preto.²¹⁶ Estava consagrada a máxima “a corda sempre arrebenta do lado do mais fraco”. Embora bem diferente do conflito de 1880, essa foi uma manifestação curiosa empreendida por estudantes universitários adeptos da república para manifestar sua insatisfação contra a monarquia. A política viesse de onde viesse brotava nas ruas.

Alguns dias antes a corte foi abalada com a notícia de o imperador ter sofrido um atentado por parte de um homem que dando vivas à república, tentou matá-lo com um tiro. A *Gazeta de Notícias*, jornal que fazia oposição ao governo, comentou o fato estampando na primeira página a figura do jovem agressor identificado como Adriano Augusto do Valle. “Quando ante ontem suas majestades e altezas se retiravam do teatro Santa Ana [...]partiu do meio da multidão o grito – Viva o partido Republicano! Em protesto foram logo ouvidos vivas à monarquia e à família calorosamente correspondidos. ”²¹⁷ O comentário mesmo partindo de uma folha oposicionista, mostrava o povo da cidade francamente dividido quanto à mudança de regime político. Tentaram vincular o incidente ao partido republicano e a *Gazeta de Notícias* reagiu dessa maneira às insinuações: “É evidente que nem a nacionalidade de Adriano, nem o partido Republicano, têm que ver com o que ele fez nessa noite”²¹⁸. O debate estava

²¹⁶ SOARES, Carlos Eugênio Líbano, GOMES, Flavio Santos dos. *A derradeira algazarra*. cap.5. In: SOARES, Carlos Eugênio Líbano; GOMES, Flávio dos Santos; FARIAS, Juliana Barreto. **No labirinto das nações: africanos e identidades no Rio de Janeiro, século XIX**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional. 2005, p. 249 – 250.

²¹⁷ GAZETA DE NOTÍCIAS, Rio de Janeiro, 17 jul. 1889, p.1, ed. 198. Arquivo Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Disponível em: < http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=103730_02&pasta=ano%20188&pesq=>. Acesso em: 10 jan. 2016.

²¹⁸ GAZETA DE NOTÍCIAS, Rio de Janeiro, 29 jul. 1889, p.1 ed. 210. Arquivo Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Disponível em: < http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=103730_02&PagFis=15959&Pesq=>. Arquivo Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Acesso em: 10 jan. 2016.

francamente aberto nos jornais, nas ruas, indo das bodegas mais humildes às elegantes confeitarias onde preferencialmente a intelectualidade se reunia.

Enquanto isso, aqueles que são os atores principais desta história não são nomeados nesses eventos. Eles aparecem em colunas policiais como a “Gatunos e Gatunices”, também da *Gazeta de Notícias*, em que um menor procura a delegacia policial para denunciar o roubo de um pacote de roupas que carregava dizendo: “[...] um indivíduo de cor preta lhe arrebatara das mãos o pacote de roupa, evadindo-se ato contínuo”²¹⁹. Pode-se pensar, por todo o contexto social da época, que muitos deles assim como imigrantes pobres estivessem entregues à faina diária sem tempo para participarem diretamente de manifestações públicas. Quando o faziam, eram vistos, antes de tudo, como agentes da desordem, da vagabundagem e da suspeição de “gatunice”.

Em virtude do clima de agitação provocado pela tentativa de assassinato e pelo movimento dos estudantes, o ministro da justiça, em um gesto que pode ser considerado como tragicômico, mandou publicar um edital em que os habitantes ficavam proibidos de dar “vivas à república”. Depois de muitos apelos às autoridades policiais e municipais, a estudantada resolveu fazer o que sabia de melhor. Partiu para a galhofa reunindo um bloco com instrumentos, estandartes e fantasias feitas com legumes e verduras. Entre canções e chistes bem-humorados exigiam a volta da quitandeira e ironizavam o desastrado edital. Receberam apoio dos estudantes de engenharia, dos principais jornais, e até mesmo as janelas da câmara dos deputados abriram-se para assistir ao bloco que desancava as autoridades sem nenhum ato de violência ou palavra ofensiva. Tudo era bom humor e brincadeira! O protesto ficou conhecido como a “revolta das laranjas”, levando à demissão do subdelegado e a volta da quitandeira a seu antigo ponto²²⁰.

A “revolta das laranjas” vale uma consideração: os estudantes mais do que defender a vendedora queriam realmente era deixar o governo cair no ridículo, o que fizeram com maestria. Cabe, nesta situação, um questionamento: além da quitandeira que desfilava com uma guirlanda de laranjas na cabeça, havia outros libertos que

²¹⁹ GAZETA DE NOTÍCIAS, Rio de Janeiro. 27 jul. 1889, p.2, ed. 208. Arquivo Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=103730_02&PagFis=15903&Pesq=>. Acesso em: 11 jan. 2016.

²²⁰ SOARES, Carlos Eugênio Líbano, GOMES, Flavio Santos dos. *A derradeira algazarra*. cap.5. 2005. In: SOARES, Carlos Eugênio Líbano; GOMES, Flávio dos Santos; FARIAS, Juliana Barreto. **No labirinto das nações: africanos e identidades no Rio de Janeiro, século XIX**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional. 2005, p. 249 – 251.

tomaram a causa da quitandeira como símbolo das perseguições policiais sofridas por eles? A descrição bastante rica em detalhes não faz menção à presença de negros. Porém, mesmo que a arraia miúda não estivesse presente nessa manifestação, ela representava uma “política das ruas” pois escapava dos corredores do poder criticando-o em manifestação pública.

Com o relato dos episódios acima tenta-se aproximar do que aqui chama-se de povo, com suas denominações mais genéricas como: classes populares, setores subalternos, camadas populares, arraia miúda e outras tantas expressões que no seu amálgama ideológico não incluem os aquinhoados com dinheiro e poder. Ronaldo P. de Jesus, ao referir-se às classes populares, diz: “Entre as classes populares ou a gente comum da corte, havia um setor mais diretamente ligado à instituição do cativo, composto pelos escravos e libertos, negros e mulatos”²²¹. Há de ser ressaltado que na década de oitenta dos oitocentos e especialmente em seus últimos anos quando já ia adiantada a campanha abolicionista e a republicana, com a possibilidade concreta do fim do trabalho cativo e da mudança do regime político, o número de escravos era cada vez menor seja pelas alforrias, seja pelos atos de rebeldia e fugas, geralmente planejadas por sociedades abolicionistas. Por via de consequência crescia o número de libertos, muitas vezes inseridos em uma categoria sem ocupação fixa, que prestava serviços ao “jornal” ou perambulava pelas ruas à procura de ocupação, porém sendo vistos como desocupados ou vadios.

Ao se lembrar do mundo das ruas do Rio de Janeiro em finais do século XIX, usa-se genericamente a palavra negro. Como já foi justificado anteriormente, ao abrigo dessa palavra existia uma miríade de cores e de diferentes situações em uma sociedade escravocrata. Negro, preto, crioulo, cabra, pardo e outros tantos significativos de cor formavam um verdadeiro caleidoscópio, resultando em imprecisões tanto quanto saber quem era escravo, liberto, escravo ao ganho ou fugido. Não é à toa, que essa ambiguidade trazia um clima de suspeição sobre todos os não brancos.

Dentro da ótica da desconfiança com os libertos, as nossas elites tinham a preocupação de enquadrá-los dentro dos limites da “ordem e civilidade”, posto que, embriagados com a própria liberdade poderiam fazer mau uso dela. Ser liberto nas

²²¹ JESUS, Ronaldo Pereira de. **Visões da monarquia: escravos, operários e abolicionismo na corte**. Belo Horizonte: editora Argvmentvm. 2009, p. 26.

ruas do Rio de Janeiro não era nada fácil, a vida transformava-se em uma diária busca de oportunidades para garantir a própria sobrevivência e muitas vezes de suas famílias.

Essas pessoas que nas páginas dos livros acadêmicos e dos jornais de época ficam camufladas dentro da população, apesar da luta diária pela sobrevivência, também tinham suas impressões sobre a monarquia corporificada na figura de D. Pedro e da Princesa Isabel. Esse era o alcance mais imediato de um pensar político daqueles que muitas vezes não tinham acesso às notícias sobre a queda de um gabinete ministerial ou das eleições para renovação da câmara dos deputados ou de vereadores. Porém não lhes era nada estranha a ideia da abolição da escravatura, e menos intensamente, pensar que o imperador pudesse deixar de governar. Acreditava-se que as instituições políticas não eram o alvo principal de suas preocupações, mas não deixavam de procurar formas de organização e proteção mútua.

3.3 - O Rio de Janeiro vive uma febre associativa - Sociedades Benéficas de negros, Sociedades Abolicionistas

Desde a época colonial, as irmandades religiosas de negros foram um espaço de ajuda e apoio para os escravos geralmente em torno da devoção a um santo católico, o que lhes dava o respaldo da igreja. Porém, o que interessa aqui é um tipo de associativismo negro que vai surgindo no século XIX muito mais longe das influências religiosas e caracterizado por uma busca de melhores condições de vida para os libertos.

Petrônio Domingues diz que, ao contrário de São Paulo, o associativismo negro no Rio de Janeiro, no período da primeira república “não vem comparecendo na pauta dos historiadores, de modo que pouco conhecemos sobre uma série de experiências históricas”.²²² A julgar pelo ano de publicação do trabalho, 2013, as ausências permanecem também em relação ao final do império. Dentre pistas um tanto esparsas, tem-se vários exemplos de sociedades benéficas ou de ajuda mútua no Rio de Janeiro na segunda metade do século XIX. Camila Menegardo Mendes assim refere-

²²² DOMINGUES, Petrônio. Federação dos Homens de Cor: notas de pesquisa. p.7.In: XXVII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA- ANPHU, jul. 2013.Disponível em:< http://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1371180661_ARQUIVO_AnaisAnpuhFederacaoCo r.pdf >. Acesso em: 13 jan. 2017.

se a elas: “Grosso modo tratava-se de uma prática de assistencialismo mútuo entre membros com algum traço de identidade em comum, fosse ele de ofício, naturalidade, ou étnico-racial”²²³. As referências aqui relatadas são as associações de libertos, pois é neles e em suas ações, que abrigam o interesse maior desse estudo.

Sidney Challoub, ancorado em sólida pesquisa nos pareceres do Conselho de Estado, fala que, em 18 de março de 1861, os membros da **Sociedade Beneficente da Nação Conga** reuniram-se em assembleia geral para deliberar se deveriam aderir às novas regras impostas pelo governo imperial que regulava a criação e organização de sociedades de ajuda e auxílio mútuo. É importante a transcrição de alguns parágrafos do estatuto da associação para que se possa entender a sua real natureza.

“Será composta de pessoas que pertençam a mesma nação, e que sejam livres, podendo ser admitidas em seu grêmio os filhos e filhas dos mesmos nascidas neste império, e que sejam de cor preta”²²⁴. Já desse parágrafo percebe-se que era uma sociedade com alguns critérios de exclusividade como: ser composta por libertos – já que esperava seu reconhecimento oficial – os seus integrantes deveriam ter vindo do Congo e serem pretos já implicando um critério de pertencimento étnico-racial. O estatuto seguia com os objetivos da associação: “Socorrer os membros nas enfermidades e quando estivessem presos, além de cuidar do seu enterro. As famílias do sócios e sócias teriam direito à proteção em caso de morte do associado”²²⁵. Aqui chama atenção que “estar preso” era encarado como coisa corriqueira, tal como estar doente ou mesmo morrer, indicando o alto grau de vulnerabilidade em que viviam os libertos.

Ao contrário de outras sociedades, essa, em seu artigo 1º dizia: “compor-se-á de ilimitado número de sócios e sócias efetivos”. A admissibilidade de mulheres a par e passo com homens evidencia, o papel exercido por negras libertas que atuavam economicamente, seja como vendedoras, encarregadas de serviços domésticos e

²²³ MENDES, Menegardo Camila. Redes de solidariedade, associativismo e liberdade nas associações beneficentes negras do Rio de Janeiro no século XIX. p.9. In: XXVII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA- ANPUH, jul. 2013. Disponível em: < http://www.snh2015.anpuh.org/resources/anais/39/1434402286_ARQUIVO_TextoANPUHfinal.pdf >. Acesso em: 13 jan. 2017.

²²⁴ CHALLOUBY Sidney. *Solidariedade e liberdade: Sociedades beneficentes de negros e negras no Rio De Janeiro na segunda metade do século XIX*. In: CUNHA Olivia M. Gomes da; GOMES Flavio. (Orgs.). **Quase-cidadão: histórias e antropologias da pós-emancipação no Brasil**. Rio de Janeiro: FGV. 2007. p.225.

²²⁵ Ibid., p.226.

outras ocupações ao contrário das senhoras brancas, que via de regra, atuavam exclusivamente no espaço doméstico.

Os membros do conselho de Estado não aprovaram a sociedade e ainda usaram o requinte de culpabilizar o próprio estatuto pela sua não aprovação. Segundo Camila Menegardo foram feitas várias objeções ao estatuto, porém o fato de estar expresso que os associados deveriam ser exclusivamente da nação conga foi habilmente explorado pelos conselheiros da seguinte forma:

A expressão da nação Conga é inconveniente, porquanto se os sócios, embora africanos, continuam a residir no Império, e aí obtiveram sua liberdade, não são mais membros e nem súditos da nação Conga, e muito menos se nela já nasceram. Se ao menos dissessem – oriundos do sangue na nação Conga –, não haveria todo o vago, e inconveniente daquela expressão. Acresce a circunstancia de repelir-se os próprios oriundos deste sangue, que não fossem de cor preta (BRASIL, Fundo do Conselho de Estado, 1862).²²⁶

A respeito da atuação do Conselho de Estado, Wlamyra R. de Albuquerque chama atenção para o fato de que: “A dissimulação e o engenho de não evidenciar os significados raciais que encobriam decisões políticas era o grande mérito da boa sociedade que compunha o Conselho de Estado”²²⁷. Tem razão a historiadora, pois os engenhosos conselheiros ainda acusaram os requerentes de praticarem “discriminação” ao não aceitarem pessoas que não fossem de cor preta. Era a tática empregada em muitas situações de “culpar a vítima pelo crime”. O pedido de reconhecimento de que se fala foi feito na década de 1860, e por meio dele pode-se já notar uma tentativa de organização dos libertos como cidadãos que seriam representados por uma sociedade legalizada e com atuação legitimada pelo Estado.

Em 1874, portanto, mais de uma década depois, houve o pedido de legalização de uma outra entidade de negros, assim descrito por Challoub: “Em 28 de julho de 1874 Modesto José Bento da Cruz, presidente mais o vice-presidente, o primeiro secretário e o tesoureiro da **Sociedade Beneficência da Nação Conga Amiga da Consciência** requerem ao governo imperial a aprovação de seus estatutos[...]”²²⁸

²²⁶ MENDES, Menegardo Camila. Redes de solidariedade, associativismo e liberdade nas associações beneficentes negras do Rio de Janeiro no século XIX. p.9. In: XXVII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA- ANPHU, jul. 2013. Disponível em: http://www.snh2015.anpuh.org/resources/anais/39/1434402286_ARQUIVO_TextoANPUHfinal.pdf >. Acesso em: 13 jan. 2017. (A autora recorre às Atas do Conselho de Estado do ano de 1862).

²²⁷ ALBUQUERQUE, Wlamyra R. de. **O jogo da dissimulação- Abolição e cidadania negra no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009. p.77.

²²⁸ CHALLOUBY Sidney. *Solidariedade e liberdade: Sociedades beneficentes de negros e negras no Rio De Janeiro na segunda metade do século XIX*. In: CUNHA Olivia M. Gomes da; GOMES Flavio.

Ainda segundo Challoub, os conselheiros “fulminaram as pretensões dos requerentes”²²⁹. Mas apesar das semelhanças dos estatutos das duas associações descritas, não há evidências de que a segunda fosse remanescente da primeira.

A Associação Beneficente Socorro Mútuo dos Homens de Cor foi “uma entidade surgida em outubro de 1873, sediada na Ladeira do Senado nº 6ª, na localidade de Paula Matos”²³⁰. Os sócios fundadores em ofício, se autodefiniam como “homens de cor livres que deliberaram entre si organizarem uma sociedade beneficente para os homens de cor”²³¹. No estatuto, além dos libertos, “cativos de cor preta, de um ou outro sexo poderiam ser associados”²³². Além de admitir cativos estava previsto que a cada ano seria feito um sorteio para “a libertação de um sócio sujeito do sexo masculino e outro do sexo feminino”²³³.

Também para essa associação foi enviado, em setembro de 1874, um pedido de aprovação de funcionamento ao Conselho de Estado. O fim último da agremiação era: “promover tudo quanto estiver ao seu alcance em favor de seus membros”²³⁴. Mais uma vez o Conselho negou a aprovação de funcionamento sob alegação de que os pretendentes não possuíam as condições necessárias para tal, como saber ler e escrever, visto que, a petição havia sido assinada por um só requerente em nome dos outros e havia ainda a pretensão de arrecadação de dinheiro. Não bastando essas alegações, o Conselho apela também para a seguinte argumentação: “Os homens de cor, livres, são no império cidadãos que não formam classe separada, e quando escravos não têm o direito de associar-se. A sociedade especial é, pois, dispensável e pode trazer os inconvenientes de antagonismo social e político”²³⁵. Como já tinha acontecido anteriormente, o Conselho de Estado culpa a associação pelo indeferimento do pedido de legalização. Fica clara a intenção do Estado brasileiro de impedir qualquer tipo de organização que fizesse menção à raça ou à cor.

(Orgs.). **Quase-cidadão: histórias e antropologias da pós-emancipação no Brasil**. Rio de Janeiro: FGV. 2007. p.231.

²²⁹ Ibid., p.231.

²³⁰ GOMES, Flavio, **Negros e política (1888 – 1937)**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Edit. 2005. p.7.

²³¹ JESUS, Ronaldo Pereira de, LACERDA, David P. Dinâmica associativa no século XIX: socorro mútuo e solidariedade entre livres e libertos no Rio de Janeiro imperial p. 132 In: **Revista mundos do Trabalho**, vol. 2, nº 4, 2010. Disponível em: < <https://periodicos.ufsc.br/index.php/mundosdotrabalho/article/viewFile/1984-9222.2010v2n4p126/17235> >. Acesso em: 15 jan. 2017. Os autores em nota nomeiam suas fontes primárias: Arquivo Nacional/Rio de Janeiro (AN/RJ) - Conselho de Estado (CE) - Caixa (Cx) 531 - Pacotilha (Pc) 3.de 2010.

²³² Ibid., 132.

²³³ Ibid., p. 132.

²³⁴ GOMES, op. cit., p. 7.

²³⁵ GOMES, Flavio, **Negros e política (1888 – 1937)**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Edit. 2005 p.8.

Essas associações fazem referência expressa à cor preta e à admissão de mulheres e buscam a liberdade de cativos. Ricardo Salles faz importante observação acerca delas, no contexto da época ao dizer: “Já na década de 1870, algumas das associações que aparecem na corte eram de pessoas de cor, categoria que começa a ser empregada com frequência nessa altura.”²³⁶ As tentativas de afirmação racial eram rechaçadas sob o falso argumento de que no império brasileiro todos os cidadãos livres eram iguais e, portanto, não cabia a organização de grupos separadamente do restante da sociedade.

Já no final da década de 1880, os jornais faziam menção a sociedades formada por negros, embora alguns indícios possam levar à presença de brancos em algumas delas. Em uma pequena nota na *Gazeta de Notícias*, em coluna de título **Gazetilha**, vem o comunicado: “Reúne-se hoje em assembleia geral a **Sociedade Cooperativa da Raça Negra**, para tratar dos meios de levar a efeito a criação da primeira aula primária”²³⁷. Dessa sociedade, apesar da pouca informação, fica clara a preocupação em garantir educação embora não explique se as aulas seriam dirigidas para adultos ou crianças.

Uma outra entidade que parece ter alcançado certa notoriedade e reconhecimento foi a **Liga dos Homens de Cor** que circula em várias chamadas de jornais nos últimos anos da década de 1880. No dia 27 de maio de 1888 a *Gazeta de Notícias* informa que:

S. LIGA DOS HOMENS DE COR -292 Rua de S. Pedro 292. De ordem do Ilm. Sr , presidente, convido os Srs sócios a se reunirem em assembleia geral, hoje, domingo 27 do corrente, às 6 horas da tarde para tratar de negócios urgentes; devendo os mesmos comparecer munidos de suas cadernetas , sem o que não terão ingresso. Secretaria 27 de maio de 1888 – Geraldo das Mercês, 1º secretário.²³⁸

A mesma sociedade também aparece na *Gazeta de Notícias* em 30 de maio de 1889, ou seja, um ano depois, também convocando seus sócios para uma assembleia geral. Nas duas convocações torna-se imprescindível a apresentação de

²³⁶ SALLES, Ricardo. Abolição No Brasil: Resistência Escrava, Intelectuais e Política (1870-1888) In: **Revista de Índias**, 2011, vol. LXXI, nº251 p.273 Disponível em: < <http://revistadeindias.revistas.csic.es/index.php/revistadeindias/article/viewArticle/860>>. Acesso em: 19 jan. 2017.

²³⁷ JORNAL GAZETA DE NOTÍCIAS, Rio de Janeiro, 6 maio 1888, p.2, edição127. Arquivo Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Disponível em:< http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=103730_02&PagFis=13672&Pesq >. Acesso em: 20 jan. 2017.

²³⁸ Ibid., 27 maio 1888 p.3, edição 147. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=103730_02&PagFis=13836&Pesq=>>. Acesso em: 19 jan. 2017.

cadernetas, dando a entender que iria haver uma prestação de contas. Em 2 de junho, no mesmo jornal, aparece uma segunda chamada para assembleia da mesma entidade, visto que, a do dia 30 de maio não havia sido realizada.

Ainda no mesmo jornal e na mesma data vem uma outra convocação, sendo essa da “**Confederação das Sociedades Benéficas**[...] O Sr presidente desta confederação convida as administrações dessas sociedades[...] e todos aqueles que pertencerem à sociedades benéficas[...] para a ela comparecerem”²³⁹ . O que chama atenção nessa convocação é ser uma confederação, embora não se saiba se congregava entidades de negros também.

A **Sociedade Liga dos Homens de Cor** também é nomeada no Jornal Cidade do Rio, de 17 de maio de 1888, convidando “[...] os Srs sócios a comparecer em nossa sala que se acha aberta todos os dias das 6 horas da tarde às 8 da noite; é para negócio urgente”²⁴⁰. Como das outras vezes, a convocação para assembleia e o convite não foram explícitos em seus objetivos. No mesmo dia e, portanto, no auge das festividades da abolição há um aviso: “A vista do programa das festas promovidas pela imprensa da corte[...] a comissão das sociedades de descendentes da raça negra espera o auxílio do público[...]”²⁴¹. O que aqui chama atenção é uma “comissão das sociedades descendentes da raça negra” o que denota uma capacidade organizativa por parte dos libertos. A Liga dos Homens ainda vai aparecer nas páginas do Cidade do Rio, em 6 de junho de 1888, anunciando inscrição para sócios: ” Convido a todos os homens de cor a virem inscrever-se como sócios desta sociedade”²⁴². Em 2 e 4 de agosto de 1888, os avisos são repetidos e sempre pedem que seus sócios estejam quites com as mensalidades. Em agosto de 1889, a Liga convida seus sócios a uma assembleia geral e comunica: “[...] acha-se aberta a aula do curso primário, funcionando nos dias úteis, das 7 às 9 horas da noite” ²⁴³. Mais uma vez fica clara a preocupação com a educação e, no caso de aulas noturnas, essa preocupação estende-se aos trabalhadores negros.

²³⁹ Ibid., p.3.

²⁴⁰ JORNAL CIDADE DO RIO, Rio de Janeiro, 17 maio 1888, p. 2, edição 113. Arquivo Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=085669&pasta=ano%20188&pesq=>>>. Acesso em: 19 jan. 2017.

²⁴¹ Ibid., p.2.

²⁴² Ibid., p.3.

²⁴³ JORNAL O PAIZ, Rio de Janeiro, 4 ago. 1889, p.5, edição 1762, Rio de Janeiro. Arquivo Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=178691_01&pasta=ano%20188&pesq=>>. Acesso em: 28 jan. 2017.

No dia 27 de outubro do mesmo ano, a notícia sobre a sociedade já tem diferente teor ao convidar: “[..] aos Srs. Sócios [...] a fim de abrilhantarem com suas presenças a entrega ao nosso digno presidente o Ilm.^o Sr. comendador Antonio Luiz do Espírito Santo, o Hábito da Rosa o qual será entregue pelo ilustre jornalista, o Sr. José Carlos do Patrocínio”²⁴⁴. Ana Flavia Magalhães Pinto diz que a entrega da comenda foi contestada por um deputado do partido Liberal, Sebastião Mascarenhas, alegando ser o agraciado com a honraria um “simples barbeiro” e, portanto, não merecedor de tal homenagem. José do Patrocínio reagiu por meio de seu jornal, *Cidade do Rio*²⁴⁵, em extenso artigo de primeira página, onde aponta todas as qualidades e cargos exercidos pelo “barbeiro negro”, Antonio Luiz do Espírito Santo, e desqualifica o deputado, em seu estilo verborrágico:

O barbeiro Castro – [...] O voto popular em 1879 honrou o barbeiro, o negro Antonio Luiz do Espírito Santo Castro, elegendo-o juiz de paz.[...] Modesto e com razão desconfiado o cidadão Espírito Santo Castro só não exerceu funções de subdelegado, durante a situação liberal, porque entendeu sempre que a sua cor poderia servir de pretexto a dolorosas injustiças e preferia a obscuridade ao sofrimento moral por amor de efêmeras posições.²⁴⁶

O artigo segue nomeando todos os honrosos cargos do Sr. Espírito Santo Castro. Em relação ao deputado assim diz: “Esse senhor passou pela escola de medicina como gato por brisas; eleito deputado só tem dito tolices, [...] agora dizendo-se liberal insulta a classe operária do país, julgando-a indigna de distinções oficiais[...] não satisfeito de ser pulha quis também ser ridículo.”²⁴⁷

As páginas de jornais abrem janelas para facetas inesperadas. A busca, sem sucesso, pelo estatuto da **Liga dos Homens de Cor** na tentativa de se chegar a sua real natureza, encontra-se, no desabafo de Patrocínio em defesa do Sr. Espírito Santo Castro, que ocupava o cargo de presidente da associação, o que se procurava: “[...] A Liga dos Homens de Cor, associação criada o ano passado com o fim de levantar o nível moral dos homens de cor, e de habilitá-los pela cooperação, mutualidade e

²⁴⁴ JORNAL CIDADE DO RIO, Rio de Janeiro, 27 out. 1888 p,3, edição 242. Arquivo Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Disponível em: < . Acesso em: 28 jan. 2017

²⁴⁵ PINTO, Ana Flavia Magalhães. Club Republicano dos Homens de Cor: uma face da participação política negra no pós - abolição (1889-1893). In: XXVII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - **ANPHU**, julho 2013. Disponível em: <http://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1364834113_ARQUIVO_Anpuh2013>. Acesso em: 20 jan. 2017.

²⁴⁶ JORNAL CIDADE DO RIO, Rio de Janeiro, 31 ago.1888, p.1 edição 196. Arquivo Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=085669&PagFis=1063&Pesq>>. Acesso em: 20 jan. 2017.

²⁴⁷ Ibid., p.1.

solidariedade a entrar por igual na elaboração da riqueza e do futuro brasileiro”²⁴⁸. Embora o objetivo da Liga tenha sido relatado por Patrocínio, pode-se pensar que era mais uma sociedade de ajuda mútua.

Uma outra associação de caráter beneficente e de exaltação à princesa imperial foi a **D. Isabel a Redentora** – Segundo Petrônio Domingues para a associação: “o 13 de maio de 1888 teria representado a redenção da raça estigmatizada pela escravidão garantindo a conquista de um direito fundamental da cidadania; a liberdade formal”²⁴⁹. O jornal *O Apóstolo*, do dia 17 de junho de 1888, dava conta da criação da organização nos seguintes termos: “Foi fundada nesta corte no dia 13 de maio, sob a proteção de S.A. Imperial Regente, uma associação beneficente denominada **D. Isabel Redentora**, a fim de perpetuar a lei nº 3 353 que aboliu a escravidão”²⁵⁰. A entidade tinha várias categorias de sócios que poderiam receber uma pensão em caso de necessidade. Procurava dar assistência médica e fornecer remédios para os seus associados²⁵¹. Essa era mais uma entidade que procurava fortalecer os laços entre os libertos com ações assistencialistas e, embora não tivesse uma efetiva participação política, promovia homenagens à princesa Isabel ajudando de alguma maneira mantê-la viva entre os libertos, em fidelidade à monarquia.

Essas associações, cada uma com sua história e evolução ou mesmo extinção por motivos vários, denotam a afirmação da busca de interesses, direitos e reconhecimento público para os libertos. Pode-se dizer que a segunda metade do século XIX, não ficou marcada somente pela presença de uma elite intelectual que vai interferir fortemente no processo em curso das mudanças necessárias ao país, como a abolição e a mudança de regime político. Mas também, cada vez mais, as pessoas do povo tentavam se organizar para essas transformações.

Na década de 1870, segundo Salles: “A luta contra o cativo se constituía em importante bandeira de natureza política com enorme capacidade de aglutinação de todos e, principalmente, permitia uma fácil conexão do que germinava ‘em baixo’ na

²⁴⁸ Ibid., p.1.

²⁴⁹ DOMINGUES, Petrônio. Cidadania por um fio: o associativismo negro no Rio de Janeiro (1888-1890). **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 34, nº 67, 2014. p. 251-281. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/rbh/v34n67/a12v34n67.pdf>>. Acesso em: 01 mar. 2017.

²⁵⁰ JORNAL O APÓSTOLO, Rio de Janeiro, 17 jun. 1888. p.3, edição 69. Arquivo Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=343951&pasta=ano%20188&pesq=>>>. Acesso em: 01 mar. 2017.

²⁵¹ DOMINGUES, op. cit., p.5.

sociedade com forças políticas e intelectuais”²⁵². Apesar de todos os obstáculos colocados pelo governo às organizações de caráter coletivo de escravos, libertos e seus descendentes, é certo que elas não deixaram de existir e, à medida que o debate entre monarquistas e republicanos se tornava público e alcançava as ruas, eles também vão se engajar na luta pela manutenção ou derrubada da monarquia.

As sociedades e clubes na capital da corte faziam parte da vida social e não se restringiram ao universo das lutas abolicionistas. Havia quase uma “febre” de associativismo no Rio de Janeiro na década de 1880, congregando diversos tipos da sociedade dando aos seus membros um sentido de pertencimento grupal. Havia associações literárias, de categorias profissionais, e outras de caráter mais inusitado como o, “Club dos Boêmios”, anunciado no *Diário de Notícias*, de 15 de junho de 1888, que o apresentava como uma sociedade composta “de moços da mais fina sociedade e que terá incontestavelmente de ocupar um lugar saliente entre suas co-irmãs”²⁵³. Pode parecer estranho a referência a esse tipo de associação, mas o que aqui se quer é recuperar um contexto de época em que o Rio de Janeiro vivia um clima de “efervescente” busca de participação social por parte dos mais diversos segmentos da população.

Um outro tipo de associativismo, e esse contando com uma nítida superioridade branca, era formado pelas sociedades abolicionistas, como fica claro na notícia da *Gazeta da Tarde* sobre assembleia convocada pela **Confederação Abolicionista** que em 1883 congregara várias associações.

Reuniu-se ontem, esta benemérita associação em assembleia geral, com a presença dos representantes das sociedades Club dos Libertos de Niterói, Caixa Libertadora José do Patrocínio, Centro Abolicionista Ferreira de Menezes, Club Abolicionista Abraão Lincoln, Libertadora da Escola Militar, Centro Abolicionista João Clapp, Libertador da Freguesia de Santa Rita, Club Abolicionista 21 de Abril, Club Abolicionista 7 de Novembro, Club Abolicionista 6 de Junho.²⁵⁴

²⁵² SALLES, Ricardo. Abolição No Brasil: Resistência Escrava, Intelectuais e Política (1870-1888) In: **Revista de Índias**, 2011, vol. LXXI, nº251 p.273 Disponível em: <file:///C:/Users/malu%20gomide/Documents/textos%203%C2%BA%20cap%C3%ADtulo/860-1351-1-PB.pdf >. Acesso em: 19 jan. 2017.

²⁵³ JORNAL DIÁRIO DE NOTÍCIAS, Rio de Janeiro, 15 jun.1888, p 2, edição 1098. Arquivo Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Disponível em:<<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=369365&pasta=ano%20188&pesq=7>>. Acesso em: 19 jan. 2017.

²⁵⁴ JORNAL GAZETA DA TARDE, Rio de Janeiro, 4 set. 1885, p. 1, edição 203. Arquivo Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Disponível em:<: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=226688&pasta=ano%20188&pesq=>>. Acesso em: 21 jan. 2017.

Enquanto negros viam suas pretensões de organização serem barradas pelo Conselho de Estado, as sociedades abolicionistas gozavam de grande prestígio, merecendo atenção da grande imprensa. Pode-se lembrar mais uma vez das palavras de Humberto Machado sobre o trabalho da imprensa: “Ela auxilia o historiador na identificação e análise do cotidiano, o familiariza com as ideias que marcaram o período e também oferece subsídios para desvelar como os contemporâneos observavam aquela sociedade”²⁵⁵. Mais adiante, Machado chama atenção que: “Os jornais podem transformar simples ocorrências em notícias que alcançam grande repercussão junto aos seus leitores ou, então, omiti-las, levando-as ao esquecimento”²⁵⁶. e assim faziam os jornais do final dos oitocentos no fragor das lutas abolicionistas e republicanas.

O *Jornal Gazeta da Tarde* somente no dia 9 de junho de 1882 anunciava avisos das seguintes associações: “Centro Abolicionista Ferreira de Menezes. Rua da Uruguaiana nº 43, sobrado, Caixa Emancipadora José do Patrocínio e Clube Abolicionista Nicolau Moreira”²⁵⁷, o que não é considerado pouco para um só dia. Suas páginas serviam para propagandear os feitos das entidades abolicionistas. Em julho, do mesmo ano, anunciava: “Realiza-se amanhã no Teatro Recreio Dramático o grande festival com que a **Caixa Emancipadora José do Patrocínio** celebra o seu primeiro aniversário. Um brilhante concerto será efetuado por distintos amadores e professores”²⁵⁸. A notícia termina louvando os feitos da Caixa: “No curto tempo de sua vida, a Caixa José do Patrocínio já tem prestado valiosos serviços à causa da abolição”²⁵⁹.

O mesmo jornal, em 16 de junho de 1882, publicava uma nota sobre o **Club dos Libertos de Niterói**: “Chegando ao nosso conhecimento que alguns exploradores propalam que esta instituição não continuará a funcionar em [...], apressamo-nos em

²⁵⁵ MACHADO. **Palavras e Brados – José do Patrocínio e a Imprensa Abolicionista do Rio de Janeiro**. Niterói: EDUFF, 2014. p.117.

²⁵⁶ *Ibid.*, p.118.

²⁵⁷ JORNAL GAZETA DA TARDE, Rio de Janeiro, 9 jun. de 1882 p.2, edição 131. Arquivo Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=226688&PagFis=1909&Pesq=>>. Acesso em: 19 jan. 2017.

²⁵⁸ JORNAL GAZETA DA TARDE, Rio de Janeiro, 22 jul. 1882, p.1, edição 166. Arquivo Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=226688&PagFis=0&Pesq=>>. Acesso em: 19 jan. 2017.

²⁵⁹ *Ibid.*; p.1.

desmentir essa falsidade[...] continuando o club a libertar escravos que procurarem o seu auxílio.”²⁶⁰

Apesar de não atuar no Rio de Janeiro, essa entidade que pelo nome congregava libertos, certamente era partidária do abolicionismo, mas o que chamou atenção foi o fato de que em 1882, além de desenvolver atividades abolicionistas, preocupava-se com a escolaridade dos cativos, como lembra Heloisa de O. Santos Villela, destacando o pioneirismo desse grupo ao pensar a educação infantil, “A primeira referência a uma creche cabe ao grupo Club dos Libertos que manteve uma escola em S. Domingos para escravos e libertos”²⁶¹. O *Jornal Gazeta da Tarde*, de 6 de julho de 1881, já falava dessa mesma associação: “**Festa Abolicionista** [...]o Club dos Libertos contra a Escravidão organizou comemoração ao aniversário da república norte-americana. São Domingos de Niterói era um bulício de alegria. [...] O secretário[...] leu a ata de instalação e declarou fundada a escola noturna gratuita”²⁶².

Muitas outras associações existiram agrupadas pela Confederação Abolicionista que tinha amplas conexões com o mundo político, com a imprensa e toda e qualquer tipo de iniciativa abolicionista. Essas entidades promoviam bailes, festas, quermesses, leilões, chás beneficentes, conferências e os meetings que aconteciam nas ruas e praças públicas com uma adesão mais popular. Porém, outras organizações vicejavam no Rio de Janeiro onde tudo ressoava com mais intensidade por ser o centro nervoso do país.

3.4 – Entre esconderijos e valentias

²⁶⁰ JORNAL GAZETA DA TARDE, Rio de Janeiro, 16 jun. 1882 p.3, edição 137. Arquivo Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=226688&PagFis=0&Pesq=>>. Acesso em: 19 jan. 2017.

²⁶¹ VILLELA, Heloisa Oliveira Santos de. O movimento Abolicionista Niteroiense, O Clube dos Libertos e o projeto de uma creche para filhos de escravos e ex-escravos p.1 In: VII Congresso Brasileiro de Educação- **Anais SBHE**, 2013.

²⁶² JORNAL GAZETA DA TARDE, Rio de Janeiro, 6 jul. de 1881, p.1, edição 155. Arquivo Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=226688&pasta=ano%20188&pesq=>>. Acesso em: 20 jan. 2017. Apud MACHADO, Humberto. Intelectuais, imprensa e abolicionismo no Rio de Janeiro. In: XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007 Associação Nacional de História ANPHU. 2007 p.2. Disponível em: <http://snh2007.anpuh.org/resources/content/anais/Humberto%20F%20Machado.pdf>>. Acesso em: 20 jan. 2017.

Na década de oitenta com o avanço da campanha abolicionista, uma nova forma de acoitamento de escravos, os quilombos abolicionistas, surgiu no perímetro urbano da corte, embora por prudência e estratégia em áreas mais distantes do centro, enquanto os antigos quilombos ficavam em áreas mais afastadas das cidades. Essa nova forma de avanço na campanha abolicionista tinha ajuda e proteção de pessoas bastante conhecidas nos meios políticos e intelectuais, sendo os negros os beneficiados pelo esconderijo estratégico. Nos quilombos tradicionais, as lideranças eram estritamente negras e a comunidade quilombola tinha como objetivo primeiro a sobrevivência e resistência a possíveis tentativas de destruição dos quilombos.²⁶³ Essa comparação, a princípio, pode levar a crer numa diminuição do protagonismo de resistência do negro, porém há de ser lembrado que toda a rede de contatos que envolviam negros e brancos foi muito bem tecida durante a efervescência da campanha abolicionista. Esse tipo de quilombo é mais um exemplo de como pessoas sujeitas à falta de liberdade aproveitavam-se das novas configurações políticas e sociais em benefício próprio. Como diz Eduardo Silva, em seu livro sobre o quilombo do Leblon, “Quilombo abolicionista: um quilombo historicamente novo.”²⁶⁴

O quilombo do Leblon foi formado em terras compradas por José de Seixas Magalhães, português, proprietário de uma fábrica de malas e republicano convicto. Nele, encontravam-se monarquistas como Joaquim Nabuco e André Rebouças, republicanos como Seixas, e figuras cambiantes à mudança de regime político como Rui Barbosa e Patrocínio. Esses homens faziam parte da Confederação Abolicionista fundada em 1883, que tinha seu quartel general no *Jornal Gazeta da Tarde* e apoiava a manutenção do quilombo.²⁶⁵

Seguindo a lógica da gratidão predominante em nosso abolicionismo, observa-se a passagem de um jantar no quilombo do Leblon por ocasião do aniversário do Sr. Seixas: “Apresentaram-se os quilombolas- cerca de 50- e um do grupo, [...] dirigiu uma saudação aos abolicionistas presentes, na linguagem que a insuficiência do preparo do orador, podia permitir, mas unguida de sinceridade e tocada de gratidão”²⁶⁶. Um ano e alguns dias após o fim de escravidão o *Jornal Cidade do Rio* publicou uma matéria sob o título:

²⁶³ SILVA, Eduardo. **As camélias do Leblon e a abolição da escravatura: uma investigação de história cultural**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003. p.11.

²⁶⁴ Ibid., p.1.

²⁶⁵ Ibid., p.103, p.18.

²⁶⁶ Ibid., p.106.

Movimento abolicionista

Organizada a liga patriótica da internação dos retirantes da escravidão, tratou a Confederação Abolicionista de cuidar no estabelecimento dos quilombos que deviam recolher essas pobres vítimas do secular crime.[...] pelas notas que pudemos recolher, vamos oferecer aos nossos leitores, e ao futuro historiador da abolição dos escravizados do Brasil, uma breve notícia desta importante fase da propaganda libertadora[...]Mencionaremos apenas os mais notáveis quilombos fluminenses, para que o público possa avaliar qual a soma de sacrifícios empregada na homérica luta.²⁶⁷

A matéria continua nomeando todos os quilombos abolicionistas elogiando a abnegação e coragem de seus organizadores e colaboradores mais próximos, bem como sua localização. Segue a relação:

Quilombo do Leblon, Quilombo Senna- [...] Situado em São Cristóvão, nos limites da Quinta Imperial[...]Esse quilombo foi por vezes honrado com protegidos do imperador,[...]Quilombo Clapp - Este quilombo era realmente duplo: no escritório da Confederação[...] e em São Domingos de Niterói na casa do chefe abolicionista João Clapp[...]Quilombo Patrocínio- Esse quilombo compreendia a casa da família e as redações da antiga Gazeta da Tarde e Cidade do Rio. Quando os escravizados foram a São Cristóvão, lançar-se aos pés do imperador, este dizia comovido-Homem eu não posso fazer essas coisas... mas vai ter com o Patrocínio...Ele mora ali perto! [...]Quilombo Miguel Dias-Situado em Catumbi, em casa do denodado abolicionista Miguel Antonio Dias[...]Quilombo Padre Ricardo-Em uma grande fazenda na Penha, funcionava o quilombo mantido pelo audaz abolicionista Padre Ricardo da Silva[...] Quilombo Camorim –Situado na serra desse nome, e rio Iguaçu, mantido pelo intrépido capitão Gabriel Cruz[...] ²⁶⁸

Os jornais de época realmente oferecem a percepção de detalhes altamente significativos. Nota-se que as residências das famílias que abrigavam cativos eram designadas como quilombos. Segundo o autor da matéria referida, havia um quilombo bem próximo à residência oficial do imperador e este reconhecia Patrocínio como um homem que poderia acoitar um fugitivo. O autor não usa a palavra “escravo” substituindo-a por “escravizado”. A respeito dessa distinção, Eduardo Silva comenta: “dentro do movimento abolicionista não era, digamos, “politicamente correto” falar em “escravos”, isto é, uma condição[...] de submissão ao outro. O certo para eles, seria “escravizados”, ou seja, homens livres que foram indevidamente submetidos à escravidão”²⁶⁹.

²⁶⁷ JORNAL CIDADE DO RIO, Movimento abolicionista Rio de Janeiro, 8 jul. 1889, p.2, edição 150. Arquivo Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=085669&pasta=ano%20188&pesq=>>. Acesso em: 13 jan. 2017.

²⁶⁸ JORNAL CIDADE DO RIO, Rio de Janeiro, 8 e jul. 1889, p.2, edição 150 e 153. Arquivo Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=085669&pasta=ano%20188&pesq=acesso>>. Acesso em: 13 jan. 2017.

²⁶⁹ SILVA, Eduardo. **As camélias do Leblon e a abolição da escravatura: uma investigação de história cultural**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003. p. 117.

Eduardo Silva ainda fala sobre a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e dos Homens Pretos que atuou de maneira significativa junto ao movimento abolicionista no Rio de Janeiro, e assim aponta:

[...] A partir de 1880[...] engaja-se no projeto articulado[...]pela Confederação Abolicionista.[...]Os irmãos do Rosário e São Benedito não só compareciam em massa aos comícios de propaganda, como apoiavam secretamente fugas de escravos e formação de quilombos abolicionistas[...] ajudavam com dinheiro jornais abolicionistas como Gazeta da Tarde e Cidade do Rio.²⁷⁰

Embora não se tenha encontrado nenhum indício de uma orientação formal aos “irmãos” por uma opção republicana ou monarquista, o que até aqui pode ser percebido é que negros de diferentes maneiras procuravam formas de união, fosse para melhorar as condições de vida, ou em busca da liberdade. Havia também, já nos últimos anos da escravidão, um forte consórcio entre brancos abolicionistas e negros mobilizados pelo alcance da liberdade como ficou demonstrado no caso dos quilombos e da irmandade de Nossa Senhora do Rosário.

Uma dessas mais fortes formas de agrupamento de negros foi a capoeira que teve uma íntima ligação com o mundo da política partidária durante a segunda metade do século XIX. A capoeira misturando dança e luta, ou o que se poderia chamar de “luta dançante”, era de início praticada pelos escravos, que ao som dos berimbaus, embriagavam-se com o som e força dos movimentos. Nessa prática, os negros encontravam elementos de sua cultura de origem, o que lhes dava sensação de poder e alegria. Ser uma referência africana, proporcionando certo empoderamento a seus participantes, foi um ponto nevrálgico da capoeira, que causava temor aos senhores brancos e, portanto, foi reprimida por eles.

Talvez, uma das primeiras ligações de capoeiras com o mundo da política do Brasil imperial tenha ocorrido em 1828, quando, segundo Luis Carlos Soares: “[...]tropas mercenárias irlandesas e alemães, estacionadas no Rio de Janeiro, se revoltaram exigindo melhores soldos. Como o exército não dispunha de tropas suficientes[...]a solução foi recorrer ao auxílio dos capoeiras [...] que os obrigaram a recuar”.²⁷¹ Carlos Eugênio Líbano Soares, também faz referência ao episódio e diz

²⁷⁰ SILVA, Eduardo. Resistência Negra e Formação do Underground Abolicionista: Uma Investigação de História Cultural (Rio de Janeiro, década de 1880). **Acervo Fundação Casa de Rui Barbosa**, Rio de Janeiro. Triênio 2010 - 2013. p.5-6. Disponível em:<<http://www.casaruibarbosa.gov.br/dados/DOC/bolsistas/2010/FCRB>>. Consulta realizado ao projeto coordenado por Eduardo Silva na Fundação Casa de Rui Barbosa. Acesso em: 13 jan. 2017.

²⁷¹ SOARES, Luiz Carlos. **O “Povo de Cam” na Capital do Brasil: A Escravidão Urbana no Rio de Janeiro do Século XIX**. Rio de Janeiro: FAPERJ /7Letras, 2007. p.271.Cf: KARASCH, Mary C. – *Slave life in Rio de Janeiro, 1808*, tese de doutoramento, 2000. p. 331-332. Segundo Luiz Carlos Soares no

que outros autores “defendem a ideia que este episódio foi um marco na vida política da cidade”²⁷².

A capoeira com o tempo foi tendo uma presença capilarizada no mundo das instituições em cidades como Salvador e Rio de Janeiro. “A década de 1850, que coincidiu com a entrada maciça de ex-escravos na capoeiragem, também espelhou a presença frequente de capoeiras nas corporações militares, principalmente na Guarda Nacional”²⁷³. Como explicar capoeiras dentro de uma força mais poderosa que o exército? Parece que a utilidade dos ex-escravos era inequívoca, e Líbano Soares lembra: “a incorporação de elementos da cor negra ao “status” militar era importante porque retirava da marginalidade elementos sociais cuja repressão era mais complicada do que aquela dirigida aos escravos, contra quem o aparelho jurídico de coerção era perfeitamente definido”²⁷⁴. Fica evidente que a lógica de manter o potencial inimigo junto às forças militares era uma estratégia mais inteligente do que a pura repressão.

A guerra do Paraguai, que veio reconfigurar o quadro econômico político e social do império brasileiro, como já assinalado anteriormente, mais uma vez demonstra o oportunismo do governo imperial, que fragilizado por não contar com forças regulares preparadas para os esforços de guerra, arregimenta à força os hábeis capoeiristas. Líbano Soares analisa o binômio capoeiras e guerra do Paraguai da seguinte forma:

Para os pretos e pardos pobres, livres e escravos da cidade do Rio de Janeiro, principais praticantes da capoeira na época ela se corporificou nos batalhões recrutadores que vigiavam as ruas e invadiam as moradias coletivas em busca de “voluntários da pátria”, Presos, enjaulados amarrados, os negros capoeiras eram levados aos magotes a envergar as fardas do exército imperial, nos campos do sul.²⁷⁵

A respeito do recrutamento forçado, há de se lembrar, que essa prática também existia para o corpo policial da capital da corte. De acordo com Marcos Luiz Bretas, “a preferência seria por jovens robustos encontrados pelas ruas; ao menos nos

livro traduzido para o português a autora suprimiu essa revolta. A escolha de reprodução do texto levou em conta ser um episódio não muito conhecido mas demonstra claramente e precocemente o uso de capoeiras pelo Estado imperial.

²⁷² Ibid., p. 206.

²⁷³ Ibid., p. 85.

²⁷⁴ Ibid., p. 85.

²⁷⁵ SOARES, Carlos Eugênio Líbano. A Guarda Negra: a capoeira no palco da política. **Textos do Brasil**. Brasília: Ministério das Relações Exteriores, n.14, p.4. 2008. Disponível em: < <http://dc.itamaraty.gov.br/imagens-e-textos/revista-textos-do-brasil/portugues/revista14-mat6.pdf> >. Acesso em: 13 jan. 2017.

requerimentos a queixa de recrutamento forçado é constante, ainda que sistematicamente negada pela polícia”²⁷⁶. As escusas ligações entre capoeiras e o corpo policial da corte ficam assim expressas por Líbano Soares: “O dado indicativo mais forte dessa estranha ‘simbiose’ era o chamado Corpo de Secretas, que era uma espécie de polícia política clandestina que fornecia informações para os escalões mais altos da instituição”²⁷⁷.

Tanto o exército quanto a polícia eram instituições preteridas pelos jovens de famílias mais abastadas, porém ao passo que mudanças eram operadas no seio da sociedade escravista, também foi se redefinindo o lugar social do negro. O fim da guerra do Paraguai foi um desses momentos.

A guerra trazia a esperança de liberdade, já que havia a obrigação da alforria para que um negro fizesse parte do exército nacional. Somente cidadãos tinham o dever e a honra de defender a pátria! Quanta falácia e ilusão! Um quadro de horrores os esperava, mas nessa refrega não era só a cor que os distinguiu: “No combate corpo a corpo os fuzis de pederneira, carregados pela boca a cada tiro de pouco valia após a primeira descarga. Os golpes da capoeira aprendidos nas ruas distantes da cidade do Rio de Janeiro, era a arma de que se valia o soldado negro ou mulato brasileiro”²⁷⁸. A estrada de volta nem sempre conduzia rumo à já conquistada liberdade. O temor da reescravização era real, mas esses homens que tisonaram com o próprio sangue os campos de batalha em uma guerra para defender um país que os escravizara e continuava a escravizar outros tantos, voltavam cientes de seu valor e desejosos de mudanças.

A respeito das esperanças e incertezas desses ex-praças, Líbano Soares diz: “foram protegidos por sua condição militar no interior mesmo da hierarquia da corporação, e eram, ao mesmo tempo, portadores de uma nova visão de suas prerrogativas e limites[...]”²⁷⁹. O autor recorre ao jornal *A República* respaldando seu argumento: “Ante ontem cinco soldados do 1º Batalhão de infantaria [...] provocando distúrbios[...] Os urbanos tão prontos a espancar pessoas indefesas, não viram esses desmandos, talvez porque se tratassem de soldados de linha, com os quais eles

²⁷⁶ BRETAS, Luiz Marcos. A polícia carioca no império. p.10. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 12, n. 22, 1998. Disponível em: <http://www.pm.al.gov.br/intra/downloads/bc_policial/pol_05.pdf>. Acesso em: 12 jan. 2017.

²⁷⁷ SOARES. **A Negregada Instituição: os capoeiras na Corte imperial**. Rio de Janeiro: editora Access, 1999. p.245.

²⁷⁸ Ibid., p.4.

²⁷⁹ Ibid., p. 215.

receiam travar conflitos”²⁸⁰. Tudo leva a crer que ex-combatentes, estando entre eles um número expressivo de capoeiras, em alguns momentos, e a sabor das conveniências de “ordens superiores” eram menos molestados pela polícia que fazia certo “olho grosso” para suas práticas. Essa ambígua relação era favorecida pelo fato da capoeiragem não ser considerada crime pelo Código Criminal do país.²⁸¹ As ligações um tanto escusas entre o aparato policial da capital da corte e os capoeiras também fica clara na afirmação:

O dado indicativo mais forte dessa “simbiose” era a existência do chamado “Corpo de Secretas” que era uma espécie de polícia política clandestina, que fornecia informações para os escalões mais altos da instituição. Diversas vezes os jornais denunciavam que este Corpo era formado exclusivamente por capoeiras, que eram recrutados nas prisões, e que recebiam a liberdade em troca de alguns “serviços” que a polícia diretamente não poderia realizar.²⁸²

O gabinete Cotegipe (de meados de 1885 a início de março de 1888) foi caracterizado pelo apoio dado aos setores escravagistas e a perseguição aos abolicionistas empreendida pelo chefe de polícia do Rio de Janeiro, Coelho Bastos. Sobre esse período justifica-se a afirmativa: “[...] a capoeira não era apenas tolerada, ela passou segundo a imprensa da época, a ser parte integrante da estrutura policial, um símbolo mesmo da nova ordem que o partido Conservador pretendia implantar.”²⁸³

Letícia Vidor de Souza Reis aponta que a capoeira de prática essencialmente escrava foi, pouco a pouco, incorporando libertos e brancos, sendo muitos deles estrangeiros²⁸⁴. No fim do século XIX, já havia uma heterogeneidade étnica e social entre os capoeiras. Um exemplo bastante conhecido da convivência entre brancos e negros, de gente da elite com gente do povo, vem de José Elycio dos Reis, conhecido como Juca Reis, filho do conde de Matosinhos²⁸⁵.

²⁸⁰ JORNAL A REPÚBLICA, Rio de Janeiro, 6 de agosto de 1872, p.2. Arquivo Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/138916/1731>>. Acesso em: 19 jan. 2017. acesso em: 19/01/2017 apud SOARES. **A Negregada Instituição: os capoeiras na Corte imperial**. Rio de Janeiro: editora Access, 1999. p.215.

²⁸¹ SOARES. **A Negregada Instituição: os capoeiras na Corte imperial**. Rio de Janeiro: editora Access, 1999. p.215.

²⁸² Ibid., p.245.

²⁸³ Ibid., p.249.

²⁸⁴ REIS, Leticia Vidor de Souza. A capoeira: de "doença moral" À "gymnástica nacional". **Revista de História**, São Paulo. n. 129-131, 1994. p. 223. Disponível em:<<file:///C:/Users/malu%20gomide/Documents/textos%203%C2%BA%20cap%C3%ADtulo/18730-22261-1-PB.pdf>>. Acesso em: 19 jan. 2017.

²⁸⁵ Ibid., p.224.

O mundo da capoeira tem uma riqueza imensa e vários aspectos poderiam ser descritos. Porém, o que até aqui se quer enfatizar é a estranha e quase simbiótica mistura entre grupos aparentemente antagônicos, mas que em uma esperta troca de interesses e vantagens faziam movimentos de aproximação ou recuo de acordo com as circunstâncias. E dessa manobra, a política partidária vai saber muito bem tirar partido. As maltas de capoeiras do Rio de Janeiro, ao final do século XIX, de acordo com Leticia Vidor, fundiram-se entre dois grandes grupos: os Nagoas e os Guaiamus, com seus rituais, indumentárias e gestos próprios. Tinham alto grau de organização e ao mesmo tempo em que eram rivais nas disputas pelas áreas de atuação, cada qual dominando determinadas freguesias da cidade estabelecendo os limites de seus territórios de ação, reconheciam-se também e antes de tudo, como sujeitos capazes de impor uma lógica de dominação, que até então sempre fora reservada aos brancos.²⁸⁶

O poder da capoeira durante o século XIX, não ficou restrito às valentias de rua ou ao serviço de trabalhos encomendados para a resolução de disputas de caráter pessoal. Ele chegou de maneira decisiva ao mundo da política.

3. 5 – Um poder paralelo

A s eleições de 1872, na Cidade do Rio de Janeiro, quando o gabinete conservador do visconde de Rio Branco estava no poder e a lembrança da lei do Ventre Livre era bem presente na cabeça dos eleitores, entre apoios e críticas, trouxe a presença das maltas de capoeiras para a disputa eleitoral, como atesta o jornal *A Reforma* que apoiava os liberais e denunciava o apoio de capoeiras aos conservadores.²⁸⁷

O triunvirato eleitoral

Comunicam-nos: Cautela com as urnas da Glória, de Santana e Guaratiba. Talvez elas tenham que vomitar muita coisa que não foi legalmente engolida. O patriarca dos capoeiras, o homem dos lixos, e o vereador rural da “ ultima hora” concertaram no seguinte plano: que Santana apresentaria mil votos para a chapa conservadora; Guaratiba outros mil, e a Glória setecentos [...] a questão é meter mas urnas esses votos. Em Guaratiba existe o processo a

²⁸⁶ Ibid., p. 224.

²⁸⁷ SOARES. **A Negregada Instituição: os capoeiras na Corte imperial.** Rio de Janeiro: editora Access, 1999. p.63.

bico de pena, em Santana a substituição de maços, e na Glória a votação em triplicata dos duzentos fósforos. Cautela com essa urnas e olho vivo!²⁸⁸

A matéria sinaliza os acordos feitos entre um chefe capoeira e um político para que as citadas freguesias da cidade contribuíssem com determinado número de votos a fim de garantir a vitória dos conservadores. Os fósforos – falsos eleitores que votavam em nome de outros – no caso em questão, como diz o articulista, deveriam votar por três outros eleitores, o que era prática corrente. Ainda no mesmo jornal, a convivência conspícua entre capoeiras, políticos e policiais é assinalada em coluna de primeira página:

“Mais orgia! Continua o escândalo! As matrizes atonetadas de soldados e de fósforos. Os cidadãos expelidos para o meio da rua[...] os capangas viajando pelas paróquias[...] delegados açulando as matilhas[...] o imperador assistindo as zarzuelas e divertindo-se [...]”²⁸⁹.

Em outra coluna, o mesmo jornal, diz que no dia anterior tinha recebido denúncia de uma comissão a saber:

[...] compareceu uma comissão da freguesia da Glória, comunicando que [...] no momento de apresentar-se o votante João Antonio Vieira[...] e apesar de exhibir aquele cidadão o título de empregado das obras públicas[...]atiraram-se sobre ele, espancando-o, e investindo sobre todos os outros liberais presentes até as portas da igreja onde se postaram gritando: Quem entrar morre!²⁹⁰

O jornal *A Reforma* dava total apoio aos liberais, o que explica a denúncia em tom bastante veemente. Há de se notar, entretanto, que esse era uma forte característica da imprensa dessa época, marcada pela virulência dos ataques, pela ironia e até mesmo pela galhofa. Verdadeiros duelos verbais eram travados com direitos à réplicas e tréplicas. Um exemplo vem de José do Patrocínio e Rui Barbosa, afiando suas penas como se fossem floretes. Esses duelos podiam durar semanas e eram acompanhados pelos leitores com o mesmo interesse da leitura de um folhetim, à espera do que viria a seguir.

²⁸⁸ JORNAL A REFORMA, O triunvirato eleitoral Rio de Janeiro, 10 set. 1872, edição 207, p.2. Arquivo Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Disponível em: < <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=226440&pasta=ano%20187&pesq=> >. Acesso em: 15 jan. 2017.

²⁸⁹ Ibid., p.1. Zarzuela é um tipo de gênero lírico espanhol em que se alternam música, dança e diálogos. Dicionário Online de Português. Disponível em: <<https://www.dicio.com.br/zarzuela> />. Acesso em: 15 jan. 2017.

²⁹⁰ Ibid., p.1.

No mesmo dia 10 de setembro, o prestigiado *Jornal do Comércio*, que apoiava ostensivamente ao gabinete conservador de Rio Branco, assim se expressa em relação às eleições.

[...]Essa excitação que por aí se nota nos dias de eleição, esse meios menos regulares e capangas e fósforos empregados pelos liberais, essa grande luta, demonstra sem réplica liberdade civil e eleitoral. O povo não encontra obstáculos para chegar até às urnas. O seu acesso é garantido a conservadores e liberais.²⁹¹

A diferença entre os dois periódicos é gritante. Enquanto, *A Reforma*, ligado aos liberais, anunciava que capangas impediam liberais de votar com ameaças de morte, o *Jornal do Comércio*, ligado aos conservadores, naturalizava a ação de capangas colocando-a como sinal de saudável “liberdade cívica”. É certo então, que os capoeiras passavam a ser parte dos processos eleitorais onde o uso da força e da coação dos eleitores era usado à larga.

A ligação dos capoeiras com o partido Conservador é explicada pela Lei do Ventre livre sancionada sob a égide desse partido que soube muito bem transformá-la em “uma batalha pelo término da escravidão”, atraindo para si as simpatias de grande parte de cativos e libertos. Ao passo que as lideranças liberais, embora muitas delas ligadas firmemente ao abolicionismo, seguiam em um discurso de vitimização dos cativos e do perigo de revolta social caso resolvessem tomar o processo nas mãos. Nabuco e Rui Barbosa bateram nessa tecla incansavelmente. Assim, o partido Conservador tornou-se um aliado dos capoeiras.

A participação da malta conhecida como “Flor da Gente”, na vida política do Rio de Janeiro, virou lenda, dada sua intimidade com Duque Estrada, deputado conservador e juiz de paz da freguesia da Glória, que foi denunciada mais de uma vez pelo jornal liberal *A Reforma* ao publicar o bilhete de Duque Estrada a outro juiz de paz e a um subdelegado com o seguinte teor: “Ilms. Srs. Major Elione e Correia de Mello; Aí vai o resto do reforço do pedido; Este é de lei; É parte da Flor da Minha Gente; desejo-lhes triunfo e felicidades, ao amigo muito obrigado.²⁹² Daí por diante os

²⁹¹ JORNAL DO COMÉRCIO, Rio de Janeiro, 10 set. 1872. p.2, edição 252. Arquivo Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=364568_06&pasta=ano%20187&pesq=>. Acesso em: 15 jan. 2017.

²⁹² JORNAL A REFORMA, Rio de Janeiro, 22 ago. 1872. p. 1 edição 190. Arquivo Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/226440/3886>>. Acesso em: 15 jan. 2017.

capoeiras ligados à Duque Estrada ficaram conhecidos como a malta “Flor da Gente”²⁹³.

O caso veio a público com enorme repercussão e o jornal *A Reforma* praticamente “pingava sangue” relatando os casos de violência dos capangas conservadores contra os liberais que “somente seguiam os ditames da lei”. A parcialidade era clara tanto por parte dos conservadores, como já foi apontado, quanto por parte dos liberais. Parlamentares, jornalistas, delegados, subdelegados, policiais, juízes de paz, capoeiras e povo misturavam-se nas suas preferências eleitorais muitas vezes com autonomia de opinião em outras vezes nem tanto. Negros livres e brancos pobres fazendo parte do mundo das ruas já agiam, embora um tanto a reboque de disputas eleitorais, porém fazendo escolhas naquilo que julgavam ser melhor para si ou para seu grupo.

Cabe ressaltar que não existia submissão estrita das maltas aos seus “chefes políticos”, pois elas atuavam no jogo político de acordo com as circunstâncias que lhes fossem mais favoráveis: “A aliança com os conservadores era fruto de uma opção por aquele grupo da elite dominante, que mais se aproximava de seus interesses, aliança que podia ser rompida a qualquer momento”²⁹⁴. Já na década de 1880, a capilaridade de atuação das maltas não se restringia às disputas eleitorais e estendia-se para uma atuação na sociedade carioca de caráter mais amplo que ficou conhecida como partido Capoeira. A esse respeito Líbano Soares diz: “Para nós o Partido Capoeira não é um grupo específico, com determinado número de membros. Ele significa um método uma forma de fazer política”²⁹⁵. O que equivale a dizer: “A política de rua dos capoeiras era dessa forma, uma leitura e uma prática, invertida da política fechada dos gabinetes”²⁹⁶. A reflexão proposta pelo historiador tem importância capital para entender-se a atuação de libertos no período pós-abolição, como será visto mais adiante.

Apesar da apontada intimidade das maltas com os círculos do poder, essa relação envolvia troca de interesses, mas também atritos e perseguições, pois mesmo que contasse com homens brancos em seus grupos, o número de libertos negros e mulatos ainda era majoritário. A atuação das maltas sempre esteve associada à

²⁹³SOARES. **A Negregada Instituição: os capoeiras na Corte imperial**. Rio de Janeiro: editora Access, 1999. p.224 – 225.

²⁹⁴ Ibid., p.244.

²⁹⁵ Ibid. ., p243.

²⁹⁶ Ibid. p.243.

criminalidade, mas não como ato de afirmação de identidade e repúdio a uma ordem econômica e social que os colocava em condições de marginalidade. Mas ao se constatar que ser pobre e negro significava praticar atos de vadiagem, e não ser capaz de uma atuação política, ainda que muitas vezes expressa pela violência. Havia sempre a intenção em considerar a política dos gabinetes como aquela representativa dos interesses da sociedade e “despolitizar” a ação dos capoeiras.²⁹⁷

Apesar dos capoeiras serem vistos como arruaceiros ou capangas – o que não deixava também de ser verdade, mas não era só essa verdade – no avanço do abolicionismo e da campanha republicana constituíam uma força que “invadia os estreitos limites da política parlamentar, colocando suas próprias reivindicações e anseios, em forma de uma participação direta no processo”²⁹⁸ e tinham ainda, como diz Líbano Soares, “poderosa rede de informantes[...] nos quartéis e gabinetes”²⁹⁹.

Que os capoeiras não eram simples marionetes no jogo político é certo, mas até que ponto agiam nesse jogo por convicções partidárias dentro das hostes monarquistas ou republicanas, fica mais difícil precisar-se. A mesma dúvida fica para os libertos em um sentido mais geral. Tenta-se entender como nos botecos e vendas nas ruas, nas praças, nos cortiços e nos zungús repercutia a política dos gabinetes e dos propagandistas da república. Era essa gente que nas eleições de 1889, assim nomeada pela *Gazeta de Notícias*, que anunciava o resultado eleitoral: “Zé Povinho, ora aplaudia os nomes que lhe davam no goto, ora chasqueava de algum famoso bagageiro.”³⁰⁰ É ao “Zé Povinho”, objeto de “chasqueada” do articulista da matéria, que se quer chegar. Para isso retorna-se a questões já abordadas no primeiro capítulo.

O quadro político e social era bastante confuso com os abolicionistas divididos na questão da indenização aos proprietários de escravos e em um republicanismo que, precisando se fortalecer, não podia perder apoio, principalmente na província

²⁹⁷ LIMA, Roberto Kant de; LIMA, Magali Alonso. Capoeira e cidadania: negritude e identidade no Brasil Republicano. *Revista de Antropologia*, São Paulo, USP, nº 34, 1991. p.155.

²⁹⁸ SOARES. *A Negregada Instituição: os capoeiras na Corte imperial*. Rio de Janeiro: editora Access, 1999. p.221.

²⁹⁹ *Ibid.*, p. 239.

³⁰⁰ JORNAL GAZETA DE NOTÍCIAS, Rio de Janeiro, 01 set. 1889, p. 1, edição 244. Arquivo Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Disponível em: < http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=103730_02&PagFis=16153&Pesq=>. Acesso em: 23 jan. 2017. A palavra “chasqueava” no texto em questão significa: zombava, troçava e a palavra bagageiro refere-se à gente de baixa classe, ralé, plebe.

fluminense onde o fiel da balança talvez recaísse sobre os proprietários de escravos do Vale do Paraíba, visto que, foram os últimos bastiões da ordem escravocrata.

. Não é à toa que o jornal *O Apóstolo*, de tendência religiosa, mas que dava suas opiniões em termos políticos, afirmava, em 17 de junho de 1888: “Fundiram-se os partidos, desapareceram os princípios, e as ideias se confundem de tal modo que não se sabe qual a bandeira e programa dos partidos no Brasil”³⁰¹.

Abolição e república colocavam suas campanhas na rua. Aos abolicionistas não faltava apoio popular independente de sua posição partidária. Era a grande partida nacional que estava sendo jogada e tinha que ser ganha em nome do progresso, da civilização e da cidadania. Para os republicanos o jogo era mais difícil e truncado. O partido não tinha grande penetração popular e, embora defendesse a abolição a colocava como causa a ser resolvida pela monarquia, pois afinal tinha sustentado a ordem escravocrata por tanto tempo.

No final da década de 1880, os republicanos paulistas sentindo a propaganda abolicionista nos seus calcanhares mudaram um pouco a estratégia do jogo e admitiam que a abolição não poderia ultrapassar o centenário da revolução francesa. No Rio de Janeiro, como diz Maria Fernanda Lombardi Fernandes: “O Partido Republicano assumia uma postura mais clara pelo abolicionismo e possuía uma militância urbana influente na imprensa, mas pouco representativa em termos de densidade eleitoral”³⁰². O partido, como já foi assinalado, precisava do apoio dos grandes proprietários, o que causava dissensões internas, como foi o caso de Patrocínio que atuava no Rio de Janeiro e Luis Gama em São Paulo, que tiveram sérias divergências por colocarem a abolição sem indenização acima de qualquer questão. Para eles, a grande prioridade era a abolição. Apesar das diferenças regionais, no geral, percebe-se que os republicanos tergiversavam em relação à extinção definitiva do cativo, mas ao fim e ao cabo os caminhos sinuosos e mesmo oportunistas da sua propaganda renderam bons frutos. À monarquia coube os louros, mas também o desgaste do ato abolicionista. Embora a instituição monárquica já estivesse bastante fragilizada, a adesão de última hora dos grandes proprietários à

³⁰¹ JORNAL O APÓSTOLO, Rio de Janeiro, 17 de junho de 1888, p.2, edição 69. Arquivo Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Disponível em: < <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=343951&pasta=ano%20188&pesq=>>. Acesso em: 30 mar. 2017.

³⁰² FERNANDES, Maria Fernanda Lombardi. Os republicanos e a abolição. **Revista de Sociologia e Política**. Curitiba, no.27 nov. 2006. p.13. Disponível em: < http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-44782006000200013.>. Acesso em: 30 mar. 2017.

ideia da república, enfraqueceu ainda mais as suas já corroídas bases de sustentação o que facilitou em muito o golpe republicano.

A base de sustentação escravista da monarquia desmoronava a olhos vistos. Os jornais de 1888 vinham repletos de notícias de proprietários que espontaneamente libertavam seus escravos, como a ouvir as diretrizes abolicionistas do partido Republicano que pregava o afastamento do Estado para a resolução do fim do cativeiro. Para esse partido, a libertação poderia vir pela iniciativa particular decidindo cada proprietário o que melhor fazer. Embora essa tendência tivesse sido mais forte em São Paulo, na província fluminense também havia esse tipo de libertação.

O *Jornal Gazeta de Notícias*, em 22 de abril de 1888, portanto, menos de um mês antes da libertação oficial, trazia, em uma coluna intitulada **Libertações**, nada menos que 11 notificações de libertação. Em Campos, onde a rebeldia escrava foi manifestada de forma violenta, com queima de canaviais entre outras ações, prudentemente os fazendeiros resolveram antecipar-se à iniciativa oficial, como fica demonstrado: “Em Campos libertou o Sr. Antonio Ribeiro de Castro 50 escravizados, únicos que possuía. Segundo o “Fluminense”, têm sido libertados nesse município, desde de 11 de março, 9163 escravizados”³⁰³. O *Diário de Notícias*, de 24 de abril de 1888, estampava um edital da câmara municipal do Rio de Janeiro, dessa maneira. “A Ilma câmara municipal da corte traz público que tendo deliberado em 14 do mês findo, e em homenagem ao aniversário de S. M a Imperatriz, libertar os escravos existentes no município neutro”³⁰⁴. Sendo escravos de propriedade particular, o edital assim continua: “[...] para levar a efeito tão grande empreendimento, nomear comissões de cidadãos prestantes, que se esforcem em obter dos senhores que restitua a seus escravos o dom inauferível da liberdade”³⁰⁵. Tudo se passava como atos de benevolência tanto para os de iniciativa particular quanto para os de poder público.

Até aqui está-se analisando as associações de libertos que visavam uma ajuda mútua para os mais variados fins; de uma irmandade de negros que tinha conexões com o movimento abolicionista; das sociedades abolicionistas formadas pelos

³⁰³ JORNAL GAZETA DE NOTÍCIAS, Rio de Janeiro, 22 abr.1888, p. 2, edição 113. Arquivo Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Disponível em: < http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=103730_02&pasta=ano%20188&pesq=>. Acesso em: 24 jan. 2017.

³⁰⁴ DIÁRIO DE NOTÍCIAS, Rio de Janeiro, 24 abr.1888, p. 2, edição 1048. Arquivo Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Disponível em: < <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=369365&pasta=ano%20188&pesq=>>. Acesso em: 22 jan. 2017.

³⁰⁵ Ibid., p.2.

engajados no movimento que também participavam da formação dos quilombos abolicionistas. Das associações de libertos, até aqui mencionadas, não se vislumbra traço de um engajamento republicano ou monarquista como voz dessas organizações. A participação política mais evidente acontecia por conta das maltas de capoeiras que agiam junto aos partidos políticos. Porém, quando a monarquia vivia os seus estertores e a república era anunciada como novidade alvissareira é que duas entidades de libertos se manifestaram politicamente de maneira bastante contundente.

3.6 – Vozes negras: republicanas e monarquistas

No ocaso do império, dois grupos de libertos organizaram-se em torno de suas preferências em relação ao que julgavam ser o melhor regime político para o país: o **Club Republicano dos Homens de Cor e a Guarda Negra**. Esses dois grupos diferenciam-se dos até agora vistos por terem conotação claramente política, praticando o que até aqui chama-se “política das ruas”, política essa, em que os capoeiras já estavam envolvidos há bastante tempo. Para o **Club Republicano**, como bem fica demonstrado pelo nome, o país deveria ter como forma de governo a república e para a **Guarda Negra**, a monarquia tinha que continuar e possivelmente tendo à frente a redentora princesa Isabel.

Esses dois grupos representaram opções políticas diametralmente opostas que certamente foram catalisadas pelos representantes e propagandistas da política partidária. Essas duas organizações deixam notar que havia setores da população negra que estavam conscientes de que sua participação política naquele momento era importante. Tentavam interferir no processo que discutia a mudança do regime político para o país já percebendo que a abolição não tinha sido a batalha final. No espaço de tempo entre a abolição e a proclamação da república, não houve, por parte do governo, iniciativas concretas para uma inserção cidadã dos libertos à vida nacional. Muitos dos que lutaram pela abolição, mesmo sendo monarquistas, reclamavam pela falta de distribuição de terras e educação para os libertos. A esse respeito José Murilo de Carvalho comenta: “[...] nada foi feito, pois o governo imperial gastou quase toda sua energia resistindo aos ataques dos ex-proprietários de

escravos que não se conformavam com a abolição sem indenização”³⁰⁶. Muita luta, então, teria que haver para garantir direitos que iriam muito além da liberdade.

Patrocínio, o antes republicano, mas que às vésperas da abolição fez verdadeiro voto de fidelidade à princesa Isabel, criticava os negros simpatizantes dos ideais republicanos. Em extensa coluna intitulada **A Intriga** assim diz: “Por uma centena de negros, que proclamam o Sr. Silva Jardim o grande libertador de sua raça, há centenas de milhares, a quase unanimidade dos negros brasileiros que estão prontos a dar a vida para salvar a coroa de Isabel a Redentora”³⁰⁷. Nesse artigo, Patrocínio apela mais uma vez para os argumentos de fidelidade e gratidão devidos “à redentora da raça” e acusa os republicanos de 14 de maio, como assim ficaram conhecidos os proprietários de escravos que se bandearam para as fileiras republicanas, de manipularem os ex-escravos: “Os republicanos de 14 de maio batem palmas a cada pronunciamento de negros contra Isabel, a Redentora. Não estranha-se: os escravistas nunca procuraram aprimorar os sentimentos da raça infeliz”³⁰⁸. A fidelidade ao trono na figura da excelsa princesa fazia parte da retórica de Patrocínio, que não durou muito tempo, pois, no dia 15 de novembro de 1889, já dava vivas à república.

No dia 4 de junho de 1889 o *Diário de Notícias* publicou a criação do **Club Republicano dos Homens de Cor**:

Por iniciativa dos propagandistas republicanos Deocleciano Marty e José P. F. de Souza Coelho, reuniram-se ontem, na residência deste senhor, 55 homens de cor, que fundaram o Club Republicano dos Homens de Cor. Foi instituído com o único fim de fazer a propaganda contra as instituições vigentes.³⁰⁹

Dois dias depois, o *Jornal Cidade do Rio*, que desde a proximidade da abolição defendia ardorosamente o trono com amplos editoriais combatendo os republicanos, noticiou a formação do clube sem nenhum tipo de comentário depreciativo. Nas últimas linhas dizia: “O brinde de honra foi levantado pelo cidadão Deocleciano,

³⁰⁶ CARVALHO. **A formação das almas**. São Paulo: Companhia das Letras. 1990. p.24.

³⁰⁷ JORNAL CIDADE DO RIO, Rio de Janeiro, 16 jan.1889, p. 1, edição 13. Arquivo Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Disponível em: < <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=085669&PagFis=1465&Pesq=> >. Acesso em: 25 jan. 2017.

³⁰⁸ Ibid p.1

³⁰⁹ JORNAL DIÁRIO DE NOTÍCIAS, Rio de Janeiro, 4 jun. 1889, p.1, edição 1451. Arquivo Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Disponível em: < <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=369365&pasta=ano%20188&pesq=> >. Acesso em: 25 jan. 2017.

saudando a república federal brasileira. ”³¹⁰ Parece que alguma coisa estava mudando na linha política do periódico... e estava mesmo.

O ano de 1889 não trazia bons presságios para o governo brasileiro. O gabinete conservador de João Alfredo, sob o qual se deu o “13 de maio” dando à monarquia sopros de popularidade, caiu cercado pelas críticas dos antigos proprietários de escravos unidos em sua maioria aos republicanos e pela crítica de monarquistas liberais que exigiam reformas como a federação para o país. Setores republicanos civis e militares apesar de suas diferenças tinham o mesmo desejo de mudança do regime político. Do parlamento às ruas, discutia-se sobre o futuro do país. A propaganda republicana, agora livre dos embaraços abolicionistas, corria mais solta e Patrocínio, atento ao que estava acontecendo, foi mudando o tom de seus editoriais, como pode ser visto, fazendo críticas à ordem imperial. “É da fraqueza do império, confessada agora pelo imperador, que sobe a situação liberal [...] O Sr. Afonso Celso comprometeu-se com certeza a domar a propaganda republicana [...] ”³¹¹. Nesse fragmento, de um longo editorial publicado no *Jornal Cidade do Rio*, no dia 7 de junho de 1889, Patrocínio volta a seu lar republicano, justamente quando o gabinete liberal de Ouro Preto sobe ao poder. Patrocínio criticou o retorno dos liberais, sempre lembrando que foi sob um gabinete conservador que havia sido consumada a abolição da escravidão.

Alguns dias depois, o jornal *O Cachoeirano*, que se colocava como órgão do partido Republicano na cidade de Cachoeiro do Itapemirim, além de relatar a criação do **Club Republicano dos Homens de Cor** na capital da corte, com sua diretoria completa que abrangia presidente, vice-presidente, secretários, tesoureiro e procurador fiscal, trazia todos os fins a que estava destinada a agremiação:

1º Combater em todos os terrenos, contra as instituições vigentes; 2º Assistir a todas as reuniões políticas que se realizarem nesta cidade e combater em seu favor; 3º Instituir uma caixa beneficente e uma aula noturna para o club; 4º Reconhecer como chefe o cidadão que foi eleito pelo conselho federal; 5º Fazer a propaganda com a raça preta e fazer crer a essa mesma raça que ela está sendo vítima do trono.³¹²

³¹⁰ JORNAL CIDADE DO RIO, Rio de Janeiro, 6 jun. 1889, p.2, edição 126. Arquivo Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=085669&PagFis=1503&Pesq=>>>. Acesso em: 25 jan. 2017.

³¹¹ Id., 7 jun. 1889, p.1, edição 127. Acesso em: 25 jan. 2017.

³¹² JORNAL O CACHOEIRANO, Cachoeiro do Itapemirim, 16 jun. 1889, p.3, edição 024. Arquivo Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=217719&pasta=ano%20188&pesqacesso=>>>. Acesso em: 25 jan. 2017.

Os objetivos do novo clube trazem alguns aspectos interessantes: O terceiro item faz-se entender que o aspecto assistencialista continuava a ser uma preocupação como também a educação dos libertos. A inovação vinha por conta do caráter claramente político e de defesa da raça. Republicanismo e raça conjugavam-se. A política das ruas falava em nome da “raça negra” e da república. Apesar da grande popularidade da monarquia entre os negros ela não era absoluta. Os libertos estiveram em várias ocasiões em campos diversos. A liberdade já tinha sido alcançada, mas seus desdobramentos podiam implicar caminhos díspares.

A criação do clube republicano na capital da corte repercutiu na província de São Paulo e foi alvo do apoio do jornal *A Pátria* que intitulava-se como o “Órgão Dos Homens De Cor” assim expressando-se: Sim, fluminenses a vossa ideia foi sublime![...] E poderíamos nós os homens de cor aqui da capital de S. Paulo, recebermos com o silêncio, essa notícia dada pela imprensa da corte e aqui reproduzida pela imprensa paulista que enche-nos de prazer?”³¹³ A matéria segue mostrando como os libertos deviam posicionar-se

[...]Ontem deram liberdade ao cativo, mas esqueceram-se de que o liberto que se transforma em cidadão tem direito e precisão a uma pátria[...]E nós que sentimos correr em nossa veias o sangue africano, nós que nos orgulhamos em pertencer a essa raça[...]É o tempo que corre que exige o nosso conagraçamento, para juntos combatemos as trevas em que estão imersos ainda muitos dos libertos de ontem, educai-os e encaminhai-os na ideia grandiosa –pátria – república. ³¹⁴

Os libertos, aqui, unem pátria, cidadania e educação ao regime republicano. Tinham visão esses homens ao perceberem que sem educação não há o exercício da cidadania plena, como pode ser observado nos preceitos de Thomas Humphrey Marshal, já referenciados anteriormente. No entanto, chama atenção o chamado para o orgulho da raça negra e da origem africana, manifestado também quando da criação do **Clube Republicano dos Homens de Cor**. O importante é que ao lado do discurso das elites que negavam a questão racial com medo de que ela suscitasse uma instabilidade social, começava a surgir o discurso da raça indicando uma tentativa de autoafirmação dos negros.

³¹³ JORNAL A PÁTRIA, São Paulo, 2 ago. 1889, p.2, edição 0002. Arquivo Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=713376&pasta=ano%20188&pesq=>>. Acesso em: 24 jan. 2017.

³¹⁴ Ibid., p.2.

O **Club Republicano dos Homens de Cor** teve uma atuação em que tentava, entre outras coisas, interferir no processo eleitoral, como se nota no chamado que faz através do jornal simpático à causa republicana, *O Paiz*:

Correligionários – A diretoria do Clube Republicano dos Homens de Cor vem por meio deste apelar para o eleitorado dos homens de cor republicanos, para que votem nos candidatos do partido que forem eleitos em escrutínio prévio.[...] É preciso não recuarmos a essa capangagem desenfreada, que vai aparecer no dia das eleições para nos ameaçar e atemorizar para assim nós não votarmos: é preciso nesse dia estarmos todos lá, eleitores ou não [...] é preciso mostrarmos a esse governo que ainda há nesse grande torrão brasileiro homens que morrem por uma causa[...] É preciso nesse dia estarmos decididos a tudo e não recuarmos ante a navalha e o cacete da capoeira, porque nessa facha patriótica será vencer ou morrer! Portanto a postos! Às urnas! [...]³¹⁵

A convocação feita pelo clube mostra sua disposição em fazer vencedores os candidatos republicanos “nas eleições para senador em escrutínio prévio”³¹⁶, rechaçando a já conhecida atuação dos capoeiras nos processos eleitorais. A considerar-se o ano de 1889, o manifesto do clube poderia estar se referindo à **Guarda Negra**, organização monarquista e da qual faziam parte capoeiras.

No dia 15 de julho de 1889, a *Gazeta de Notícias* apresentava uma extensa matéria sobre as comemorações dos 100 anos da queda da Bastilha, fato que foi largamente aproveitado pelos republicanos. Dava-se notícia de um grandioso préstito do qual faziam parte vários clubes republicanos que desfilavam com seus estandartes. Em seguida, vem um comentário sobre uma sessão comemorativa assim descrita: “Era grande a concorrência (sic) no salão do congresso brasileiro e na rua aglomerava-se muito povo.”³¹⁷ Logo após vem o nome dos representantes das entidades republicanas presentes. Entre eles estava: “Anacleto de Freitas pelo **Club Republicano dos Homens de Cor**”³¹⁸. A notícia mostra que o Clube atuava em pé de igualdade com outras agremiações republicanas existentes na cidade. Daí para

³¹⁵ JORNAL O PAIZ, Rio de Janeiro, 3 jul.1889, p.3, edição 1730. Arquivo Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=178691_01&pasta=ano%20188&pesq=>. Acesso em: 28 jan. 2017.

³¹⁶ DOMINGUES, Petrônio. Cidadania por um fio: o associativismo negro no Rio de Janeiro (1888-1890). **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 34, nº 67, p. 251-281, 2014. A expressão escrutínio prévio justifica-se pois havia uma eleição e era apresentada a lista tríplex ao imperador que escolheria o novo senador. Disponível em<<http://www.scielo.br/pdf/rbh/v34n67/a12v34n67.pdf>>. Acesso em: 28 jan. 2017.

³¹⁷ JORNAL GAZETA DE NOTÍCIAS, Rio de Janeiro, 15 de jul. 1889. p.1, edição 196. Arquivo Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. A palavra “concorrência” parece ser um termo de época indicando presença de pessoas tendo sido encontrada em outras publicações do mesmo período. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=103730_02&pasta=ano%20188&pesq=>. Acesso em: 28 jan. 2017.

³¹⁸ Ibid., p1.

frente, o nome de Diocleciano Marty, um dos fundadores do clube, será menos citado, tomando seu lugar o de Anacleto de Freitas.

Já em 10 de março de 1890, o jornal *O Paíz* anunciava o retorno do ministro das relações exteriores Quintino Bocayuva à capital federal e a calorosa recepção que lhe foi oferecida por autoridades, representantes de várias entidades sendo destacada a presença de populares. Dentre as associações, constava com seu representante o: “**Club Republicano dos Homens de Cor**, pelos Srs. Anacleto Alves de Freitas, Augusto de Mello, Thomaz José da Silva e Antonio José Ferreira”³¹⁹. O clube expressava assim uma consonância e apoio ao ministério republicano.

Em 24 de julho de 1890, o *Diário de Notícias* notificava: “ **Dr. Sampaio Ferraz** -Seguiu ontem,[...] [...] aquele dedicado cidadão, que grandes serviços prestou a esta capital no cargo chefe de polícia[...]. Foram a bordo cumprimentá-lo os cidadãos[...] Anacleto de Freitas, presidente do **Clube Republicano dos Homens de Cor**”³²⁰ . Pode-se então concluir que o clube continuava funcionando e que seu presidente convivia com autoridades republicanas pois na despedida estavam também presentes ministros de Estado. Vale lembrar que o chefe de polícia Sampaio Ferraz se notabilizou pela intensa perseguição aos capoeiras e à dita “vagabundagem”, logo que foi proclamada a república. No entanto, o presidente do clube estava prestando-lhe cumprimentos e saudações.

Petrônio Domingues acrescenta a respeito do Clube:

Patrocinou recepções, conferências e assembleias e participou de atividades de propaganda e agitação. Sua principal liderança –Anacleto de Freitas (de alcunha moço preto) articulava noções de liberdade, raça e cidadania, acreditando que a república eliminaria as distinções de castas e cores.³²¹

Apesar dessas propostas, a principal liderança do clube foi presa em plena vigência do novo regime. Em 21 de agosto de 1890, portanto, em data muito próxima à da recepção a Sampaio Ferraz, o *Diário de Notícias*, em coluna policial, anunciava o recolhimento ao xadrez de vários homens e entre eles estava: “[...] Anacleto de Freitas, por serem encontrados ante ontem fazendo tropelias em frente a dois

³¹⁹ JORNAL O PAIZ, Rio de Janeiro, 10 mar.1890, p.1, edição 1980. Arquivo Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=178691_02&pasta=ano%20189&pesq=>. Acesso em: 31 jan. 2017.

³²⁰ JORNAL DIÁRIO DE NOTÍCIAS, Rio de Janeiro, 24 jul.1890, p.1 edição 1855. Arquivo Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=369365&pasta=ano%20189&pesq=>>. Acesso em: 28 jan. 2017.

³²¹ DOMINGUES, op. cit., p.251-281.

batalhões, que regressavam de exercício [...] A autoridade local continua detendo apenas Anacleto, por constar ser ele capoeira”³²². A nota se faz pensar se o homem que em 24 de julho encontrava-se como representante de um clube republicano era, o que menos de um mês depois, estava detido por ser capoeira. Porém, outras notícias deixam acreditar ser a mesma pessoa. Tudo coincide com a feroz perseguição movida aos capoeiras no início da república, no caso relatado não importava ao capoeira ser um fiel republicano. Afinal, o novo regime já estava instalado e era preciso eliminar os vestígios das maltas que mostraram o seu poder e valentia durante a vigência da monarquia que precisava ser esquecida.

Ana Flavia Magalhães Pinto lembra: “Uma vez instaurada a república, o interesse dos jornais pelas ações dos homens de cor republicanos, assim organizados já não era nem mesmo o de quando se batiam contra a Guarda Negra e o governo monárquico”³²³. Realmente, as notícias que aparecem na imprensa sobre o clube são curtas como convocatórias para reuniões e comparecimento em comemorações de caráter cívico.

Em 10 de janeiro de 1892, o Sr. Anacleto de Freitas, que convivia com autoridades da república e por ela se bateu, via novamente o seu nome exposto como arruaceiro em artigo do jornal *O Tempo*, que assim começava:

Parece que felizmente o caso do 1º distrito do Sacramento ficou solvido na noite do dia 6, sem a efusão de sangue e sem maior conflagração dos elementos etíopes, mestiços lusitanos e turcos, postos em movimento, há bastante dias, com perturbação da vida familiar do quarteirão e do tráfego regular do comércio, pelos Srs. Anacleto de Freitas, Carlos Silva, Antonio Pires e Felipe José³²⁴.

Dias depois, o mesmo jornal noticiava: que o Sr. Anacleto metido em outra confusão estando bêbado e armado de um sabre: “ao ser preso intitulou-se praça de um batalhão e resistiu tenazmente o que de nada lhe valeu, pois rodou para o

³²² JORNAL DIÁRIO DE NOTÍCIAS, Rio de Janeiro, 21 ago.1890, p.2, edição 1855. Arquivo Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Disponível em: < <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=369365&pasta=ano%20188&pesq=> >. Acesso em: 28 jan. 2017.

³²³ PINTO, Ana Flavia Magalhães. Club Republicano dos Homens de Cor: uma face da participação política negra no pós - abolição (1889-1893) p.11. In: XXVII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - ANPHU, julho 2013. Disponível em: <http://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1364834113_ARQUIVO_Anpuh2013 >. Acesso em: 20 jan. 2017.

³²⁴ JORNAL O TEMPO, Rio de Janeiro, 10 jan. 1892, p.1, edição 229. Arquivo Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Disponível em: < <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=218731&PagFis=909&Pesq=> >. Acesso em: 28 jan. 2017.

xadrez”³²⁵ . O que se pode depreender dos relatos é que provavelmente a entidade estava perdendo prestígio como seu presidente.

Em 22 de abril de 1892 a capital da república festejava, com todas as pompas e honras, o centenário de Tiradentes içado à categoria de herói nacional pelo novo regime político. Um representante do clube, lá estava, segundo matéria da *Gazeta da Tarde* sob o título: “**Centenário de Tiradentes** – À noite realizou-se[...] a sessão magna em homenagem a Tiradentes. Presidia a sessão o Sr. Sampaio Ferraz. Oraram [...] e Deocleciano Marty. Foi enorme a concurrencia, (sic) tendo comparecido o marechal Floriano Peixoto” ³²⁶ . Aqui chama atenção o retorno de Deocleciano Marty às manchetes, embora o jornal não o vinculasse ao clube. Na falta de maiores evidências, aventa-se a hipótese do Sr. Anacleto de Freitas não estar comparecendo às reuniões de caráter oficial por suas sucessivas prisões.

Petrônio Domingues, analisando a trajetória política do **Clube Republicano dos Homens de Cor**, diz: “Nos anos de 1891 e 1892 tem-se poucas informações sobre a agremiação. Talvez ela tenha se desestruturado paulatinamente.”³²⁷ . É o que parece ter ocorrido, embora, no dia 18 de novembro de 1893, o jornal *O Tempo* tenha noticiado uma homenagem ao Sr. Anacleto: “O **Club Republicano dos Homens de Cor** resolveu oferecer uma homenagem ao seu digno presidente, cidadão Anacleto de Freitas uma lapiseira de ouro em regozijo pela data de 15 de novembro”³²⁸. Aparentemente, há conflito entre essa notícia e a que segue abaixo em data anterior a essa homenagem. Mais uma vez tem-se que trabalhar com hipóteses para tentar dar sentido ao contraditório. A homenagem pode ter sido um desagravo e um reconhecimento a Anacleto de Freitas que, em setembro de 1893, rompeu com o governo da república, publicando um **Manifesto** no jornal *O Tempo*, como segue:

Em consequência da péssima orientação política que têm mostrado nestes últimos tempos aqueles a quem está confiado o destino da minha pátria, vejo-me forçado a retirar-me à vida privada, entristecido pelo estado lastimoso a que chegou este país. Outrossim declaro que retiro todo o apoio que até aqui

³²⁵ JORNAL O TEMPO, Rio de Janeiro, 22 jan. 1892, p.1, edição 241. Arquivo Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Disponível em: < <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=218731&PagFis=909&Pesq=> >. Acesso em: 26 jan. 2017.

³²⁶ JORNAL GAZETA DA TARDE, Rio de Janeiro, 22 abr. 1892, p.2, edição 112. Arquivo Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Disponível em: < <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=226688&pasta=ano%20189&pesq=> >. Acesso em: 31 jan. 2017.

³²⁷ DOMINGUES, op. cit., p.7.

³²⁸ JORNAL O TEMPO, Rio de Janeiro, 18 nov. 1893, p.2, edição 985 Arquivo Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=218731&pasta=ano%20189&pesq=>>. Acesso em: 31 jan. 2017.

patrioticamente tenho prestado aos Srs. Marechal Floriano Peixoto, vice-presidente da república e tenente coronel- Valladares, prefeito municipal³²⁹.

Ana Flavia Magalhães Pinto, a respeito da nota, assim diz: “As razões exatas desse desgosto ainda me faltam, mas, pelo jeito, Anacleto não comungou do jacobinismo de Deocleciano Marty em sua defesa do general Floriano[...] mais a falta de Silva Jardim seu possível apoiador reduziram as suas possibilidades de uma participação legitimada”³³⁰. Às questões acima colocadas pode-se acrescentar: as atitudes de confronto do Sr. Anacleto que podem ter sido ocasionadas pela falta de espaço político durante o governo de Floriano Peixoto, desembocando em repetidas prisões. Faz sentido pensar também que o Sr. Anacleto era próximo de Silva Jardim, que apesar de querer fortalecer o republicanismo com a defesa da indenização para os ex-proprietários, foi abolicionista convicto e criticava o desamparo a que foram relegados os libertos no pós 13 de maio. Mas Jardim decepcionado com o recém-implantado regime republicano e por não ter sido eleito membro da constituinte partiu para a Europa onde morreu em trágico acidente em 1891³³¹, deixando assim, Anacleto à própria sorte, sem apoio de seu líder.

A ligação de alguns libertos com Silva Jardim parece estranha, em uma primeira análise, devido à ambiguidade com que lidava com abolicionismo e republicanismo muitas vezes usando o primeiro para favorecer o segundo. Em seus inflamados discursos quando se via atacado por negros monarquistas pertencentes à **Guarda Negra**, dizia que eram manipulados pelas elites fiéis à monarquia. Lembrava que sempre defendera a liberdade para escravos, tendo sido advogado de muitos deles. Como prova de amizade aos negros afirmava ter seu nome inscrito “nas pedras do Quilombo de Jabaquara” e aqueles que contra ele insurgiam-se eram ingratos.³³²

Heitor Lyra, ao falar de Silva Jardim na cidade de Leopoldina, critica o que no seu entender, eram atitudes demagógicas do propagandista republicano ao chamar para o palco de uma de suas conferências dois negros republicanos. O episódio é

³²⁹ JORNAL O TEMPO, Rio de Janeiro 2 set. 1893, p.3, edição 914. Arquivo Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=218731&PagFis=909&Pesq=acess>>. Acesso em: 29 jan. 2017.

³³⁰ PINTO, Ana Flavia Magalhães. Club Republicano dos Homens de Cor: uma face da participação política negra no pós - abolição (1889-1893) p.12. In: XXVII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - ANPUH, julho 2013. Disponível em: <http://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1364834113_ARQUIVO_Anpuh2013>. Acesso em: 20 jan. 2017.

³³¹ FERNANDES, Maria Fernanda Lombardi. **A Esperança e o Desencanto – Silva Jardim e a República**. São Paulo: Humanitas, 2008. p. 249.

³³² Ibid., p 250- 251.

assim relatado: “[...] chamando para junto de si [...] o Jacobino que se intitulava professor de latim, e o Martola, mulato esperto e saliente[...]”³³³. As poucas linhas já denotam como era difícil para o negro assumir posição política ao lado dos líderes brancos. Segundo Lyra, o negro Jacobino talvez estivesse “inventando” ser professor enquanto o Martola era “esperto”, ser inteligente era coisa de branco, e “saliente” certamente por querer estar ombro a ombro na defesa da república com Silva Jardim.

As atitudes demagógicas do propagandista Silva Jardim continuam, como Lyra relata, durante uma viagem: “[...]deixou o carro de 1ª classe e foi para o de 2ª, para conversar com os pretos recentemente libertados e atordoados pelo gozo da liberdade. Empolgou-os a todos[...] desmanchando assim o boato caviloso que espalhavam de que a república revogaria a lei da liberdade.”³³⁴ Aí também se revela o lugar, que segundo as elites, o negro deveria ocupar: a segunda classe – até mesmo por não estarem ainda preparados para viverem como cidadãos livres.

Ser negro e republicano era na época estar totalmente desencaixado com a nova ordem política e social desenhada para o país dentro dos ideais republicanos de modernidade e progresso. Os negros republicanos eram vistos pelos monarquistas como os filhos ingratos à princesa que tinha lhes concedido o precioso bem da liberdade. À propaganda republicana, o apoio dos negros não deixava de ser interessante até mesmo para fazer calar as notícias de uma provável volta da escravidão, porém o grande apoio desejado e alcançado era o dos proprietários de terras. E aí pode-se afirmar que esse apoio aconteceu muito mais pela incompetência da monarquia em gerir uma crise institucional, do que pelo sucesso da campanha republicana.

Ao serem discutidas as representações dos libertos em relação à república, também se analisa até onde lhes era possível estar na batalha da propaganda republicana ou no apoio à monarquia. A figura de André Rebouças que, apesar de fazer parte de uma ínfima parte de descendentes de escravos com condição financeira e educacional que o fazia ser aceito nos salões da “boa sociedade” gozando de convívio fraterno com o imperador e sua família, talvez seja o exemplo do que era permitido a um negro ou descendente.

³³³ LYRA, Heitor. **História da Queda do Império**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1964. p.271

³³⁴ *Ibid.*, p.271.

Celia Marinho de Azevedo recolhe alguns episódios de vida do engenheiro em que foi discriminado por ser mulato. Certa feita, em viagem de trabalho à Paraíba, passou à noite alojado perto do engenho, porque o dono da fazenda não permitiu que dormisse sob o mesmo teto que ele. São vários os episódios relatados pela autora e dentre eles um dos mais conhecidos, é aquele em que Rebouças, sendo preterido ao tirar uma dama para dançar, teve a honra de ser convidado pela princesa Isabel.³³⁵

Ao reportar-se a esses episódios, Marinho fala da “imagem” do escravo o que pode ser comparado a “lugar” no contexto das lutas políticas do final dos oitocentos. Rebouças tinha o lugar de “protegido” da família imperial. Procurava abrir as portas, que lhe eram muitas vezes fechadas, pelo seu talento, cultura e boas maneiras. Era grato ao imperador, sendo um fiel escudeiro da monarquia. Incorporou e reproduziu o abolicionismo dos brancos sem conexão com a questão racial, embora tenha tido preocupações sociais aventando a possibilidade de distribuição de terras entre os libertos e não admitindo a abolição condicionada à indenização aos proprietários de escravos. Afirma suas preocupações, com uma frase que tristemente tem um grande valor de atualidade: “A extinção da escravidão elevou o problema da abolição da miséria ao primeiro plano”³³⁶.

No entanto, a maioria dos libertos não frequentaria os salões como o fez Rebouças; a eles estava reservado o lugar dos fundos da casa de onde podiam ouvir os ecos das conversas e decisões dos brancos. Para chegar a frequentar a sala seria uma longa trajetória e mesmo assim somente destinada àqueles que tivessem talentos especiais. Ser um abolicionista sem chamar atenção para a questão racial era um lugar mais confortável, e por isso, de melhor assimilação para o nosso ilustrado abolicionismo. No entanto, há outra figura que ocupou um lugar menos confortável.

Luiz Gama, teve uma trajetória de vida bastante diferente de Rebouças. Foi vendido como escravo pelo próprio pai perdendo contato com a mãe. Conseguiu a liberdade por via judicial; tentou frequentar a faculdade de direito sendo preterido pela cor; e mesmo assim, como rábula conseguiu libertar muitos escravos. O que mais distinguiu Gama dos outros, foi o fato de seu abolicionismo ter uma íntima conexão com suas matrizes africanas. Gama não queria ser um negro no mundo dos brancos:

³³⁵AZEVEDO, Celia Marinho de. **Abolicionismo: Estados Unidos e Brasil, uma história comparada: século XIX**. 1ª ed. São Paulo: Annablume, 2003. p. 163.

³³⁶ REBOUÇAS, André. A Abolição da miséria. **Revista de Engenharia**, n. 10. Rio de Janeiro, 1888. Cf: SALLES, Ricardo. **Nostalgia Imperial: escravidão e formação da identidade nacional no Brasil do Segundo Reinado**. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Ponteio, 2013. p.161.

ele queria um mundo para negros e brancos e para tal não fez concessões. Para homens como Gama, as portas dos salões tinham que ser abertas porque assim queriam e mereciam. Em seu discurso, a sublevação da raça negra era legítima como ato de defesa. Sua pregação destoava de outros abolicionistas ao afirmar a ancestralidade africana. Como republicano teve problemas com o partido por não dissociar abolição sem concessões e república. Rebouças como engenheiro construiu grandes e importantes obras, mas Luiz Gama como advogado: “insistia em construir as pontes intelectuais até então inexistentes entre o mundo europeizado dos abolicionistas e o mundo afro-brasileiro”³³⁷. Morreu sem ver o desfecho das duas grandes causas pelas quais lutou.

O abolicionismo de cunho radical defendido por Gama não vingou, sendo triunfante o projeto reformista abraçado por Rebouças, mas que não conseguiu deter a crise da instituição monárquica há tempos desenhada. Não havia nos círculos do poder da monarquia pessoas suficientes para lutar por um terceiro reinado³³⁸. A luta mais expressiva veio por meio da **Guarda Negra** com um perfil de opção política e de linha de ação totalmente diferente do **Clube Republicano dos Homens de Cor**. Para esse último não se encontra significativos registros de ações violentas de rua, embora Petrônio Domingues faça alusão a um confronto entre participantes do **Clube** e da **Guarda Negra** nas comemorações do centenário da revolução francesa em 14 de julho de 1889. O que é plausível já que o confronto se espalhou pelas ruas da cidade envolvendo monarquistas e republicanos.³³⁹

Ao se analisar as manifestações políticas de libertos no pós 13 de maio é necessário refletir sobre o novo redirecionamento das forças políticas que aconteceram no curto espaço de tempo entre a abolição e a proclamação da república. O embate agora era entre monarquistas e republicanos. A liberdade já estava alcançada. O importante nesse momento era discutir qual regime político seria mais favorável para o exercício dessa liberdade. Antigos monarquistas, principalmente os ex-proprietários de escravos, por força da lei de 13 de maio bandeavam-se para as forças republicanas já fortalecidas pelo apoio de parte de uma jovem oficialidade do

³³⁷ AZEVEDO, Célia Marinho de. **Abolicionismo: Estados Unidos e Brasil, uma história comparada (século XIX)** 1ª Ed. São Paulo: Annablume. p.142.

³³⁸ SALLES, Ricardo. **Nostalgia Imperial: escravidão e formação da identidade nacional no Brasil do Segundo Reinado**. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Ponteio, 2013. p.p.156- 157.

³³⁹ DOMINGUES, Petrônio. Cidadania por um fio: o associativismo negro no Rio de Janeiro (1888-1890). **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 34, nº 67,2014. p. 251-281. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/rbh/v34n67/a12v34n67.pdf>>. Acesso em: 10 fev. 2017.

exército. É nesse hiato da história que vai surgir a mais polêmica organização de libertos, **A Guarda Negra da Redentora**.

Para essa organização, as fontes que estão à disposição dos pesquisadores são os periódicos que eram os principais formadores da opinião pública. No entanto, ao trabalhar com esse tipo de fonte é preciso esclarecer que as notícias e opiniões emitidas estavam matizadas pelas compreensíveis paixões políticas, tanto por parte daqueles que defendiam a Guarda Negra quanto por parte daqueles que lhe eram contrários. Praticamente, a voz de seus integrantes não se fez ouvir. Ao trabalhar com opiniões de uma época, as dificuldades não são poucas. Os depoimentos, via de regra, estão impregnados da visão de mundo de seus autores e da falta do necessário distanciamento no tempo, que abranda os envolvimento emocionais e os comprometimentos pessoais daqueles que vivenciaram determinadas situações.

Humberto Machado analisa a atuação da imprensa do Rio de Janeiro durante a campanha abolicionista e informa que: “o código criminal regulamentava o uso indevido da imprensa”³⁴⁰. Apesar dessa regulamentação, os jornais abolicionistas usavam uma linguagem extremamente virulenta dirigida aos que queriam a manutenção do cativo. Essa linguagem também foi usada por uma imprensa de caráter republicano que fazia contundentes críticas ao imperador. Humberto Fernandes Machado tira como conclusão a esse respeito:

Percebe-se, portanto, que não havia uma censura oficial que impedisse o desempenho da imprensa abolicionista. Pode-se vincular essa atitude à preocupação do governo em evitar grandes atritos com os transmissores das notícias, atuantes nos jornais e integrantes de uma intelectualidade desejosa de reformas, mas que repudiava quaisquer rupturas traumáticas.³⁴¹

Diante do que foi enunciado, pode-se imaginar porque uma organização, formada por libertos que iam às ruas dispostos a pegar em armas para embaraçar a propaganda republicana que ameaçava a possibilidade de um terceiro reinado, possa ter sido vista como perigo concreto de ruptura da paz social tão prezada pelas elites. Enquanto, o **Clube Republicano dos Homens de Cor** fez parte de préstitos e reuniões em datas comemoradas pelos republicanos, a Guarda estava nas ruas não para comemorar, mas sim para atacar aqueles que pensavam em instalar uma ordem política contrária à possibilidade de um terceiro reinado.

³⁴⁰ MACHADO, Humberto Fernandes. In: **Entre a monarquia e a república: imprensa, pensamento político e historiografia** (1822 –1889) (Orgs), LESSA, Mônica Leite; FONSECA, Sílvia Carla Pereira de Brito. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2008. p.248.

³⁴¹ Ibid., p.257.

Em sua breve e turbulenta existência, de 1888 a 1889, a Guarda frequentou os jornais da capital da corte, ficando no meio de uma verdadeira batalha de apoios e ataques. Ainda hoje, a historiografia apresenta versões diferentes sobre a Guarda, por não terem registros de sua criação reconhecidos juridicamente como instituição, como lembra Augusto de Oliveira Mattos: “é provável que as ações da Guarda fossem uma forma de busca de legitimidade, já que legalmente não há registro da mesma enquanto grupo institucionalizado, ao menos no Arquivo Geral da cidade do Rio de Janeiro.”³⁴²

Talvez por isso mesmo enquanto para o contexto da época, as fontes falam com relativa facilidade a respeito da **Guarda Negra**, elas se fecham em termos de documentação oficial e aparecem em notícias e artigos de jornais. Na discussão historiográfica sobre a organização, existem contradições sobre data de criação, líderes e locais de reunião muito provavelmente pela falta dessa documentação.

A observação desse verdadeiro caleidoscópio cheio de matizes e imprecisões, caminho desta pesquisa, faz-se, mais uma vez, nas ponderações de Machado: “a imprensa não está isenta em relação aos acontecimentos. Inserida como um agente político, pode produzir estratégias que agem com alto grau de mobilização e, através de suas matérias, criar mecanismos que podem contribuir para o estabelecimento de novas realidades”³⁴³. Tem razão o historiador ao falar da “criação de novas realidades”. Durante sua curta existência, a Guarda teve poucos adeptos e muitos críticos, grande parte da imprensa do Rio de Janeiro a demonizou e assim era vista pela maioria das pessoas.

Maria Lucia de Rangel Ricci tem uma versão sobre a criação da Guarda que merece ser transcrita, pois entra em contradição com algumas outras: “Organizada no Rio de Janeiro, a **28 de setembro de 1888**, foi criada e inspirada por José do Patrocínio, tendo como presidente honorário o Conselheiro João Alfredo de Oliveira, permanecendo em franca atividade até a proclamação da república”³⁴⁴. Na data apontada pela autora, João Alfredo, era presidente do conselho de ministros, e o fato dele ser indicado como presidente honorário da agremiação, segundo Maria Lucia,

³⁴² MATTOS, Augusto Oliveira. **A proteção multifacetada: as ações da Guarda Negra da Redemptora no ocaso do Império (1888-1889)**. 2006. p.80. Dissertação (Mestrado em História). Universidade de Brasília, Brasília. Disponível em < <https://www.google.com.br/search?q=Augusto+de+Oliveira+Mattos+dissertação+e+mestrado&oq=>>. Acesso em 25/02/2017.

³⁴³ MACHADO, op. cit., p. 118.

³⁴⁴ RICCI, Maria Lucia Souza Rangel de. **Guarda Negra: perfil de uma sociedade em crise**. Campinas, São Paulo: Câmara Brasileira do Livro, 1990. p.84.

indica uma íntima conexão entre a Guarda e o governo imperial, reforçada pela notícia abaixo que fala dos cumprimentos recebidos por ocasião de seu aniversário:

[...]uma das demonstrações que mais devem ter penhorado, é com certeza a da Guarda Negra, extensa associação formada pela raça que se emancipou a 13 de maio e que deu seu coração à Izabel a Redentora. À noite, incorporada em um préstito que enchia cinco bondes da Companhia de Botafogo, em um dos quais ia a banda de musica do 10º batalhão de infantaria e do corpo militar de policia, a Guarda Negra dirigiu-se à casa do Sr. Presidente do Conselho e aí pela voz de seu distintíssimo chefe, o Sr. Clarindo Alves externou os seus sentimentos de gratidão.³⁴⁵

No relato do prestigioso acontecimento, pode-se inferir que a Guarda mantinha boas relações com o corpo militar de polícia e com o presidente do conselho de ministros, o Sr. João Alfredo, tendo sido recebida em sua residência. No mesmo dia, o *Jornal do Comercio* que tinha um perfil conservador e segundo Machado era “o principal veículo de informação das elites econômicas, vinculadas ao comércio e à lavoura cafeeira, e dos membros da administração pública”³⁴⁶, abre espaço para falar das homenagens prestadas ao presidente do conselho de ministros referindo-se de maneira respeitosa à associação, como a seguir:

[...] Ali, recebida pelo Sr. conselheiro e grande número de amigos, foi por ela oferecido a S. Ex.um rico ramo de flores artificiais, orando nessa ocasião o associado Clarindo Alves, [...] O Sr. conselheiro disse que agradecia a espontaneidade da manifestação e desejava que a Guarda Negra se aumentasse consideravelmente, mas sempre para garantia das instituições, de S.M. o imperador que é um compêndio de virtudes e de S, A, a princesa Imperial que é um anjo para os brasileiros.³⁴⁷

Os dois jornais que atendiam a públicos diferenciados faziam relatos muito parecidos, mostrando que a entidade tinha uma certa intimidade com o poder e dele recebia palavras de incentivo. Ao que se questiona: seria a Guarda aceita pelo ministro conservador por estar disposta a defender a monarquia garantindo-lhe a continuidade

³⁴⁵JORNAL CIDADE DO RIO, Rio de Janeiro, 13 Dez. 1888, p.1, edição 280. Arquivo Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Disponível em: <<<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=085669&pasta=ano%20188&pesq=Guarda%20Negra>>. Acesso em: 7 jan. 2017.

³⁴⁶ MACHADO, Humberto Fernandes. In: **Entre a monarquia e a república: imprensa, pensamento político e historiografia (1822 –1889)**. (Orgs). LESSA, Mônica Leite; FONSECA, Sílvia Carla Pereira de Brito. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 2008. p. 129.

³⁴⁷ JORNAL DO COMÉRCIO, Rio de Janeiro, 13 dez. 1888, p.2, edição 347. Arquivo Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=364568_07&pasta=ano%20188&pesq=>. Acesso em: 14 jan. 2017.

na figura da princesa Isabel? Ou era mais do que isso, constituía-se em um braço armado do ministério?

A presença da **Guarda Negra** no aniversário do chefe do conselho de ministros teve ampla repercussão e Silva Jardim em sua Carta ao País e ao Partido Republicano não perdeu a oportunidade para ligar o governo imperial à associação de libertos.

[...] publicou-se a existência nessa cidade, de uma corporação adversária dos republicanos, chamada a Guarda Negra; e depois do aniversário natalício do Sr. presidente do conselho, em que ele recebendo os cumprimentos dessa associação disse-lhe desejar que ela se desenvolvesse [...] para garantia das instituições, e defesa do Sr. D. Pedro II e da Sra. Princesa Isabel, foi que se deu o primeiro conflito”.³⁴⁸

O primeiro conflito a que se refere Silva Jardim será analisado mais adiante. O propagandista em todo o seu manifesto faz parecer que o governo imperial urdia uma articulada campanha de boatos entre os libertos para que eles se colocassem contra a propaganda republicana, assim dizendo:

[...] toda esta guerrilha de traição à propaganda republicana e à lavoura tinha um órgão nesta cidade, inspirado pelo ministério pseudo libertador o primeiro ministro fomentava-a nas províncias, inspirando uma série de intrigas, muito estúpidas, mas capazes de produzir impressão em cérebros quase incultos.³⁴⁹

Os libertos eram colocados como seres altamente manipuláveis que absorviam, por força da falta de cultura, as mentiras plantadas contra a propaganda republicana. A seguir vem o detalhamento dos boatos:

Que os fazendeiros republicanos queriam reescravizar os libertos; que a quem trabalhasse para trabalhador republicano a Sra. D. Isabel reescravizaria por sete anos; que os libertos não deviam trabalhar, por que a terra dos fazendeiros iam ser divididas por eles, e a princesa ia mandar-lhes duzentos mil réis a cada um; e em alguns lugares por onde andei diziam que o Jardim queria matar a princesa.³⁵⁰

Com esse discurso o propagandista defendia a si e ao seu partido de possíveis acusações, e ao mesmo tempo atacava o ministério que segundo ele era o responsável pelo clima de intrigas que invadia o país.

Voltando às versões sobre a formação da Guarda, continua-se com Maria Lucia de Rangel Ricci que dá mais detalhes sobre a sua criação ao dizer que ela “funcionava

³⁴⁸ JARDIM Silva, Carta Política ao *Paiz* e ao Partido Republicano. **Jornal O Paiz**, 6 de janeiro de 1889. p.7. Disponível em: <<http://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/185607/000059467.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 14 jan. 2017.

³⁴⁹ *Ibid.*, p.8.

³⁵⁰ *Ibid.*, p.7- 8.

na Rua da Carioca, nº 77, contando com cerca de 300 participantes e que logo depois transferiu-se para a rua Senhor dos Passos, nº 165, onde foi fundada a Sociedade Beneficente Isabel, a Redentora, mais tarde instalada à rua Larga de São Joaquim.”³⁵¹ Ainda, Ricci, especulando sobre a criação da organização diz: “Era chefiada por José do Patrocínio, e no *Jornal Cidade do Rio* (por ele dirigido) do dia 10 de julho de 1889, lê-se que nasceu na casa de Emílio Rouède”³⁵², respaldando assim, a data apontada por Patrocínio.

– Segundo José do Patrocínio, a agremiação teria sido criada no dia **9 de julho de 1888** em casa de Emilio Rouède, conforme noticiou em seu *Jornal Cidade do Rio*: Crônica de Ontem:

Ontem à noite [...] os pretos libertos Hygino, Manoel Antonio, Jason, Aprígio, Gaspar e Theócrita reuniram-se em casa de Emilio Rouède, o infatigável abolicionista de todas as tiranias, de todos os preconceitos, de todas as ingratidões e acordaram fundar uma associação que com o título de Guarda Negra da Redentora, se dedicasse de corpo e alma e em todos os terrenos à defesa do reinado da excelsa senhora que os fez cidadãos³⁵³.

A notícia veiculada por Patrocínio, não menciona que o fato tenha acontecido na sede do *Jornal Cidade do Rio* como é mencionado por alguns autores. Outro aspecto a ressaltar é a menção aos “pretos libertos” que estavam na casa de Emilio Rouède, um francês que veio para o Brasil e, portanto, branco. Essa observação abre espaço para indagações: Rouède era somente um apoiador ou fazia parte da organização? Apesar da presença predominante de negros também havia a participação de brancos na Guarda? A notícia segue assim:

Esses homens agradecidos tomaram as seguintes deliberações que o meu amigo Rouède me facilita, pedindo ao mesmo tempo as publique e coadjuve a realização de tão belo pensamento. Como nunca neguei nada a esse bom amigo, acedo gostosamente a seu pedido.

Ficou assentado:

1º Criar uma associação, com o fim de opor resistência material a qualquer movimento revolucionário que hostilize a instituição que acabou de libertar o país.

2º Só poderem fazer parte como seus sócios ativos, os libertos que se comprometerem a obedecer aos mandatos de uma diretoria eleita por maioria absoluta [...]

4ª Pedir à Confederação Abolicionista o seu apoio, para que esta sociedade se ramifique por todo o império[...]

³⁵¹ RICCI, op., cit. p.84.

³⁵² Ibid., p.84.

³⁵³ JORNAL CIDADE DO RIO, Rio de Janeiro, 9 jul. 1888, p.2, edição 152. Arquivo Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=085669&PagFis=899&Pesq=guarda%20negra>>. Acesso em: 7 jan. 2017.

6º e último. Aconselhar por todos os meios possíveis os libertos do interior que só trabalhem nas fazendas daqueles que não juraram guerrear o terceiro reinado.³⁵⁴

No que ficou assentado, chama atenção a ideia de que a organização tivesse se espalhado por todo o Brasil. Em todo o país não se pode dizer, mas que chegou a outros lugares, pode ser observado em Wlamyra R. de Albuquerque, ao dizer: “A articulação da Guarda Negra na Bahia demonstrava [...] o propósito de espalhar-se, e não só pelo interior da província do Rio de Janeiro”³⁵⁵. A mesma autora ao referir-se a lideranças políticas da Bahia no pós-abolição assim diz: “Silva Marques arregimentava libertos para compor a Guarda Negra na Bahia”³⁵⁶. As palavras da historiadora e as intenções do artigo 4º do estatuto da organização são plenamente confirmadas pelo editorial, do *Jornal da Bahia*, e pelo *Diário do Povo* que trazia o título: “**A Guarda Negra**- Ontem depois que os republicanos fizeram o seu grande meeting [...] uma malta de capadócios em cuja frente se achava o celebre Macaco Beleza agrediam e insultavam os que voltavam do meeting havendo gritos de morte aos republicanos”.³⁵⁷ O editorial referia-se a conflitos entre monarquistas e republicanos alguns dias antes da chegada de Silva Jardim para fazer campanha republicana na capital da província baiana e o título não deixa dúvidas da existência da Guarda Negra baiana, embora não se tenha clareza do grau de conexões que ela mantinha com a do Rio de Janeiro.

Quanto ao conselho dos libertos, no artigo 6º, não trabalhem para os republicanos, segundo boatos, havia reações mais graves do que a recusa do trabalho, como de estarem dispostos a pegar em armas contra os opositores da monarquia³⁵⁸. O jornal *Diário de Notícias*, do dia 19 de abril de 1889, cujo redator-chefe nessa época era Rui Barbosa, talvez o principal opositor da **Guarda Negra**, e

³⁵⁴ Ibid., p.2.

³⁵⁵ ALBUQUERQUE, Wlamyra R. de. **O jogo da dissimulação- Abolição e cidadania negra no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009. p.77.

³⁵⁶ Ibid., p.145.

³⁵⁷ JORNAL DIARIO DO POVO, Bahia, 15 de junho de 1889, p,1, edição 035. Arquivo Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=765910&pasta=ano%20188&pesq=acesso>>. Acesso em: 9 jan. 2017. ALBUQUERQUE, op. cit., p.153. Macaco Beleza referido na matéria tinha como nome de batismo Manoel Benício dos Passos, tido pelos republicanos como um gatuno e desordeiro e acusado de chefiar um grupo de negros defensores da monarquia que formavam a Guarda Negra.

³⁵⁸GOMES Flavio Santos dos; DOMINGUES Petrônio Marcelo. *Raça, pós-emancipação, cidadania e modernidade no Brasil: questões e debates*. In: **Da nitidez e invisibilidade: legados do pós-emancipação no Brasil**. Belo Horizonte: Editora Fino Trato, 2013. p.308.

que a vinculava diretamente ao trono, relatava uma ação da organização no interior da província fluminense sob o título:

Viva a Rainha! [...] Telegramas de Campos e do Patrocínio anunciam que uma demonstração republicana, perfeitamente legítima[...]foi alvo de um atentado[...]Massa enorme de policiais e libertos invadiu o edifício onde se celebrava pacificamente um banquete democrático.[...] disparou tiros, arremessou garrafas, tentou incendiar o prédio, violentou, espancou[...] tudo ao fragor de viva à polícia, viva à rainha[...].³⁵⁹

A matéria segue comparando o episódio à “noite das garrafadas”, na crise do governo de D. Pedro I, no tom repleto de parcialidade comum à imprensa da época, porém com uma observação que viria a ser concretizada ao dizer: “Cada um desses assaltos criminosos à propaganda republicana, é um triunfo para a república”³⁶⁰. No dia seguinte, o jornalista volta à carga denunciando os conflitos em Lage de Muriaé, entre libertos e republicanos, no artigo: “Trono e Mazorca -[...]O cidadão Antonio Pereira, ferido por um tiro, foi, ainda em cima, submetido à prisão, subjugado a um tronco, torturado no decurso da noite durante a qual se ouviram gritos lancinantes”³⁶¹. Nessa passagem, o relato carregado de minúcias parece ter sido escrito com sangue, tal a capacidade do jornalista em descrever os horrores pelo qual passou o Sr. Antonio Pereira. O texto continua: “O tribuno popular [...] evitou o assassinio, com que o ameaçavam a força e os libertos, sob a direção do comandante do destacamento, deixando o arraial, cujos pontos de saída estavam guarnecidos pelos malfeitores e pela polícia, disfarçado em operário rural”³⁶². Para Rui Barbosa, a polícia e os libertos estavam mancomunados em uma operação bem articulada e violenta. Caso o “tribuno popular” seja o mesmo Sr. Antonio Pereira que fora torturado e preso durante a noite fica uma certa perplexidade ante a sua capacidade de negociação para a fuga depois de uma noite de torturas. O articulista assim termina o artigo devastador:

Que diremos nós de um regime, que organiza guardas pretorianas contra as instituições liberais, e entrega os direitos populares à escopeta dos bandidos? Não será afugentar para a república todos os espíritos liberais e todos os conservadores esclarecidos, aliando o trono à mazorca?³⁶³

³⁵⁹ JORNAL DIÁRIO DE NOTÍCIAS, Rio de Janeiro, 19 abr. 1889, p.1 edição 1405. Arquivo Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=369365&pasta=ano%20188&pesq=>>. Acesso em: 8 jan. 2017.

³⁶⁰ Ibid., p.1.

³⁶¹ JORNAL DIÁRIO DE NOTÍCIAS, Rio de Janeiro, 20 abr. 1889, p.1 edição 1406. Arquivo Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=369365&pasta=ano%20188&pesq=>>. Acesso em: 8 jan. 2017.

³⁶² Ibid., p.1.

³⁶³ Ibid., p.1.

Nessa parte do artigo, Rui Barbosa usa toda sua argúcia política ao acusar a monarquia de armar uma milícia de negros, denominada “guarda pretoriana”, formada por nada menos que “bandidos”. Esse tipo de mensagem era extremamente eficiente, cristalizava a ideia de que o governo se valia do uso da bandidagem para prejudicar a propaganda republicana constituída por pessoas pacíficas e honestas que tão somente defendiam seus ideais políticos. O argumento de manutenção da “paz social” deixava a Guarda ser vista como braço político do gabinete conservador de João Alfredo que aceitava a desestabilização da ordem pública.

De todo esse imbróglio anunciado pelo jornal, cumpre esclarecer que Nilo Peçanha estava em Lage do Muriaé fazendo campanha republicana e sofreu ligeiras escoriações dispensando o exame médico. Nessa ocasião o propagandista declarou: “[...] o conflito de Lage do Muriaé, como todos os que têm havido, são provocados por ordem superior com o fim de abafar a propaganda republicana[...].”³⁶⁴ Mais uma vez fica demonstrada a bem-sucedida estratégia dos adeptos da república de vincular ações violentas ao trono e ir assim minar a popularidade da monarquia enfraquecendo suas bases de apoio.

Os artigos editados acima mostram como a propaganda contra as ações da Guarda foi relevante, colocando-a como uma milícia projetada pelo governo, que se aproveitava da ignorância dos libertos para espalhar terror contra a propaganda republicana estimulando o ódio racial de negros contra brancos. Esse tipo de discurso foi extremamente eficiente ajudando a fragilizar mais ainda a já combalida monarquia e atraindo simpatias à causa republicana.

Patrocínio defendia incansavelmente a organização dos ataques da imprensa. No dia 31 de outubro de 1888, transcreveu trecho da matéria publicado no jornal *A Província de S. Paulo* que dizia: “[...]o governo no intuito de assegurar o trono à princesa, instituiu um corpo de capangas, aliciou capoeiras e batizou essa legião com o título de A Guarda da Regência”.³⁶⁵ Patrocínio rebateu dizendo: “[...] essa sociedade defensiva não foi, porém, criada pelo governo, mas sim pelo coração. É composta exclusivamente de libertos – são os 13 de maio organizados em exército [...]A guarda da regência não conta no seu número um assalariado[...] os homens que a

³⁶⁴op. cit., p.1. 19 abr. 1889.

³⁶⁵ JORNAL CIDADE DO RIO, Rio de Janeiro, 31 out. 1888, p.1, edição 245. Arquivo Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Disponível em: < <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=369365&pasta=ano%20188&pesq=>>. Acesso em: 19 fev. 2017.

compõem[...] vieram da escravidão”³⁶⁶. Aqui Patrocínio além de reafirmar a lealdade da organização à princesa, descarta uma possível ligação da Guarda com o governo exaltando a espontaneidade de suas ações. Além disso, o jornalista afirma que a organização era composta somente por libertos sinalizando, segundo ele, que não havia brancos entre seus componentes.

Polêmica em suas ações, polêmica em suas origens, essa organização ainda traz muitas perguntas e sua criação é vista por vários outros historiadores com algumas discrepâncias: – Flavio dos Santos Gomes afirma, a respeito da origem da Guarda: “Criada alguns meses depois da abolição, mais precisamente em **setembro de 1888**, a Guarda Negra seria alvo constante de críticas e fonte de inúmeras controvérsias”³⁶⁷. O autor relaciona a criação da organização aos festejos da Lei do Ventre Livre e das homenagens prestadas à princesa Isabel, porém, prudentemente, enfatiza que pouco se sabe sobre sua origem e a que grupo ela estaria ligada. Amparado em Rebecca Bergstresser, afirma que em final de **setembro de 1888**: “ocorre um encontro na redação do *Jornal Cidade do Rio* do qual, entre outros, participam João Clapp, José do Patrocínio e representantes da Liga dos Homens de Cor e da recém-criada Guarda Negra. Esse encontro assinala e oficializa a Guarda Negra”³⁶⁸.

O mesmo autor confirma as imprecisões de dados que marcam a existência da **Guarda Negra** pela historiografia ao citar Paulo José Pires Brandão que nega sua existência, como pode ser observado em:

[...] Na verdade a Guarda Negra nunca existiu, foi uma fantasia nascida da eloquência de um dos muitos discursos de Patrocínio. O negro humilde e ignorante não podia compreender o gesto da princesa dando-lhe liberdade; ao contrário tinha vergonha de sua cor e ocultava a condição de ter sido escravo.³⁶⁹

Segundo Brandão, o negro não era capaz de se ver como tal e não podia entender o 13 de maio por um viés político. O autor corrobora a imagem do liberto

³⁶⁶ Ibid., p.1.

³⁶⁷GOMES Flavio Santos dos. “*No meio das águas turvas*”: raça, cidadania e mobilização política na cidade do Rio de Janeiro (1888-1889) In: GOMES Flavio; DOMINGUES, Petrônio (Orgs.). **EXPERIÊNCIAS DA EMANCIPAÇÃO: Biografias, instituições e movimentos sociais no pós-abolição (1890-1980)**. São Paulo: Editora Selo Negro, 2011. p.17.

³⁶⁸ BÉRGSTRESSER, Rebecca B. **The Movement for the Abolition of Slavery in Rio de Janeiro, Brasil, 1880-1889**. Palo Alto: Stanford University Press, 1973, p.177, GOMES; DOMINGUES. 2013, p.18.

³⁶⁹ BRANDÃO, Paulo José Pires. **A princesa Isabel, a Redentora**. Rio de Janeiro: Tipografia do Patronato, 1946, p.22, apud GOMES; DOMINGUES. 2013, p.25.

como um “tonto” incapaz de pensar algo além da liberdade. Essa foi uma visão predominante em nossa historiografia durante longo período.

Enquanto, Ricci e Gomes apontam a data de **28 de setembro** para a fundação da Guarda Negra, outros autores trabalham com a data de **9 de julho** que é a mesma apontada por Patrocínio.

Carlos Eugênio Líbano Soares ao especular sobre a origem da guarda diz: “Reza a tradição que a fundação da Guarda Negra teria se dado na redação do *Cidade do Rio* na data comemorativa da Lei do Ventre Livre, quando esta completava 17 anos”,³⁷⁰ mas completa: “de acordo com o que levantamos até agora, a primeira menção à Guarda Negra foi registrada em **julho de 1888**, sob a batuta do abolicionista Emílio Roudé, e quando ainda se festejava a decretação da Lei Áurea”³⁷¹. Uma vez mais a data de **julho de 1888** é referendada. O historiador, que faz um alentado estudo sobre a participação política dos capoeiras, vincula diretamente a Guarda também como uma expressão política dos capoeiras. Da íntima ligação que as maltas tinham principalmente com o Partido Conservador na década de setenta e quando a monarquia se viu ameaçada pela campanha republicana e por toda sorte de críticas, até mesmo de monarquistas que não viam com bons olhos o gabinete conservador de João Alfredo, nada mais natural que capoeiras encontrassem na **Guarda Negra** uma forma de defender a ordem política já conhecida.

Soares ainda chama atenção para o fato de que a **Guarda Negra** não foi somente o fruto de uma mobilização de libertos em defesa da princesa Isabel, nascida pelo entusiasmo e gratidão pela abolição. Esse aspecto existia e foi essencial, porém as raízes da organização remontam à década de setenta quando: “[...] os capoeiras dominavam as ruas intimidando rivais[...]protegendo escravos fugidos[...] desafiando a ordem policial com suas maltas (quadrilhas) gozando de proteção de seus patronos políticos, para garantir sua escapada das celas”³⁷². Um outro aspecto a respeito da Guarda levantado por Soares é ela ter sido “a primeira instituição que utiliza o termo negro no sentido positivo e político da palavra”³⁷³. Na sociedade imperial, em que ser

³⁷⁰ SOARES. **A Negregada Instituição: os capoeiras na Corte imperial**. Rio de Janeiro: editora Access, 1999. p.257.

³⁷¹ Ibid., p. 257.

³⁷² SOARES, Carlos Eugênio Líbano. A Guarda Negra: a capoeira no palco da política. **Textos do Brasil**. Brasília: Ministério das Relações Exteriores, n.14, p.49. 2008. Disponível em: <<http://dc.itamaraty.gov.br/imagens-e-textos/revista-textos-do-brasil/portugues/revista14-mat6.pdf>>. Acesso em: 22 jan. 2017.

³⁷³ Ibid., p. 50.

negro era estar submetido à condição de escravo sem vontade própria e poder de ação, uma organização que se autodenominava “negra” afrontava o discurso até mesmo dos abolicionistas que tentavam a todo custo desracializar toda e qualquer questão que envolvesse o negro. Não é à toa que a Guarda tenha atraído para si tantos inimigos. A sua ousadia foi grande ao romper com o paradigma do “negro vitimizado” e sem capacidade de luta. As reações apareciam nas páginas de jornais.

No *Diário de Notícias*, Rui Barbosa, em mais um de seus laudatórios artigos, demonstra sua indignação contra o governo que permitia e estimulava uma organização que cindia o país em uma guerra de negros contra brancos, ao referir-se a um distúrbio provocado pela Guarda em Santo Antônio de Pádua sob o sugestivo título:³⁷⁴ “**A Coroa e a guerra de raças -[...] os telegramas de ontem elevam o número de libertos amotinados a oitocentos e atestam que as ameaças antes dirigidas aos republicanos, compreendem agora sem distinção de partidos[...] todos os brancos**”. Fica evidente a intenção de Rui Barbosa em colocar a Guarda como uma ameaça a todos os brancos e assim ela era vista por muitos. O fantasma do “ódio racial” representado pela **Guarda Negra** foi plantado e cultivado pelo jornalista e teve abundância de colheita pelas reportagens de grande parte da imprensa, deixando a população temerosa de uma “guerra das raças”.

Humberto Machado, ao referir-se às origens da Guarda, diz: “A primeira matéria a respeito da **Guarda Negra** apareceu no *Cidade do Rio*, em **6 de junho de 1888**, através de um convite da ‘Liga dos Homens de Cor’, para que os homens negros fizessem sua inscrição. Ela se apresentava de uma maneira vaga como defensora dos interesses dos libertos”³⁷⁵. O autor ainda faz novamente referência ao jornal de Patrocínio, de **julho de 1888**, que anuncia a criação da associação com suas diretrizes e estatuto. Para o historiador, a organização “constituída por negros e mulatos[...] no fundo, era um reflexo da insatisfação dos grupos marginalizados pela estrutura de poder contra a posição discriminadora das elites e do movimento republicano”³⁷⁶. Além da discriminação generalizada, havia os insistentes boatos de “reescravização”

³⁷⁴JORNAL DIÁRIO DE NOTÍCIAS, Rio de Janeiro, 24 abr. 1889, p.1, edição 1410. Arquivo Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=811793&pasta=ano%20188&pesq>>. Acesso em: 12 fev. 2017.

³⁷⁵ MACHADO, Humberto Fernandes. Abolição e Cidadania: A Guarda Negra da Redentora no Rio de Janeiro **Passagens. Revista Internacional de História Política e Cultura Jurídica**, vol. 5, núm. 3, set. - dez. 2013, p.515. Disponível em: <[www. Históriaufff.br/revista-passagens/artigos](http://www.Históriaufff.br/revista-passagens/artigos)>. Acesso em: 12 fev. 2017.

³⁷⁶ MACHADO, op. cit., p.50.

com a chegada da república. Esses boatos, plantados ou não pelas hostes monarquistas, colocavam o futuro dos libertos no centro de uma contenda política que muitas vezes os usava como moeda de troca para manterem-se no poder político ou a ele galgarem.

Vários outros autores que pesquisam o assunto como: Clícea Maria Augusto de Miranda³⁷⁷, Augusto Oliveira Mattos³⁷⁸ concordam que a Guarda foi criada em **julho de 1888**, existindo quase uma unanimidade em apontar as lacunas e imprecisões existentes sobre o tema.

Se ainda hoje a Guarda Negra traz uma gama de imprecisões e polêmicas, pode-se imaginar as controvérsias da época para tão singular organização composta por libertos. As dúvidas marcam a história da organização e as polêmicas geradas a respeito dela são evidenciadas nos artigos de Rui Barbosa e José do Patrocínio. Ambos eram abolicionistas, porém, Rui era um monarquista que aderiu à república às vésperas de sua proclamação, e Patrocínio, abdicando de suas convicções republicanas, tomava posições em defesa da monarquia por entender que naquele momento ela tinha maiores possibilidades de efetivar a abolição do cativo, como de fato ocorreu em 13 de maio de 1888. Mas alguns episódios foram pretexto para um verdadeiro duelo verbal entre Rui e Patrocínio.

Ainda sobre o ataque da **Guarda Negra** aos republicanos no interior da província fluminense, Rui Barbosa se pronunciou no *Diário de Notícias*: “cada um dos seus movimentos, no interior, tem sido um crime, e todos eles perpetrados sob o nome da sereníssima princesa, como tributo de gratidão às suas virtudes, como aviso aos adversários do princípio que sua alteza representa.”³⁷⁹

No mesmo dia em que Rui Barbosa dizia que a **Guarda Negra** praticava crimes em nome da princesa imperial, Patrocínio publicava correspondência vinda do Ceará

³⁷⁷ MIRANDA, Clícea Maria Augusto de. Memórias e Histórias da Guarda Negra: verso e reverso de uma combativa organização de libertos. .In: **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH** • São Paulo, julho 2011, p.1. Disponível em: < http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1307970600_ARQUIVO_ApresentacaoClicea_ANPUH2011.pdf>. Acesso em 02/01/2017.

³⁷⁸MATTOS, Augusto Oliveira. **A proteção multifacetada: as ações da Guarda Negra da Redemptora no ocaso do Império (1888-1889)**. 2006. p.81. Dissertação (Mestrado em História). Universidade de Brasília, Brasília. Disponível em < <https://www.google.com.br/search?q=Augusto+de+Oliveira+Mattos+dissertação+e+mestrado&oq=>>>. Acesso em 25/02/2017.

³⁷⁹JORNAL DIÁRIO DE NOTÍCIAS, Rio de Janeiro, 20 abr. 1889, p.1, edição 1406. Arquivo Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Disponível em: < <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=369365&pasta=ano%20188&pesq=acesso> >. Acesso em: 12 jan. 2017.

– que abolira a escravidão em 1884 – justificando as ações da Guarda da Redentora nos seguintes termos:

O negreirismo despeitado tem levantado alto brado pelo aparecimento da Guarda Negra[...] Que posição devem tomar os libertos diante dos ataques brutais à monarquia que cortou-lhes as cordas do pescoço? O ex escravo sabe do que lhe está reservado, caso vença a república negreira. Tem toda a razão em empunhar as armas e defender a monarquia de inimigos covardes e pequeninos.³⁸⁰

A expressão “república negreira” era usada como referência aos que queriam indenização para os antigos proprietários que gostariam, no entender um tanto maldoso de Patrocínio, da volta à ordem escravista. Segundo a matéria era a monarquia que seria abrigo seguro para os libertos.

O *Diário de Notícias*, tendo como redator chefe Rui Barbosa, e o *Jornal Cidade do Rio*, cujo proprietário era José do Patrocínio, transformaram-se em verdadeiras fortalezas de onde eram desferidos os mais violentos ataques e as mais apaixonadas e não menos violentas defesas. No meio dessa artilharia estava a Guarda Negra.

Ainda no dia 20 de abril de 1889, quando as notícias do ataque aos republicanos no interior da província fluminense eram exploradas ao máximo por Rui Barbosa, o *Jornal Gazeta de Notícias* publicava a intenção do imperador em fazer uma revisão dos processos de ex-escravos para que pudessem ser perdoados de crimes cometidos, mesmo não sendo merecedores de tal benefício: “aqueles que tenham revelado perversidade tal que os tornem indignos dessa graça imperial complementar da lei de 13 de maio, que extinguiu a escravidão no Brasil”³⁸¹. O *Jornal Gazeta de Notícias* não teceu comentários sobre essa intenção do imperador ao passo que o *Jornal Cidade do Rio*, além de veicular a notícia, abriu espaço para derramar-se em elogios à iniciativa imperial como: “Para coroar a obra imortal do ministério que conseguiu realizar o fato mais importante da história contemporânea, fazia-se mister que o Sr. D. Pedro II mais uma vez viesse afirmar o seu elevado tino político, o seu nunca desmentido patriotismo, a sua extraordinária abnegação”³⁸². Completando o

³⁸⁰ JORNAL CIDADE DO RIO, Rio de Janeiro, 20 abr. 1889, p.3, edição 088. Arquivo Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Disponível em: < <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=085669&pasta=ano%20188&pesq=>>. Acesso em: 12 fev. 2017.

³⁸¹ JORNAL GAZETA DE NOTÍCIAS, Rio de Janeiro, 20 de abril de 1889, p.1 edição 110. Arquivo Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Disponível em: < http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=103730_02&pasta=ano%20188&pesq=>. Acesso em: 14 fev. 2017.

³⁸²JORNAL CIDADE DO RIO. op. cit., p. 1.

comentário, o jornalista diz que a Confederação Abolicionista iria formar um comissão para cumprimentar o imperador.

Rui Barbosa manifestava-se contra o perdão, como fica demonstrado no artigo de título: “**Clemencia Imperial** –[...]Fala-se em restituição de equidade às vítimas do cativo, e não se quer senão perpetuar, após a extinção dele a impressão dos seus ressentimentos ameaçando os ex- senhores com a desforra dos libertos”³⁸³. Outro ponto de discordância entre os dois jornalistas. Rui Barbosa mais uma vez apelava para o “perigo negro”. Para ele, caso os libertos não fossem devidamente monitorados seriam perigosos à sociedade branca e civilizada. A reação de Patrocínio veio na forma da matéria intitulada:

O Ódio Togado – [...] Acha, porém, o Sr Ruy Barbosa que é sentimentalismo baixar a justiça do imperador até homens, que foram desde o berço condenados às galés; que foram pública e oficialmente declarados vítimas de um regime bárbaro, e um dia se revoltaram contra os seus algozes. Entretanto em todos os códigos se distinguem os criminosos forçados dos voluntários[...]³⁸⁴

Neste artigo, Patrocínio explica os crimes dos escravos como cometidos em legítima defesa aos maus-tratos dos senhores cruéis. Há de se notar que o jornalista usa esse tipo de argumentação com caráter humanitário e não como tese jurídica. As laudas escritas pelos dois articulistas são extremamente ricas em argumentações e ataques ferinos. Em vários textos de seu artigo, Patrocínio ofende seu oponente com ironia e palavras duras “[...] Os seus artigos são lúgubres como um tribunal de inquisidores[...] São recrutas para a guarda da rainha! Brada a sua doença mental [...] Agora, porém, o nosso antigo companheiro de lutas perdeu de todo o juízo e nos faz o efeito de um camaleão doido[...]”³⁸⁵. Como já foi dito anteriormente, a pena dos articulistas era usada como se fossem floretes sempre afiados para desferir duros golpes, porém, não mortais, visto que as réplicas eram constantes. Patrocínio simplesmente chama Rui de “louco” quando esse último fala em “guarda da rainha, que no caso era a **Guarda Negra** e o vê como um “camaleão” que se antes foi um denodado abolicionista agora voltava-se contra os libertos.

³⁸³ JORNAL CIDADE DO RIO, Rio de Janeiro, 29 abr. 1889, p.1, edição 1415. Arquivo Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Disponível em: < <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=369365&pasta=ano%20188&pesq>>. Acesso em: 15 fev. 2017.

³⁸⁴ JORNAL CIDADE DO RIO, Rio de Janeiro, 29 abr. 1889, p.1, edição 0094. Arquivo Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Disponível em: < <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=085669&pasta=ano%20188&pesq=>>. Acesso em: 17 fev. 2017.

³⁸⁵ Ibid., p.1.

O que se percebe dos debates e divergências políticas entre monarquistas e republicanos é que não havia somente a questão de se considerar o melhor regime político para o país. No meio, estava o destino dos libertos, mas isto era coisa a ser discutida entre os brancos, que certamente lhes apontariam o melhor caminho de vida com segurança e paz. No entanto, havia libertos que quiseram tomar nas mãos os seus destinos. Para os que resolveram tentar embarçar a propaganda republicana como a Guarda Negra, repleta de integrantes capoeiras, a situação ficava muito complicada quando nas páginas dos jornais apareciam frequentemente notícias como essa. “A capoeiragem andou anteontem ensaiando-se, fazendo tropelias de toda a espécie pelas ruas das freguesias do Espírito Santo e de Sant’Ana”³⁸⁶. Socialmente, a Guarda era vista como um bando de desordeiros, o que afetava em cheio a credibilidade de sua ação política.

Nas comemorações de um ano da abolição, todos os jornais foram unânimes em enaltecer a data, mas as opiniões divergiam em relação a quem merecia o crédito do grande feito. Enquanto Patrocínio, embora reconhecendo a luta dos abolicionistas entregasse o grande mérito à excelsa princesa, Rui deslocava a questão para a luta dos escravos no alcance da liberdade e das ações do glorioso exército nacional.

No dia 14 de maio de 1889, o *Jornal Cidade do Rio* apresentou extensa matéria sobre as homenagens oferecidas à família imperial no dia anterior. Dentre essas homenagens, foi transcrito o discurso do Sr. João Clapp, um dos líderes da Confederação Abolicionista, que era um preito de agradecimento pela abolição ao dizer que o imperador “[...] fizera mais do que Abraão, porquanto este sacrificou um filho, ao passo que esse imperador sacrificara à causa da abolição, não um filho, mas muito mais do que isso, a sua única e adorada filha”³⁸⁷. Aqui pai e filha são os grandes artífices da abolição chegando ao sacrifício pessoal em nome do fim do trabalho cativo.

No mesmo dia, o *Diário de Notícias* publica o **Dia Máximo** enaltecendo a data de 13 de maio, em que Rui Barbosa, pleno de argúcia política, e como já foi visto, retira do trono o crédito da abolição, transferindo-o para os próprios cativos “O escravo

³⁸⁶ JORNAL CIDADE DO RIO, Rio de Janeiro, 11 maio 1889, p.1, edição 1427. Arquivo Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=369365&pasta=ano%20188&pesq>>. Acesso em: 18 fev. 2017.

³⁸⁷ JORNAL CIDADE DO RIO, Rio de Janeiro, 14 maio 1889, p.1, edição 107. Arquivo Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=085669&pasta=ano%20188&pesq>>. Acesso em: 19 fev. 2017.

teve um papel autônomo na crise terminativa da escravidão. Ele constitui o fator dominante na obra da redenção de si mesmo”³⁸⁸. É difícil reconhecer Rui Barbosa dando ao escravo o papel de protagonista de sua liberdade, porém para retirar qualquer tipo de reconhecimento ao governo imperial, tudo valia. Mais adiante, o jornalista, que embora ainda pertencendo ao Partido Liberal, criticava com veemência o ministério conservador de João Alfredo e já fazia rasgados elogios ao exército, assim fala:

Foi o trono que convocou à postos o exército, para abrir na serranias de São Paulo a caçada aos cativos foragidos no seio protetor das matas. Mas a milícia brasileira[...] com a firmeza dos heroísmos tranquilos[...]interpôs gloriosamente na mais peremptória recusa uma barreira insuperável entre a coroa e a liberdade.³⁸⁹

Segundo Rui Barbosa, o exército brasileiro ao negar-se a capturar escravos fugidos foi juntamente com os ex-cativos, um dos grandes propulsores da abolição. Em seus artigos, o jornalista, com habilidade camaleônica, trabalha com verdades e meias verdades usando-as de maneira a convencer os leitores que, naquele momento, a monarquia estava falida e incapaz de ajudar a abolição.

Os dois jornalistas continuavam trocando farpas através da imprensa e Rui Barbosa referia-se à Guarda como criação do governo que teve seu batismo de sangue no dia da conferência republicana de Silva Jardim: “Esta invenção teve o seu berço na polícia, recebeu o enxoval do tesouro, a bênção do presidente do conselho e a santificação batismal da regência. Nasceu adulta no mal e sequiosa de sangue, em que banhou as suas primeiras armas, na capital do império, aos 30 de dezembro de 1888”³⁹⁰. Com fina ironia, Barbosa fala do “monstro parido pela monarquia” que matava sem dó nem piedade. Enquanto isso, Patrocínio atacava os republicanos:

Sangra-nos o coração ao ter de dar notícia dos acontecimentos que ontem ensanguentaram uma das ruas de nossa capital e inundaram outras de alarme[...]. Os modos como os republicanos de 14 de maio estão dirigindo a propaganda contra as instituições vigentes têm provocado em toda parte do país a maior indignação. Desnaturado o sagrado ideal da República, servem-

³⁸⁸ JORNAL DIÁRIO DE NOTÍCIAS, Rio de Janeiro, 13 maio de 1889, p.1, edição 1429. Arquivo Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=369365&pasta=ano%20188&pesq=>>>. Acesso em: 20 fev. 2017.

³⁸⁹ Ibid p.1.

³⁹⁰ JORNAL DIÁRIO DE NOTÍCIAS, Rio de Janeiro, 20 abr. 1889, p.1, edição 1406. Arquivo Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=369365&pasta=ano%20188&pesq=acesso>>. Acesso em: 21 jan. 2017.

se dele como a arma de vingança contra a monarquia, os que não queriam e não querem agora conformar-se com a igualdade de todos os brasileiros.³⁹¹

Assim, Patrocínio dava o troco responsabilizando os republicanos e insinuando que eles não tinham querido a abolição.

Enquanto, na busca de documentação para o **Clube Republicano dos Homens de Cor**, encontra-se somente chamados para reuniões e participação em homenagens e reuniões republicanas episódicas, a Guarda foi presença constante nas páginas dos jornais, sendo objeto de extensas matérias principalmente após o conflito entre republicanos e monarquistas de 30 de dezembro de 1888, na Sociedade Francesa de Ginástica. Carlos Eugênio Líbano Soares assim refere-se ao embate: “os membros da Guarda tentaram entrar à força onde Silva Jardim discursava. A seleta plateia de assistentes prontamente colocou-se para enfrentar a ‘corja de assassinos’. Cercados eles sabiam que a saída seria uma autêntica pancadaria. [...] A polícia foi totalmente omissa”³⁹². Esse é um relato quase consensual entre os autores que abordam o episódio. Porém, as interpretações que lhe foram dadas são as mais diversas.

O memorialista Medeiros e Albuquerque dá sua versão do fato com propriedade de ter sido um partícipe, mas com o natural comprometimento político de um republicano como também aconteceria com um monarquista em um ambiente de total polarização de opiniões. A maneira como Medeiros vê a criação da Guarda explica sua versão sobre o conflito. Para ele, a Guarda tinha sido ideia do chefe de polícia da corte, Coelho Bastos, que resolveu armar uma milícia de libertos, que se proclamavam gratos à princesa Isabel, para atacar republicanos com total conivência e incentivo da polícia.³⁹³ De início, houve uma estranheza em ver o nome de Coelho Bastos – famoso e temido “rapa-coco”, por mandar raspar a cabeça de escravos fugidos – como idealizador da organização. Como esse homem tão hostil aos cativos podia fazer aliança com os libertos? Afora o objetivo político de preservação da monarquia, existe um aspecto da biografia do “rapa-coco” que também pode explicar essa aproximação,

³⁹¹ JORNAL CIDADE DO RIO, Rio de Janeiro, 31 dez. 1888, p.1, edição 1406. Arquivo Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Disponível em: < <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=085669&pasta=ano%20188&pesq>>. Acesso em: 22 fev. 2017.

³⁹² SOARES. A Guarda Negra: a capoeira no palco da política. **Textos do Brasil**. Brasília: Ministério das Relações Exteriores, n.14, p.4. 2008. Disponível em: < <http://dc.itamaraty.gov.br/imagens-e-textos/revista-textos-do-brasil/portugues/revista14-mat6.pdf> >. Acesso em: 15 fev. 2017.

³⁹³ ALBUQUERQUE. **Quando eu era vivo... Memórias - 1867 a 1934**. Porto Alegre: Edição da livraria do Globo, 2ª edição póstuma e definitiva, 1945. p.69.

proveniente de informações do Dicionário da escravidão negra no Brasil: [...] quando juiz de direito em Araruama, sendo possuidor de escravos[...] era conhecido como um dos melhores ‘senhores’ da região [...] Para despachar para o interior escravos fugidos dissimulava o embarque e disfarçava as algemas³⁹⁴. Ao que parece o Sr. Coelho Bastos agia de acordo com as circunstâncias. Na vida privada, era um senhor de bom trato chegando a ter uma rede de contatos para facilitar a transferência de escravos fugidos para o interior. Como chefe de polícia de um governo abertamente escravocrata como o de Cotegipe, mostrava serviço. Reitera-se aqui as ligações do Partido Conservador com a capoeiragem e tendo a Guarda entre seus componentes muitos capoeiras, a ligação do nome de Coelho Bastos com a organização não é de todo descabida.

Sobre o conflito, Medeiros diz que soube que a polícia estava organizando a Guarda para atacar o comício dos republicanos e publicou a ameaça no *Novidades*. E assim, prevenidos quase todos foram armados. O jornal, que tinha como redator chefe o republicano Alcindo Guanabara, deu guarida à denúncia de Medeiros, como segue: “**Polícia desordeira** – Consta que a nossa magnífica polícia, sempre zelosa pela ordem e segurança públicas, prepara para amanhã uma grande chinfrinada por ocasião da conferência que o Dr. Silva Jardim vai fazer na Sociedade Francesa de Ginástica”³⁹⁵. Era dada publicidade para um conflito previamente preparado pela polícia. Fica evidente que foi uma denúncia grave, mas que não causou nenhuma reação no setor policial e, segundo relato de Medeiros, a conivência da polícia com os libertos era inequívoca assim como o pleno conhecimento de suas ações:

Eu levava mesmo duas caixas de balas e um excelente Smith Wesson. No meio da conferência esta foi interrompida pela Guarda Negra. Fecharam-se as portas. Começou um tiroteio do clube contra os negros. Silva Jardim parou de falar mas ficou firme na tribuna [...] Felizmente a polícia não ousara armar os pretos com armas de fogo. Dera-lhes apenas cacetes e navalhas. O fogo que do clube se fez contra eles matou – e não podia deixar de matar muitos, cujos cadáveres a polícia escondeu.³⁹⁶

³⁹⁴ MOURA, Clóvis. **Dicionário da escravidão negra no Brasil**. Verbetes: rapa-coco. São Paulo: EDUSP - Editora da Universidade de São Paulo. 2004 p.343. Disponível em: < <http://books.google.com.br/books?id=6Zcz0flj91cC&pg=PA343&lpg=PA343&dq=Coelho+Bastos+chefe+de+policia+da+corte&source=bl&ots=-COyEE0PHg&sig=4ceVJeb> >. Acesso em: 15 fev. 2017.

³⁹⁵ JORNAL NOVIDADES, Rio de Janeiro, 29 dez. 1888, p.1, edição 279. Arquivo Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Disponível em: < <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=830321&pasta=ano%20188&pesq=acesso> >. Acesso em: 15 fev. 2017. O termo chinfrinada significa algazarra, bagunça.

³⁹⁶ ALBUQUERQUE, op. cit., p.69-70.

Em sua versão, o memorialista diz que a polícia da corte forneceu armas brancas para os negros, enquanto os republicanos já foram esperando a contenda portando armas de fogo e fazendo várias baixas entre os monarquistas. Aos jornais dos primeiros meses de 1889 não faltou assunto. O conflito envolvendo o propagandista Silva Jardim era a “cereja do bolo” para que os republicanos pudessem defenestrar a **Guarda Negra**, mas nem sempre revelando que havia republicanos que portavam armas de fogo como o fez Medeiros e Albuquerque em suas memórias dos acontecimentos.

O relato sobre o conflito de 30 de dezembro em virtude da conferência de Silva Jardim esteve nas primeiras páginas dos jornais cariocas, cada um com sua versão e interpretação dos fatos. O jornal *O Paiz* apresentou uma longa e minuciosa matéria em que constava os nomes das pessoas envolvidas, o tipo de ferimento, atendimento recebido por médicos e farmácias, o nome de pessoas presas e o relatório do chefe de polícia da capital da corte: “o Sr. Manoel José Espinola dirigido ao Sr. Antonio Ferreira Vianna, ministro da justiça”³⁹⁷. Em nenhum momento houve referência, como em outros periódicos, à **Guarda Negra** ou mesmo a negros promovendo ataques. Fica a impressão que o periódico, em que o Partido Republicano tinha uma coluna fixa, buscou certa imparcialidade na cobertura dos acontecimentos, se é que isso era possível naquele agitado fim de ano em que a campanha republicana se fazia cada vez mais presente e ostensiva.

Mas, no dia 06 de janeiro de 1889, o mesmo jornal parece voltar às críticas ao governo e aos libertos: “O sentimento despertado pelos[...] acontecimentos do dia 30 [...] é de indignação [...] fundada em indícios [...] de que tais atos foram praticados com prévia ciência da autoridade e de que seus inconscientes[...] autores gozam da confiança e do patrocínio do próprio governo”³⁹⁸. Embora não esteja nomeando expressamente a **Guarda Negra**, quando a matéria fala em “inconscientes autores”, a referência aos libertos está colocada assim como suas ligações com o governo de João Alfredo. A falta de consciência dos libertos e a manipulação do governo davam o tom dominante na imprensa carioca. O *Jornal Cidade do Rio*, de propriedade de

³⁹⁷ JORNAL O PAIZ, Rio de Janeiro, 31 dez. 1888, p. 1, edição 1546. Arquivo Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Disponível em: < http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=178691_01&PagFis=6318&Pesq=>. Acesso em: 20 fev. 2017.

³⁹⁸ JORNAL O PAIZ Rio de Janeiro 6 jan. 1889, p.1, edição 1552 Arquivo Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Disponível em: < http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=178691_01&pasta=ano%20188&pesq=_>. Acesso em: 21 fev. 2017.

Patrocínio, era o principal defensor da organização, ressaltando seu caráter de independência do governo, colocando-a no patamar de um partido político: “**A Intriga** – Os republicanos de 14 de maio estão deveras incomodados com a existência da Guarda Negra. Para impopularizar essa corporação, que é um partido político, tão legítimo como qualquer outro dizem [...] que ela tem por fim armar os negros contra os brancos”³⁹⁹.

Havia divergências de ideias políticas entre os libertos, o que fica nítido no jornal *A Pátria*, de São Paulo, que se intitulava como o “Órgão dos Homens de Cor” em matéria de conagração com os libertos republicanos do Rio de Janeiro. “Nós que ontem levantamos nossa voz contra a organização da então projetada **Guarda Negra** aqui na capital”.⁴⁰⁰ Os libertos republicanos paulistas rejeitavam a ideia de formação da organização monarquista, pois, eram favoráveis à mudança de regime político. A Guarda chegou em outras localidades, mas na capital da província de São Paulo ela não vingou.

Essa é uma pequena amostra da súbita “popularidade” da Guarda Negra na imprensa, mesmo que, quase sempre como alvo de declarações depreciativas associando-a ao governo de João Alfredo ao que Patrocínio enquanto pôde a defendeu. Em junho de 1889, cai o gabinete de João Alfredo que, se não transformou a Guarda em seu braço armado contra os republicanos e suas pretendidas indenizações pela libertação de cativos, no mínimo, fazia “vista grossa” a suas ações.

Em sequência, chega ao poder o último gabinete imperial, do liberal Ouro Preto, e já no dia 14 de julho de 1889, quando aconteceriam no Rio de Janeiro as comemorações pelos cem anos da revolução francesa, em que haveria, segundo o *Diário de Notícias*, uma passeata cívica do centenário na França dos Direitos do Homem [...]”⁴⁰¹ aconteceu um tumulto envolvendo republicanos e monarquistas, com a **Guarda Negra**, mais uma vez, marcando presença. A esse respeito Rui Barbosa pronunciou-se em artigo intitulado: “**Enxadas na Cova** – [...] Um depoimento, tomado à noite, na polícia, a um membro confesso da Guarda Negra, espalha a claridade mais reveladora sobre a origem dos conflitos, que tumultuaram ontem a capital do

³⁹⁹ JORNAL CIDADE DO RIO, Rio de Janeiro, 16 jan. 1889, p. 1, edição 013. Arquivo Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Disponível em: < <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=085669&PagFis=1463&Pesq=> >. Acesso em: 23 fev. 2017.

⁴⁰⁰ A PÁTRIA: Orgão dos Homens de Cor, São Paulo, 2 de Agosto de 1889, p.1 edição 2.

⁴⁰¹ JORNAL DIÁRIO DE NOTÍCIAS, Rio de Janeiro, 13 jul. 1889, p 1, edição 1489. Arquivo Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Disponível em: < <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=369365&PagFis=6010&Pesq=> >. Acesso em: 23 fev. 2017.

império[...]”⁴⁰². O jornalista via a Guarda como um agrupamento de criminosos ao falar em “membro confesso” responsabilizando-a pelos tumultos. Assim, continua o jornalista: “Ficou averiguada a sobrevivência desse núcleo criminoso de sedições ao ministério João Alfredo e a sua atividade nos acontecimentos de ontem[...] contra as nossas veleidades republicanas[...]”⁴⁰³. Neste trecho, o jornalista, como já o fizera em outras ocasiões, coloca o ex-presidente do conselho de ministros como articulador das ações do grupo de libertos que agia de maneira violenta contra as legítimas aspirações dos republicanos. Ao falar em “nossas veleidades republicanas”, Rui Barbosa já se posicionava como membro do partido republicano.

Cumprido notar que o jornalista não era dissidente isolado das hostes monarquistas. Segundo Heitor Lyra, o mesmo acontecia com políticos liberais e conservadores que viam o fim do regime monárquico como uma questão de tempo, embora nenhum deles tenha resolvido abrir mão de seu mandato, especialmente os senadores que eram escolhidos pelo imperador em uma lista tríplice ⁴⁰⁴. Assim, o império desmoronava corroído em suas próprias bases.

Ainda sobre as comemorações do dia 14 de julho, Patrocínio posicionou-se em seu *Jornal Cidade do Rio*, mas dessa vez admitindo que a Guarda ajudara a tumultuar os festejos. “Foi infelizmente perturbada a comemoração pacífica do Centenário da Emancipação Humana. Com grande dor de coração vimos, pelos depoimentos colhidos pela polícia, envolvida a responsabilidade da Guarda Negra no lamentável acontecimento”⁴⁰⁵. Aqui, Patrocínio e Rui, pela primeira vez, concordam em culpabilizar a organização pelos tumultos. Mais adiante pergunta, Patrocínio pergunta: “Não salta aos olhos que uma perigosa influência está desnaturando criminosamente os fins da instituição? [...] segue fazendo uma advertência [...] é necessário que todos os homens de cor mais instruídos se consagrem à propaganda humanitária de esclarecer a seus irmãos, a quem o cativo roubou a noção de vida social”⁴⁰⁶. No decorrer do artigo, o jornalista parece estar a repetir os argumentos de Rui Barbosa

⁴⁰² JORNAL DIÁRIO DE NOTÍCIAS, Rio de Janeiro, 15 jul. 1889, p 1, edição. 1491. Arquivo Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Disponível em: < <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=369365&PagFis=6002&Pesq=> >. Acesso em: 23 fev. 2017.

⁴⁰³ Ibid., p.1.

⁴⁰⁴ LYRA, Heitor. **História da Queda do Império Companhia**. São Paulo: Editora Nacional, 1964. p.333.

⁴⁰⁵ JORNAL CIDADE DO RIO, Rio de Janeiro, 15 jul. 1889, p. 1, edição 0156. Arquivo Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Disponível em: < <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=085669&pasta=ano%20188&pesq=> >. Acesso em: 23 fev. 2017.

⁴⁰⁶ Ibid., p.1.

colocando os libertos como seres incultos e, portanto, sem vontade própria e passíveis de manipulação. Patrocínio, por meio desses pronunciamentos, prudentemente, foi afastando-se da Guarda e se no dia 13 de maio de 1888 demonstrou de maneira entusiástica e apaixonada sua gratidão à “libertadora de uma raça”, quando veio o 15 de novembro de 1889, ele se autodenominou o “ Proclamador Civil da República”.

Na época do aludido conflito já tinha subido ao poder o liberal Ouro Preto que tentou administrar a crise do império, mas não conseguiu evitar sua queda. Hermes Vieira, em seu relato sobre os últimos momentos da monarquia, nos dá uma pista sobre as possíveis ligações entre a **Guarda Negra** e o governo ao transcrever o telegrama que, segundo ele, Ouro Preto teria passado para D. Pedro II quando este ainda se encontrava em Petrópolis.

Senhor: - Esta noite os 1º e o 9º regimento de cavalaria e o 2º batalhão de artilharia, a pretexto de que iam ser atacados pela Guarda Negra e de ter sido preso o marechal Deodoro, armaram-se e mandaram prevenir o chefe do quartel general de que viriam desagrar aquele marechal. O governo toma as providências necessárias para conter os insubordinados e fazer respeitar a lei. Acho-me no arsenal de marinha com os meus colegas da justiça e da marinha.⁴⁰⁷

A mensagem segue o tom de boato e uma imaginada resistência ao golpe por Ouro Preto, pois não houve nenhuma prisão de Deodoro – que se havia de ficar preso seria na cama devido ao seu estado de saúde – e nem a Guarda atacou quartel algum. O que chama atenção é a naturalidade com que Ouro Preto fala da Guarda. Realmente, eram boatos corriqueiros em um ambiente de conspiração como o que cercou a proclamação da república. Celso Castro fala dessa situação, mas sem nomear a **Guarda Negra**: “O major Sólon resolveu – ao que parece por conta própria, temendo que o governo abortasse o movimento – espalhar a notícia falsa de que o governo dera ordem de prender Deodoro e Benjamin e boatos de que a 2ª brigada seria atacada por forças do governo.⁴⁰⁸”. Segundo Castro, a notícia inverídica foi espalhada para apressar o desfecho da tomada do poder como de fato aconteceu.

O telegrama a D. Pedro II pode também dar margem a uma versão da Guarda levantada por Lília Moritz Schwarcz :

No governo liberal de Ouro Preto tomou impulso uma ideia já presente na época de João Alfredo que pretendeu criar uma força paralela ao exército para atuar como protetora da monarquia. A Guarda Negra nascera de uma ideia de André Rebouças e revela até que ponto os militares se opunham ao

⁴⁰⁷ VIEIRA, Hermes. **Ouro Preto – O homem e a época**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1949. p.374.

⁴⁰⁸ CASTRO Celso. **A Proclamação da República**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2000. p.70.

novos regimes que se montavam, embora uma das primeiras preocupações de seu idealizador fosse evitar o enfrentamento direto, devido à especificidade de sua composição – dizia-se que era formada pela ralé carioca e malta de capoeiras.⁴⁰⁹

Tudo isso está no plano do possível, porém o noticiário dos jornais de época, que são as principais fontes sobre a organização, apontam um silêncio para ações da Guarda durante o curto período do governo de Ouro Preto. André Rebouças é visto pela pesquisadora como idealizador da organização o que não foi visto em outros estudos. Como Rebouças era extremamente fiel ao imperador é uma hipótese viável.

Mais uma vez, pode-se confirmar que se a **Guarda Negra** durante sua curtíssima existência foi objeto de debates e visões diferenciadas sobre sua origem, intenções e composição, continua sendo também hoje, objeto de variadas versões na historiografia.

De todas as interpretações dadas para a inquieta, turbulenta e breve **Guarda Negra**, Carlos Eugênio Líbano Soares em sua cautelosa análise escapa de uma visão reducionista e contempla as possibilidades de sentidos para a controversa organização. Diz ele: “Concluimos desse episódio: [...] a existência de dois projetos de Guarda Negra[...] O primeiro que buscava a formação de uma agremiação organizadora, que tivesse capacidade de incorporar os interesses dos libertos [...] e transformá-los em força institucional”⁴¹⁰. Salienta-se que mesmo essa proposta não fazia com que a organização tivesse caráter assistencialista, como outras já mencionadas. O seu principal objetivo era se opor à campanha republicana e enaltecer a princesa Isabel como futura imperatriz do Brasil, como pode ser comprovado no manifesto de sua fundação: “Criar-se uma associação com o fim de opor resistência material a qualquer movimento revolucionário que hostilize a instituição que acabou de libertar o país”⁴¹¹.

Prossegue Soares em sua análise: “O segundo, que provavelmente foi o que vingou, do gabinete João Alfredo que procurava repetir a fórmula empregada por Rio Branco e Cotegipe contra o velho inimigo republicano e formar um braço armado

⁴⁰⁹ SCHWARCZ, L. M. *Dos males da dádiva: sobre as ambiguidades no processo da abolição brasileira*. In: **Quase cidadão: histórias e antropologias da pós emancipação no Brasil**. CUNHA, Olivia Maria Gomes da, GOMES Flavio. (Orgs.). Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007. p.44.

⁴¹⁰ SOARES. A Guarda Negra: a capoeira no palco da política. **Textos do Brasil**. Brasília: Ministério das Relações Exteriores, n.14, p.259. 2008. Disponível em: < <http://dc.itamaraty.gov.br/imagens-e-textos/revista-textos-do-brasil/portugues/revista14-mat6.pdf> >. Acesso em: 15 fev. 2017.

⁴¹¹ Ibid., p258.

clandestino que espalhasse o terror entre seus adversários”⁴¹². Aqui, o autor faz uma precisa associação entre a Guarda e as ações políticas dos capoeiras desde a década de setenta e admite ainda sua estreita ligação com o último gabinete conservador dizendo: “O projeto de João Alfredo foi aquele que se tornou vitorioso”⁴¹³. Embora admita o conluio entre o “gabinete de 13 de maio” e a Guarda, Carlos Eugênio Líbano Soares lembra que assim como os capoeiras da década de setenta que: “ao mesmo tempo que serviam como braço armado de interesses particulares ou do Estado, nos conflitos eleitorais, eles criavam outras incertezas para os grupos dirigentes”⁴¹⁴. É evidente que a Guarda não ficou sob o estrito controle do governo e que seguindo a tradição do “partido Capoeira” teve traços de autonomia que muitas vezes ultrapassou os limites desejados pela política dos partidos institucionalizados.

Na ordem imperial, a participação política dos libertos era tida como perigosa e como lembra Flavio Gomes: “O conflito racial e a participação dos libertos e da população negra e pobre em geral nos debates políticos assustavam sobremaneira os republicanos.”⁴¹⁵ Ao que se pode acrescentar que a classe política em geral tinha medo do que Rui Barbosa denominava de “guerra das raças”. Talvez, mais do que um conflito racial de grandes proporções, visto que, o exemplo do Haiti passava de geração a geração, havia o desejo das elites permanecerem como tal e que os libertos continuassem a serem vistos como ex-cativos, sempre em plano secundário na participação política e social.

Em verdade, não havendo mais escravos e senhores de escravos era necessário, como diz Challoub: “um reordenamento estrutural na política de dominação e nas relações de classe: [...] engendram-se os novos significados sociais gerais norteadores dos costumes sociais.”⁴¹⁶ Negros, mestiços e mesmo brancos pobres passam a fazer parte do que o historiador chama de: “classes pobres e perigosas.”⁴¹⁷ Inaugurava-se assim uma nova forma de exclusão social antes estabelecida pela escravidão. Dentre as permanências e continuidades da nossa

⁴¹² Ibid., p.260.

⁴¹³ Ibid., p.260.

⁴¹⁴ Ibid., p.261.

⁴¹⁵ GOMES, Flávio. *No meio das águas turvas: raça, cidadania e mobilização política na cidade do Rio de Janeiro – 1888-1889*. In: GOMES, Flávio, DOMINGUES, Petrônio. (Orgs.). **EXPERIÊNCIAS DA EMANCIPAÇÃO – biografias, instituições e movimentos sociais no pós-abolição (1890- 1980)**. São Paulo: Selo Negro Ed., 2011. p.33.

⁴¹⁶ CHALLOUB, Sidney. **Cidade Febril: cortiços e epidemias na corte imperial**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. p.184.

⁴¹⁷ Ibid., p.21.

história, apresenta-se essa forma de exclusão que se expressa no olhar de desconfiança e até medo quando cruza-se com um negro ou mestiço na rua com “ar de desocupado”. Essa forma de exclusão traduz-se na suspeição e materializa-se na ação policial.

Esta associação entre pobreza e perigo foi vista com preocupação pelos nobres deputados brasileiros no imediato pós-abolição pretendendo resolver o problema da ociosidade por meio de legislação própria. Com uma população em grande parte negra e mestiça livre do jugo senhorial, mas portadora dos vícios trazidos pela escravidão e pela própria natureza da raça, era preciso que o Estado controlasse essa força de trabalho evitando a vadiagem, segundo os parlamentares. O controle social, antes exercido pela iniciativa particular de cada senhor sobre suas propriedades, teria que ter outros agentes de execução.⁴¹⁸ Ao invés da aprovação de medidas de caráter social que possibilitassem a inserção do negro na sociedade dominada pelas elites brancas, a saída encontrada foi o controle da vadiagem via força policial.

Consumado o golpe republicano, o que restou à Guarda e aos capoeiras em geral foi uma feroz perseguição empreendida pelo novo chefe de polícia do Rio de Janeiro, Sampaio Ferraz, conhecido como “Cavanhaque de Aço”. O enrijecimento policial foi marcado por prisões individuais, não dando às maltas possibilidade de resistência ou fuga, sendo os capoeiras mais visados arbitrariamente embarcados à força para Fernando de Noronha.⁴¹⁹ A prisão de capoeiras passou a frequentar as páginas dos jornais:

Capoeiras – Entraram mais para a escola da paz e do trabalho os conhecidos capoeiras: Guilherme Augusto de Almeida, Augusto Soares de Andrade, vulgo “Tetéa” e José da Silva vulgo “Triste”. Do Estado do Rio de Janeiro deve ser remetido ao cidadão chefe de polícia desta capital o celeberrimo capoeira Diogo que ali foi capturado.⁴²⁰

Segundo a nota, a prisão levaria ao comportamento de paz e apreço ao trabalho sendo considerada uma medida saneadora. Cabe salientar que não havia nenhuma acusação aos presos além do fato de serem capoeiras com lógica peculiar de

⁴¹⁸ Ibid., p 24.

⁴¹⁹ SOARES. A Guarda Negra: a capoeira no palco da política. **Textos do Brasil**. Brasília: Ministério das Relações Exteriores, n.14, p.263. 2008. Disponível em: < <http://dc.itamaraty.gov.br/imagens-e-textos/revista-textos-do-brasil/portugues/revista14-mat6.pdf> >. Acesso em: 15 fev. 2017.

⁴²⁰ JORNAL DIÁRIO DE NOTÍCIAS, Rio de Janeiro, 29 dez.1889, p.2, edição 1658. Arquivo Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Disponível em:< <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=369365&pasta=ano%201889&pesq=acesso>>. Acesso em: 28 fev. 2017.

comportamento que escapava do mundo do trabalho livre a ser sedimentado pela nova ordem republicana.

Como referenciado anteriormente, Humberto Fernandes Machado toma “as vertentes teórico metodológicas [...] para o estudo do pensamento abolicionista – paternalismo e reformismo”⁴²¹. Essa lógica fica perfeitamente coadunada ao que Lilia Moritz Schwarcz pensa para a abolição com seus reflexos no período que a segue: “A abolição foi entendida e absorvida como uma dádiva [...] que merecia troco e devolução. Por isso mesmo, Isabel converteu-se em ‘A Redentora’ e o ato da abolição transformou-se em mérito de ‘dono único’ e não no processo coletivo de lutas e conquistas”⁴²². Nesse quebra-cabeça, as peças encaixam-se à perfeição: “paternalismo e dádiva” são faces da mesma moeda que quer de seus “beneficiários” nada menos do que gratidão de maneira a não quebrar os preceitos de paz estabelecidos, neste caso, pela mãe Isabel. Dos libertos era esperada, portanto, gratidão ao governo monárquico e com o advento da república, esperava-se uma adequação à nova ordem que incluísse, como critério de aceitação, estar inserido no mundo do trabalho.

Durante toda a campanha republicana, bastante acirrada no pós-abolição, muitos libertos tentaram interferir politicamente, ainda que dentro de um quadro assim definido por Chalhoub: “O cerne do conceito de precariedade estrutural da liberdade no Brasil oitocentista está na vigência de longa duração dos feitos e jeitos de interação social que tornavam amiúde incertas e porosas as fronteiras entre escravidão e liberdade”⁴²³. Essa “precariedade estrutural” era expressa por várias limitações como: falta de acesso à educação, exclusão da participação como eleitor nas disputas eleitorais, restrições governamentais para criação de associações de firmação étnico raciais e toda ideologia de superioridade racial do branco incentivada pelas necessidades do imperialismo europeu. Mesmo com todas essas barreiras, o **Clube Republicano dos Homens de Cor** e a **Guarda Negra** foram exemplos de

⁴²¹ MACHADO, Humberto Fernandes. Abolição e Cidadania: A Guarda Negra da Redentora no Rio de Janeiro **Passagens. Revista Internacional de História Política e Cultura Jurídica**, vol. 5, núm. 3, set. - dez. 2013, p.18. Disponível em: <www.Históriaufff.br/revista passagens/artigos >. Acesso em: 12 fev. 2017.

⁴²² SCHWARCZ, L. M. *Dos males da dádiva: sobre as ambiguidades no processo da abolição brasileira*. In: **Quase cidadão: histórias e antropologias da pós emancipação no Brasil**. CUNHA, Olivia Maria Gomes da, GOMES Flavio. (Orgs.). Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007. p.25.

⁴²³ CHALLOUB, Sidney. Precariedade estrutural: o problema da liberdade no Brasil escravista (século XIX). In: **Revista de História Social**, n. 19, 2010. p. 55. Disponível em: <http://www.ifch.unicamp.br/ojs/index.php/rhs/article/viewFile/315/271>. Acesso em: 28 fev. 2017.

organizações negras que tentavam interferir politicamente em relação ao movimento republicano com suas representações diametralmente opostas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A reflexão sobre a posição dos libertos da cidade do Rio de Janeiro frente ao movimento republicano possibilita que se trace um painel dos principais embates políticos que ocorriam no parlamento brasileiro com o fim da escravidão e a mudança de regime político para o país. A esse respeito, percebe-se que a abolição veio quase como consenso entre as elites políticas que acoçadas pelas fugas e revoltas de escravos, pelo movimento abolicionista e, sobretudo, pelo medo de perturbação da ordem pública que prejudicaria seus interesses de classe, uniram-se pela aprovação da extinção do cativo no país.

Em meados de 1888, liberais, conservadores e republicanos, estando entre eles escravocratas, abolicionistas e emancipacionistas, apoiaram o fim da escravidão. Término inevitável que não podia ser adiado. As discussões sobre indenização ou não aos proprietários e o futuro dos ex-cativos voltaram à pauta parlamentar permeada pela ambiguidade. Durante e após o processo da abolição, a elite política manobrou os argumentos, reservando para si o papel de protagonista da liberdade alcançada para os negros. Até mesmo denodados abolicionistas como Patrocínio, Nabuco e Rui Barbosa, cada qual a sua maneira, assumiram posições paternalistas em relação aos libertos.

Considera-se que o curto espaço de tempo compreendido entre o 13 de maio e 15 de novembro de 1889, quando ganhou fôlego a campanha republicana, já desembaraçada da campanha abolicionista que trouxe sérias divisões entre os republicanos, foi bastante significativo para que parte dos libertos começassem a repudiar a monarquia por não estar garantindo-lhes direitos básicos da cidadania. Em jornais da época, encontra-se evidências de insatisfação e reclamos, principalmente, por educação já vista pelos ex-cativos como passaporte para que seus filhos tivessem, em um futuro próximo, o pleno exercício da cidadania. Sendo assim, os republicanos habilmente souberam capitalizar, a seu favor, as precárias condições de vida dos libertos, mostrando a todo o país por meio da imprensa que o advento da república poderia mudar tal situação. Uma parte do exército conseguiu chamar para si a

responsabilidade da derrubada da monarquia usando todo e qualquer pretexto para mostrar os erros cometidos pelos últimos gabinetes monárquicos. Considera-se que mais do que apoiar os libertos o importante naquele momento era enfraquecer a monarquia.

Dessas duas grandes batalhas, percebe-se claramente que os escravos e depois libertos foram usados como moeda de troca para o alcance de interesses políticos e econômicos das elites. Nesse tipo de contenda, as elites queriam e conseguiam fazer o que até hoje é muito comum na prática política do país, isto é, as reformas acontecem ainda que sob pressão popular, como foi o caso da abolição, mas de tal maneira que as classes dirigentes passam a ser vistas como protagonistas, deixando ao povo o papel coadjuvante. A abolição veio em meio a festas e a república veio de maneira discreta e quase silenciosa, porém, em meio ao clima de paz social como preconizavam as elites políticas

Durante toda a pesquisa questiona-se como os libertos percebiam a campanha republicana. Em busca desta resposta, adentra-se pelo cotidiano dos ex-cativos da capital da corte brasileira e percebe-se inúmeras estratégias de sobrevivência frente à ordem social injusta e excludente. Os egressos da escravidão faziam parte da “arraia-miúda” que inundava a cidade e ruas com seu trabalho e formas de vida e moradia. O pós-abolição, passada a alegria dos festejos abolicionistas, trouxe para os libertos a luta para usufruir de maneira concreta os direitos de cidadania, o que se traduzia também em melhores condições de vida.

Na tentativa de aproximação dessas pessoas que formavam entre outras, as ditas classes populares, constata-se que a força e o poder do dinheiro davam à chamada “boa sociedade” um olhar de desdém e muitas vezes caridoso para os despossuídos de sorte, fortuna e boa ascendência social. Ser nobre no Brasil não era somente uma questão de origem, mas também e, sobretudo, uma questão de posses de acordo com a prática da venda de títulos de nobreza pelo Estado imperial. Muitos desses “novos nobres” conjugavam, perfeitamente, a defesa de ideias abolicionistas com a posse de escravos como um direito de propriedade, até que fosse extinta legalmente a escravidão no país.

Percebe-se também, que a geração da década de 1870 marcou uma nova postura das elites frente à escravidão, passando a defender que o progresso do país deveria vir assentado na força do trabalho assalariado, sendo, portanto, incompatível

com o cativo. Mas esses homens ilustrados na Europa e muitos deles tendo aderido ao republicanismo tinham também um abolicionismo encharcado de paternalismo, o que por via de consequência, reservou aos ex-escravos o papel de recebedores da graça da liberdade. Nessa linha de raciocínio, reformismo, dádiva e paternalismo conduziram todo o processo abolicionista com suas previsíveis consequências aos libertos. Da abolição só receberam a liberdade.

Para as elites, sendo livres, os ex-cativos deviam prontamente adequarem-se à nova posição na sociedade, procurando por meio do trabalho ter vida própria e independente, portanto, sem causar embaraços à sociedade. Fica evidente que nem sempre isso aconteceu, e se durante a vigência da escravidão havia o medo de uma rebelião escrava de largas proporções, e mesmo de possíveis vinganças pessoais de cativos em relação a seus senhores, no pós-abolição, o liberto também era visto pela sociedade livre, como um possível desestabilizador da ordem e suspeito de vadiagem caso não tivesse ocupação fixa. O exame do período pós-abolição permite que se perceba que a construção da imagem do negro na sociedade brasileira por meio do olhar branco, nada mais é do que uma projeção nascida do medo mantida no silêncio e mantenedora de privilégios reservados aos brancos.

A análise do noticiário de jornais que circulavam no Rio de Janeiro permitiu que se alcançasse a importância da imprensa como formadora de opinião com os acalorados debates que versavam sobre a transição para o trabalho livre e a mudança de regime político. Os jornalistas viam-se e não deixavam de ser os principais norteadores das posições assumidas pela sociedade em relação à abolição e à república, informando-a e opinando sem nenhuma neutralidade sobre as contradições e ambiguidades que eram próprios dos discursos parlamentares. É forçoso reconhecer que o alto grau de analfabetismo, atingindo de maneira muito acentuada os libertos, causasse-lhes dificuldades para uma apreensão mais clara do cenário político. No entanto, essa dificuldade não fazia dos ex-cativos pessoas incapazes de pensar o cenário social e político em que viviam. Porém, as ações de escravos e libertos sempre estiveram dentro de um quadro de condições adversas, o que limitava o seu arco de influência. Não se deve usar lentes de aumento no afã de emprestar ao negro no final do século XIX, um protagonismo político, que certamente foi limitado por suas duras condições de vida.

Habitados à luta diária pela sobrevivência, tentavam afirmar-se como grupo criando sociedades de ajuda mútua, apesar das dificuldades de reconhecimento pelo Conselho de Estado. A historiografia e os jornais consultados mostram que um segmento de negros livres passou praticamente toda a segunda metade do século XIX a desafiar a ordem pública, afirmando-se nos valores da negritude e em sua destreza pessoal. Eram os capoeiras, que aliados a partidos políticos, interferiam nos processos eleitorais que aconteciam na capital do império. A lógica das maltas de capoeiras não ficava necessária e exclusivamente subordinada aos interesses das agremiações partidárias, contrariando assim o que o senso comum tem como “paus mandados”. As maltas de capoeiras agiam de acordo com seus interesses, dependendo da conjuntura política. Em suma, os capoeiras tinham uma percepção daquilo que mais lhe favorecia. Reflete-se terem sido eles o embrião de uma participação política mais efetiva que aconteceu no gargalo histórico da abolição do cativeiro e da implantação da república.

É evidenciado durante a pesquisa que o medo de uma reescravização acompanhou os libertos antes e após o 13 de maio. No imediato pós-abolição, circulavam boatos de possível volta à escravidão caso houvesse mudança do regime político, o que, sem dúvida nenhuma, levou muitos libertos a rejeitarem a ideia de um cenário político desconhecido. Por mais que se possa querer inovar em premissas ainda não aventadas, fica impossível negar o apreço que grande parte dos negros tinha por D. Pedro II e com sua imagem de “pai protetor”.

No decorrer da pesquisa nota-se que o associativismo negro é mais estudado na cidade de São Paulo no início do período republicano. No Rio de Janeiro, para as últimas décadas do século XIX, encontram-se poucas informações, com relatos de formação de algumas entidades de fundo assistencialista. Mesmo sendo o Rio de Janeiro, do momento estudado, caixa de ressonância dos debates políticos que tomavam conta do país, não há muitas referências sobre congregações formadas por libertos que tivessem como objetivo maior interferir a favor ou contra a mudança de regime político, somente vê-se evidências dessas associações nos jornais de época de duas dessas entidades.

No pós-abolição, a princesa Isabel foi alçada à condição de redentora, apesar das críticas dos republicanos que tentavam distanciá-la da obra da abolição, enfatizando as péssimas condições de vida em que viviam sem nenhum amparo

social. Na observação chegou-se a dois grupos de libertos que se posicionaram claramente em relação à república. Nota-se que o Clube Republicano dos Homens de Cor, criado em junho de 1889, foi uma entidade que procurou adequar-se às normas da política partidária aconselhando, como noticiado em jornal, que os “homens de cor republicanos” votassem em candidatos do partido republicano.

Quando veio a república, a entidade participou de solenidades em homenagens à autoridades do novo regime, mas parece não ter sido vista como importante para o novo regime, tendo em vista que um de seus dirigentes foi preso sob acusação de arruaças, e da entidade ter cessado os seus trabalhos em 1893. Apesar de terem apoiado o novo regime político, quando este já era uma realidade, os “homens de cor republicanos” passavam a carregar sob suas costas o estigma da cor que os colocava sob a suspeição de vadiagem. Faziam parte dos setores subalternos sem direito de voto e aliados de vários diretos sociais.

Outra associação de cunho político foi a polêmica Guarda Negra, com linha de ação diametralmente oposta ao Clube Republicano dos Homens de Cor não só em seus objetivos como também em seus métodos de ação. As linhas gerais de atuação da Guarda Negra consistiam em defender o uso da força contra os republicanos que pretendiam impedir a ascensão da princesa Isabel ao trono, como de fato aconteceu; ter em sua formação capoeiras e seguir a sua tradição de não subordinação total ao comando político. A Guarda Negra foi alvo de muitas polêmicas e rejeições, sobretudo, por ter sido uma organização que se declarava como sendo da “raça negra”. A escassez de fontes oficiais sobre essa organização, contando-se basicamente com os jornais da época de sua atuação, levou a historiografia a diferentes versões sobre ela.

Comparando os jornais e os relatos historiográficos conclui-se que a Guarda Negra, embora tenha tido ligações com o gabinete abolicionista de João Alfredo que no mínimo fazia “vista grossa” para as suas ações escapou ao seu controle, promovendo certa violência que foi muito bem explorada pelos setores republicanos, colocando-a como agente de desestabilização da sociedade. Sendo assim, a propaganda republicana conseguiu usar a associação monarquista a seu favor, colocando os propagandistas da república como vítimas de negros fanatizados.

Como já assinalado só se conseguiu evidenciar o Clube Republicano dos Homens de Cor e a Guarda Negra como manifestações organizadas em relação ao

movimento republicano na cidade do Rio de Janeiro. Acredita-se que o tema, pouco explorado, dê margem a novas e mais adensadas pesquisas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

LIVROS E ARTIGOS EM LIVROS

ALBUQUERQUE, Medeiros E. **Quando eu era vivo... Memórias - 1867 a 1934**. Porto Alegre: Edição da livraria do Globo, 1945.

ALBUQUERQUE, Wlamyra R. de. **O jogo da dissimulação- Abolição e cidadania negra no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

ALENCASTRO, Luiz Felipe de. (Org.). **História da Vida Privada no Brasil: Império: a corte e a modernidade nacional**. São Paulo: Companhia das Letras, vol.2, 1997.

ALONSO Angela. **Flores, votos e balas: o movimento abolicionista brasileiro (1868 – 1888)**. São Paulo: Companhia das letras, 2015.

ALONSO, Angela. **Ideias em movimento: a geração 1870 na crise do Brasil Império**. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

AZEVEDO, Celia Marinho de. **Abolicionismo: Estados Unidos e Brasil, uma história comparada: século XIX**. 1ª ed. São Paulo: Annablume, 2003.

AZEVEDO, Celia Maria Marinho de. **Onda Negra, Medo Branco - O Negro no Imaginário das Elites Século XIX**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

AZEVEDO, Artur. **O Velho Lima - Contos Escolhidos** Coleção Livros O Globo. São Paulo: Klick editora, 1997.

BASBAUM, Leôncio. **História Sincera da República– Das origens a 1889**. São Paulo: Alfa Omega. 1975.

BERGSTRESSER, Rebecca B. **The Movement for the Abolition of Slavery in Rio de Janeiro, Brasil, 1880-1889**. Palo Alto: Stanford University Press, 1973, p.177, GOMES; DOMINGUES. 2013.

BICALHO, Maria Fernanda Baptista. *O que significava ser cidadão nos tempos coloniais*. In: ABREU, Martha e SOHET, Raquel. (Orgs). **Ensino de História: conceitos, temáticas e metodologias**. Rio de Janeiro: FAPERJ. 2003.

BLOCH, Marc. **Apologia da História ou o ofício do historiador**. Trad. André Telles. Rio de Janeiro: Zahar, 1997.

CARVALHO, José Murilo de. **Os Bestializados - O Rio de Janeiro e a república que não foi**. São Paulo: Companhia das letras, 1987.

_____. **Cidadania no Brasil. O longo Caminho**. 21ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

_____. **A Construção da ordem a elite política imperial**. Rio de Janeiro: Campus, 1980.

_____ **A formação das almas.** São Paulo Companhia das Letras. 1990.

_____ **D. Pedro II.** São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

CARVALHO, José Murilo de; CAMPOS, Adriana Pereira (orgs.). **Perspectivas da cidadania no Brasil Império.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

CASTRO, Celso. **A Proclamação da República.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2000.

CHALLOUB, Sidney. **Cidade Febril: cortiços e epidemias na corte imperial.** São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

_____ **A força da escravidão: desigualdade e costume no Brasil oitocentista.** 1ª Ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

_____ *Solidariedade e liberdade: Sociedades beneficentes de negros e negras no Rio De Janeiro na segunda metade do século XIX.* In: CUNHA Olivia M. Gomes da; GOMES Flavio. (Orgs.). **Quase-cidadão: histórias e antropologias da pós-emancipação no Brasil.** Rio de Janeiro: FGV. 2007.

_____ **Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na corte.** São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CHARTIER, Roger. **A história cultural entre práticas e representações.** Trad. Maria Manuela Galhardo. Lisboa: Difusão Editora, 1988.

COELHO NETO, Henrique Maximiano. **A Conquista.** Coleção Vera Cruz, v.354. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 1985.

CONRAD, Robert. **Os últimos anos da escravatura no Brasil: 1880- 1888.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 1978.

COSTA, Emília Viotti da. **Da Monarquia à República: momentos decisivos.** São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999.

DEL PRIORE, Mary; VENÂNCIO, Renato. **Uma breve história do Brasil.** São Paulo: Planeta do Brasil, 2010.

DORATIOTO, Francisco. **Maldita Guerra - Nova história da Guerra do Paraguai.** São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

FARIAS, Juliana Barreto; GOMES, Flávio dos Santos; SOARES, Carlos Eugênio Líbano. **No labirinto das nações: africanos e identidades no Rio de Janeiro, século XIX.** Rio de Janeiro: Arquivo Nacional. 2005.

GOMES Flavio, DOMINGUES, Petrônio. (Orgs) **Experiências Da Emancipação- biografias, instituições e movimentos sociais no pós-abolição.** São Paulo: Selo Negro, 2011.

GOMES, Flavio, **Negros e política (1888 – 1937).** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Edit. 2005.

GONÇALVES, Ana Maria. **Um defeito de cor.** Rio de Janeiro: Record, 2006.

JESUS, Ronaldo Pereira de. **Visões da monarquia: escravos, operários e abolicionismo na corte.** Belo Horizonte: editora Argvmentvm. 2009.

KARASCH, Mary C. **A vida dos escravos no Rio de Janeiro 1808 – 1850**. São Paulo: Companhia Das Letras, 2000.

LACERDA, V. C. de. (Org.). **Rui Barbosa: Escritos e discursos seletos**. Rio de Janeiro: Editora José Aguilar Ltda, 1960.

LAMPEDUSA, Tomasi Di. **O Gattopardo**. Rio de Janeiro: Best Bolso, 2007.

LIMA, Ivana Stolze. **Cores, marcas e falas: sentidos da mestiçagem no Império do Brasil**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003.

LYRA, Heitor. **História da Queda do Império**. São Paulo: Companhia Editora Nacional vol.1, 1964.

MACHADO, Humberto Fernandes. In: **Entre a monarquia e a república: imprensa, pensamento político e historiografia (1822 –1889)** (Orgs), LESSA, Mônica Leite; FONSECA, Silvia Carla Pereira de Brito. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2008.

MACHADO, Humberto Fernandes. **Palavras e Brados – José do Patrocínio e a Imprensa Abolicionista do Rio de Janeiro**. Niterói: EDUFF, 2014.

MACHADO, Maria Helena Pereira Toledo. *Teremos Grandes Desastres, se Não Houver Providências Enérgicas e Imediatas: A Rebeldia dos Escravos e a Abolição da Escravidão* In: Grinberg Keila e Salles Ricardo (Orgs.). **O Brasil Imperial. Volume III- 1870-1890**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014. Disponível em < <https://www.google.com.br/search?q=Augusto+de+Oliveira+Mattos+dissertação+e+mestrado&oq=>>. Acesso em 25/02/2017.

MATTOS, Hebe Maria. **Escravidão e cidadania no Brasil Monárquico**. Coleção descobrindo o Brasil. Rio de Janeiro: Ed. Jorge Zahar, 2000.

MELLO, Maria Tereza Chaves de. **A república consentida: cultura democrática e científica do final do Império**. Rio de Janeiro. Editora FGV: Editora da Universidade Rural do Rio de Janeiro, 2007.

MONTEIRO, Tobias. **Pesquisas e depoimentos para a história**. Rio de Janeiro: Francisco Alves & Cia, 1913.

MORAES, Evaristo. **A escravidão africana no Brasil - Das origens à extinção**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998.

MORAES NETO, Geneton. **Dossiê História**. Porto Alegre: Editora GLOBO, 2007.

NEVES, Lucia Maria P. Bastos; MOREL Marco; FERREIRA Tania Maria Bessoni C. (Orgs.). **História e Imprensa. Representações Culturais e Práticas de Poder Rio de Janeiro**, DP&A: FAPERJ. 2006.

ORICO, Osvaldo. **O Tigre da Abolição**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977.

PENA, Eduardo Spiller. **Pajens da casa imperial: juriconsultos, escravidão e a Lei de 1871**. Campinas, São Paulo: Editora da Unicamp, Centro de Pesquisa em História Social da Cultura, 2001.

PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda. *Literatura em movimento. Coelho Netto e o público das ruas*. In: CHALHOUB, S.; NEVES, M; PEREIRA, L.A.M. (Org.). **História em cousas miúdas**. Campinas: Ed. da UNICAMP, 2005.

RICCI, Maria Lucia Souza Rangel de. **Guarda Negra: perfil de uma sociedade em crise**. Campinas, São Paulo: Câmara Brasileira do Livro, 1990.

SALLES, Ricardo. **Guerra do Paraguai: escravidão e cidadania na formação do exército**. Carta confidencial e reservada de Caxias dirigida ao ministro dos negócios da guerra de 13 dez. 1868. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

SALLES, Ricardo. **Nostalgia imperial: escravidão e formação da identidade nacional no Brasil do Segundo Reinado**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora Ponteio, 2013.

SAMPAIO, Antônio Carlos Jucá. *A produção da liberdade: padrões gerais das manumissões no Rio de Janeiro colonial, 1650-1750*. p. 290. In FLORENTINO, Manolo. (Org.) **Tráfico, cativo e liberdade (Rio de Janeiro, séculos XVII – XIX)**, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2005.

SCHULZ John. **O Exército na Política – Origens da intervenção militar 1850 – 1894**. São Paulo: Edusp, 1994.

SCHWARCZ, L. M. **As barbas do imperador: D, Pedro II, um monarca nos trópicos**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

SCHWARCZ, L. M. *Dos males da dívida: sobre as ambiguidades no processo da abolição brasileira*. In: **Quase cidadão: histórias e antropologias da pós emancipação no Brasil**. CUNHA, Olivia Maria Gomes da, GOMES Flavio. (Orgs.). Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.

SENA Ernesto, **Deodoro: Subsídios para a História**. Coleção Biblioteca Básica Brasileira – Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 1999.

SILVA, Eduardo. **As camélias do Leblon e a abolição da escravatura: uma investigação da história cultural**. São Paulo. Companhia das letras, 2003.

SILVA, Eduardo. **As queixas do povo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SILVA, Eduardo. **Dom Obá II D'África, O Príncipe do Povo. Vida, tempo e pensamento de um homem livre de cor**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

SOARES, Carlos Eugênio Líbano, *A capoeira escrava no Rio de Janeiro*. In SOUSA, Jorge Prata de (org.). **Escravidão: ofícios e liberdade**. Rio de Janeiro: Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro – APERJ, 1998.

SOARES, Carlos Eugênio Líbano, GOMES, Flavio Santos dos. *A derradeira algazarra*. cap.5. In: SOARES, Carlos Eugênio Líbano; GOMES, Flávio dos Santos; FARIAS, Juliana Barreto. **No labirinto das nações: africanos e identidades no Rio de Janeiro, século XIX**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional. 2005.

SOARES, Carlos Eugênio Líbano. *A Guarda Negra: a capoeira no palco da política*. **Textos do Brasil**. Brasília: Ministério das Relações Exteriores, n.14, p.4. 2008. Disponível em: < <http://dc.itamaraty.gov.br/imagens-e-textos/revista-textos-do-brasil/portugues/revista14-mat6.pdf> >. Acesso em: 13 jan. 2017.

SOARES, Carlos Eugênio Líbano. **A negregada instituição. Os capoeiras no Rio de Janeiro, 1850-1890**. Rio de Janeiro, Secretaria Municipal de Cultura, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, Divisão de Editoração, 1994.

SOARES, Carlos E. Líbano. **Zungú: Rumor de muitas vozes**. Rio de Janeiro: Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, 1998.

SOARES, Luiz Carlos. **O “ Povo de Cam” na Capital do Brasil: A Escravidão Urbana no Rio de Janeiro do Século XIX**. Rio de Janeiro: FAPERJ /7Letras, 2007.

SOUSA, Jorge Prata de. **Escravidão ou morte: os escravos brasileiros na Guerra do Paraguai**. Rio de Janeiro: Mauad: ADESA, 1996.

THOMPSON, E. P. **As peculiaridades dos ingleses e outros artigos**. (Orgs.). NEGRO, Antonio Luigi; SILVA, Sergio. São Paulo: Editora da Unicamp, 2012.

VIEIRA, Hermes. **Ouro Preto – O homem e a época**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1949.

ARTIGOS EM REVISTAS, CONGRESSOS E SITES

BRETAS, Luiz Marcos. A polícia carioca no império. p.10. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 12, n. 22, 1998. Disponível em: <http://www.pm.al.gov.br/intra/downloads/bc_policial/pol_05.pdf>. Acesso em: 12 jan. 2017.

CHALLOUB, Sidney. Precariedade estrutural: o problema da liberdade no Brasil escravista (século XIX). In: **Revista de História Social**, n. 19, 2010. p. 55. Disponível em: <<http://www.ifch.unicamp.br/ojs/index.php/rhs/article/view/File/315/271>>. Acesso em: 28 fev. 2017.

DAUWE, Fabiano. **Liberdade inconveniente: os múltiplos sentidos da liberdade pelo fundo de emancipação de escravos**. X ENCONTRO ESTADUAL DE HISTÓRIA, 2010. p. 3. **ANAIS do X Encontro Estadual de História da ANPUH-RS**. Disponível em: < http://www.eeh2010.Anpuh-rs.org.br/resources/anais/9/1279495113_ARQUIVO_Artigo para o Simposio-FabianoDauwe.pdf >. Acesso em: 18 jan. 2016.

DEL PRIORE, Mary. Entre "doidos" e "bestializados": o baile da Ilha Fiscal. **Revista USP**, São Paulo, n.58, p. 30-47, junho/agosto 2003. Disponível em: <https://www.google.com.br/?gfe_rd=cr&ei=7KopWJK4MdSm8weXglLoDQ#q>. Acesso em: 30 out. 2016.

Dicionário Online de Português. Disponível em <https://www.dicio.com.br/meeting/> . Acesso em 10 nov. de 2016.

DOMINGUES, Petrônio. Federação dos Homens de Cor: notas de pesquisa. p.7. In: XXVII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA- **ANPHU**, jul. 2013. Disponível em:< http://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1371180661_ARQUIVO_AnaisAnpuhFederacaoCor.pdf >. Acesso em: 13 jan. 2017.

DOMINGUES, Petrônio. Cidadania por um fio: o associativismo negro no Rio de Janeiro (1888-1890). **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 34, nº 67, 2014. p. 251-281. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/rbh/v34n67/a12v34n67.pdf> >. Acesso em: 01 mar. 2017.

FARIAS, Barreto Juliana. Ganhando as ruas. **Revista Nossa História**, Ano 2, nº 24, p.23, 01 set. 2005.

FERNANDES, Maria Fernanda Lombardi. Os republicanos e a abolição. **Revista de Sociologia e Política**. Curitiba, no.27 nov. 2006. p.13. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-44782006000200013>. Acesso em: 30 mar. 2017.

FERRAZ, Sergio. A Dinâmica Política do Parlamentarismo do Império: Gabinetes, Câmara dos Deputados e Poder Moderador (1840-1889). In: III SEMINÁRIO DISCENTE DA PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA DA USP, p.5. abr. 2013. São Paulo. **Revista Almanack – Unifesp**. Disponível em: <www.almanack.unifesp.br/files/journals/.../1056-1082-1-RV.docx>. Acesso em: 11 de jun. 2016.

GOMES, Flávio; PAIXÃO, Marcelo. Raça, pós-emancipação, cidadania e modernidade no Brasil: questões e debates. **Revista Maracanan**, Rio de Janeiro, n. 4, 2008.

GRAHAM, Sandra Lauderdale. O motim do vintém e a cultura política do Rio de Janeiro em 1880. **Revista Brasileira de História**, vol. 10, nº 20, agosto de 1992. p 3. Disponível em: <www.anpuh.org/arquivo/download?ID_ARQUIVO=3899>. Acesso em: 8 jan. 2016.

GUERRA, Lauryston. Origem e Desenvolvimento dos Partidos Políticos. **Revista do IHGB**, Rio de Janeiro: **Anais do Congresso de História do Segundo Reinado em Brasília**, 1984. v. 1.

JARDIM, Silva. Carta Política ao Paiz e ao Partido Republicano. Publicada no **Jornal O Paiz**, p. 17, 6 jan. 1889. Disponível em: <www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/185607>. Acesso em: 12 jan. 2016.

JESUS, Ronaldo Pereira de, LACERDA, David P. Dinâmica associativa no século XIX: socorro mútuo e solidariedade entre livres e libertos no Rio de Janeiro imperial p. 132 In: **Revista mundos do Trabalho**, vol. 2, nº 4, 2010. Disponível em:< <https://periodicos.ufsc.br/index.php/mundosdotrabalho/article/viewFile/1984-9222.2010v2n4p126/17235> >. Acesso em: 15 jan. 2017.Os autores em nota nomeiam suas fontes primárias: Arquivo Nacional/Rio de Janeiro (AN/RJ) - Conselho de Estado (CE) - Caixa (Cx) 531 - Pacotilha (Pc) 3.de 2010.

LIMA, Roberto Kant de; LIMA, Magali Alonso. Capoeira e cidadania: negritude e identidade no Brasil Republicano. **Revista de Antropologia**, São Paulo, USP, nº 34, 1991. p.155.

LOBO, Aristides. *Acontecimento Único*. In: **Franklin Martins - Conexão Política**. Disponível em <http://www.franklinmartins.com.br/estacao_historia_artigo.php?titulo=o-povo-assistiu-aquilo-bestializado-artigo-de-aristides-lobo-1889>. Acesso em: 12 jan. 2016.

MACHADO, Humberto Fernandes. Abolição e Cidadania: A Guarda Negra da Redentora no Rio de Janeiro **Passagens**. **Revista Internacional de História Política e Cultura Jurídica**, vol. 5, núm. 3, set. - dez. 2013, p.515. Disponível em: <[www. Históriaufff.br/revista_passagens/artigos](http://www.Históriaufff.br/revista_passagens/artigos)>. Acesso em: 12 fev. 2017.

MACHADO, Humberto Fernandes. A Imprensa Abolicionista, In: Negros brasileiros. **Revista Ciência Hoje**. vol. 8, nº 48 - suplemento, 1988.

MENDES, Menegardo Camila. Redes de solidariedade, associativismo e liberdade nas associações beneficentes negras do Rio de Janeiro no século XIX. p.9. In: XXVII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA- **ANPUH**, jul. 2013. Disponível em: < http://www.snh2015.anpuh.org/resources/anais/39/1434402286_ARQUIVO_TextoANPUHfinal.pdf >. Acesso em: 13 jan. 2017.

MIRANDA, Clícea Maria Augusto de. Memórias e Histórias da Guarda Negra: verso e reverso de uma combativa organização de libertos. .In: **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH • São Paulo**, julho 2011, p.1. Disponível em: < http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1307970600_ARQUIVO_ApresentacaoClicea_ANPUH2011.pdf >. Acesso em 02/01/2017.

MORAES, Renata, Figueiredo. *As festas da abolição na Corte – Diversidade e polifonia nos festejos de maio de 1888*. In: 5º ENCONTRO ESCRAVIDÃO E LIBERDADE NO BRASIL MERIDIONAL. **Anais da UFRGS**, p. 8. Disponível em:<<http://www.escravidaoeliberdade.com.br/site/images/Textos5/moraes%20renata%20figueiredo.pdf>>. Acesso em: 15 out. 2016.

MOURA, Clóvis. **Dicionário da escravidão negra no Brasil**. Verbetes: rapacoco. São Paulo: EDUSP - Editora da Universidade de São Paulo. 2004 p.343. Disponível em: < <http://books.google.com.br/books?id=6Zcz0flj91cC&pg=PA343&lpg=PA343&dq=Coelho+Bastos+chefe+de+policia+da+corte&source=bl&ots=-COyEE0PHg&sig=4ceVJeb> >. Acesso em: 15 fev. 2017.

PINTO, Ana Flavia Magalhães. Club Republicano dos Homens de Cor: uma face da participação política negra no pós - abolição (1889-1893). In: XXVII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - **ANPUH**, julho 2013. Disponível em: <http://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1364834113_ARQUIVO_Anpuh2013 >. Acesso em: 20 jan. 2017.

REBOUÇAS, André. A Abolição da miséria. **Revista de Engenharia**, n. 10. Rio de Janeiro, 1888. Cf: SALLES, Ricardo. **Nostalgia Imperial: escravidão e formação da identidade nacional no Brasil do Segundo Reinado**. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Ponteio, 2013.

REIS, João José. Quilombos e revoltas escravas no Brasil, **Revista da USP**, São Paulo, nº 28 p.19. 1996. disponível em: <<http://www.journals.usp.br/revusp/article/viewFile/28362/30220>>. Acesso em 12 nov. 2016.

REIS, Leticia Vidor de Souza. A capoeira: de "doença moral" À "gymnástica nacional". **Revista de História**, São Paulo. n. 129-131, 1994. p. 223. Disponível em:<<file:///C:/Users/malu%20gomide/Documents/textos%203%C2%BA%20cap%C3%ADtulo/18730-22261-1-PB.pdf>>. Acesso em: 19 jan. 2017.

REIS, Vicente, O Rio de Janeiro no crepúsculo da Monarquia – Aspectos de sua vida social e comercial. **Revista do IHGB**, nº 345.

SALLES, Ricardo. Abolição No Brasil: Resistência Escrava, Intelectuais e Política (1870-1888) In: **Revista de Índias**, 2011, vol. LXXI, nº251 p.273 Disponível em: < <http://revistadeindias.revistas.csic.es/index.php/revistadeindias/article/viewArticle/860> >. Acesso em: 19 jan. 2017.

SANTOS, Lucimar Felisberto dos. Os bastidores da lei: estratégias escravas e o Fundo de Emancipação. **Revista História**. Salvador, v.1, n.2, 2009. p.21. Disponível em: <<http://www.Revistahistoria.ufba.br>>. Acesso em: 18 jan. 2016.

VILLELA, Heloisa Oliveira Santos de. O movimento Abolicionista Niteroiense, O Clube dos Libertos e o projeto de uma creche para filhos de escravos e ex-escravos p.1 In: VII Congresso Brasileiro de Educação- **Anais SBHE**, 2013.

TESES, DISSERTAÇÕES E MONOGRAFIAS

MATTOS, Augusto Oliveira. **A proteção multifacetada: as ações da Guarda Negra da *Redemptora* no ocaso do Império (1888-1889)**. 2006. p.81. Dissertação (Mestrado em História). Universidade de Brasília, Brasília.

FONTES

Abolição no Parlamento: 65 anos de luta (1823 – 1888). Biblioteca Digital Senado Federal, Secretaria especial de Editoração e Publicação, Brasília 2012, v. 2, p.269. Disponível em <<http://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/243294>> Acesso em 24 fev. 2016.

BARBOSA, Rui. **Discurso sobre a Abolição no Brasil.** Acervo Biblioteca Acadêmico Luiz Viana Filho.

DIÁRIO DE NOTÍCIAS. Tentativa de assassinato. Rio de Janeiro, quarta feira, 29 de fevereiro de 1888, p.1. Arquivo Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Disponível em: <<http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>> Acesso em: 12 fev. 2016.

DIÁRIO DE NOTÍCIAS. Rio de Janeiro, quinta feira, 1 de março de 1888, p. 2. Arquivo Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Disponível em: <<http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>> Acesso em:13 fev. 2016.

DIÁRIO DE NOTÍCIAS, Rio de Janeiro, 24 abr.1888, p. 2, edição 1048. Arquivo Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Disponível em: < <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=369365&pasta=ano%20188&pesq=>>. Acesso em: 22 jan. 2017.

DIÁRIO DE NOTÍCIAS, Rio de Janeiro, 15 maio 1888, p.1, edição 1069. Arquivo Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Disponível em: < <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=369365&pasta=ano%20188&pesq=>>. Acesso em: 15 out.2016

DIÁRIO DE NOTÍCIAS, Rio de Janeiro, 16 maio 1888, p.1. Arquivo Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional, disponível em < <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=332747&PagFis=3454&Pesq=>> Acesso em: 12 out.2016.

DIÁRIO DE NOTÍCIAS, Rio de Janeiro, 20 maio 1888 p.1. Disponível em:< <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=369365&pasta=ano%20188&pesq=>>. Acesso em:15 out. 2016

GAMA Luís. **Primeiras Trovas Burlescas de Getulino.** 1861. Acervo Quilombo hoje. Disponível em: <<http://www.quilombhoje2.com.br/trovasluisgama.pdf>>. Acesso: 1 nov. 2016.

GAZETA DE NOTÍCIAS, Rio de Janeiro, 20 de abril de 1889, p.1 edição 110. Arquivo Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Disponível em: < http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=103730_02&pasta=ano%20188&pesq=> . Acesso em: 14 fev. 2017.

GAZETA DE NOTÍCIAS, Rio de Janeiro, 22 abr.1888, p. 2, edição 113. Arquivo Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Disponível em: < http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=103730_02&pasta=ano%20188&pesq=>. Acesso em: 24 jan. 2017.

GAZETA DE NOTÍCIAS, Rio de Janeiro, 6 maio 1888, p.2, edição127. Arquivo Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Disponível em:< http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=103730_02&PagFis=13672&Pesq=> . Acesso em: 20 jan. 2017.

GAZETA DE NOTÍCIAS, Rio de Janeiro, 27 maio 1888 p.3, edição 147. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=103730_02&PagFis=13836&Pesq=>. Acesso em: 19 jan. 2017.

GAZETA DE NOTÍCIAS, 14 maio 1888, p.2, edição 135. Arquivo Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Disponível em: < http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=103730_02&pasta=ano%20188&pesq=> Acesso em 12 out.2016.

GAZETA DE NOTÍCIAS, Rio de Janeiro, 15 de jul. 1889. p.1, edição 196. Arquivo Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. A palavra “concorrência” parece ser um termo de época indicando presença de pessoas tendo sido encontrada em outras publicações do mesmo período. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=103730_02&pasta=ano%20188&pesq=>. Acesso em: 28 jan. 2017.

GAZETA DE NOTÍCIAS, Rio de Janeiro, 17 jul. 1889, p.1, ed. 198. Arquivo Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Disponível em:<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=103730_02&pasta=ano%20188&pesq=>. Acesso em: 10 jan. 2016.

GAZETA DE NOTÍCIAS, Rio de Janeiro. 27 jul. 1889, p.2, ed. 208. Arquivo Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=103730_02&PagFis=15903&Pesq=>. Acesso em: 11 jan. 2016.

GAZETA DE NOTÍCIAS, Rio de Janeiro, 29 jul. 1889, p.1 ed. 210. Arquivo Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Disponível em: < http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=103730_02&PagFis=15959&Pesq=>. Arquivo Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Acesso em: 10 jan. 2016.

GAZETA DE NOTÍCIAS, Rio de Janeiro, 01 set.1889, p. 1, edição 244. Arquivo Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Disponível em: < http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=103730_02&PagFis=16153&Pesq=>. Acesso em: 23 jan. 2017. GAZETA DE NOTÍCIAS. A festa de sábado. 11 nov.1889, Ed 315, p.1. Arquivo Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=103730_02&pasta=ano%20188&pesq=>. Acesso em:12 out. 2016.

A FEDERAÇÃO, JORNAL, Rio Grande do Sul, sábado, 14 ago. 1886, p. 1. Arquivo: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Disponível em: <<http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>> Acesso em: 27 jan. 2016.

JARDIM Silva, Carta Política ao Paiz e ao Partido Republicano. **Jornal O Paiz**, 6 de janeiro de 1889. Disponível em: < <http://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/185607/000059467.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 06 de nov.2016.

JARDIM Silva, Carta Política ao *Paiz* e ao Partido Republicano. **Jornal O Paiz**, 6 de janeiro de 1889. Disponível em: <<http://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/185607/000059467.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 14 jan. 2017.

JORNAL O APÓSTOLO, Rio de Janeiro,17 jun.1888. p.3, edição 69. Arquivo Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Disponível

em:<[http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=343951 &pasta=ano%20188&pesq=](http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=343951&pasta=ano%20188&pesq=)>. Acesso em: 01 mar. 2017.

JORNAL O APÓSTOLO, Rio de Janeiro, 17 de junho de 1888, p.2, edição 69. Arquivo Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=343951&pasta=ano%20188&pesq=>>. Acesso em: 30 mar. 2017.

JORNAL O FLUMINESNE. Niterói, 29 abr. 1888, p.1. Arquivo Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Disponível em: <<http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>> . Acesso em 30 out. 2016.

JORNAL O CACHOEIRANO, Cachoeiro do Itapemirim, 16 jun. 1889, p.3, edição 024. Arquivo Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=217719&pasta=ano%20188&pesq=>acesso>. Acesso em: 25 jan. 2017.

JORNAL CIDADE DO RIO, Rio de Janeiro, 16 jan. 1889, p. 1, edição 13. Arquivo Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=085669&PagFis=1465&Pesq=>>. Acesso em: 25 jan. 2017.

JORNAL CIDADE DO RIO, Rio de Janeiro, 13 fev. 1888, p.2, edição 1279. Arquivo Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Disponível em: <<<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=085669&pasta=ano%20188&pesq=>Guarda%20Negra>. >. Acesso em: 7 jan. 2017.

JORNAL CIDADE DO RIO. A eleição. Rio de Janeiro, quarta feira, 18 abr. 1888, p. 2. Arquivo: Hemeroteca digital da Biblioteca Nacional. Disponível em: <<http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>>. Acesso em: 27 jan. 2016.

JORNAL CIDADE DO RIO, Rio de Janeiro, 29 abr. 1889, p.1, edição 1415. Arquivo Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=369365&pasta=ano%20188&pesq=>>. Acesso em: 15 fev. 2017.

JORNAL CIDADE DO RIO, Rio de Janeiro, 11 maio 1889, p.1, edição 1427. Arquivo Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=369365&pasta=ano%20188&pesq=>>. Acesso em: 18 fev. 2017.

JORNAL CIDADE DO RIO, Rio de Janeiro, 14 maio 1889, p.1, edição 107. Arquivo Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=085669&pasta=ano%20188&pesq=>>. Acesso em: 19 fev. 2017.

JORNAL CIDADE DO RIO, Rio de Janeiro, 17 maio 1888, p. 2, edição 113. Arquivo Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Disponível em:<<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=085669&pasta=ano%20188&pesq=>> . Acesso em: 19 jan. 2017.

JORNAL CIDADE DO RIO, Rio de Janeiro, 6 jun. 1889, p.2, edição 126. Arquivo Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Disponível em: <[http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=085669&PagFis=1503 &Pesq=](http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=085669&PagFis=1503&Pesq=)>. Acesso em: 25 jan. 2017.

JORNAL CIDADE DO RIO, Rio de Janeiro, 7 jun. 1889, p.1, edição 127. Acesso em: 25 jan. 2017.

JORNAL CIDADE DO RIO, Movimento abolicionista Rio de Janeiro, 8 jul. 1889, p.2, edição 150. Arquivo Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=085669&pasta=ano%20188&pesq=>>. Acesso em: 13 jan. 2017.

JORNAL CIDADE DO RIO, Rio de Janeiro, 9 jul. 1888, p.2, edição 152. Arquivo Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=085669&PagFis=899&Pesq=guarda%20negra>>. Acesso em: 7 jan. 2017.

JORNAL CIDADE DO RIO, Rio de Janeiro, 15 jul. 1889, p. 1, edição 0156. Arquivo Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=085669&pasta=ano%20188&pesq>>. Acesso em: 23 fev. 2017.

JORNAL CIDADE DO RIO, Rio de Janeiro, 31 ago.1888, p.1 edição 196. Arquivo Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=085669&PagFis=1063&Pesq>>. Acesso em: 20 jan. 2017.

JORNAL CIDADE DO RIO, Rio de Janeiro, 27 out. 1888 p,3, edição 242. Arquivo Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Disponível em:< . Acesso em: 28 jan. 2017.

JORNAL CIDADE DO RIO, Rio de Janeiro, 31 out. 1888, p.1, edição 245. Arquivo Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=369365&pasta=ano%20188&pesq=>>. Acesso em: 19 fev. 2017.

JORNAL CIDADE DO RIO, Rio de Janeiro, 31 dez. 1888, p.1, edição 1406. Arquivo Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=085669&pasta=ano%20188&pesq>>. Acesso em: 22 fev. 2017.

JORNAL DO COMÉRCIO, Rio de Janeiro, 10 set.1872. p.2, edição 252. Arquivo Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=364568_06&pasta=ano%20187&pesq=>. Acesso em: 15 jan. 2017.

JORNAL DO COMÉRCIO, Rio de Janeiro, 13 dez. 1888, p.2, edição 347. Arquivo Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=364568_07&pasta=ano%20188&pesq=>. Acesso em: 14 jan. 2017.

JORNAL DIÁRIO DE NOTÍCIAS, Rio de Janeiro, 21 mar. 1889, p.1 edição 1376. Disponível em:<<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=369365&PagFis=5576&Pesq>>. Acesso em: 5 jan. 2017.

JORNAL DIÁRIO DE NOTÍCIAS, Rio de Janeiro, 22 mar.1889, p.2, edição 1377. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=369365&PagFis=5576&Pesq>>. Acesso em: 5 jan. 2017.

JORNAL DIÁRIO DE NOTÍCIAS, Rio de Janeiro, 19 abr. 1889, p.1 edição 1405. Arquivo Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Disponível em:

<<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=369365&pasta=ano%20188&pesq=> >. Acesso em: 8 jan. 2017.

JORNAL DIÁRIO DE NOTÍCIAS, Rio de Janeiro, 20 abr. 1889, edição 1406. Arquivo Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=369365&pasta=ano%20188&pesq=> >. Acesso em: 8 jan. 2017.

JORNAL DIÁRIO DE NOTÍCIAS, “Manifestação de libertos” Ao grande cidadão Rui Barbosa. Rio de Janeiro, 24 abr. 1889, p.1, edição 1410. Arquivo Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=811793&pasta=ano%20188&pesq=>>. Acesso em: 3 jan. 2017.

JORNAL DIÁRIO DE NOTÍCIAS, Rio de Janeiro, 13 maio de 1889, p.1, edição 1429. Arquivo Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=369365&pasta=ano%20188&pesq=>>. Acesso em: 20 fev. 2017.

JORNAL DIÁRIO DE NOTÍCIAS, Rio de Janeiro, 4 jun. 1889, p.1, edição 1451. Arquivo Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=369365&pasta=ano%20188&pesq=> >. Acesso em: 25 jan. 2017.

JORNAL DIÁRIO DE NOTÍCIAS, Rio de Janeiro, 15 jun.1888, p 2, edição 1098. Arquivo Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Disponível em:<<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=369365&pasta=ano%20188&pesq=7>>. Acesso em: 19 jan. 2017.

JORNAL DIÁRIO DE NOTÍCIAS, Rio de Janeiro, 13 jul. 1889, p 1, edição 1489. Arquivo Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=369365&PagFis=6010&Pesq=> >. Acesso em: 23 fev. 2017.

JORNAL DIÁRIO DE NOTÍCIAS, Rio de Janeiro, 15 jul. 1889, p 1, edição. 1491. Arquivo Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=369365&PagFis=6002&Pesq=> >. Acesso em: 23 fev. 2017.

JORNAL DIÁRIO DE NOTÍCIAS, Rio de Janeiro, 24 jul.1890, p.1 edição 1855. Arquivo Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=369365&pasta=ano%20189&pesq=> >. Acesso em: 28 jan. 2017.

JORNAL DIÁRIO DE NOTÍCIAS, Rio de Janeiro, 21 ago.1890, p.2, edição 1855. Arquivo Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=369365&pasta=ano%20188&pesq=> >. Acesso em: 28 jan. 2017.

JORNAL DIÁRIO DE NOTÍCIAS, Rio de Janeiro, 29 dez.1889, p.2, edição 1658. Arquivo Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Disponível em:<<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=369365&pasta=ano%20188&pesq=>>. Acesso em: 28 fev. 2017.

JORNAL DIÁRIO DO POVO, Bahia, 15 de junho de 1889, p.1, edição 035. Arquivo Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Disponível em:

<<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=765910&pasta=ano%20188&pesq=acesso>>. Acesso em: 9 jan. 2017.

JORNAL GAZETA DA TARDE, Rio de Janeiro, 22 abr. 1892, p.2, edição 112. Arquivo Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=226688&pasta=ano%20189&pesq>>. Acesso em: 31 jan. 2017.

JORNAL GAZETA DA TARDE, Rio de Janeiro, 9 jun. de 1882 p.2, edição 131. Arquivo Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Disponível em:<<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=226688&PagFis=1909&Pesq=>>. Acesso em: 19 jan. 2017.

JORNAL GAZETA DA TARDE, Rio de Janeiro, 16 jun. 1882 p.3, edição 137. Arquivo Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Disponível em:<<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=226688&PagFis=0&Pesq>>. Acesso em: 19 jan. 2017.

JORNAL GAZETA DA TARDE, Rio de Janeiro, 6 jul. de 1881, p.1, edição 155. Arquivo Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=226688&pasta=ano%20188&pesq=>>. Acesso em: 20 jan. 2017. Apud MACHADO, Humberto. Intelectuais, imprensa e abolicionismo no Rio de Janeiro. In: XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007 Associação Nacional de História ANPHU. 2007 p.2. Disponível em:<http://snh2007.anpuh.org/resources/content/anais/Humberto%20F%20Machado.pdf>>. Acesso em: 20 jan. 2017.

JORNAL GAZETA DA TARDE, Rio de Janeiro, 22 jul. 1882, p.1, edição 166. Arquivo Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=226688&PagFis=0&Pesq>>. Acesso em: 19 jan. 2017.

JORNAL GAZETA DA TARDE, Rio de Janeiro, 4 set. 1885, p. 1, edição 203. Arquivo Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Disponível em:<<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=226688&pasta=ano%20188&pesq=>>. Acesso em: 21 jan. 2017.

JORNAL NOVIDADES, Rio de Janeiro, 29 dez. 1888, p.1, edição 279. Arquivo Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=830321&pasta=ano%20188&pesq=acesso>>. Acesso em: 15 fev. 2017. JORNAL O PAIZ, Rio de Janeiro, 10 mar.1890, p.1, edição 1980. Arquivo Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=178691_02&pasta=ano%20189&pesq=>. Acesso em: 31 jan. 2017.

JORNAL O PAIZ Rio de Janeiro 6 jan. 1889, p.1, edição 1552 Arquivo Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=178691_01&pasta=ano%20188&pesq=>. Acesso em: 21 fev. 2017.

JORNAL O PAIZ, Rio de Janeiro, 3 jul.1889, p.3, edição 1730. Arquivo Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=178691_01&pasta=ano%20188&pesq=>. Acesso em: 28 jan. 2017.

JORNAL O PAIZ, Rio de Janeiro, 31 dez. 1888, p. 1, edição 1546. Arquivo Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=178691_01&PagFis=6318&Pesq=>. Acesso em: 20 fev. 2017.

JORNAL A PÁTRIA, São Paulo, 2 ago. 1889, p.2, edição 0002. Arquivo Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=713376&pasta=ano%20188&pesq=>>. Acesso em: 24 jan. 2017.

JORNAL O PAIZ, Rio de Janeiro, 4 ago. 1889, p.5, edição 1762, Rio de Janeiro. Arquivo Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=178691_01&pasta=ano%20188&pesq=>. Acesso em: 28 jan. 2017.

JORNAL A REFORMA, Rio de Janeiro, 22 ago. 1872. p. 1 edição 190. Arquivo Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/226440/3886>>. Acesso em: 15 jan. 2017.

JORNAL A REFORMA, O triunvirato eleitoral Rio de Janeiro, 10 set. 1872, edição 207, p.2. Arquivo Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Disponível em:<<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=226440&pasta=ano%20187&pesq=>>. Acesso em: 15 jan. 2017.

JORNAL A REPÚBLICA, Rio de Janeiro, 6 de agosto de 1872, p.2. Arquivo Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/138916/1731>>. Acesso em: 19 jan. 2017. acesso em: 19/01/2017 apud SOARES. **A Negregada Instituição: os capoeiras na Corte imperial.** Rio de Janeiro: editora Access, 1999. p.215.

JORNAL DO SENADO, edição especial de 13 maio de 2009. Em homenagem aos 120 anos da Lei Áurea, Ano XI, N^o 2.801/172. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/noticias/jornal/arquivos_jornal/arquivosPdf/emcarte_abolicao.pdf>. Acesso em: 5 de jul. de 2015.

JORNAL O TEMPO, Rio de Janeiro, 10 jan. 1892, p.1, edição 229. Arquivo Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=218731&PagFis=909&Pesq=>>. Acesso em: 28 jan. 2017.

JORNAL O TEMPO, Rio de Janeiro, 22 jan. 1892, p.1, edição 241. Arquivo Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=218731&PagFis=909&Pesq=>>. Acesso em: 26 jan. 2017.

JORNAL O TEMPO, Rio de Janeiro 2 set. 1893, p.3, edição 914. Arquivo Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=218731&PagFis=909&Pesq=acess>>. Acesso em: 29 jan. 2017.

JORNAL O TEMPO, Rio de Janeiro, 18 nov. 1893, p.2, edição 985 Arquivo Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=218731&pasta=ano%20189&pesq=>>. Acesso em: 31 jan. 2017.

NABUCO, Joaquim. **O abolicionismo**. 4ª ed. Petrópolis/Brasília: Vozes/INL, 1977.

PATROCÍNIO José do. Jornal Cidade do Rio. 30 de abr. de 1888. In: **Campanha Abolicionista: coletânea de artigos**. p.129 Disponível em:< http://objdigital.bn.br/Acervo_Digital/livros_eletronicos/campanha_abolicionista.pdf >. Acesso em: 05 nov. 2016.

PATROCÍNIO, José do. 31 de julho de 1888, nº 166, p.1. **Cidade do Rio**. Arquivo Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/085669/2085>>. Acesso em: 12 de nov. de 2016.

PATROCÍNIO José do. Jornal Cidade do Rio. A Sua Alteza, a regente. 21 nov. 1887. In: **Campanha Abolicionista: coletânea de artigos**. p.114. Disponível em:<http://objdigital.bn.br/Acervo_Digital/livros_eletronicos/campanha_abolicionista.pdf >. Acesso em: 05 nov. 2016.

REVISTA ILLUSTRADA, Rio de Janeiro, 7 jan. 1880. p. 1 suplemento ed. 189. Disponível em: < [http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx? bib=33274478&pasta=ano%20188&pesq=](http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=33274478&pasta=ano%20188&pesq=)>. Acesso em: 9 jan. 2016.

REVISTA ILLUSTRADA. Rio de Janeiro, 8 jan. 1887, edição 447. p.3. Arquivo Hemeroteca digital da Biblioteca. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/Dhttp://memoria.bn.br/DocReader/332747/3181>>. Acesso em: 8 nov. 2016.

REVISTA ILLUSTRADA, Rio de Janeiro, 18 fev. de 1888, p. 3, edição 485. Arquivo Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=332747&pasta=ano%20188&pesq=> >. Acesso em: 15 out. 2016, apud, DAIBERT JUNIOR, Robert. **Isabel, a "Redentora" dos Escravos. Uma história da Princesa entre olhares negros e brancos (1846-1988)**. São Paulo: Edusc/Fapesp, 2004.

REVISTA ILLUSTRADA. Rio de Janeiro, 5 de maio de 1888, p.2. Arquivo Hemeroteca digital da Biblioteca **Nacional**. Disponível em:< <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>>. Acesso em: 27 jan. 2016.

RIO, João do. GAZETA DE NOTÍCIAS, Negros Ricos,13 maio 1905, ed.133, p.3. Arquivo Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=103730_04&pasta=ano%20190&pesq=>. Acesso em: 23 out. 2016 apud BARRETO, Juliana; GOMES, Flávio dos Santos; SOARES, Carlos Eugênio Líbano. **No labirinto das nações: africanos e identidades no Rio de Janeiro, século XIX**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional. 2005.p.112.

SILVA, Eduardo. Resistência Negra e Formação do Underground Abolicionista: Uma Investigação de História Cultural (Rio de Janeiro, década de 1880). **Acervo Fundação Casa de Rui Barbosa**, Rio de Janeiro. Triênio 2010 - 2013. p.5-6. Disponível em:<<http://www.casaruibarbosa.gov.br/dados/DOC/bolsistas/2010/FCRB>>.Consulta realizado ao projeto coordenado por Eduardo Silva na Fundação Casa de Rui Barbosa. Acesso em: 13 jan. 2017.

SILVA, José Bonifácio de Andrada e. **Representação de José de Bonifácio à Assembleia Geral Constituinte de 1823**. Paris: Typhografia de Firmim Didot, 1825 Acervo Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin - USP. Disponível em <www.brasiliana.usp.br/bbd/handle/1918/01688900>. Acesso em: 27 set. 2015.